

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIAS
NÍVEL: DOUTORADO

Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão



Pioneiros e Pioneiras da Educação Popular Freiriana e a Universidade



Fernanda dos Santos Paulo



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIAS.
NÍVEL: DOUTORADO
Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

FERNANDA DOS SANTOS PAULO

TESE:

PIONEIROS E PIONEIRAS DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA
E A
UNIVERSIDADE

São Leopoldo
2018

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIAS
Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

FERNANDA DOS SANTOS PAULO

PIONEIROS E PIONEIRAS DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA
E A
UNIVERSIDADE

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Orientador: **Prof. Dr. Danilo Romeu Streck.**
Coorientador: **Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão.**

São Leopoldo
2018

P324p	<p>Paulo, Fernanda dos Santos Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade / por Fernanda dos Santos Paulo. – 2018. 268 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018.</p> <p>Orientador: Dr. Danilo Romeu Streck. Coorientador: Dr. Carlos Rodrigues Brandão.</p> <p>1. Educação popular. 2. Universidade. 3. Fundamento ontológico. 4. Engajamento. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 37.013</p>
-------	---

FERNANDA DOS SANTOS PAULO

**PIONEIROS E PIONEIRAS DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA
E A
UNIVERSIDADE**

Aprovado em de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danilo Romeu Streck (Orientador) – Unisinos
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão - Unicamp
Prof. Dr. Telmo Adams – Unisinos
Prof. Dr^a. Ana Lucia de Souza Freitas - Unisinos
Prof. Dr. José Clovis de Azevedo – IPA-RS
Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi – Ufpel

**São Leopoldo
2018.**

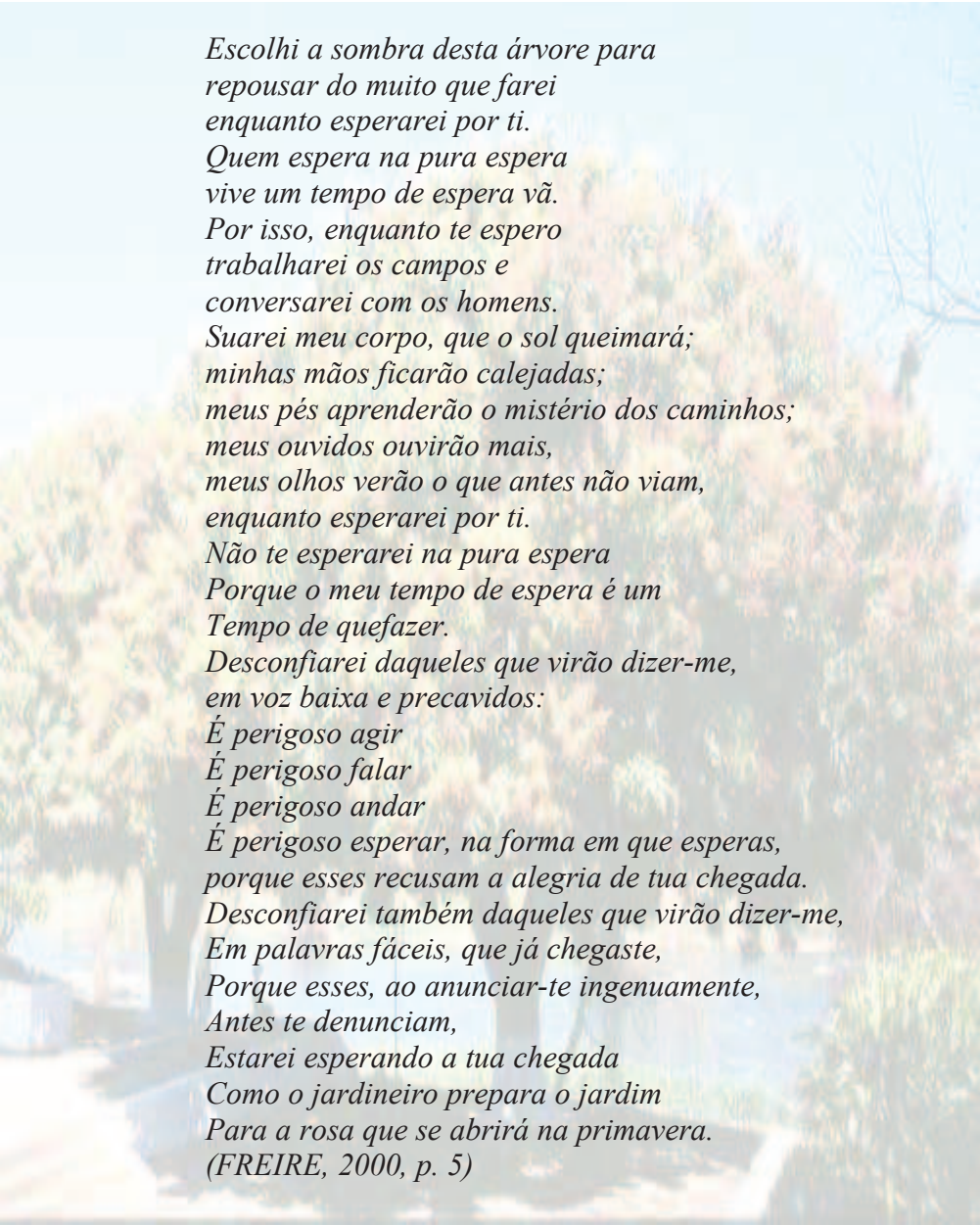
*Aos Pioneiros e Pioneiras da Educação Popular do Brasil e
da América Latina!*

*Aos Educadr@s populares do Movimento de Educador@s
Populares de POA-RS.*

*Aos meus dedicados e comprometidos orientadores: Danilo
Streck e Carlos. R. **Brandão**.*

*Aos **meus filhos** (Thales e Thaylor) pela carinho e
dedicação.*

*A AEPPA, Instituto Brava Gente e MEP: espaço de
militância!*



*Escolhi a sombra desta árvore para
repousar do muito que farei
enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera
vive um tempo de espera vã.
Por isso, enquanto te espero
trabalharei os campos e
conversarei com os homens.
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
minhas mãos ficarão calejadas;
meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;
meus ouvidos ouvirão mais,
meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
Porque o meu tempo de espera é um
Tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me,
em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso esperar, na forma em que esperas,
porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
Em palavras fáceis, que já chegaste,
Porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
Antes te denunciam,
Estarei esperando a tua chegada
Como o jardineiro prepara o jardim
Para a rosa que se abrirá na primavera.
(FREIRE, 2000, p. 5)*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Danilo Romeu Streck, pela confiança e pelos questionamentos frente às minhas múltiplas ideias. Também pela paciência, e, principalmente, por ter acreditado no meu potencial ao me selecionar para o doutorado. Contigo aprendi muito, e continuarei aprendendo. Te admiro!

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, amigo, parceiro e o primeiro a caminhar comigo, antes mesmo de eu possuir uma graduação. Muito obrigada por acreditar, apostar e estar ao meu lado. Me deste o encorajamento necessário para que eu continuasse a minha caminhada acadêmica. És um exemplo de pesquisador e de pessoa, com uma postura extremamente coerente entre o que fala, faz e escreve. Registro, aqui, a minha gratidão e toda a minha admiração por ti!

Aos meus companheiros e companheiras de pesquisa - Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular freiriana - pessoas que deram contribuições fundamentais para a produção da nossa tese. Todo meu respeito, admiração e carinho pela trajetória de vocês.

Ao Celso Beisiegel (In memoriam), obrigada pela acolhida, carinho e diálogos. Continuarei disseminando teu legado!

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, e aos colegas do grupo de pesquisa Mediações Pedagógicas e Cidadania. E um agradecimento especial ao Levi, por estar a disposição para ler meus textos, dialogando comigo. Nomeando um, estendo os agradecimentos aos demais. Diandra, futura mestranda, adorei conhecer você – mil agradecimentos pela solidariedade. Paloma e Julieta obrigada pela revisão da tradução do resumo em espanhol e inglês. Muito solidárias!

Aos amigos e amigas da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, do Movimento de Educação popular e do Coletivo de Pedagogia Social e Educação Popular, pela convivência e troca de experiências, bem como pelas leituras e materiais compartilhados: meus sinceros agradecimentos pela amizade sempre solidária. Ao militante da AEPPA/MEP Tiago Domingues Corrêa, que fez a revisão textual da tese, se colocando ao meu lado em diversos momentos da construção da tese.

Às amigadas construídas através da minha caminhada na Educação Popular: cito aqui as amigas e amigos da UFRGS, do IPA, da PUCRS, do Brava Gente, da Unisinos, da Unilassale, entre outras tantas instituições que fazem parte da minha caminhada enquanto estudante e militante da/na Educação Popular.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da educação superior que disseminam o tema da Educação Popular na universidade, em diálogo com os Movimentos Populares.

Aos docentes militantes: José Clóvis de Azevedo, Sofia Cavedom, Maria de Fátima Baierle, Merli Leal, Claudia Figueroa, Dora, Patricia Dorneles e Neila Sperotto, pela continuidade do nosso projeto de formação de educadores(as) populares, via AEPPA e Instituto Brava Gente.

À Gilda Glauce e Liana Borges (educadoras vinculadas à EJA): em tempos diferentes, fui agraciada com o grande presente - um acervo de livros da área da Educação. Guardo-os com muito cuidado e carinho.

Ao Zé Clóvis - o primeiro a me dizer, quando eu ainda cursava Pedagogia: “- Você gosta de escrever. Tens que seguir na pesquisa.” E, em seguida, me convidou para fazer parte de seu projeto “Democratização da escola: construção do conhecimento e inclusão”. Esse foi o lugar no qual iniciei uma nova experiência - a de pesquisar por dentro da universidade, pois antes fazia pesquisa dentro dos Movimentos Populares.

Não tenho como esquecer que Maria Antonieta (IPA-RS) e Merli Leal (Unipampa) estiveram na minha defesa da dissertação. Foi um gesto solidário e de amizade. São professoras que nos marcam.

Identificando vocês duas, agradeço a outras tantas professoras e professores que estiveram me acompanhando.

Às queridas **alunas da Pedagogia** – Uniasselvi (IERGS - Turmas **1014, 1120, 1244 - em especial às alunas da 1014**) – pela parceria e carinho. Às colegas e amigas de profissão, **Daisi dos Santos Cardoso e Paula Sinatora** – grata pela parceria e disponibilidade de diálogo!

À **Andreia Soares, Karana Ávila, Luana Severo, Rita Ávila, Simone Prunier e Patricia Bierhals**, minhas amigas de anos e parceiras! Elas, somente elas, são testemunhas vivas dos meus percalços, da minha luta e da minha coragem de seguir essa caminhada.

Ao meu amado irmão **Jayme Paulo**, por toda a sua paciência no campo da informática, e aos **demais membros da família**, pelo amor recebido; em especial, à minha madrinha-mãe que amo muito e devo muitas realizações a ela: **Rosa Selau**. Ao meu mano **Fernando, muito amoroso. Á Geni Selau**, minha mãe, pelas lutas nas comunidades.

Aos meus amados filhos: **Thales e Thaylor**, parceiros da vida que amo incondicionalmente. E aos filhos do coração, que chegaram-chegando: **Cristian Vieira e Antony Severo**. Estendo à **Yasmin**, norinha do coração. Amo vocês!

Ao **Vlamiir Seabra**, pelas contribuições financeiras na pesquisa do doutorado. Obrigada por apostar na minha trajetória profissional e por teres feito parte dessa caminhada. Não tenho nenhuma dúvida de que o teu apoio possibilitou a materialização dessa tese e a renovação das minhas esperanças, quando, muitas vezes, tive medo de não dar conta dos compromissos assumidos.

Ao **Sérgio Trombetta** pelas boas conversas nos finais de tardes, pela partilha de sonhos.

Aos companheiros e companheiras de escrita de artigos **Jaime Zitkoski, Paulo Albuquerque, Isaura conte, Patricia Bierhals, Nadia Fuhrman, Simone Valdete**.

Ana Freitas, foste umas das professoras que fizeram parte da minha caminhada. Disseste no dia 12/08/2016 que a minha presença na universidade já era uma aproximação entre a Educação Popular e a universidade. A tua fala me emocionou, me deixando encorajada a continuar a luta dizendo para outras educadoras e educadores que sonhar é possível e necessário. Obrigada!!!

Telmo Adams: Sempre carinhoso, disponível, querido, e comprometido com a presença da Educação Popular na universidade.

Gomercindo: nos conhecemos há anos, mas temos pouca convivência; contudo, o pouco se tornou muito, e que esse pouco-muito nos aproxime na luta pela Educação Popular revolucionária.

Aos **docentes** que, junto com o orientador e o coorientador, além de comporem a minha banca de doutorado, vêm contribuindo com a minha caminhada acadêmica.

Ao **Fórum de Leituras e Estudos Paulo Freire - RS** – Espaço de partilha e sistematização de Experiências. E ao **Grupo Andarilhando com Freire**, meu profundo agradecimento, pela partilha de experiências.

Ao **Fórum da EJA-RS**, meus agradecimentos, pelas lutas em prol da Educação Popular, em especial a **Liana Borges (MOVA)** e ao **Alexandre (Coordenação Estadual)**.

Ao **Fórum de Educadores e Educadoras Sociais**, que luta pela regulamentação, valorização e formação.

À **CAPES/Proex**, pela bolsa de estudos, pois, sem ela, eu não teria conseguido dar continuidade aos meus estudos.

Ao meu **Deus**, minha fonte de esperança!

RESUMO

Com o objetivo de realizar uma pesquisa crítico-problematizadora a partir das experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular (EP), com vistas a obter uma visão de sínteses de conhecimentos que possa servir como base para repensarmos, hoje, a universidade numa perspectiva de EP freiriana, evidenciamos que: 1) Os pioneiros e pioneiras da EP não criaram a concepção de EP, mas construíram, através de suas presenças e lutas engajadas, na universidade e fora dela, uma definição teórico-prática de EP crítica e de cunho libertador. Ou seja, a EP a partir das experiências desses educadores e dessas educadoras não se realiza somente em nível teórico, mas também na concomitância dos diferentes movimentos de resistência a todas as formas de opressão e dominação. Diante das especificidades dessas lutas, consideramos os pioneiros e as pioneiras da EP enquanto intelectuais engajados/as e transgressores/as das normas burocratizantes, muito presentes na universidade. 2) A EP, compreendida enquanto movimento concreto, histórico, social e dialético, apresenta diferentes perspectivas de entendimento. A tese traz dezenas de referências teórico-metodológicas que dialogam acerca da EP e da universidade. Foi a partir de Paulo Freire e seus companheiros de luta que se iniciou o movimento intelectual de uma nova concepção de educação para além do acesso do povo na escola pública, gratuita e laica. Buscava-se uma EP libertadora que se constituísse como resistência aos modelos de “educação bancária”. Essa mobilização traduziu-se numa alternativa popular de rebeldia contra a educação elitizada, sendo que a coragem e o desejo de lutar politicamente pela transformação social são marcas presentes na trajetória dos pioneiros e das pioneiras da EP, apostando que a EP na universidade tem sido uma possibilidade a partir de seus projetos de pesquisa e de vida. Além disso, ficou explícito que a luta deles e delas (sujeitos de subversão e transgressão) se dá de forma contínua. O movimento da luta pela EP é um ato de rebeldia desses educadores e educadoras, que foram fazendo educação em diferentes contextos educativos: escolares e não escolares. A universidade atual ainda está consubstanciada pela construção do conhecimento colonial e elitista. Porém, temos importantes experiências de EP na universidade. Essas experiências visam uma educação da insurgência (Movimento Popular contra o poder estabelecido: capitalismo) via EP. Mas a EP enquanto processo de libertação, chamamos de Educação Popular freiriana. Com a problematização, os objetivos e as metodologias, constatamos que não temos apenas uma concepção de universidade popular, mas temos pistas que nos convidam a tensionar a universidade mercadológica e flexibilizada. Contamos com alternativas que advêm das brechas que encontramos e construímos no nosso ambiente de trabalho e de militância. As experiências dos pioneiros e pioneiras foram pensadas e produzidas a partir das tensões entre a educação opressora e a EP, conhecimento científico e não-científico (saber popular). A compreensão de universidade na práxis educativa desses educadores e educadoras é advinda das experiências de luta, resistências, transgressões e rebeldias. Eles e elas vêm construindo, a partir da práxis, orientada pelas experiências-mundo e pelos seus quefazeres engajados, experiências na universidade relacionadas a um projeto de libertação na perspectiva da pedagogia crítica. O caminho investigativo parte de alguns dos princípios da pesquisa participante, utilizando a sistematização de experiências, análise documental e entrevistas semiestruturadas, além de trocas de cartas pedagógicas e e-mails dialógicos. O procedimento de análise dos materiais deu-se através da codificação e decodificação apresentada no livro Pedagogia do Oprimido. O fundamento ontológico e as dimensões da EP são oriundos dos materiais de pesquisa (teórico-prática).

Palavras-chave: Pioneiros e pioneiras da Educação Popular. Universidade e Educação Popular. Fundamento Ontológico. Engajamento.

RESUMÉN

Con el objetivo de realizar una investigación crítico-problematizadora a partir de las experiencias de los pioneros y pioneras de la Educación Popular (EP), con miras a obtener una visión de síntesis de conocimientos que pueda servir como base para que repensemos, hoy, a la universidad en una perspectiva de EP freiriana, evidenciamos que: 1) Los pioneros y pioneras de la EP no crearon la concepción de EP, pero construyeron, a través de su presencia y luchas comprometidas, en la universidad y fuera de ella, una definición teórico-práctica de EP crítica y de cuño libertador. O sea, a partir de las experiencias de esos educadores y esas educadoras la EP no se realiza solamente en un nivel teórico, sino también en la concomitancia de los diferentes movimientos de resistencia a todas las formas de opresión y dominación. Delante de las especificidades de esas luchas, consideramos los pioneros y las pioneras de la EP como intelectuales comprometidos/as y transgresores/as de las normas burocráticas, muy presentes en la universidad. 2) La EP, comprendida como movimiento concreto, histórico, social, y dialéctico, presenta diferentes perspectivas de entendimiento. La tesis trae decenas de referencias teórico-metodológicas que dialogan sobre la EP y la universidad. Fue a partir de Paulo Freire y sus compañeros de lucha, que se inició el movimiento intelectual de una nueva concepción de la educación, más allá del acceso del pueblo en la escuela pública, gratuita y laica. Se buscaba una EP libertadora que se constituyese como resistencia a los modelos de “educación bancaria”. Esa movilización se tradujo en una alternativa popular de rebeldía contra la educación elitista, siendo que el coraje y el deseo de luchar políticamente por la transformación social son marcas presentes en la trayectoria de los pioneros y de las pioneras de la EP, apostando que la EP en la universidad ha sido una posibilidad a partir de sus proyectos de investigación y de vida. Además, quedó explícito que la lucha de ellos y de ellas (sujetos de subversión y transgresión) se dio de forma continua. El movimiento de la lucha por la EP es un acto de rebeldía de esos educadores y educadoras que hicieron educación en diferentes contextos educativos: escolares y no escolares. La universidad actual todavía está consubstanciada por la construcción del conocimiento colonial y elitista. Sin embargo, tenemos importantes experiencias de EP en la universidad. Estas experiencias tienen por objetivo una educación de la insurgencia (Movimiento Popular contra el poder establecido: capitalismo) vía EP. Pero la EP como proceso de liberación, la llamamos Educación Popular freiriana. Con la problematización, los objetivos y las metodologías, constatamos que no tenemos solo una concepción de universidad popular, pero tenemos pistas que nos invitan a tensionar la universidad mercadológica y flexibilizada. Contamos con alternativas que provienen de las brechas que encontramos y construimos en nuestro ambiente de trabajo y militancia. Las experiencias de los pioneros y pioneras fueron producidas a partir de las tensiones entre la educación opresora y la EP, conocimiento científico y no-científico (saber popular). La comprensión de universidad en la praxis educativa de esos educadores y educadoras proviene de las experiencias de lucha, resistencia, transgresiones y rebeldías. Ellos y ellas vienen construyendo, a partir de la praxis, orientada por las experiencias-mundo y por sus quehaceres comprometidos, experiencias en la universidad relacionadas a un proyecto de liberación en la perspectiva de la pedagogía crítica. El camino investigativo parte de algunos de los principios de la investigación participante, utilizando la sistematización de experiencias, análisis documental y entrevistas semiestructuradas, además de intercambio de cartas pedagógicas y e-mails dialógicos. El procedimiento de análisis de los materiales se dio a través de la codificación y decodificación presentada en el libro Pedagogía del Oprimido. El fundamento ontológico y las dimensiones de la EP son oriundas de los materiales de investigación (teórico-práctica).

Palabras-clave: Pioneros y pioneras de la Educación Popular. Universidad y Educación Popular. Fundamento Ontológico. Compromiso.

ABSTRACT

With the objective of performing a critical-problem research based on the pioneers of Popular Education (PE) experiences, with a view to obtaining a synthesis of knowledge that can serve as a basis for rethinking the university from a Freirian PE perspective, we have evidenced that: 1) The pioneers of PE did not create the concept of PE, but constructed, through their presence and engaged struggles at the university and beyond it, a theoretical-practical definition of critical and distinctive PE liberator. In other words, PE, from the experiences of these educators, does not accomplish only at a theoretical level, but also at the concomitance of different resistance movements to all forms of oppression and domination. Against the specificities of these struggles, we consider the pioneers of PE as intellectuals engaged and transgressors of bureaucratic norms, which are very present at the university. 2) PE, understood as a concrete, historical, social and dialectical movement, presents different perspectives of understanding. The thesis brings dozens of theoretical-methodological references that dialogue about PE and university. It was from Paulo Freire and his fellow comrades that the intellectual movement of a new conception of education began beyond the access of the people to the free and secular public school. A liberating PE was pursued that would constitute resistance to the "banking education" models. This mobilization was translated into a popular alternative of rebellion against elitist education, because the courage and desire to fight politically for social transformation are marks of the trajectory of the pioneers of PE, stating that PE at university has been a possibility from their research and life projects. Moreover, it was explicit that their struggle (subversion subjects and transgression) take place continuously. The struggle movement for the PE is an act of rebellion of these educators, who have been doing education in different educational contexts: schoolchildren and non-schoolchildren. The current university is consubstantiated by the construction of colonial and elitist knowledge. However, we have important experiences of PE at the university. These experiments aim an insurgency education (Popular Movement against established power: capitalism) through PE. But the PE as a process of liberation, we call Freirian Popular Education. With the problematization, the objectives and the methodologies, we find that we do not only have a conception of popular university, but we have clues that invite us to tension the market and flexible university. We have alternatives that come from the gaps that we find and build in our work and militancy environment. The pioneers' experiences were produced from the tensions between oppressive education and PE, scientific and non-scientific knowledge (popular knowledge). The understanding of university in the educational praxis of these educators comes from struggle, resistance, transgressions and rebellions experiences. They have been building, from the pedagogical praxis, oriented by the experiences-world and by their engaged endeavors, experiences at university related to a liberation project from the perspective of critical pedagogy. The research path is based on some principles of participant research, using the experiences systematization, documental analysis and semi-structured interviews, as well as exchanges of pedagogical letters and dialogical e-mails. The procedure of the materials analysis occurred through the codification and decoding presented in the book *Pedagogy of the Oppressed*. The ontological foundation and the dimensions of the PE are derived from the research materials (theoretical-practical).

Keywords: Pioneers of Popular Education. University and Popular Education. Ontological Background. Engagement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aeppa	Associação de Educadores Populares de Porto Alegre
AP	Ação Popular
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ceaal	Conselho de Educação de Adultos da América Latina
Cnpq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPC	Centro Popular de Cultura
Clacso	Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
EP	Educação Popular.
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPA	Instituto Porto Alegre
JEC	Juventude Estudantil Católica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MEP	Movimento de Educação Popular
Mova	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
MCP	Movimentos de Cultura Popular
MST	Movimento Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
OP	Orçamento Participativo
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RS	Rio Grande do Sul
SciELO	Scientific Electronic Library Online
Ufrgs	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Uergs	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 DAS PRIMEIRAS PALAVRAS À JUSTIFICATIVA: CAMINHOS ENTRELAÇADOS	15
1.1 Apresentando a temática de estudo	24
1.1.1 Da proposta de estudo à sua construção: contribuições	24
1.2 Problemática de pesquisa: questões indagadoras.....	25
1.2.1 Questões Investigativas	26
1.2.2 Problema de pesquisa	26
1.3 Objetivos.....	26
1.3.1 Objetivo geral:	26
1.3.2 Objetivos específicos:.....	26
1.4 A estrutura da tese: a presença do eu e o nós na sua construção	27
As primeiras pistas a partir dos pioneiros e pioneiras.....	30
ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	31
2. CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO - ENTRE A ESCOLHA E A AÇÃO METODOLÓGICA	32
2.1 Universo da pesquisa e sujeitos da pesquisa	40
2.2 Construção do <i>corpus</i> de dados	43
2.2.1 Breves discussões a partir da Pesquisa Documental: da Intenção à Ação	45
2.2.2 Sistematização de Experiências: relação dialética entre fazer e escrever sobre Educação Popular	48
2.3 Análises dos dados: entre o projetar e o fazer	50
2.4 Trajetórias pedagógicas na universidade: Pioneiros e pioneiras da Educação Popular em cena.....	58
2. 4.1 Apresentando os intelectuais engajados	60
ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	76
3. DA REVISÃO DE LITERATURA ÀS SÍNTESES DOS CONHECIMENTOS: TEXTOS E CONTEXTOS	77
3.1 Notas do itinerário percorrido: Educação Popular na universidade.....	85
3.2 Mais literatura sobre Educação Popular e universidade: confluências com as trajetórias dos Pioneiros e pioneiras da Educação Popular	97
3.2.1 Educação Popular nos periódicos da Capes: o lugar da universidade.....	99
3.2.2 Revista Brasileira de Educação da Anped: Educação Popular e universidade.....	100
3.2.3 Cadernos de Educação Popular: A presença da universidade	101
3.2.4 Revista de Educação Popular: a presença da universidade	103
3.2.5 Revista La Pirágua: A presença da universidade e da Educação Popular	103
ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	107
4 UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS?.....	108
4.1 Sínteses da Educação Popular e as tendências filosóficas a partir dos pioneiros e das pioneiras	109
4.2 O contexto histórico brasileiro da universidade e o lugar da Educação Popular.....	117
4.3 Universidade popular ou o popular na universidade?	130
4.4 Educação Popular: Paulo Freire e a universidade.....	148
4.4.1 Paulo Freire e a universidade: algumas referências	160
4.5 “Educação Popular” na universidade flexibilizada?	162
4.6 Da educação popular à Educação Popular Freiriana.....	176
ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	188
5 FUNDAMENTO E DIMENSÕES ONTOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA – AS TRAMAS VIVIDAS E CONSTITUÍDAS DE EXPERIÊNCIAS DOS PIONEIROS E DAS PIONEIRAS	190

5.1 Fundamento e as Dimensões Ontológicas da Educação Popular Freiriana.....	194
ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	223
TEXTOS E CONTEXTOS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	226
REFERÊNCIAS	233
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	248
APÊNDICE B - Convite leitor crítico e leitora crítica.....	249
APÊNDICE C - Breve trajetória da Educação Popular no Brasil	250
APÊNDICE D - Cartas pedagógicas.....	252
APÊNDICE E - Notas explicativas sobre alguns dos procedimentos metodológicos.....	252
APÊNDICE F - Nota: Educadores e Educadoras Populares: história, trajetórias e memórias da Educação Popular	254
ANEXO A - Terceira Fase da Educação Popular.....	255
ANEXO B - Militância e o tema de pesquisa.....	256
ANEXO C - Nota de pesar pelo falecimento do professor Celso de Rui Beisiegel	256
ANEXO D - Homenagens ao professor Celso de Rui Beisiegel	259
ANEXO E – Homenagem à produção de Celso de Rui Beisiegel	260
ANEXO F- Registro da leitura dos amigos leitor e leitora crítica.....	262
ANEXO G- Parecer dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular.....	267

1 DAS PRIMEIRAS PALAVRAS À JUSTIFICATIVA: CAMINHOS ENTRELAÇADOS

Momento em que a apresentação dessa tese nos propicia: encontro e reencontros mediados por diálogos críticos e afetivos. Na sala de aula, aqui na Unisinos, a Educação Popular e os Pioneiros e as Pioneiras da Educação Popular se entrecruzam, dialogicamente, através dos conceitos e metodologias com a rigurosidade e amorosidade que o tema da tese sugere.

O tema da tese é resultado da minha militância na e pela Educação Popular¹, sobretudo no movimento de educadores e educadoras populares de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (RS). Também, é fruto dos estudos e das discussões realizadas desde a graduação em Pedagogia e da especialização em Educação Popular: Gestão de Movimentos Sociais.

O delineamento do tema da tese nasce, em sua primeira versão, no dia da defesa da minha dissertação em Educação, realizada em fevereiro de 2013, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). O recorte temático emerge de diálogos com o professor Carlos Rodrigues Brandão² sobre as memórias da Educação Popular, especialmente no tocante ao trabalho político e pedagógico de educadores e de educadoras populares³, sobretudo dos remanescentes vivos⁴ que conviveram com Freire e se inspiram nele.

¹ **Educação Popular**, aqui, compreendida como concepção teórico-prática emancipatória, cujas lutas são por projetar, fomentar, produzir e construir alternativas revolucionárias, tanto para a sociedade (luta mais ampla) quanto para outras pautas presentes em espaços escolares e não escolares. Inegavelmente, as minhas referências fundamentam propostas concretas que se opõem aos projetos de educação e de sociedade opressoras e desumanizadoras. Dessa maneira, busca-se promover propostas de ensino-aprendizagem e visões de mundo à luz de questionamentos reflexivos e de ações que se opõem ao modelo capitalista vigente. É por isso que essa **concepção de Educação Popular** implica discutir economia política, bem como questões sociais, políticas, pedagógicas, epistemológicas e culturais, até porque essa concepção é uma das principais referências dos movimentos sociais populares, base das lutas políticas contra a perversidade da economia política capitalista. Em minha dissertação, apresento um longo capítulo acerca da história da Educação Popular. (Paulo, 2013).

² O Referido professor compôs a banca de avaliação de projeto e defesa final do curso de Mestrado, sob orientação do professor Dr. Jaime José Zitkoski (UFRGS). Brandão é professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em antropologia rural, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, educação popular, campo religioso, religião e educação.

³ São, segundo meu entendimento, **educadores e educadoras populares** que vêm militando em movimentos de Educação Popular que se identificam com a Educação popular de cunho revolucionário. Contudo, constatei, nos últimos anos, que nem todos (as) militantes se reconhecem como educadores (as) populares. A meu ver, no sentido freiriano dos termos **liderança** e **militante**, estes podem ser considerados como sinônimos de **educadores (as) populares** porque, em Freire, o que os caracteriza é uma práxis inovadora, transformadora e, no limite, revolucionária. Educador e educadora popular não é profissão, é uma opção política de quem se filia ao referencial da Educação Popular.

⁴ Termo utilizado, em nossas conversas, por Carlos Rodrigues Brandão. Juntos, desenhamos o primeiro ensaio do objetivo geral da proposta de pesquisa, que seria: “Realizar um estudo histórico e participativo da primeira geração de educadores populares dos anos de 1960, através dos Movimentos de Cultura Popular e dos tempos de Paulo Freire, e suas contribuições para repensar a universidade na ótica da Educação Popular”. Em relação à primeira geração, entre os educadores remanescentes vivos, estariam: Aurenice Cardoso Costa, Jarbas Maciel,

A minha *experiência vivida* somada à *experiência percebida*, produzindo-se a partir do meu estar no e com o mundo, foram a base de sustentação da qual pude fazer as escolhas necessárias à delimitação dessa tese, como, por exemplo, elencar os critérios para a seleção dos sujeitos que iriam compor esta pesquisa, bem como definir qual seria a metodologia possível e coerente com os pressupostos da Educação Popular.

A referência à minha trajetória de educadora popular, a qual está relacionada com o Movimento Social Popular, foi o meu ponto de partida nas opções pelos critérios e pelo enfoque da pesquisa. Por isso, considero importante recordar algumas *experiências sociais* (Freire, 1978) vividas na Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (Aeppa) e no Movimento de Educação Popular, espaços onde atuo há mais de uma década.

Foi na Aeppa que vivenciei experiências de formação política e de elaboração de projetos de formação escolar (inicial e continuada) para educadores e educadoras populares, nos pressupostos da Educação Popular. Na Aeppa, coordenei o núcleo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), participando, concomitantemente, do núcleo de formação política no eixo de projetos de formação inicial e continuada. Com isso, em 2006, apresentei no curso de Pedagogia, realizado no Centro Universitário Metodista IPA⁵, um projeto denominado “A criação de uma universidade popular⁶”; dada a relevância e pertinência do tema, cem (100) educadores e educadoras assinaram um manifesto de apoio ao projeto, que já pautava a necessidade de reinventar a universidade, na ótica da Educação Popular. Foram experiências como essas, consubstanciadas pelo resgate dos meus materiais de pesquisa e de militância, que subsidiaram o meu processo de estudo em nível de doutoramento.

Entretanto, a temática da Educação Popular e da universidade está presente em minha história de vida desde quando me reconheci enquanto educadora popular, ainda nos tempos do Movimento de Alfabetização de jovens e Adultos (Mova-RS). Naquele período, um grupo de educadores e educadoras populares já tinha como preocupação a carência de espaços de

Jomard Muniz de Britto e Osmar Fávero. Posteriormente, em 2014, ampliamos a abrangência dos sujeitos da pesquisa, trazendo também a segunda geração dos tempos de Paulo Freire. Dessa geração, estavam em nossa lista: 1) Balduino Andreola; 2) Alda Maria Borges Cunha; 3) Carlos Rodrigues Brandão; 4) Celso de Rui Beisiegel; 5) Vanilda Paiva; 6) Marcela Gajardo; 7) Rosiska Darcy de Oliveira; 8) Luiz Eduardo W. Wanderley 9) Moacir Gadotti. Um ano depois, construí critérios de inclusão e de exclusão, a partir dos meus estudos realizados, para a escolha dos sujeitos a participarem de forma direta desta pesquisa, os quais estão detalhados na tese. Fiz a opção pelo termo **pioneiros e pioneiras da Educação Popular** porque indica pessoas que iniciaram uma caminhada (um percurso) no trabalho de Educação Popular numa perspectiva emancipatória. Esses sujeitos são os (as) desbravadores (as), os quais vêm há décadas construindo um caminho prático e teórico nesta temática.

⁵ Ingressei na Universidade através do convênio entre Universidade e Movimentos Sociais.

⁶ No projeto, constava a necessidade de construir cursos de licenciatura e bacharelado voltados para a realidade dos (as) educadores (as) populares de Porto Alegre, cursos que seriam construídos a partir da participação dos Movimentos Sociais Populares, professores e professoras identificados(as) com a Educação Popular e Universidades parceiras.

formação nos pressupostos da Educação Popular. Em pequenos grupos, de diferentes regiões da capital gaúcha, educadores e educadoras populares reuniam-se em associações comunitárias, em salões, nas ruas e em suas respectivas casas para planejar uma forma de organização, no âmbito da cidade, que pudesse reunir educadores e educadoras para dialogar sobre os seus contextos de trabalho e a relação com a Educação Popular. Para tanto, foi organizado um Seminário de Educação Popular, em 1998, tendo como palestrante o educador Carlos Rodrigues Brandão, o qual discorreu sobre questões vinculadas à Educação Popular e aos Movimentos Populares. O objetivo maior desse movimento e do seminário foi o de reunir educadores e educadoras populares, inseridos (as) em diferentes contextos educativos, para discutirem a formação, a valorização e o reconhecimento desses (as) trabalhadores (as).

Figura 1- Brandão na AEPPA, 1998.



Fonte: Arquivo Aeppa

A principal demanda da Aeppa era a questão da formação, cuja proposta era a de construir cursos referenciados pela Educação Popular. Diante dessa preocupação, após o seminário de 1998, a Aeppa organizou encontros semanais e mensais para problematizar as situações-limite enfrentadas pelos educadores e educadoras populares; a partir disso, organizou reuniões com o poder público municipal a fim de pautar as suas demandas, priorizando a formação inicial, pois a grande maioria não possuía o curso Normal (ensino médio) e tampouco a educação superior, requisitos para atuar na educação infantil, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Ldben).

Na primeira modalidade da educação básica, atuavam centenas de educadoras populares, nas então denominadas “creches comunitárias”. Embora não possuíssem formação inicial, essas mulheres traziam em suas histórias de vida a inserção e participação em

movimentos comunitários, o que lhes permitia a atuação na educação infantil. (Paulo, 2013). Entretanto, conforme as diretrizes nacionais, essas educadoras eram consideradas como *professoras leigas*.

A partir dessa realidade, a oferta de cursos de formação inicial e permanente, referenciados na Educação Popular, constituídos em diálogo entre a universidade e a Aeppa, foi pauta e prioridade na agenda política de reivindicações dos Movimentos Populares⁷. Diante disso, alguns cursos, fruto dessas lutas, emergiram desse coletivo. Como exemplo, cito os cursos de nível médio “Normal”, nas escolas Emilio Mayer e Liberato Salzano Vieira da Cunha; e, no nível superior, o curso de graduação em “Pedagogia”, realizado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), e o curso de graduação em “Pedagogia: ênfase em Educação Popular”, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs); além desses, o curso de especialização em “Educação Popular: Gestão de Movimentos Sociais”, organizado pela Aeppa, pelo Instituto Brava Gente e pelo Instituto Superior de Educação Ivoti⁸.

Figura 2- Especialização em Educação Popular



FONTE: JORNAL CORREIO DO POVO

⁷ Utilizo letras maiúsculas para Movimento Popular (MP) e Educação Popular (EP) enquanto posição política. Os autores utilizam essas categorias em maiúscula pelo seu caráter de classe e de projeto educativo com vistas à emancipação humana. Sobre isso, ver: FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que Fazer: teoria e prática em Educação Popular**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1989 a. Ao longo das leituras, releio o texto de Brandão em: **da educação fundamental ao fundamental na educação**, publicado depois no livro **“Pensar a Prática. Escritos de Viagem e Estudos Sobre a Educação”**, de 1984, onde ele diz que, inicialmente, educação popular era escrita com letras minúsculas e só depois passou a ser escrita com as iniciais maiúsculas, principalmente a partir do Movimento de Educação de Base e dos programas do Sistema Paulo Freire.

⁸ Todos os cursos foram realizados em Porto Alegre/RS. Para maiores informações, ver Paulo (2013).

E, mesmo nas vezes em que não se chegou a elaborar um curso específico, como os citados, outras experiências foram realizadas no âmbito da parceria Movimentos Sociais (Aeppa) e universidade; entre eles, estão os cursos de licenciatura no Centro Universitário IPA e na Faculdade de Educação Sevigéné. Nesses dois casos, a Aeppa conseguiu inserir a temática da Educação Popular em seminários e disciplinas.

FIGURA 3- NOTA SOBRE A LUTA DA AEPPA

ENSINO SEGUNDA-FEIRA, 2 de janeiro de 2006 — 3

Educador popular busca formação

Estudos no Ensino Médio/Magistério e na universidade qualificam profissionais de Porto Alegre

Maria José Vasconcelos

Com o Ensino formal e a rede de assistência em descompasso com o crescimento urbano e social, instituições comunitárias têm buscado alternativas para a superação de obstáculos diários. Em Porto Alegre, nos últimos anos, comunidades organizadas abriram espaço à atuação dos educadores populares, que hoje já superam o mero atendimento a uma necessidade comunitária específica, partindo para a conquista por capacitação profissional. Ensino Médio com formação em Magistério e estudos em nível Superior público e privado são vitórias que fecham o ano contabilizando sucesso e projetando avanços (tabela).

A presidente da Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre (Aeppa), Tamar Gomes de Oliveira, lembra que a entidade, que completou 10 anos congregando cerca de 300 sócios, teve sua criação ligada às discussões nacionais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), que, entre outras questões, deliberou sobre a importância da formação docente. Com ação voltada a garantir condição de trabalho e capacitação, especialmente a educadores de creches, a Aeppa

tem obtido êxito também no apoio a trabalhadores de Educação de Jovens e Adultos (Mova e Seja), de reforço escolar, atendimento socioeducativo, oficinas ligados à rede de assistência e Educação comunitária. Convênios com a prefeitura da Capital permitiram o funcionamento e a ampliação de diversas entidades em comunidades.

Em 2001, após fases de organização, debates e tratativas, parceria com o poder público viabilizou o ingresso da 1ª turma de educadores populares no curso de Ensino Médio/Magistério da Escola Municipal Emilio Meyer. No ano seguinte, a oferta de vagas para a formação de professores foi estendida na Escola Municipal Liberato Salzano. Em 2004, Tamar integrou a primeira turma de educadores que se formaram no Magistério. Entre estudantes e formados nessa área, nas duas escolas, totalizam cerca de 600 educadores. No Ensino Superior, as vagas iniciais foram conquistadas em 2002, na Uergs. As perspectivas acadêmicas, pelos convênios já firmados e em negociação, giram em torno de 300 vagas.

No final de dezembro último, a Uergs renovou o convênio, assegurando os estudos em andamento, mas Tamar revela que não foram abertas mais turmas na Universidade Estadual. Com o IPA, as bolsas em filantropia deste ano devem ser ampliadas em 2006, com oportunidade de estudos em diversos cursos, não só de licenciatura. Na PUC, está em fase de negociação e ajuste a criação do curso de Pedagogia/Educação Infantil e em Anos Iniciais com referencial em **Educação Popular**. E o acerto mais recente foi estabelecido com o Instituto Superior de Educação do Sévigéné (Ises), aberto em 2005, mas já oferecendo uma de suas 80 vagas para educador popular.

Ano	Instituição de Ensino	Vagas
2001	Escola Munic. Emilio Meyer	90 (anual)
2002	Escola Munic. Liberato Salzano	45 (anual)
2002	Uergs	150 (p/ 4 anos)
2005/2006	IPA	18 (2ª sem. 2005)
		23 (1ª sem. 2006)
2006	Ises (Sévigéné)	1 (1ª sem. 2006)
2006	*PUCRS	120 (anual)

* Convênio em estudo para possível oferta de vagas em 2006

FONTE: JORNAL CORREIO DO POVO

No que tange às minhas experiências na educação, elas se deram, na maioria das vezes, em espaços não escolares, sobretudo em projetos sociais, em programas de Educação de Jovens e Adultos, na educação infantil em associações comunitárias de bairro, entre outros.

FIGURA 4- EDUCADORAS REIVINDICANDO VALORIZAÇÃO



FONTE: DA AUTORA.

No âmbito da educação escolar, estou atuando, desde 2012, no Instituto Brava Gente, como professora dos cursos de extensão e especialização, ambos referenciados pela e na Educação Popular. Nessa instituição, fui aluna da primeira turma, participando do grupo de trabalho que escreveu o projeto do curso, representando a Aeppa.

Descrevo essas experiências porque elas são inerentes à minha história de vida enquanto educadora popular, e são elas que me acompanham desde o meu ingresso na universidade. Ou seja, é a minha prática que vem se transformando em *curiosidade epistemológica*, e, assim, “vai despertando horizontes de possibilidades.” (FREIRE, 1989a, p.40). O meu *quefazer*⁹ baseia-se nessas experiências, e, desse modo, é de suma importância registrar que os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular *freiriana*¹⁰ vêm sendo fonte de inspiração teórico-prática na minha trajetória de vida.

A Educação Popular, meu tema de pesquisa, não é um campo de estudo recente em nível de pós-graduação *stricto sensu* (Paulo, 2013); contudo, o enfoque escolhido neste trabalho é inovador, pois o recorte está na *história teórico-prática* de quem viveu e vem vivendo a Educação Popular no Brasil, desde os tempos de Paulo Freire.

Em uma conversa virtual com Osmar Fávero, ele disse: “Não me parece difícil tentar ver como educadores populares têm influenciado/podem influir na construção de universidade popular¹¹”. Brandão¹² fala da importância da escolha desse tema, principalmente porque a maioria dos educadores e das educadoras, desde o tempo de Paulo Freire, atua ou atuaram em universidades, bem como prestaram assessoria nos Movimentos Sociais Populares, ambos na perspectiva da Educação Popular.

Portanto, em termos de análise e problematização, o que desponta como inovador na pesquisa é a definição dos sujeitos: *Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular* desde Paulo Freire; além, claro, dos estudos bibliográficos, entrevistas e fontes primárias (cartas, diários, documentos pessoais, em geral escritos à mão) e secundárias (DVDs, jornais e fotos). Em conversas com Carlos Rodrigues Brandão, ele me disse:

Eu, por exemplo, tenho cartas a Paulo Freire, e tenho infinitas cartas à mão de pessoas como Osmar Fávero e tantas outras. O original de seu trabalho seria justamente recuperar a presença e a trajetória de outras tantas pessoas sem as quais

⁹ O quefazer está ligado à reflexão, ou seja, é a expressão da práxis. Para saber mais, ver em *Pedagogia do Oprimido*.

¹⁰ A utilização do freiriana na Educação Popular (EP) possui pelo menos duas explicações que se justificam pela própria história da EP. Primeiro porque o uso da expressão EP não é próprio de Freire, possuindo, portanto sentidos e significados diversos, os quais serão tratados no decorrer da tese. Depois porque Paulo Freire é uma referência básica da EP no Brasil dos pioneiros e pioneiras da EP. Essa trajetória está vinculada à pedagogia de Freire, embora com nuances diferentes (inclusive críticas, como é o caso de Vanilda Paiva).

¹¹ Conversa via e-mail, em janeiro de 2015.

¹² Via Correio eletrônico, em maio de 2014.

Paulo Freire não teria sido quem foi. A começar por Ernani Maria Fiori, aí do sul¹³.

FIGURA 5 - ARQUIVO DE CARTAS DO BRANDÃO.



FONTE: DA AUTORA

Assim sendo, analisei nesses materiais as *experiências na e com a Educação Popular* de *pioneiros e pioneiras da Educação Popular* desde Paulo Freire, e aponto contribuições para repensar a universidade, nos pressupostos da Educação Popular. Ainda em relação a esse fragmento da conversa com Brandão, fiz a opção pelos “remanescentes vivos” (sujeitos da pesquisa), como ele denomina. Porém, não excluí a importante referência ao professor Ernani Maria Fiori¹⁴, o qual contribuiu, com seus escritos, nessa pesquisa.

Na concepção da Educação Popular freiriana, os sentidos e significados da universidade abarcam os aspectos estruturais no campo político, filosófico, pedagógico, cultural, social e metodológico, associados à radicalidade do conceito da Educação Popular. O uso do adjetivo “freiriana” refere-se a um tipo de referência que é contestadora, porque se vincula à educação libertadora. Por isso, a opção pelos sujeitos, “remanescentes vivos” (Brandão, 2013), atuantes na Educação Popular desde os tempos de Freire, é imprescindível na discussão da relação: Educação Popular e universidade, ambas mediadas pelas experiências desses educadores e dessas educadoras, denominados nesta pesquisa como *pioneiros e pioneiras da Educação Popular*. A respeito da relação entre Educação Popular e universidade, parto de alguns pressupostos:

¹³ Via Correio eletrônico, em abril de 2013. Em relação às cartas mencionadas pelo professor Carlos Rodrigues Brandão, vale lembrar que o próprio Paulo Freire tem algumas experiências de produção de textos a partir de cartas, a exemplo dos livros “Cartas a Guiné-Bissau” e “Cartas a Cristina”.

¹⁴ Ele assim como Germano Coelho também são, pioneiros da EP. No caso do Fiori ele, além de amigo pessoal foi um intelectual com grande importância na trajetória de Balduino Andreola, em especial.

1. A relação entre universidade e Paulo Freire, sobretudo no que se refere à Educação Popular, foi muito pouco explorada em pesquisas universitárias.
2. Há poucos estudos que tratam das experiências de educadores e educadoras desde os tempos de Paulo Freire, principalmente daqueles (as) que estão na universidade e permanecem atuando na perspectiva da Educação Popular até os dias de hoje.
3. O contexto da universidade, na atualidade, exige uma “nova” concepção, e a Educação Popular pode ser um caminho possível, com desafios e limites a serem desvendados no movimento da história.

A partir das conversas com os educadores e educadoras citados, e dos estudos realizados sobre Educação Popular, selecionei alguns critérios para a escolha dos sujeitos que participariam desta pesquisa. Os critérios foram estes:

- a) Ser educador (a) que tenha trabalhado e permaneça atuando no campo da Educação Popular desde Paulo Freire;
- b) Ter tido experiência na universidade, como professor (a) universitário (a);
- c) Possuir em seus Currículos Lattes (no resumo) alguns dos temas que se aproximem às minhas temáticas de pesquisa, tais como: Educação Popular, educador popular, Paulo Freire e universidade popular.

No decorrer da pesquisa e da produção do texto, algumas suspeitas emergiram, tais como: 1) que a Educação Popular na universidade é uma alternativa para a autêntica politicidade nesse espaço educativo; portanto, *os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular* no Brasil, através de suas *experiências na universidade*, podem contribuir para repensar a universidade, na perspectiva da Educação Popular freiriana; 2) que a Educação Popular tem o potencial de efetivar uma educação crítica e emancipatória frente ao contexto capitalista, o qual, na sua origem, não pressupõe uma educação crítica, assim como Paulo Freire compreendia.

No entanto, as *práticas educativas* (trabalho/trajetória/experiências) *dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular* fornecem pistas de como as *experiências vividas* (individual e coletiva) *na e com a Educação Popular*, sujeitas a determinações (políticas, econômicas, culturais, etc.) podem ou não colaborar para repensar a universidade popular na perspectiva freiriana, no atual contexto.

Diante dessas questões e dos critérios selecionados, a provocação inicial é pensar: 1) O que seria uma universidade popular? 2) Uma universidade popular, necessariamente, deve estar embasada na perspectiva da Educação Popular? 3) O acesso da classe popular na

universidade significa que tenhamos construído uma universidade popular? 4) Quais as contribuições dos sujeitos da pesquisa (Pioneiros e pioneiras da Educação Popular) na aproximação efetiva entre a universidade e a Educação Popular?

Em relação aos questionamentos acima, o meu entendimento sobre o que seria uma universidade popular não se define somente pelas políticas públicas de acesso da classe popular na universidade, da sua permanência e da reestruturação curricular, tampouco da inclusão de disciplinas e seminários sobre Educação Popular na universidade. No meu entendimento, a universidade popular deve avançar o sentido do “popular” que Milton Santos qualifica a universidade, conforme citação abaixo:

[...] o novo não pode ser um fim em si mesmo, a novidade tem que ter sentido social e histórico, para transformar este mundo tão desigual. Por isso, nosso projeto de mudança quer, sem preconceitos e com imaginação, como Milton Santos certamente sonhou, tornar a universidade brasileira uma instituição radicalmente pública, de fato popular. (SANTOS; FILHO, 2008, p.256).

O *popular*, nesse caso, está coadunado ao acesso e permanência da classe popular na universidade, inspirando-se pelas políticas de inclusão social. Porém, os autores ampliam o sentido de Milton Santos colocando que o acesso do povo na universidade deve estar ao lado do sentido social e histórico da luta cujo objetivo é transformar o mundo. No meu modo de ler, estudar e interpretar os estudos sobre a Educação Popular desde Paulo Freire, a presença do *popular na universidade* não significa que esta seja, na base, uma universidade popular. Por outro lado, existe a possibilidade da Educação Popular estar presente em propostas pedagógicas de universidades que se identificam com a temática, a exemplo das experiências da Aeppa.

Apoiada nessas questões preliminares, dialoguei com os sujeitos da pesquisa sobre o que eles pensam a respeito da universidade popular e da Educação Popular na universidade a partir de suas experiências. Ao me reportar ao termo *universidade popular*, a compreendo enquanto *universidade na perspectiva da Educação Popular* sendo diferente da presença da Educação Popular na universidade. E, diferente também de uma simples e parcial democratização da universidade através de sua abertura a ingressantes provenientes das classes populares. Pois uma coisa é abrir a universidade a pessoas do povo para inculcar também nelas saberes e valores hegemônicos; e outra coisa, bem diversa, é criar universidades envolvidas com contra-saberes e contra-valores hegemônicos, de superação, de vocação insurgente, transformadora e socialmente popular.

Por fim, apresentarei, no próximo tópico, as questões que orientam esta tese, bem como os objetivos da pesquisa.

1.1 Apresentando a temática de estudo

[...] o fundamental é que essa curiosidade que nos leva a nos preocuparmos com um tema determinado se concretize em perguntas essenciais que serão os fios condutores de nosso trabalho. (FREIRE; FAUNDEZ, 2002, p.50).

É importante colocar que o tema de pesquisa permitiu estabelecer relações entre a Educação Popular e a universidade a partir das trajetórias de educadores e educadoras com experiência em Educação Popular há mais de quatro décadas. Assim, o trabalho desenvolveu-se tendo como horizonte não só a possibilidade de realizar o resgate histórico da trajetória desses pioneiros e dessas pioneiras da Educação Popular desde os tempos de Paulo Freire - o que em si já seria de suma relevância, visto que eles e elas participaram da criação da Educação Popular, desde Freire, no Brasil - mas também trazer as contribuições deles, hoje, uma vez que ainda permanecem trabalhando nessa concepção.

Com isso, penso que este estudo poderá desaguar em um elo entre a proposta pioneira da Educação Popular da equipe de Paulo Freire sobre a “universidade popular” (Brandão¹⁵) e as alternativas atuais de universidades identificadas com a Educação Popular.

Nessa perspectiva, a produção desta pesquisa postulou uma radicalidade na escolha da fundamentação teórico-metodológica¹⁶ a ser desenvolvida, pois a proposição é de uma reflexão analítica das experiências dos *pioneiros e das pioneiras da Educação Popular* desde os tempos de Freire, na Educação Popular. A radicalidade colocada aqui significa recusar metodologias sectárias, ou seja, numa perspectiva da radicalidade dialética em que teoria e prática, discurso e inserção, reflexão e ação estão imbricados e tensionados pela realidade. Assim sendo, a minha opção foi por uma pesquisa cuja dimensão participativa e dialógica, com metodologia diversificada e com múltiplos instrumentos, possibilitou encontros de partilha de experiências na leitura e registro da realidade como ferramenta de reflexão importante na construção do conhecimento.

1.1.1 Da proposta de estudo à sua construção: contribuições

“Uma epistemologia baseada no profundo respeito ao senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana”. (GADOTTI; TORRES, 1992, p.8).

¹⁵ Em um texto intitulado “Paulo Freire - A Educação, a cultura e Universidade. Memórias de uma história há cinquenta anos atrás” (s/d e não publicado), o autor coloca que Jarbas Maciel anuncia, pela primeira vez, a extensão do método Paulo Freire a todo sistema de educação, desembocando numa autêntica e coerente Universidade Popular.

¹⁶ Esse assunto será abordado no segundo capítulo.

Os motivos que me levaram a escolher esse tema já foram mencionados anteriormente. Entretanto, considero necessário destacar que o tema *Educação Popular e universidade*, a partir da reconstrução das experiências de *pioneiros e de pioneiras da Educação Popular*, é extremamente relevante e faz muito sentido no contexto atual da educação. Estamos presenciando tempos em que o projeto de universidade vem sendo disputado, questionado e tensionado por diferentes e antagônicos projetos. A Educação Popular encontra-se atravessada nesse campo de embate entre uma educação bancária e uma educação crítico-problematizadora.

Acredito, portanto, que essa tese passa a ser parte de um conjunto de estudos produzidos sobre Educação Popular e universidade. Mas o que se destaca como relevante para a história da Educação Popular é a produção de uma tese através das experiências de *pioneiros e pioneiras da Educação Popular* que atuaram/atua na universidade. Os registros dessas experiências, apresentados na tese, são fruto de entrevistas, depoimentos pessoais e documentos que apresentam o *sumo de suas ideias*¹⁷ e de suas propostas ao longo de suas trajetórias no campo da Educação Popular na universidade.

As histórias registradas (através de relatos orais e escritos), originárias de diferentes experiências dos *pioneiros e das pioneiras da Educação Popular*, são apresentadas no decorrer da tese, contribuindo para a continuidade e aprofundamento da história da Educação Popular em diálogo com a universidade. Isto, porque obtivemos um conjunto de sínteses que pode servir como base para pensarmos hoje a universidade na perspectiva da Educação Popular, quiçá uma universidade popular com perspectiva crítica.

1.2 Problemática de pesquisa: questões indagadoras

Orientada pela temática da Educação Popular e da universidade, apresentada anteriormente, desenvolverei a pesquisa partindo das seguintes indagações:

¹⁷ Aqui, compreendo enquanto unidade que nasce das “palavras grávidas” ditas pelos sujeitos da pesquisa. Penso que o sumo das ideias diz respeito à busca pelas dimensões essenciais das palavras chamadas geradoras, as quais terão um profundo sentido existencial para o coletivo e para o tema desta pesquisa.

1.2.1 Questões Investigativas

- 1) O que caracteriza a compreensão de universidade na práxis educativa de pioneiros e pioneiras da Educação Popular da qual Paulo Freire é uma referência básica?
- 2) Que positivities/emergências apontam na direção de uma universidade popular?

1.2.2 Problema de pesquisa

- 1) Quais experiências político-pedagógicas podemos identificar entre a trajetória teórico-prática de *pioneiros e pioneiras da Educação Popular* e a luta por uma universidade na perspectiva da Educação Popular freiriana?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral:

- ✓ Realizar uma pesquisa crítico-problematizadora a partir das *experiências* dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, com vistas a obter uma visão de conjunto, na qual a síntese de seus conhecimentos possa servir como base para repensarmos, hoje, a universidade, numa perspectiva da Educação Popular que Paulo Freire é uma referência básica.

1.3.2 Objetivos específicos:

- ✓ Descrever e analisar as experiências teórico-práticas de pioneiros e pioneiras da Educação Popular e sua visão de universidade na ótica da Educação Popular.
- ✓ Revisar as compreensões de Educação Popular, para, assim, definir a concepção de Educação Popular freiriana.
- ✓ Analisar, relacionar e articular os conceitos Educação Popular e universidade a partir da trajetória de pioneiros (as) da Educação Popular, associando a uma análise acerca do desafio da construção da universidade na perspectiva da Educação Popular.
- ✓ Contribuir, a partir da trajetória teórico-prática de pioneiros (as) da Educação Popular, na discussão do ideário da Educação Popular no contexto da universidade, articulado com um projeto emancipatório de sociedade.

1.4 A estrutura da tese: a presença do eu e o nós na sua construção

A tese foi escrita desde o início do doutorado. A sua estrutura é composta por um conjunto de textos escritos em pedaços de papéis, em diários, blocos de anotações e agendas, bem como de muitas reflexões escritas em arquivos de texto salvos no meu computador. As propostas e as metodologias foram se constituindo enquanto unidade coesa e coerente, uma vez que foram se configurando na relação entre a teoria e a prática no momento em que fui cruzando as informações localizadas na pesquisa documental e pelas entrevistas; busquei construir e reconstruir este percurso, através do uso dos instrumentos e metodologias diversificadas, e mediante a análise do material por meio do método Paulo Freire, o que viabilizou uma síntese de conhecimentos que poderiam vir a contribuir para o debate da Educação Popular na universidade. Foi a junção dos materiais de pesquisa que me permitiu uma compreensão totalizante (unidade dialética da práxis) da realidade investigada. Além disso, ela foi edificada a partir das trocas de e-mail entre os sujeitos de pesquisa e eu, e entre eu e meu orientador, principalmente. Somam-se a esse diálogo outros educadores e educadoras, que, junto comigo e com os pioneiros e as pioneiras, trilharam uma jornada de debate reflexivo relativo ao tema: *universidade e Educação Popular*.

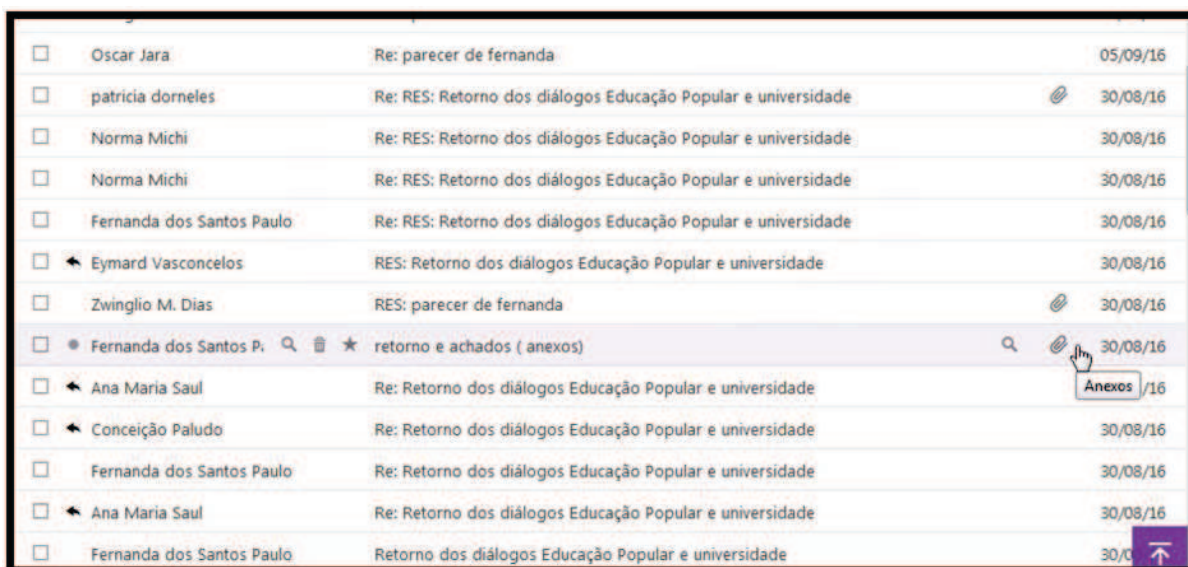


Figura 6. Print da troca de e-mails com alguns dos educadores que participaram da discussão a partir dos e-mails dialógicos.

A esse movimento da pesquisa, compreendo-o como um processo de costura de saberes da e com a Educação Popular, no qual nós, eu e os sujeitos da pesquisa e eles entre si, nos valem de uma dinâmica eminentemente dialógica cuja metodologia vai ao encontro do que acreditamos e defendemos, dando sentido para o nosso estudo temático. Posso afirmar, com

alegria, comprometimento, humildade e gratidão, que o resultado deste trabalho de pesquisa é coletivo, pois, sem o diálogo com os meus interlocutores (as), acredito que minha tese não estaria coerente com a perspectiva da Educação Popular.

A tese, a ser apresentada, é mais que um requisito para obtenção do título de doutora em educação, pois consiste de uma larga trajetória de envolvimento e estudos sobre Educação Popular. O princípio fundante da Educação Popular são as lutas coletivas, participativas e comprometidas com um outro projeto de educação e sociedade – não capitalistas. Porém, ao longo dos anos, há redefinições do lugar e compreensões acerca da Educação Popular e do papel dela nos múltiplos espaços, sejam eles institucionais ou não. O diálogo sobre as fronteiras entre o instituinte e o instituído está presente na tese, quando busco discutir quais as mudanças e implicações no uso da expressão Educação Popular, principalmente na universidade.

Um aviso aos possíveis leitores e leitoras, minha escrita, também narrativa, busca traduzir através da escrita meu profundo envolvimento com o tema pesquisado não negando a subjetividade, porque vejo ser impossível separá-la da objetividade. Entendendo que a subjetividade se constitui na relação dialógica na qual superar as dualidades objetividade-subjetividade, emoção-razão e teoria e prática é um imperativo existencial¹⁸. Assim, acredito que uma personalidade marcante ao longo de toda a tese não compromete a sua objetividade naquilo em que ela é essencial, embora não deixe de incorporar questões e versões assumidamente pessoais e, portanto, subjetivas (de um sujeito que fala ou escreve), pois afinal trata-se de depoimentos de educadores e educadoras pioneiros (as), dados não a uma pesquisadora distanciada do tema, mas igualmente pautada por uma adesão pedagógica e militante à Educação Popular.

Esse estudo tem um significado para além da conquista de um título acadêmico, estando intrinsecamente mergulhado num projeto de vida, no qual milito há décadas. Por essa razão, o processo de produção dessa tese não foi tão sofrido como costuma ser em situações acadêmicas como esta. Ao contrário, foi um presente conquistado dia-a-dia. Foi uma vivência que deu sentido para a minha vida, reafirmando não apenas os princípios que defendo, mas me provocando a continuar na luta concreta em defesa da Educação Popular revolucionária, construindo novas perspectivas teórico-metodológicas dentro da universidade e fora dela.

¹⁸ Para a compreensão da relação objetividade-subjetividade, sugiro a leitura dos livros: *Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Esperança*. E, também, os verbetes de José Fernando Kieling (SUBJETIVIDADE/OBJETIVIDADE) e de Sérgio Trombetta (ALTERIDADE), que constam na 2ª edição do Dicionário Paulo Freire.

A tese foi estruturada da seguinte forma: O **primeiro capítulo** é uma apresentação do tema e a sua relação com minha trajetória de vida. Prossegui, então, com as questões problematizadoras, os objetivos e a estrutura da tese. Na sequência, no **segundo capítulo**, trato do caminho metodológico construído a partir do referencial teórico da Educação Popular, tendo como base alguns dos princípios da pesquisa participante. Destino o **terceiro capítulo** para a revisão de literatura, realizada em diferentes bases de dados. Essa parte da tese contribui para o entendimento da escolha dos referenciais bibliográficos, bem como ajuda a situar o recorte do meu tema em relação ao universo de estudos acerca da Educação Popular. No **capítulo posterior**, abordo uma reflexão teórica acerca da relação universidade e Educação Popular. Para tanto, essa parte apresenta elementos que embasam a discussão sobre: Educação Popular, Educação Popular e universidade, Educação Popular e o popular na universidade e Educação Popular freiriana.

No **capítulo 5**, apresento o fundamento e as dimensões ontológicas da Educação Popular freiriana. E, por fim, nas **Considerações Finais** (Textos e Contextos ao longo da e para a vida), apoiada pelas questões centrais da tese, destaco, a partir das *experiências* dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, contribuições, limites e possibilidades, que servem como base para repensarmos, hoje, a universidade, na perspectiva da Educação Popular.

AS PRIMEIRAS PISTAS A PARTIR DOS PIONEIROS E PIONEIRAS....

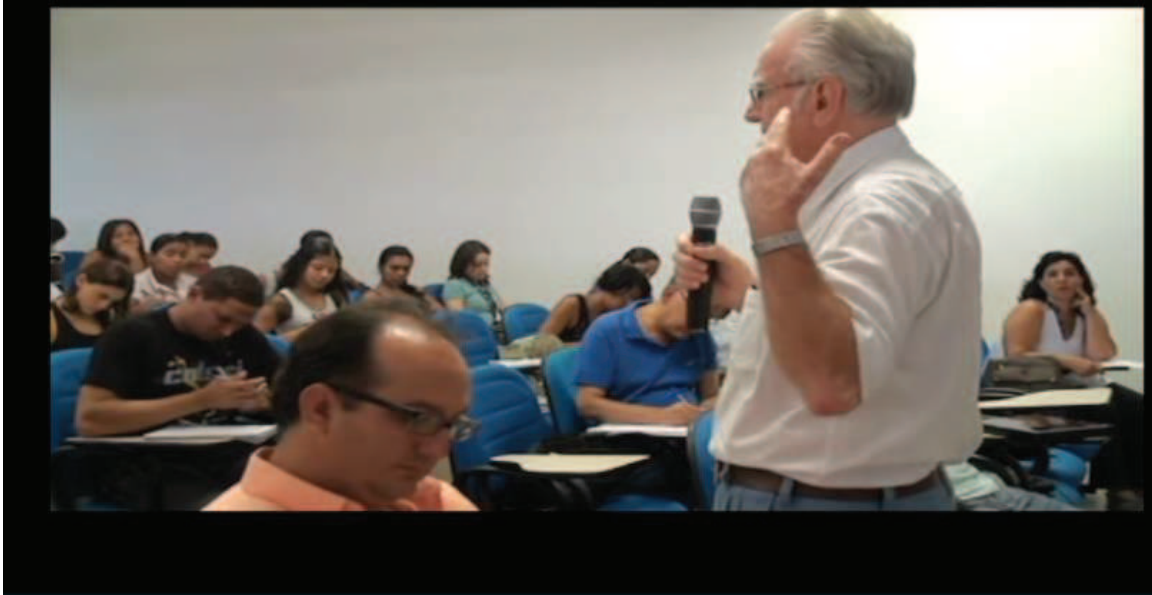
Sobre a gênese da expressão **educação popular**, concordo com as contribuições anteriores: nas obras dos autores clássicos da educação brasileira (Primitivo Moacyr, Francisco Campos e mesmo Lourenço Filho, coordenador da primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos, criada em 1947, **educação popular significa a extensão da escola elementar às crianças das camadas pobres**. (Osmar Fávero, E-mail dialógico, 2015, grifos meus).

Os e-mails dos colegas já são uma demonstração de que o **diálogo virtual** também nos pode ajudar a resgatarmos muitas coisas. Aqui no Sul sob a liderança competente do Danilo, estamos resgatando as presenças de Freire no Estado. (Balduino A. Andreola, E-mail dialógico, 2015, grifos meus).

Querido Balduino, Osmar e toda a gente, entre **veteranos** dos primeiros tempos e "**militantes dos de agora**" - Eu diria que nunca houve uma única **educação popular**. [...] Na minha juventude, tanto o **militante da igreja** como o **partido comunista** eu tinha o horizonte da **revolução socialista**. [...] Experiências muito esperançasas: MST, Economia Solidária, Via Campesina, Rosa dos Ventos [...] também estamos tentando criar uma **universidade popular**. (Carlos Rodrigues Brandão, E-mail dialógico, 2016, grifos meus).

Fico feliz que as coisas estejam dando certo e caminhando. É sempre um grande desafio construir um Doutorado envolvendo **pesquisa de campo e trajetórias de pessoas** residentes em diversos lugares. Mas vejo que você está conseguindo. Fiz minha lição de casa, atendendo seu pedido. Veja em anexo. Boa viagem. Um grande abraço. Gadotti. (E-mail recebido, em 2015, com a carta pedagógica)

ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR



"Educação Popular: histórico e desafio" - Osmar Fávero (parte 03)



Educação Popular na Universidade: Roda de conversa com Carlos Rodrigues Brandão na UFPB

Fontes: <https://www.youtube.com>

2. CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO - ENTRE A ESCOLHA E A AÇÃO METODOLÓGICA

[...] dar a voz e deixar que de fato 'falem' com suas vozes as mulheres e os homens. (BRANDÃO, 2006)¹⁹.

Neste capítulo, apresento o caminho teórico-metodológico que subsidiou esta pesquisa. Procurei fundamentar esse percurso na Educação Popular na perspectiva (orientação) da pedagogia de Paulo Freire, tanto no referencial teórico como no metodológico.

Mas antes, relendo os pareceres da banca de qualificação do projeto de Tese, retomo alguns apontamentos importantes, que contemplam o processo de escrita da tese. Inicialmente, começo com uma pergunta que me foi feita pelo professor Gomercindo (Ufpel) acerca de quais seriam as minhas intuições entre as relações: Educação Popular Freiriana e a universidade. Obviamente, eu já tinha algumas pistas, advindas dos estudos realizados desde o curso de pedagogia e a partir da militância no campo da Educação Popular.

No dia 12 de agosto de 2016, data da qualificação, eu respondi a ele que a minha leitura partia da análise crítica da sociedade capitalista. Dizia que era importante ressaltar que no sistema capitalista a educação, sobretudo no contexto neoliberal, passa a ter um valor mercadológico, buscando o lucro e a mais-valia. Mas, afinal, o que essa pergunta tem a ver com a metodologia? A meu ver, tudo, pois não considero que a metodologia possa ser separada do conjunto de um trabalho, pois as escolhas metodológicas e do método estabelecem relação com as opções teóricas associadas às experiências individuais, e coletivas, de quem produz pesquisas no campo da Educação Popular. Em outras palavras, as metodologias estão condicionadas a uma *leitura de mundo*, aliada à opção política questionadora do aprofundamento da crise estrutural do sistema capitalista, que não exclui, obviamente, a educação.

É importante ressaltar que, ao trabalhar com um “objeto de estudo” (a relação Educação Popular e universidade), utilizo uma abordagem teórico-metodológica (mais do que uma metodologia procedimental) que, do ponto de vista teórico-ideológico, precisa ser esclarecida. Primeiro: a Pedagogia freiriana se inspira na educação libertadora, cujo ponto de partida está na existência do ser humano (dimensão antropológica), no reconhecimento da nossa

¹⁹ A pesquisa participante e participação da pesquisa - um olhar entre os tempos e espaços a partir da América Latina, do livro *Pesquisa Participante - o saber da partilha*.

inconclusão (a educação é movimento - tem caráter permanente) e no fato de que as nossas ações estão alicerçadas pela dimensão da política.

O segundo ponto é referente à crítica sociológica da sociedade capitalista, a qual faz parte do que constitui uma das formas de desumanização do ser humano. A prática educacional que serve de instrumento à desumanização (opressão) nos impede de *ser mais*. Essa educação, chamada de bancária por Freire (1987), reforça as desigualdades reproduzindo os conteúdos de modo mecânico e estático. Assim faz a sociedade capitalista, que, mesmo tentando invisibilizar a sua marca necrófila (Freire, 1987), oprime, devido às “características da consciência opressora, na sua visão necrófila do mundo” (FREIRE, 1996, p. 47).

Compreendendo que a pedagogia de Freire possui uma abordagem crítica, minha base/orientação teórica parte da filosofia que constitui a educação libertadora: existencialista, marxista e fenomenológica. Essas bases filosóficas compõem o que chamo de perspectiva freiriana.

Conseqüentemente, essas questões exigem que se explicito como pensei e produzi a tese. Por isso, eu acolhi a sugestão de Jaime J. Zitkoski quando, ao questionar o termo articulações no problema de pesquisa, diz que ele merecia um tratamento mais denso e explícito. Então, sugeri o seguinte: Que *experiências* se destacam na trajetória de vida dos pioneiros e das pioneiras [...]. A sugestão foi acolhida e qualifiquei o problema de pesquisa.

Neste lugar, enquanto pesquisadora e educadora popular por opção, eu reconheço as contradições que possivelmente se apresentarão no caminho trilhado, seja porque falo, escrevo e pesquiso de um lugar onde o tema da Educação Popular faz parte da minha trajetória de vida, ou porque acredito que nós, educadores e educadoras que apostamos e lutamos *por um outro mundo possível*, enfrentamos, na teoria e na prática, as contradições existentes nessas lutas e através delas. Lembro ainda que, segundo Paulo Freire, não existem ciências e nem pedagogias “neutras”, e toda a escolha que assim se afirma é como a educação que se diz “a-política”, na mesma medida em que pratica uma ação subordinada ao sistema político que critico e condeno.

O princípio fundante do método escolhido, a partir do referencial freiriano, é o *diálogo*, compreendido enquanto processo em que “educa enquanto se constrói” (BRANDÃO, 1986, p.15). Conforme Paulo Freire (1987), o diálogo inexistente sem a palavra, que é a origem da comunicação. A palavra é “essencialmente diálogo” (p.10), e, através dela, homens e mulheres, ao dizerem a sua palavra, existenciam-se, porque “é entendida como ação; [...] palavra viva e dinâmica. [...] Palavra que diz e transforma o mundo”. (p.11). No entanto, justamente por ser fundado no diálogo, este princípio fundante nos obriga a uma postura

franca e abertamente crítica. Eu somente me reconheço dialogando na medida em que, diante de outros, me abro a buscar com eles não apenas diferentes versões de “verdades” de vocação emancipadora, como ações teóricas e práticas delas derivadas.

Nesta pesquisa, busquei recuperar as experiências de pioneiros e de pioneiras na e com a Educação Popular, com vistas a obter um conjunto de síntese que sirva como base para repensar, hoje, a universidade. Estas *sínteses* foram constituídas a partir das palavras faladas e escritas pelos educadores e pelas educadoras, sujeitos desta pesquisa.

Creio que o meu processo de pesquisa possui algumas características fundamentais, ancoradas numa abordagem qualitativa na perspectiva do método *dialógico-problematizador*²⁰, pressupondo um “método de transformar a realidade que se procura conhecer”. (GADOTTI, 1996, p.721). Tais características contribuem para que esta pesquisa possua algumas das dimensões da Educação Popular participante. O método, nessa perspectiva, possui princípios fundantes, cujos caminhos podem ser recriados, porque ele é “uma provocação aos intelectuais e à realidade para que elas se recriem, a fim de traduzir os princípios metodológicos segundo as exigências e responder, assim, a diferentes realidades concretas”. (FREIRE; FAUNDEZ, 2002, p. 41).

O fundamento principal da metodologia é o *diálogo crítico-problematizador* enquanto princípio ontológico, imbricado pela práxis²¹ social transformadora. Nessa reflexão, não há dicotomia entre teoria e prática, pois ambas são conectadas com o *ser mais* para a *humanização*. Nesse viés, o caminho metodológico pode vir a contribuir, a partir das trajetórias teórico-práticas de *pioneiros e de pioneiras da Educação Popular freiriana*, na discussão do ideário da Educação Popular no contexto da universidade brasileira, articulado com um projeto emancipatório de sociedade. Desse modo, o caminho teórico-metodológico possui uma intencionalidade (político-pedagógica) e um percurso (teórico-metodológico), inspirado na concepção de educação em Paulo Freire, congruente com a dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular. Nessa direção,

²⁰ O método crítico-dialógico toma a educação como problematizadora no diálogo entre ação e reflexão sobre a realidade, cuja luta e compromisso estão para a transformação social. Segundo Zitzoski (2010) “o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo.” (p.117). Nesta perspectiva, o diálogo perpassa por todos os momentos e etapas de um processo de pesquisa. Em *Pedagogia do Oprimido* (1994) a expressão dialógico tem imbricada a criticidade, uma não existe sem a outra. Em outras palavras, não há dicotomia entre dialógico, criticidade e problematização.

²¹ Além dos livros de Paulo Freire, outras leituras foram fundamentais para apresentar a minha compreensão de práxis: SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. PEDAGOGIA DIALÉTICA DE ARISTÓTELES A PAULO FREIRE. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 2ª edição, 1988, editora brasiliense. E, Filosofia de la Praxis por Adolfo Sanchez Vazquez, disponível em biblioteca del pensamiento socialista: siglo XXI editores, s. a. de c. v., 2003.

A educação, para Paulo Freire, é ainda práxis, isto é, uma profunda interação necessária entre prática e teoria, nesta ordem. E, em decorrência da relação entre a dimensão política e a dimensão gnosiológica da relação pedagógica, a prática procede e se constitui como princípio fundante da teoria. Esta, por sua vez, dialeticamente, dá novo sentido à prática, especialmente se for uma teoria crítica, ou seja, resultante de uma leitura consciente do mundo e de suas relações naturais e sociais. (ROMÃO, 2010, p. 134).

Os princípios fundantes que colaboraram para o meu caminho metodológico foram identificados nas leituras realizadas sobre Educação Popular, tais como: a dialogicidade, a criticidade e a práxis. Esses princípios estão presentes nos livros: *Educação como prática da liberdade*, *Pedagogia do oprimido* e *Pedagogia: diálogo e conflito*.

Para Paulo Freire, o método é indissociável do processo de conscientização (1994), de uma atitude dialógica, problematizadora e participativa no processo da pesquisa. A escolha por esses princípios fundantes resultou em uma prévia análise da fundamentação teórica do caminho metodológico. Ao olhar para a totalidade da pesquisa, elejo como princípio fundante o *diálogo na práxis* (Brandão, 1986; Freire, 1987; Gadotti, 1996; Freire; Faundez, 2002; Romão, 2010).

Assim, no meu caso, enquanto pesquisadora e educadora popular militante, assumi o compromisso de realizar uma pesquisa na perspectiva crítica e problematizadora, cujos resultados deverão ser socializados na universidade, nos Movimentos Sociais Populares, nos seminários de educação, em artigos e em coletivos²² que vêm discutindo o tema da Educação Popular e da universidade. Também, pretendo continuar realizando pesquisas acerca desta temática, continuando os meus estudos neste campo em diferentes contextos educativos.

Quanto aos instrumentos teórico-metodológicos, escolhi o uso de entrevistas semiestruturadas, a troca de cartas pedagógicas²³ minhas com os sujeitos da pesquisa e o uso de fontes primárias. A troca de cartas pedagógicas é uma das formas de registrar as nossas experiências. No entanto, “o registro como instrumento de reflexão” (FREITAS, 2010, p.356) possibilita a construção de um conhecimento constituído pela rigorosidade metódica de nossa

²² Um exemplo desses coletivos, ocorre na Ufrgs. Lá existe um grupo de estudo sobre Universidade popular, o qual é organizado por estudantes universitários. Este grupo é aberto para quem dele quiser fazer parte. Eu já participei de dois encontros, um no ano de 2015 e outro em 2016. Sobre esse coletivo acessar: <https://gtup.wordpress.com/>

²³ No Dicionário Paulo Freire, o verbete CARTAS PEDAGÓGICAS, de Adriano Vieira, expressa as cartas como “exercício do diálogo por meio escrito”. (2010, p.65). Ana Freitas (2004), Rosane Zimmer (2004) e Isabela Camini (2012) vêm escrevendo sobre Cartas Pedagógicas. Freitas, ao longo do seu livro, usa a expressão “Cartas” fazendo uma relação entre teoria-prática, curiosidade-criticidade e dialogicidade na prática educativa de corte progressista. Zimmer sustenta que as cartas pedagógicas são formas de registrar a ação docente. Camini associa as cartas pedagógicas como possibilidade de práticas formativas, especialmente, nos movimentos sociais. Considera que escrever e receber cartas, além de ser um gesto amoroso, são formas de comunicação.

reflexão (Freitas, 2004; Freire, 1993). As cartas recebidas possibilitaram o aprofundamento de determinados temas e a partilha de experiências.

As *entrevistas semiestruturadas* foram realizadas de duas formas: presencialmente e por e-mail. Na forma presencial, fui ao encontro dos sujeitos da pesquisa para a realização das entrevistas, as quais foram individuais. Já as entrevistas realizadas à distância, pressupondo uma dimensão participativa através das conversas por e-mail, individual e coletivamente. Este instrumento on-line, denominado por mim como *e-mail dialógico*, deu-se através de uma questão geradora²⁴, possibilitando um diálogo entre sujeitos da pesquisa e sujeita pesquisadora, numa perspectiva de que “ambos aprendem juntos”. (GADOTTI, 1996, p.86). Nessa troca de e-mails, além da conversa acerca de uma questão geradora, também compartilhei os escritos da tese com os sujeitos da pesquisa, pois as nossas interações participantes contribuíram para a construção de uma tese que se inspira, de alguma maneira, em alguns dos princípios da Educação Popular, cujo movimento da pesquisa é reflexivo e comprometido com o diálogo crítico. Igualmente, manifestamos que a Educação Popular freiriana possui ideias, propostas político-pedagógicas e um projeto de educação e sociedade de cunho libertador, no sentido de resistir às amarras desse projeto de sociedade que é autoritário, injusto e expropriador²⁵.

As *entrevistas semiestruturadas* combinaram perguntas abertas e direcionadas para a proposta da pesquisa. Os sujeitos que participaram do estudo puderam discorrer sobre o tema proposto à medida que íamos dialogando. Conforme coloca Triviños (1987), as *entrevistas semiestruturadas* são guiadas pelos (as) pesquisados (as), mas os (as) informantes ficam à vontade para seguir, espontaneamente, a linha do seu pensamento e de suas experiências, isto dentro do enfoque do tema da pesquisa, favorecendo assim não “[...] só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Os tipos de perguntas na entrevista semiestruturada, para Triviños (1987), podem ser embasados no tipo de vertente teórica: fenomenológica ou dialética. No meu caso, utilizei a *pedagogia freiriana*²⁶, que propõe uma visão epistemológica a partir da produção do conhecimento de forma dialógica, inspiradora da construção de saberes eticamente

²⁴ A partir das experiências (trajetória) de vocês enquanto militantes e/ou professores (as) universitários (as) que trabalham com o tema ou perspectiva da *Educação Popular* na Universidade, quais articulações são possíveis ou não de serem realizadas, na luta pela Universidade na perspectiva da Educação Popular freiriana?

²⁵ Adiante, serão expostas as dimensões ontológicas da Educação Popular freiriana, as quais são frutos do trabalho realizado a partir da escolha metodológica adotada.

²⁶ Ver em Freire (2015), quando expressa que a relação dialógica é exigência epistemológica na prática de pesquisas.

comprometidos com a vocação ontológica do ser humano: o ser mais para a humanização. Ou seja, para as minhas análises, usei a metodologia crítico-dialógica de Freire, que também é influenciada pelas vertentes citadas por Triviños (1987), entre outras: o personalismo cristão e o existencialismo.

Em relação ao processo de realização de entrevistas presenciais, elas foram realizadas em locais previamente combinados com os sujeitos da pesquisa, respeitando as condições particulares de cada um dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana. Referente às questões problematizadoras, elas estão em consonância com os objetivos da pesquisa e com o tema de pesquisa.

Além das entrevistas semiestruturadas, da troca de cartas pedagógicas²⁷ e dos estudos bibliográficos, as fontes primárias (cartas, diários, documentos pessoais) contribuíram para investigar quais experiências se destacavam nas trajetórias dos pioneiros e das pioneiras na luta pela universidade na perspectiva da Educação Popular. No tocante às análises documentais, eu acessei as cartas de Brandão, escritas à mão e datilografadas. Esses foram os documentos de primeira mão. Outros documentos foram analisados, mas não eram fontes primárias.

FIGURA 7- NO ARQUIVO PESSOAL DO PROFESSOR BRANDÃO



FONTE: Da autora, 2015.

A pedagogia freiriana consiste em um processo de construção do conhecimento por meio dos *Temas Geradores*, os quais visam superar o dualismo sujeito-objeto e a

²⁷ A carta Pedagógica é uma modalidade de escrita e uma ferramenta de pesquisa que aproxima pesquisador/a do sujeito da pesquisa que está sendo investigado. É uma das formas de construir e possibilitar aproximações de afetividade, compromisso, amorosidade, respeito e registro de uma história que ambos participam da construção e produção dela. Em minha experiência escrever cartas, sejam elas produzidas à mão ou digitadas pelo computador, são ferramentas revolucionárias que registram histórias que merecem ser contadas e disseminadas.

verticalização (hierarquização) do saber. Essa metodologia valoriza os diferentes saberes, problematizando-os de forma crítica, e, mediante a dialogicidade, busca a emergência de novas visões de mundo. Nesse sentido, o “Método Paulo Freire” está constituído “na sua teoria do conhecimento [...] que é eminentemente política, ética, humanista e democrática” (ARAÚJO FREIRE, 2006, p.331-332). No meu caso, o ponto de partida são *as experiências de educadores e educadoras na e com a Educação Popular*.

A metodologia em Paulo Freire está descrita e trabalhada, sobretudo, no terceiro capítulo da *Pedagogia do Oprimido*, a qual pode desencadear um processo fecundo de análise das experiências de *pioneiros e de Pioneiras da Educação Popular*. Para a elaboração de minha escrita, a partir dos processos históricos da Educação Popular, trabalho com a *Sistematização de Experiências* (Oscar Jara, 2007; 2006b) de forma recriada, a partir do livro *Pedagogia do Oprimido* (1994).

De acordo com Oscar Jara²⁸ (2007; 2012), a *Sistematização de experiências* não possui receitas. O autor apresenta uma proposta a ser realizada em cinco tempos: a) O ponto de partida; b) As perguntas iniciais; c) Recuperação do processo vivido; d) A reflexão de fundo; e) Ponto de Chegada.

No ponto de partida, existem dois pressupostos: Ter participado da experiência e possuir o registro das experiências. No meu caso, não participei diretamente das experiências dos educadores e das educadoras, mas possuo materiais que possibilitam o interesse pela sistematização. Em virtude das peculiaridades desta pesquisa (agenda dos sujeitos e dos seus espaços de atuação, distribuídos em diferentes estados e cidades do Brasil) não foi possível a realização de uma pesquisa participante em sua totalidade. Porém, busco inspiração em algumas das suas dimensões para registrar as experiências desses sujeitos na e com a Educação Popular. Esse momento foi recriado através dos *e-mails dialógicos* e das *trocas de cartas pedagógicas*. Por carta pedagógica, compreendo:

A carta, como um instrumento que exige pensar sobre o que alguém diz e pede resposta, constitui o exercício do diálogo por meio escrito. Por isso, referir-se às cartas pedagógicas implica referir-se ao diálogo, um diálogo que assume o caráter do rigor, na medida em que registra de modo ordenado a reflexão e o pensamento; um diálogo que exercita a amorosidade, pois só escrevemos cartas para quem, de alguma forma, nos afeta, nos toca emotivamente, cria vínculos de compromisso. (VIEIRA, 2010. p.65)

As *cartas pedagógicas* foram recebidas por e-mails e muitas delas emergiram de uma questão problematizadora. Por exemplo: É possível a Educação Popular na Universidade?

²⁸ Para identificar nas referências bibliográficas buscar: HOLLIDAY, Oscar Jara.

Os demais momentos propostos por Oscar Jara estão em consonância com o caminho metodológico desta pesquisa. A reconstrução histórica das experiências será apresentada juntamente com os processos de análise (reflexões de fundo).

Conforme Oscar Jara (2007, p.16), “as experiências são processos históricos e sociais dinâmicos: estão em permanente mudança e movimento”; no entanto, são construções sociais que, se não registradas, podem ser esquecidas, silenciadas e invisibilizadas. Por conseguinte, é importante a descrição e transcrição das *experiências vividas* dos sujeitos dessa pesquisa, tendo como desafio o seu *registro*. Por isso, a reconstrução e preservação das *experiências de pioneiros e pioneiras da Educação Popular* é importante. Os pontos de chegada aparecerão nas conclusões.

FIGURA 8 - CARLOS BRANDÃO E OSMAR FÁVERO



FONTE: <http://ufftube.uff.br/video/Cultura-popular-no-Brasil>

FIGURA 9 - OSMAR FÁVERO E CELSO BEISIEGEL - RJ/2011



FONTE: <http://mdejaediversidade.blogspot.com.br>

Em conversas com o professor Carlos Rodrigues Brandão, em meados de 2014, as entrevistas com participantes da Educação Popular, denominados por ele como “testemunhas oculares/remanescentes vivos”, podem colaborar para a reconstrução histórica de alguns dos percursos da Educação Popular. Assim sendo, acredito que as entrevistas individuais e coletivas²⁹ permitiram a partilha de experiências, algumas ainda não documentadas ou pesquisadas na universidade. Com isso, a *Sistematização de Experiências* propicia o reconhecimento público e a potencialização dessas experiências.

2.1 Universo da pesquisa e sujeitos da pesquisa

“convém ressaltar que a elaboração universitária serviu de alimento aos idealizadores e executores dos movimentos de educação popular que tiveram projetos nos anos 59/64” (Aída Bezerra, 1978, p. 7)

O coletivo de educadores e educadoras que configuram o universo da pesquisa foi selecionado a partir de alguns critérios, apresentados no primeiro capítulo³⁰. Mas cabe partilhar que, em um universo de mais de quinze educadores e educadoras, os escolhidos (as), mediante os critérios mencionados, foram: Alda Maria Borges Cunha, Ana Maria Saul, Balduino Andreola, Carlos Rodrigues Brandão, Celso de Rui Beisiegel, Moacir Gadotti, Osmar Fávero e Vanilda Paiva. Destes (as), apenas Alda Maria Borges Cunha, em virtude de suas condições de saúde, disse estar impossibilitada de participar desta pesquisa.

Com relação aos critérios sobre pesquisas realizadas pelos educadores e educadoras, foram analisados os sete Currículos Lattes. Inicialmente, apenas o resumo (no projeto de tese), e, depois, as publicações sobre Educação Popular. Todos e todas possuem aproximações com o meu tema de pesquisa. Em relação aos sujeitos dessa pesquisa, trabalhei com um mapeamento em três bancos de dados sobre os estudos bibliográficos realizados por esses educadores e educadoras em relação à Educação Popular e à universidade. Para tanto, utilizei o Scielo, Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações³¹ e a Biblioteca: acervo Paulo Freire³². Nesses bancos de dados, foi possível encontrar várias produções textuais com o referencial freiriano. Contudo, verifico que há poucos textos que tratam da universidade na perspectiva da Educação Popular. No que se refere aos “tempos pioneiros”, é importante lembrar que a proposta de cultura/Educação Popular estava no início de sua expansão aqui no

²⁹ Por e-mail.

³⁰ DAS PRIMEIRAS PALAVRAS À JUSTIFICATIVA: CAMINHOS ENTRELAÇADOS.

³¹ <http://bdtd.ibict.br/>

³² Biblioteca Digital do Instituto Paulo Freire

Brasil quando ocorreu o golpe militar de abril de 1964. E, justamente a universidade foi um dos cenários mais fortemente controlados e reprimidos. Recordo que todo o trabalho pioneiro de Paulo Freire e sua equipe do nordeste era realizado em um *serviço de ação comunitária* da então Universidade de Pernambuco. Relembro, ainda, que a grande campanha nacional de alfabetização, pensada para ser iniciada em todo o Brasil em 1964, envolveria intensamente o universo universitário.

Recentemente, Moacir Gadotti escreveu um artigo³³ e utilizou os nossos diálogos por e-mail em suas reflexões, afirmando que:

É difícil estabelecer uma data em que se pode dizer que a Educação Popular foi acolhida pela universidade. Recentemente essa questão foi colocada por e-mail a um grupo de educadores por uma educadora popular que está escrevendo uma tese de doutorado sobre a relação entre universidade e Educação Popular, a professora Fernanda dos Santos Paulo, da Unisinos (RS), orientanda do professor Danilo Streck. (p.6).

Há alguns livros sobre esta temática *Educação Popular e universidade*, os quais foram recentemente produzidos e/ou apoiados pela Universidade Federal da Paraíba: 1) Educação Popular na universidade: Reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop), 2013; 2) “Educação Popular na universidade – Reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (2014); 3) Educação Popular formação universitária (2015). Esses livros não são de autoria dos sujeitos dessa pesquisa, mas muitos deles são citados como referência teórica. As obras estão disponibilizadas na internet, de forma gratuita. O conteúdo dos livros trata de projetos de extensão orientados pela Educação Popular e algumas experiências de inserção da Educação Popular no currículo de alguns cursos. Constatei a presença de Carlos Rodrigues Brandão, Rui de Celso Beisiegel, Moacir Gadotti e Balduino Andreola como referencial teórico da Educação Popular .

Na Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações, localizei alguns dos espaços de participação desses educadores e educadoras (pioneiros e pioneiras) na universidade. Encontrei nesse site, a participação desses (as) como orientadores (as) de dissertações e teses, assim como membros de bancas de avaliação de trabalhos de pós-graduação. Esses educadores e educadoras são, frequentemente, utilizados como referencial teórico de muitos trabalhos acadêmicos, sobretudo relacionados ao tema da Cultura Popular, Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e educação cidadã.

³³ Extensão Universitária: Para quê? Publicado na página do Instituto Paulo Freire. https://www.paulofreire.org/.../pdfs/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro...

Posteriormente, realizei uma pesquisa no Currículo Lattes dos educadores e das educadoras, e pude confirmar que todos atuaram em universidades e trabalharam com a Educação Popular. Nessas informações, localizei os dados acerca do tempo de atuação na Educação Popular, temas de estudo e inserção na universidade. No que concerne ao tempo de atuação do coletivo dos sujeitos dessa pesquisa, é possível afirmar que todos estão no campo da Educação Popular há mais de 40 anos, conforme demonstra o quadro 2.

Ressalto que, com exceção de Carlos Rodrigues Brandão, que é antropólogo e pertence ao Instituto de Ciências Humanas e Letras da UNICAMP e de Vanilda Paiva, vinculada ao Instituto de Economia Industrial, todas e todos os outros “educadores pioneiros” estiveram ou estão ainda vinculados a Faculdades de Educação. Tanto Vanilda Paiva como Carlos Rodrigues Brandão possuem forte vínculo na área da educação.

<i>QUADRO 1- VÍNCULO NA UNIVERSIDADE - CURRÍCULO LATTES</i>		
EDUCADORES (AS)	ENDEREÇO DO CURRÍCULO LATTES	ATUAÇÃO NA UNIVERSIDADE E TRABALHAR COM O TEMA EP
1. ANA MARIA SAUL	Localizado - Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/1924505851256944	x
2. BALDUINO ANDREOLA	Localizado- Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6678521937817570	x
3. CARLOS RODRIGUES BRANDÃO	Localizado- Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/7721657000564411	x
4. CELSO DE RUI BEISIEGEL	Localizado- Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/0658208570193103	x
5. OSMAR FÁVERO	Localizado- Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/8036529328259644	x
6. VANILDA PAIVA	Localizado: Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/2175362065247859	x
7. MOACIR GADOTTI	Localizado- Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/0393558289378220	x
FONTE: http://lattes.cnpq.br/ Acesso em 27/01/2015. Sistematizado pela autora.		

Em relação aos sujeitos, duas são mulheres e cinco são homens; contudo, é importante esclarecer que não utilizei como base de critério de seleção dos sujeitos a questão de gênero, e sim os já mencionados.

QUADRO 2 - TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO POPULAR	
EDUCADORES (AS)	ANO DE INÍCIO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO POPULAR
CELSO DE RUI BEISIEGEL	Desde a década de 1950
OSMAR FÁVERO	Desde a década de 1950
CARLOS RODRIGUES BRANDÃO	Desde a década de 1960

MOACIR GADOTTI	Desde a década de 1960
BALDUINO ANDREOLA	Desde a década de 1960
VANILDA PAIVA	Desde a década de 1960
ANA MARIA SAUL	Desde a década de 1970
FONTE: da autora - 27/01/2015 a 27/02/2015	

2.2 Construção do *corpus* de dados

A coleta de dados foi realizada em diferentes momentos do processo de pesquisa, a partir da:

a) *Pesquisa Bibliográfica* (materiais já elaborados sobre os temas relacionados à pesquisa).

b) *Pesquisa Documental* (1 - Cartas pedagógicas trocadas entre nós: eu e os sujeitos da pesquisa; 2 - Documentos organizados por Osmar Fávero e Elisa Motta em DVDs sobre Educação Popular e EJA; 3 - Acervo de Cartas do Brandão; 4 - Outros documentos recebidos pelos sujeitos).

c) *Entrevistas semiestruturadas* (por e-mail e presencial). Os registros foram feitos através de anotações em diário e arquivo eletrônico, bem como em áudio.

A classificação dessa pesquisa, conforme Gil (2002), é exploratória e descritiva. Ou seja, faço o uso de *estudo bibliográfico e documental*, assim como busquei “*estudar as características de um grupo*” (p.42), neste caso, *dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular*. Esse tipo de pesquisa é, normalmente, usado pelos pesquisadores (as) sociais preocupados com a atuação prática.

Para tanto, na *pesquisa bibliográfica*, classificada por Gil (2002) como “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos” (p.44), as fontes utilizadas por mim foram livros, revistas, artigos, jornais, entre outras que se revelaram necessárias.

Outro recurso a ser utilizado é oriundo da *pesquisa documental*, cujos materiais foram requisitados aos educadores e educadoras que participaram dessa pesquisa, a exemplo de fotos, cartas, diários e documentos pessoais. Para Gil (2002), esse tipo de pesquisa assemelha-se à pesquisa bibliográfica, mas o que a diferencia é que a pesquisa documental “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser

reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. (p.45). Esses documentos são classificados como *fontes primárias*, ou como denomina Gil “de primeira mão”. (p.46).

2.2.1 Breves discussões a partir da Pesquisa Documental: da Intenção à Ação

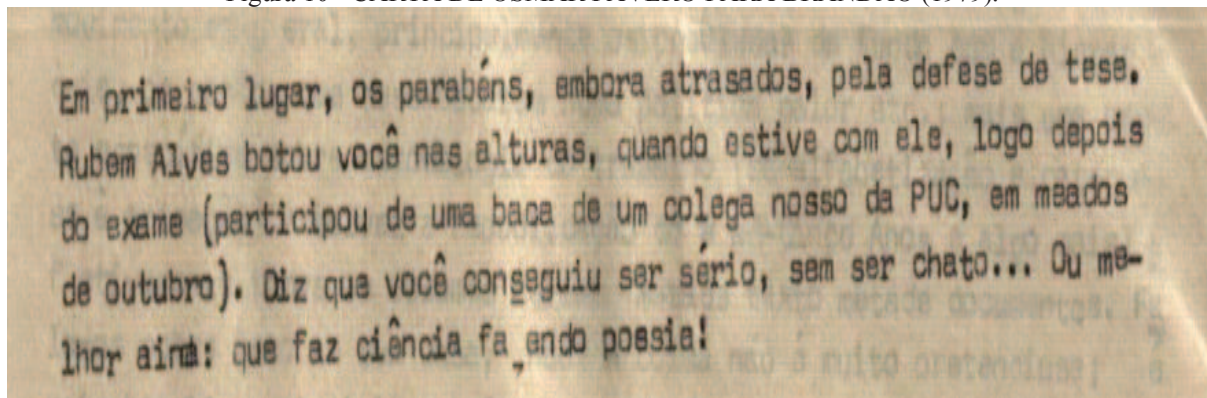
Os documentos são um tipo de fonte bibliográfica interessante e relevante, principalmente quando se trata de fontes primárias que são originais na pesquisa acadêmica. Minha intenção com esses documentos era discutir as bases conceituais da Educação Popular a partir das experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular.

A busca por materiais originais (cartas, por exemplo) me permitiu dar alguns direcionamentos para o assunto abordado. Um deles é reafirmar que a Educação Popular transitou pela universidade, seja pela concepção de difusão da educação (acesso) ou como uma forma de transgredir as fronteiras entre o instituinte e o instituído.

Não foram todos os sujeitos que encaminharam cartas pedagógicas em um arquivo denominado “carta”, mas todos, de um algum modo, cada um da sua maneira e no seu tempo, escreveram e-mails, análogos a uma carta pedagógica. Então, a minha proposta de escrita de cartas e análise de documentos realizou-se num conjunto de partilhas de materiais – para além dos e-mails dialógicos (entre o grupo), recebi e-mails individuais – que considero que podem ser interpretados como um tipo de carta pedagógica.

Os pioneiros e as pioneiras foram, de certo modo, *reinventores das metodologias*, pois eles e elas criaram novas conversações, convidaram outras pessoas para dialogar conosco, e, assim, ampliaram a discussão acerca da Educação Popular e a universidade. A seguir, apresento parte de uma carta que exemplifica, indiretamente, a importância de várias metodologias para escrever a tese, principalmente o capítulo 5: “O Fundamento e as Dimensões Ontológicas da Educação Popular freiriana”, que discute as dimensões que os orientam.

Figura 10 - CARTA DE OSMAR FÁVERO PARA BRANDÃO (1979).



FONTE – ARQUIVO PESSOAL DO BRANDÃO

O fragmento acima já demonstra que esse grupo de educadores e de educadoras são *transgressores* das normas fechadas da academia. As dimensões estética, pedagógica, epistemológica e metodológica andam de mãos dadas por dentro da universidade.

Freire (2002, 1997), ao discutir *anúncio* e *denúncia*, expressa o que nos ajuda a definir o *ser transgressor* das normas fechadas/empacotadas/inflexíveis da universidade. No que tange à importância da dimensão metodológica, considero que o desafio seja articular o projeto de educação que pretende ser libertador/emancipador, fundamentando-o coerentemente com as dimensões político-pedagógica e ético-social. Com base nas palavras de Brandão, a seguir colocadas, podemos considerar que a Educação Popular atravessa os diferentes espaços educativos, entrelaçando-se, também, através de uma dimensão estético-política:

Nos anos 60, vai surgir pesquisa participante, eu até costumo dizer que foram as três experiências latino americanas, basicamente, que acabaram repercutindo no mundo inteiro, a educação popular, nos anos 60, a teologia da libertação, 60,70, e a pesquisa participante; ainda agora eu estou vindo da Colômbia, do encontro internacional de pesquisa participante. (Entrevista, 2015 – grifo meu).

Considerando o recorte da carta de Osmar Fávero, de 1979, em que ele tece comentários acerca da tese do Brandão, observemos que ele fala da seriedade (compromisso político), do não ser chato (metodológico e pedagógico) e de fazer ciência fazendo poesia (epistemológico e estético). Voltando ao fragmento da fala do Brandão, ele relata três experiências transgressoras que buscam romper as verdades absolutas e empacotadas da ciência positivista e funcionalista, e que entre os anos 1960 e 1980 saltaram do Brasil à América Latina, e, dela, a todo o mundo. Terá sido uma primeira ocasião histórica em que a América Latina gera e divulga alternativas científicas, filosóficas e pedagógicas de vocação insurgente e emancipadora, atraindo para cá estudiosos e militantes do “primeiro mundo”, como acontece até hoje, tantos anos depois.

Por ser transgressor (a), ao fazer relação com a carta de Osmar Fávero, que cita sua conversa com Rubem Alves na PUC, busco em Danilo Streck, que, também, referenciando-se em Rubem Alves, enuncia que “O papel transgressor da educação consiste, para ele, [Rubem Alves] em semear e cultivar sonhos e esperanças.” (2017, p.41). O sonho e a esperança, trabalhados no texto de Streck, associam-se aos movimentos de mudança revolucionária e de resistência, principalmente sob inspiração de Richard Shaull³⁴.

³⁴ Um missionário protestante norte-americano que no final dos anos 50 e começo dos anos 60 esteve no Brasil e em outros países da América Latina, promovendo uma releitura bastante ousada e inovadora de um “cristianismo evangélico”. Sua presença entre nós foi essencial para impulsionar o movimento ecumênico, em sua vertente insurgente e emancipadora. Após o retorno do exílio ao Brasil, Paulo Freire tornou-se companheiro de ações pedagógicas de Rubem Alves e de Carlos R. Brandão. Recordo ainda que uma carta de Rubem Alves, como

Uma definição que expressa o que eu entendo por transgressão é assim formulada por Bell Hooks:

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade. (HOOKS, 2013, p.273)

A fala da Bell Hooks, professora e intelectual negra nascida nos Estados Unidos, contribui para atentarmos para três pontos-chave: 1) A universidade é um lugar de possibilidades, e não é um espaço imutável que impossibilite a sua recriação, mesmo com todos os limites que são inerentes ao sistema capitalista. 2) Foi constatado que não tem sido a universidade (universal) que projeta a Educação Popular como paradigma político-pedagógico institucional, mas são educadores e educadoras, com seus projetos particulares (pessoais e coletivos), que vêm discutindo a Educação Popular no interior e nas margens da universidade. A sala de aula, portanto, passa a ser um lugar de resistência, transgressão e de possibilidades. 3) Mais que abrir mente e coração, a Educação Popular, uma *educação como prática da liberdade*, exige metodologias e produção de conhecimento emancipatórios, o que implica:

[...] reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento de ser condicionado, humildade, luta em defesa dos direitos dos educadores(as), apreensão da realidade, exige alegria e esperança, exige curiosidade, convicção de que a mudança é possível, exige comprometimento, exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, tomada consciente de decisões, exige liberdade a autoridade, disponibilidade para o diálogo, risco, aceitação do novo e rejeição à discriminação e exige rigorosidade metódica, etc. (FREIRE, 2002, índice).

Para além de “imaginarmos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir [...]”, pensando diferente de Hooks, eu, embasada pelo referencial teórico da Educação Popular com base freiriana, acredito que buscamos soluções concretas para os problemas advindos da relação sociedade opressora (educação acrítica) e o desafio de ser educador e educadora nesse contexto. À vista disso, a relação entre o singular e o universal transita entre os lugares da universidade em disputa: entre o transgredir as regras e o obedecer às normas.

2.2.2 Sistematização de Experiências: relação dialética entre fazer e escrever sobre Educação Popular

Em primeiro lugar, os autores que subsidiam essa opção são Oscar Jara Holliday e Paulo Freire, fundamentalmente. Essa escolha parte da observação da urgência de registrar as experiências de quem vem escrevendo e vivendo a Educação Popular há mais de quatro (4) décadas. Além de contribuir para “o intercâmbio de experiências” (HOLLIDAY, 2006, p.17), que significa:

[...] intercâmbio de experiências, não em seu sentido elementar de “conhecer umas as outras”, mas sim no sentido de confrontar aprendizagens mútuas que obtivemos com elas, de tal modo que nos permita olhar nossas próprias experiências com novos olhos. A sistematização [...] é um processo que permite “objetivar” o vivido (HOLLIDAY, 2006, p. 34).

Com essa metodologia, viabilizou-se enxergar “alguns vazios de interpretação que só se fazem evidentes quando buscamos explicá-los” (HOLLIDAY, 2006, p. 34). Por isso,

A sistematização é aquela interpretação crítica de várias experiências que, a partir de sua ordenação e reconstrução, descobre ou explicita a lógica e o sentido do processo nelas vivido: os diversos fatores que intervieram, como se relacionaram entre si e por que o fizeram desse modo. A Sistematização de Experiências produz conhecimentos e aprendizagens significativas que possibilitam apropriar-se criticamente das experiências vividas (seus saberes e sentimentos), compreendê-las teoricamente e orientá-las para o futuro com uma perspectiva transformadora. (JARA, 2012, p.84).

Com tal entendimento, convidei os educadores e educadoras, sujeitos desta pesquisa, para que fizéssemos um exercício de sistematização de nossa experiência comum, com o propósito de recuperar a trajetória dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular na relação com a universidade. Encaminhei a primeira versão da **tese na segunda semana do mês de dezembro de 2017**, com a intenção de desafiar a nossa participação em um esforço teórico-metodológico de, juntos, avaliarmos e confrontarmos o que está materializado em forma de tese com aquilo que me propus a fazer. (ver em anexo).



Esses registros sustentam a fundamentação teórico-prática da junção dialética entre fazer Educação Popular e escrever sobre Educação Popular. Além dos registros dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular sobre a participação da pesquisa e a leitura da tese, contei com leitores/as críticos dessa tese. Em 2017, a Marilene Alves Lemes, colega e amiga que conheci no Programa de pós-graduação na Unisinos, utilizou como metodologia em sua tese o “amigo crítico”. Ela fez algumas opções criteriosas, sendo que uma delas foi:

A autora aconselha que o amigo crítico seja um pesquisador qualificado, isto é, que tenha conhecimentos do assunto, sendo desejável também ser capaz de se relacionar com o contexto, no caso desta tese, que lhe seja familiar o tema da participação. (LEMES, 2017, p.44).

Inspirada nessa opção metodológica, fiz a opção pelo **leitor crítico** e pela **leitora crítica**. Utilizei alguns dos critérios semelhantes aos utilizados por ela, sendo eles: 1) Ser pesquisadora com conhecimento no tema da Educação Popular; 2) Estar ou ter concluído o doutorado; 3) Aceitar ler a tese colocando-se como amigo/a e leitor/a crítico/a do meu trabalho; 4) Estar, em algum momento, participando da metodologia da tese, sendo citado/a no corpo do trabalho. Portanto, aceitar a participação direta na tese; 5) Receber a tese por e-

mail e, ao final, enviar por e-mail um parecer (no máximo uma lauda) para compor um dos apêndices da tese.

Com essa opção, encaminhei e-mail à Patricia Rutz Bierhals e ao Paulo Peixoto Albuquerque. Ambos trabalham com Educação Popular e os conheci durante o mestrado na Ufrgs. A Patricia foi colega de turma e orientação. Estuda Educação Popular no/do Campo. Atualmente, faz doutorado sob orientação da professora Conceição Paludo (PPGEDU-Ufrgs). O Paulo Albuquerque foi meu professor no mestrado e supervisor de um dos estágios de docência realizado durante o curso, também na Ufrgs. No anexo, encontra-se o registro da leitura dos amigos leitor e leitora crítica.

2.3 Análises dos dados: entre o projetar e o fazer

A análise dos dados foi realizada a partir da *Pedagogia do Oprimido* (1994), sobretudo através de uma releitura minha do *Método Paulo Freire*³⁵, em que a análise crítica do tema de pesquisa procedeu no envolvimento das múltiplas experiências em sua *totalidade*. Por totalidade, Freire não a pressupõe na acepção positivista, centrada na compreensão binária entre sujeito-objeto, portanto numa visão fechada (petrificada) da realidade presumindo causa-efeito. Para ele (1994), a totalidade é a leitura do mundo realizada a partir da “reflexão e mundo, subjetividade e objetividade” (p.8) que se encontram na “unidade dialética de que resulta um conhecer solidário” (p.12), crítico e produzido na práxis. A totalidade, nesse sentido, está associada à reflexão crítica acerca dos diferentes saberes: popular e científico, não os separando das múltiplas dimensões da vida: sujeito e objeto, razão e emoção, ética e estética, totalidade e particularidade, entre outras.

Mas como é possível fazer a análise metodológica sob inspiração de Paulo Freire?

Alguns apontamentos são necessários: 1) Em Freire, o processo de alfabetização toma a conscientização como parte importante na construção do conhecimento libertador. Pressupõe-se uma epistemologia político-pedagógica conscientizadora, sendo mediada pelo diálogo problematizador entre os sujeitos e a realidade, e a ação-reflexão. 2) Para Brandão (2010), “O Método Paulo Freire de alfabetização e educação de adultos realiza-se em sua geometria didática com pessoas ao redor de um círculo de cultura.” (p.170). 3) No meu caso, utilizo a

³⁵ Método aqui não está voltado apenas para delinear uma metodologia do fazer enquanto instrumento fechado em si, mas, sobretudo do fazer a partir de uma Teoria do Conhecimento que se quer dialógica. Diante disto, partirei da fala dos pioneiros e as pioneiras da Educação Popular para organizar os dados da pesquisa. Destes surgem, os Temas Geradores contextualizados.

concepção de Educação Popular libertadora³⁶, cujo método crítico-dialógico colabora na interpretação da realidade informada e investigada. Para tanto, o pressuposto metodológico compreende a articulação entre teoria e prática, cujas contradições servem para construirmos e qualificarmos de forma coletiva a relação entre Educação Popular e universidade. 4) O exercício de análise e sistematização representou um esforço rigoroso em utilizar o processo de codificação e decodificação para compreender as relações entre Educação Popular e universidade na formulação de sínteses a partir das entrevistas, dos meus objetivos e das minhas curiosidades. Juntar as partes, compor a unidade na diversidade, identificar conceitos e categorias a partir dos dados da realidade foi o caminho inicial. Classificar e escolher elementos importantes para as análises e síntese na confrontação das experiências teórico-práticas dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular subsidiou o processo de análise e sistematização, ambos na perspectiva da unidade dialética entre a teoria e a prática.

A realidade histórico-social no contexto da pesquisa foi sendo costurada pelas diferentes e múltiplas experiências, na medida em que a condição existencial dos sujeitos está vinculada aos processos de codificação e decodificação da realidade. Situando essas experiências no contexto da pesquisa, fui relacionando a inserção crítica na realidade concreta dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, buscando apresentar novas sínteses de conhecimentos. A síntese que permeou todo o processo de pesquisa e análises foi o exercício curioso, criativo e crítico na elaboração de uma tese que se preocupa com a construção de estudos que contribuam para a produção de conhecimentos e debates com compromisso social, pedagógico, ético, cultural, histórico e político com a Educação Popular libertadora.

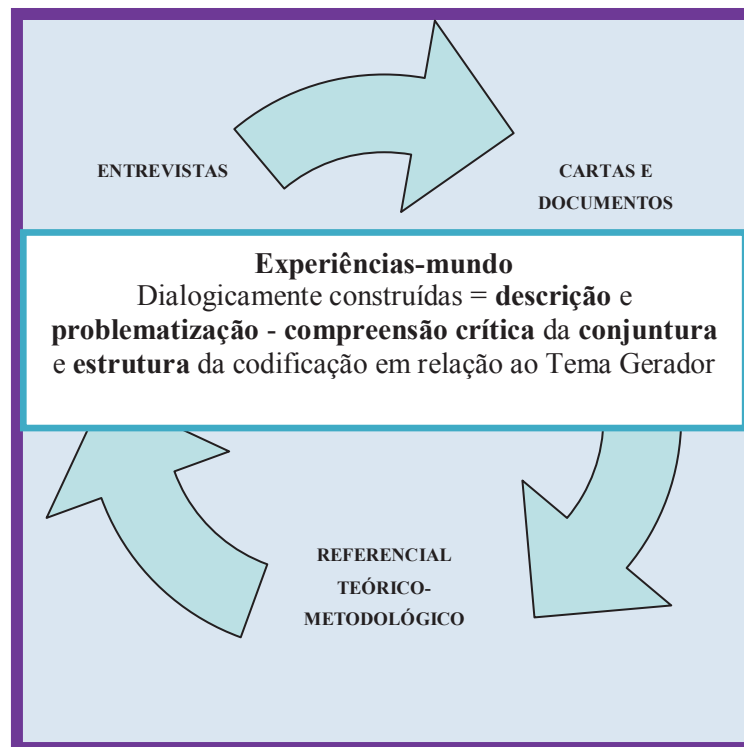
O esforço de propor uma análise crítica de dados a partir do fundamento e das dimensões da Educação Popular, ao olhar para a totalidade, possibilitou “reconhecer a interação de suas partes.” (FREIRE, 1994, p55). Ou seja, essa relação “implica numa ida das partes ao todo e numa volta deste às partes, que implica num reconhecimento do sujeito no objeto (a situação existencial concreta) e do objeto como situação em que está o sujeito.” (FREIRE, 1994, p.55).

Analisar os dados por meio da reconstrução das trajetórias na e com a Educação Popular destes educadores e educadoras me permitiu trabalhar com o seus respectivos *universos*

³⁶ Na perspectiva crítica a Educação Popular é e deve ser libertadora. Conforme Freire, a proposta de uma pedagogia humanizadora e libertadora impulsiona a construção e uma cultura da libertação na busca da emancipação humana.

temáticos em diálogo com o *tema gerador*³⁷. Através das análises das entrevistas, o que Freire denominava de universos temáticos vou chamar de **experiências-mundo**.

No meu caso, tal processo foi realizado por meio das entrevistas (presenciais e por e-mail), além de análise documental. “Desta maneira, as dimensões significativas que, por sua vez, estão constituídas de partes em interação, ao serem analisadas, devem ser percebidas pelos indivíduos como dimensões da totalidade”. (FREIRE, 1994, p. 55). Diante disso, a obtenção de sínteses que possam servir como base para pensar hoje a universidade, na perspectiva da Educação Popular, foi resultado da relação entre o *tema gerador*, que se encontra contido no *universo temático* (**experiências-mundo**), cuja interação propiciou uma leitura analítica da totalidade estudada, que é advinda da *prática social dos pioneiros e pioneiras da Educação popular*.



Essa interação partiu da *codificação*, tal como compreendida em *Pedagogia do Oprimido*, enquanto representação da situação vivida pelos sujeitos, sendo constituída na relação com o *tema gerador*. A codificação representa as partes do problema de estudo, permitindo as relações com a totalidade. Nas palavras de Freire (1994), “A codificação de uma situação existencial é a representação desta, com alguns de seus elementos constitutivos, em interação”. (p.55). Em outras palavras, a codificação representa uma situação existencial vivida pelos sujeitos da pesquisa, neste caso as *vivências na Educação Popular*. Por isso, as codificações não possuem um *núcleo temático*, pois tratam de um *universo temático*

³⁷ O tema gerador é a universidade e a Educação Popular.

(**experiências-mundo**). É dessa maneira, pelas codificações mediadas pela reflexão de uma situação existencial, que os elementos da totalidade são expressos.

A análise desse *universo temático (experiências-mundo)* foi realizada através da *decodificação*, que tem a intenção de capturar os elementos existenciais apresentados na codificação. Por isso, as entrevistas (presencial e por e-mail) e a análise das cartas recebidas *dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular* foram “lidas” a partir de algumas dimensões (políticas, epistemológicas, sociais, estéticos, antropológicas e metodológicas) da concepção da *Educação Popular freiriana* e das trajetórias *destes sujeitos*.

A *decodificação* foi um dos momentos mais importantes dentro da pesquisa, porque permitiu estabelecer as relações entre as partes do todo e um retorno do todo às partes (Freire, 1994). Com base na proposta de análise, consegui registrar parte das *experiências* vividas e compartilhadas *pelos pioneiros e pelas pioneiras da Educação Popular*, possibilitando o não “desperdício da experiência”. (SANTOS, 2000). Logo, entendo que os educadores e educadoras são *sujeitos de relações*, e possuem experiências coletivas e particulares/singulares. Assim, faço a opção pelas interações entre o singular/particular e o universal/totalidade. À luz de Lukács (1978) e de Freire (1994), concebo que existem mediações entre o particular e a totalidade. Um não existe sem o outro, e não são lineares – ao contrário, a interação entre eles dá-se em movimento. Também, ao explicitar essas opções teórico-metodológicas na minha perspectiva de análise, constato que as **experiências-mundo** compõem a práxis educativa dos sujeitos que buscam alternativas transformadoras na construção de inéditos-viáveis.

A codificação representa as situações existenciais (a teoria, a prática, os ideais, os limites, etc.) e a decodificação é análise crítica do contexto teórico-prático das vivências *dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular*. Freire (1989), ao retomar a necessidade de ultrapassar os limites da pura decodificação, afirma ser necessária uma compreensão crítica da leitura do mundo e da leitura da palavra. Essa definição me ajudou nas relações entre o singular e o universal de Lukács (1978), na análise da situação existencial concreta.

Assim, a Educação Popular e universidade, objeto de estudo, só possuem sentido na relação entre o contexto teórico-prático das experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular. Estes (as) fazem parte de um contexto histórico e político particular da trajetória da Educação Popular no Brasil. Ressalto que essas trajetórias (da Educação Popular e dos pioneiros e das pioneiras) são constituídas de contradições que fazem parte da nossa existência no e com o mundo.

Por tais razões, a decodificação crítica é o que permitiu identificar a ontologia da Educação Popular freiriana e a responder parte das minhas indagações. A decodificação, segundo Freire (1994), possibilita a construção do novo conhecimento ou de pistas para construir novas sínteses de conhecimentos. Esse processo de codificação e decodificação permitiu a reconstituição de algumas das experiências vividas individual e coletivamente, observando as particularidades/singularidades dos sujeitos dessa pesquisa. Assim sendo, o registro dessas experiências é um “instrumento possibilitador da práxis por ser também instrumento de formação e organização” (FREIRE, 1981, p.10).

Dessa maneira, identifiquei elementos presentes nas experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular que podem contribuir para repensar a universidade na perspectiva da Educação Popular. E, como questão balizadora, temos: **Quais experiências político-pedagógicas podemos identificar entre a trajetória teórico-prática de *pioneiros e pioneiras da Educação Popular* e a luta pela universidade na perspectiva da Educação Popular freiriana?**

Durante o percurso de análise da pesquisa, caracterizo os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular como intelectuais *semeadores de esperança* e *intelectuais comunicativos*. Pois, a partir de suas **experiências-mundo**, seja na militância e/ou no trabalho na universidade, mediante as experiências individuais e coletivas, eles se constituem como **intelectuais engajados**. Observo que na Educação Popular é através das **experiências-mundo** e da **presença engajada** que podemos pontuar as principais contribuições dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular na aproximação efetiva entre a universidade e a Educação Popular.

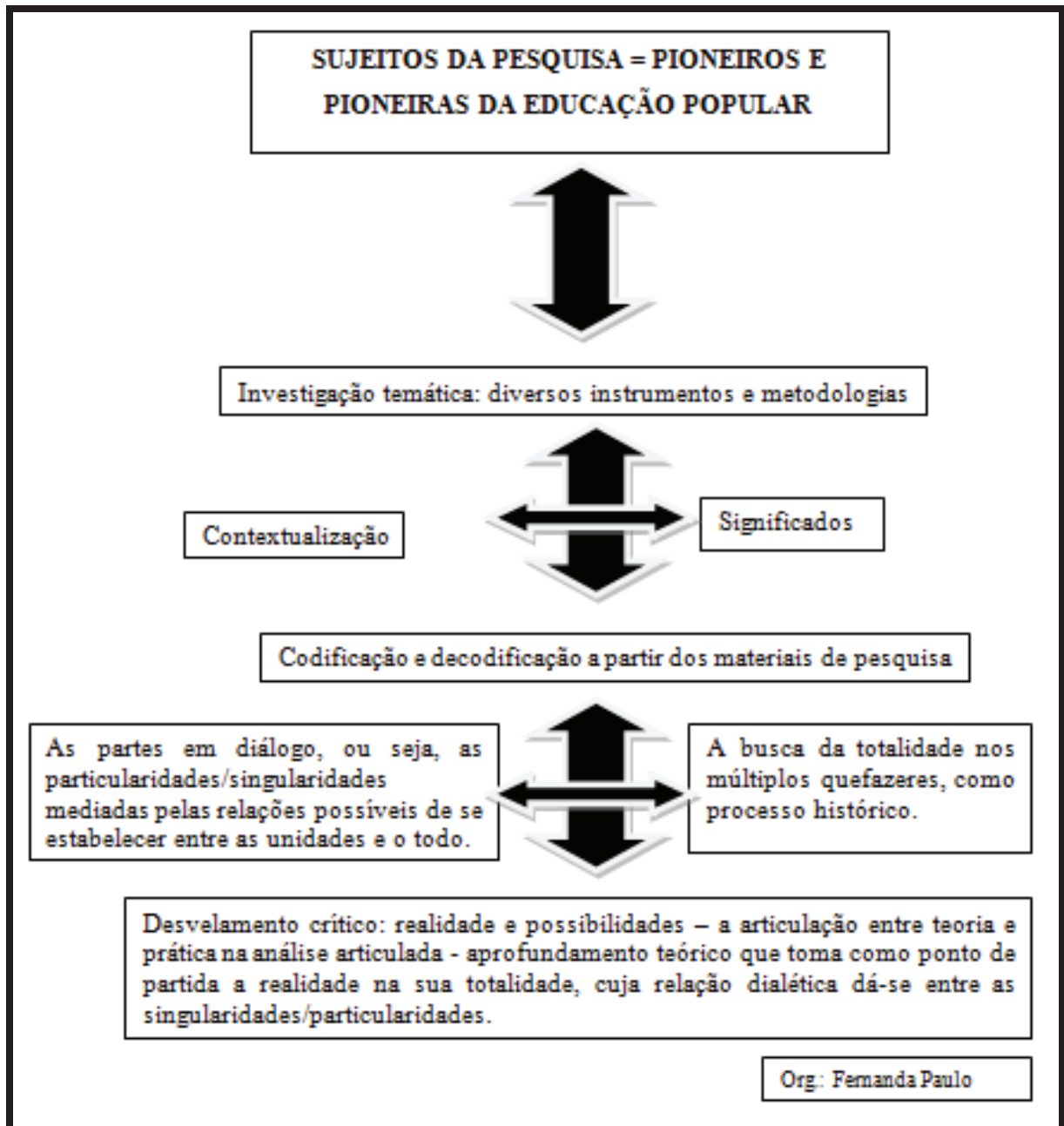
A partir dessas metodologias, pude identificar traços de um novo *ethos* cultural atravessado pela Educação Popular libertadora, de uma nova cultura de universidade, a qual pode vir a tornar-se a universidade popular de um projeto que se pretenda crítico, dialógico, democrático e transformador na construção do conhecimento, cujos objetivos sejam compreender, intervir e transformar a realidade pesquisada (Brandão, Streck, 2006). A reflexão em torno dessas questões, realizada mediante a participação dos sujeitos de minha pesquisa, propiciou-me enxergar possibilidades e limites de uma universidade na perspectiva da Educação Popular.

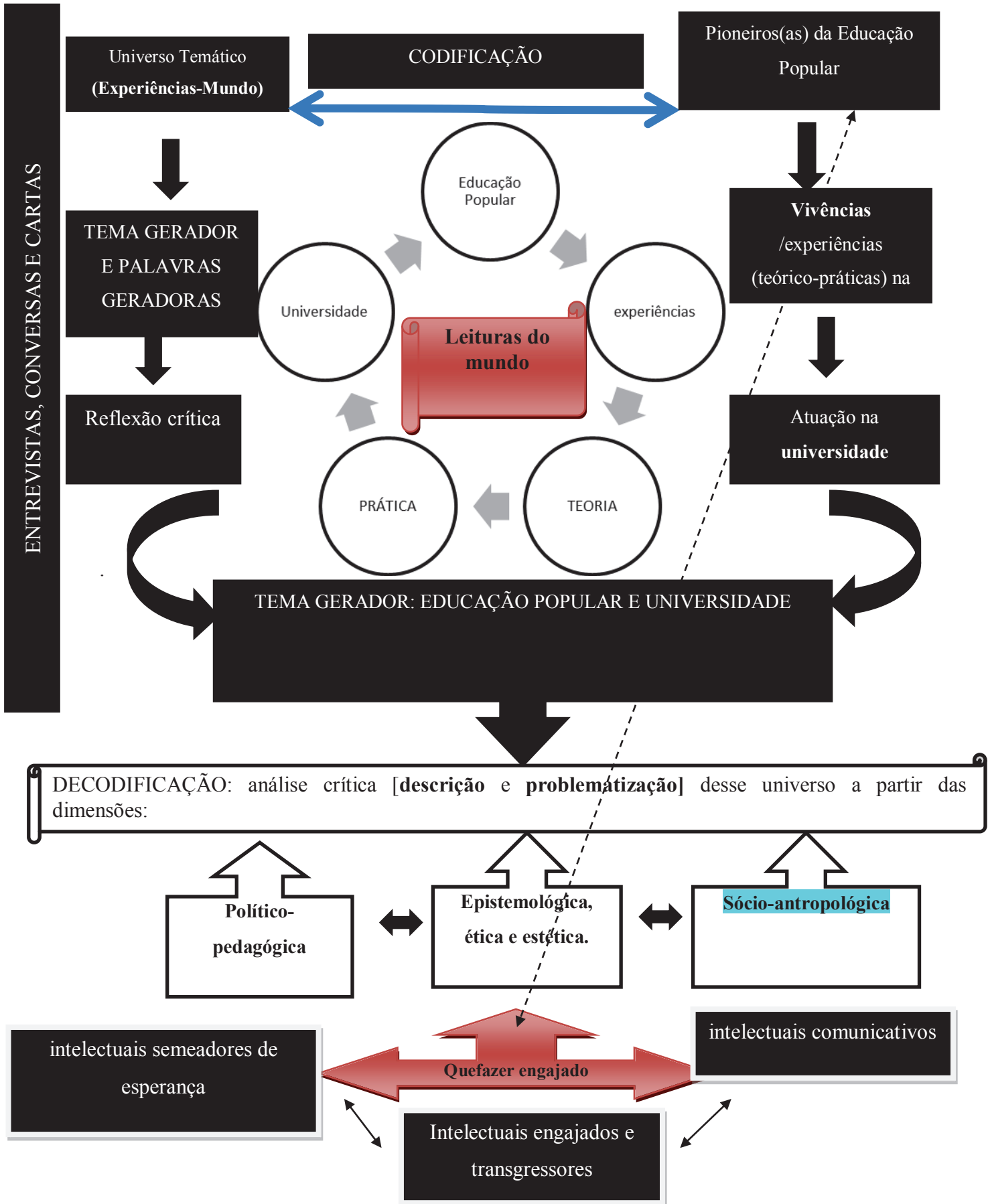
No meu entendimento, essa possibilidade materializada seria o inédito-viável; e, com isso, quero dizer que a universidade popular pode vir a ser um modo de superação dos condicionamentos políticos e históricos que estão presentes na história da universidade brasileira. É preciso explicitar que os inéditos-viáveis podem estar (e normalmente estão)

presentes e materializados nos vários contextos universitários, possibilitando a construção de universidades populares. Não compreendo a universidade popular enquanto projeto único para todas as universidades, mas como proposta de universidades que buscam realizar-se de muitas formas, entrelaçadas pelas dimensões e concepção da Educação Popular libertadora, amparada por um novo *ethos* cultural, o da libertação.

Por esse motivo, considero que foi importante trazer na tese as relações entre Paulo Freire e universidade, no sentido de identificar as bases conceituais da Educação Popular presentes tanto na universidade que temos quanto nas que já tivemos, e, a partir disso, focarmos, cada vez mais, nas estratégias necessárias à concretização da universidade a qual desejamos (educadores/as progressistas). A reflexão partindo do referencial freiriano e das experiências (concretas ou idealizadas) de proposta de uma universidade popular (Brandão, 2010).

Para as análises, no campo das reflexões a partir do *fundamento e das dimensões da Educação popular*, autores como Brandão (1981), Scocuglia (2001), Veras (2010), Fávero (2013), Beisiegel (1989), Gadotti (2013) e Brayner (2015), contribuíram para este estudo reflexivo, a ser apresentado ao longo da tese. Abaixo, apresento o desenho-síntese da metodologia de análise, a qual se viabiliza através do conjunto de instrumentos de coleta de dados (entrevistas, documentos, cartas, etc.).





2.4 Trajetórias pedagógicas na universidade: Pioneiros e pioneiras da Educação Popular em cena

Figura 11- *Pioneir@s da Educação Popular*



Fonte: Arte criada no programa Srapee net

Nossa história fundamenta-se na esperança, na utopia e na luta.

Um dos objetivos centrais dessa seção é registrar a trajetória dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular freiriana, os (as) quais, a partir das suas práticas e escritos, vêm contribuindo, junto com o legado de Paulo Freire, na continuidade e reinvenção da Educação Popular no Brasil.

O conjunto de educadores e educadoras que serão apresentados nesta parte do trabalho foi e vem sendo de suma importância para as lutas das causas populares. Nesta tese, os identifico como *intelectuais engajados(as)*, *intelectuais da práxis*, *intelectuais semeadores de esperança*, *intelectuais comunicativos*, *intelectuais transgressores* e *pesquisadores(as) militantes*. Essas identificações decorrem das falas dos sujeitos, nas quais me disseram que existe uma relação entre a militância e a universidade, através da educação, seja na Educação Popular ou não, como nos fala Beisiegel: “O meu *engajamento* nesse tipo de trabalho foi muito diferente do Osmar, do Brandão, do Barreto e da Vera. Minha preocupação era somente acadêmica.” (entrevista, 2016, grifo nosso). Depois, ele continua dizendo: “Sou um *pesquisador da educação*, e uma vez fizemos lá na Faculdade de Educação [USP], eu participei não organizei o encontro, uma mesa redonda na qual estavam o Brandão [...]. Eu falei - tenho muita inveja de vocês porque eu nunca fui um militante da Educação Popular.

Eu cheguei a estudar a educação popular porque as minhas atividades na *militância universitária* me levaram a isso.” (entrevista, 2016, grifo nosso).

Vanilda me disse “[...] é pena que eu tenha perdido o que lhe escrevi há uns meses. Era um longo e-mail em que eu explicava porque não sou “freiriana”. Tenho respeito por Freire e por todos os meus colegas [...]” (2015, grifo nosso). Esse relato retrata uma identificação que me levou a mudar, inclusive o título da tese, pois, até 2015, antes de realizar entrevistas e conversas com Vanilda Paiva e Celso Beisiegel, cogitei utilizar o termo educadores freirianos ou educadores populares. Porém, esses educadores, acima mencionados, afirmaram serem pesquisadores da educação e não se consideram freirianos (as) ou educadores (as) populares; no entanto, são, na minha análise, intelectuais engajados (as).

Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular possuem nas suas trajetórias um *trabalho engajado*, tanto no âmbito político, epistemológico, quanto no social e pedagógico. Julgo que esses (as) intelectuais engajados têm um percurso de militância na Educação Popular, seja dentro da universidade ou fora dela. Em outras palavras, exemplifico essa relação através de Celso Beisiegel, que vem contribuindo com a história da educação popular a partir de suas publicações (livros, artigos e entrevistas) e pesquisas acadêmicas com temáticas que estão correlacionadas à Educação Popular.

Dessa forma, registrar as trajetórias de pessoas comprometidas no campo da Educação Popular possibilita discutir os limites e possibilidades da universidade na perspectiva da Educação Popular, principalmente no contexto atual de nossa sociedade, no qual os direitos sociais básicos estão sendo expropriados da classe popular. No Brasil, vários estados estão atrasando os salários mensais de professores da rede pública, tanto da educação básica (Ex.: Estado do RS) quanto da Educação Superior (Ex.: UERJ).

Nesse contexto, é determinante apresentar os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular. São sujeitos históricos que, via educação, vêm trilhando caminhos múltiplos, em diferentes espaços, na luta por uma educação democrática, humanizadora, libertadora, emancipatória e revolucionária. Suas caminhadas são permeadas pelo que denomino como *quefazer engajado*. Foram, aqui no Brasil, foram os primeiros a estudarem e atuarem no campo da Educação Popular com base teórico-crítica na concepção de educação libertadora³⁸ e transformadora.

³⁸ Para compreender esse conceito, é necessário ir ao documento produzido na II Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Medellín/Colômbia, em 1968. O Documento de Medellín faz referência aos documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965); neles, é possível relacionar as concepções da Teologia da Libertação. A educação libertadora contribuiria, nesse viés, para a desalienação do povo, a partir de uma visão teológica da igreja, a qual faz a opção pelos pobres. A prática dessa nova visão passava pela “tarefa de educar”,

2. 4.1 Apresentando os intelectuais engajados

O primeiro pioneiro da Educação Popular a ser apresentado é o *Carlos Rodrigues Brandão*, que, segundo seu relato, é um homem marcado pelos imprevistos da vida. Nasceu em abril de 1940, no Rio de Janeiro, em Copacabana, período em que o Brasil vivia intensas mobilizações políticas³⁹.

Figura 12 - *Rio de Janeiro*



Fonte: Google imagem com alterações da autora

Seu pai, já falecido, era de São Paulo e sua mãe (dona Solange) gaúcha da cidade de São José do Norte. Seus pais se conheceram no Rio de Janeiro, no ano de 1938, e casaram-se em 1939. Faleceu em 26 de janeiro de 2018 com 100 anos de idade.

No Rio de Janeiro, morou até a vida adulta, onde cursou o ensino médio clássico, que o aproximou das ciências humanas. Lá, depois ter iniciado o curso de filosofia, optou pelo curso de psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; formando-se em 1965, iniciou uma trajetória no campo da antropologia, em detrimento da sua “inclinação para a psicologia social⁴⁰”. Nesse período, ele já iniciara a sua participação no movimento que fazia parte da Ação Católica Popular, com um trabalho cuja vertente do pensamento era de esquerda e que ia de encontro com a vertente conservadora da igreja católica.

Brandão foi um dos fundadores dos Movimentos e Centros de Cultura Popular, na década de 1960. Ainda nessa década, ingressou como professor universitário em Brasília (UnB), e, posteriormente, em Goiânia (UFG). Em Campinas, na Unicamp, é professor

que a partir da leitura da realidade social opressora, acreditando e apostando na luta que não separava a educação da religiosidade, na busca pela transformação social. Vale a pena conferir o livro: Fundamentos para uma educação libertadora: Dom Helder Camara e Paulo Freire. A autoria é de Martinho Condini, publicado em 2014.

³⁹ Esse período é marcado pela segunda guerra mundial.

⁴⁰ Brandão, agosto de 2015, em entrevista semiestruturada realizada na casa dele.

colaborador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia; e, em Minas Gerais, é professor visitante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Desde então, continua articulando o trabalho na universidade com outros espaços educativos não escolares. A partir dos anos de 1960, atua no campo da Educação Popular, bem como se tornou antropólogo e educador popular por opção.

Brandão ingressou e acompanhou o trabalho realizado pelo MEB-Goiás, a partir de 1963, juntamente com Alda Maria Borges Cunha. Ali “tive um atuação muito intensa”. (Brandão, entrevista concedida em agosto de 2015). Também foi membro da Juventude Universitária Católica (JUC), participando da Ação Popular⁴¹ (AP). Esse movimento foi “severamente reprimido na ditadura militar e, inclusive, fechado pela ala conservadora da igreja católica” (Ibidem). Brandão é da geração de Betinho, frei Beto e Leonardo Boff, pessoas que fazem parte da sua trajetória.

Em nossas conversas, inclusive durante entrevista realizada em agosto de 2015, ele afirma que a sua participação na Ação Católica o influenciou na sua formação política e acadêmica, ou seja, “a Ação Católica foi para mim a minha universidade, mais do que a própria universidade”. Ainda enuncia que sua formação é permeada pela dupla militância: movimento estudantil e ação católica.

Em junho de 2017, recebi um e-mail de Carlos Rodrigues Brandão partilhando comigo sobre sua viagem para Bogotá, relatando acerca de uma das atividades que participou:

[...] De tarde convivemos de novo em uma longa reunião com menos gente ao redor do sonho de criação de uma Universidade popular latino-americana. A gente chega aos 77 anos e descobre de novo que ainda falta muito a aprender. O tempo passa e hoje em dia me apresentam como um ‘velho pioneiro dos primeiros tempos da educação popular’. E me alegra encontrar, tantos e tantos anos depois, uma gente jovem tão presente e ativa quanto nós, no começo dos anos 60! (14/06/2017, grifo nosso).

No sul de Minas Gerais, Brandão tem um sítio chamado de Rosa dos Ventos, que possui marcas interessantes, principalmente porque é um espaço aberto para quem quiser entrar e ficar. Baseia-se nos princípios de solidariedade, de auto-organização e de diálogo entre os

⁴¹ AP foi criada entre os anos de 1961/1962, seus fundadores foram oriundos da igreja Católica Brasileira (sobretudo os participantes da Juventude Universitária Católica e da Juventude Operária Católica), cujos ideais filosóficos inspiravam-se no socialismo humanista (prática cristã revolucionária). Conforme Agenor Brighenti, “Um movimento político ambíguo, pois, de um lado está a consciência política inspirada na visão histórico-filosófica do ser humano de E. Mounier e Teilhard de Chardin e, de outro, a prática política atrelada à teoria de K. Marx, baseada na luta de classes.” (S/a,p.9). Brandão foi integrante do Setor de Animação Popular da Equipe Nacional do MEB, então coordenada no Rio de Janeiro pelo Osmar Fávero e pela Vera Jaccoud. Artigo disponível em: ordosocialis.de/pdf/Brighenti/A%20Aca%20Catolica%20e%20Sociedade.pdf. Acesso: set/2017.

saberes. Lá, tem uma biblioteca grande, além de um espaço que contém registros pessoais do Brandão, aos quais tive acesso por ocasião da realização da pesquisa de campo.

FIGURA 13 - ENTREVISTA PRESENCIAL



FIGURA 14 - ESCRITÓRIO DO BRANDÃO NA ROSA DOS VENTOS



Fonte: Da Autora.

Balduino Antonio Andreola é um gaúcho nascido em Caxias, no ano de 1932. Foi nessa cidade que ele iniciou a carreira universitária, na década de 1970. Entre os anos de 1950 e 1960, estudou filosofia: bacharelado (RS) e licenciatura (SP). Também se formou em teologia, na Itália, bem como realizou um curso de especialização em Ciências Humanas e Religiosas.

Figura 15 - Caxias/RS



Fonte: Google imagem com alterações da autora

Na década seguinte, fez o curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, nessa mesma instituição, ingressou como professor, nos anos de 1970. Posteriormente, realizou o Doutorado em Ciências da Educação pela Université Catholique de Louvain - Bélgica (1981- 1985). Defendeu sua tese em 13 de maio de 1985, sendo escrita em francês. Na entrevista com Balduino Andreola (2016), ele mostrou os esquemas da tese⁴², e seu projeto de doutorado continha “seis pagininhas, e umas 14 de bibliografia, que era uma bibliografia enorme de estudo teórico”. Nessa manhã, 12/07/2016, quando realizei a entrevista semiestruturada, pude conhecer um pouco mais sobre a tese de *Balduino Antonio Andreola*, que discutiu **Emmanuel Mounier** e **Paulo Freire**. Recordemos que a filosofia de Mounier⁴³ se inscreve no personalismo cristão, o qual influenciou o movimento da Ação Católica

⁴² Em 08/11/2017, Balduino relata que sua tese, escrita em francês, será digitalizada e disponibilizada em breve.

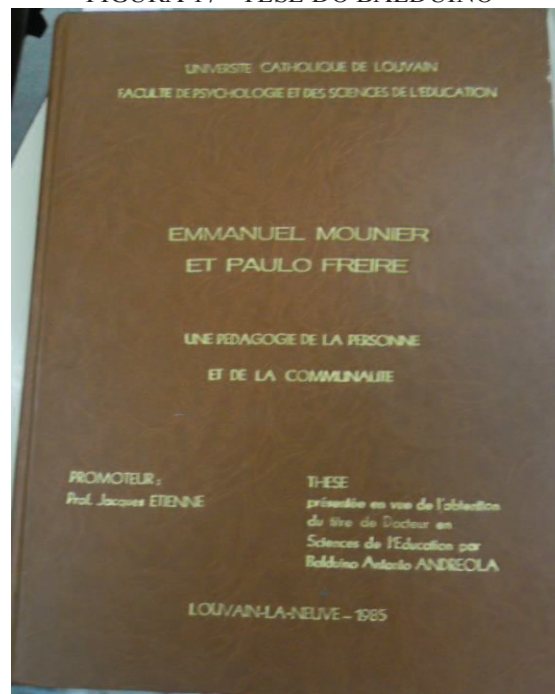
⁴³ O professor Balduino Andreola me emprestou o livro: MOUNIER, Emmanuel. O personalismo (tradução de Vinicius Eduardo Alves). São Paulo: Centauro, 2004. Nesse livro, o engajamento (o homem do engagement-dégagement) aparece como missão dos homens e mulheres. Não é por acaso que a questão do comprometimento compõe parte específica do livro.

Brasileira. Essa filosofia da ação e do engajamento social também inspirou a pedagogia de Paulo Freire⁴⁴.



Figura 16 - 1) Entrevista. 2) Balduino no Ginásio Tesourinha - Encontro com Freire.

FIGURA 17 - TESE DO BALDUINO



Balduino Antonio Andreola é professor aposentado da UFRGS, mas também já lecionou na Universidade Federal de Pelotas (RS) e na Escola Superior de Teologia (RS). De 2006 a 2016, foi professor do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário La Salle - Unilasalle de Canoas (RS). Ele se dedica aos estudos sobre temas educacionais, dentre eles: Educação Popular e Movimentos Sociais. Importante destacar que, há anos, estuda as obras de Paulo Freire, sendo um dos participantes e atuantes do Fórum de

⁴⁴ É possível localizar as aproximações entre os dois pensadores na seguinte tese: ANDREOLA, Balduino Antônio. Emmanuel Mounier et Paulo Freire: une pédagogie de la personne et de la communauté. Louvain, 1985. Thèse doct. en Sciences de L'Education.

Estudos: Leituras de Paulo Freire⁴⁵, evento que se realiza, anualmente, no Rio Grande do Sul. Em novembro de 2017, fez uma doação ao acervo Paulo Freire no Rio Grande do Sul, hospedado na Unisinos de São Leopoldo. Na ocasião, um coletivo de educadores e educadoras reuniu-se para planejar o XX Fórum de Estudos e leituras Paulo Freire, assim como para socializar o trabalho realizado desde 2015 sobre pesquisas Paulo Freire no Rio Grande do Sul: legado e reinvenção.

FIGURA 18 - ENTREVISTA NA UNILASSALE



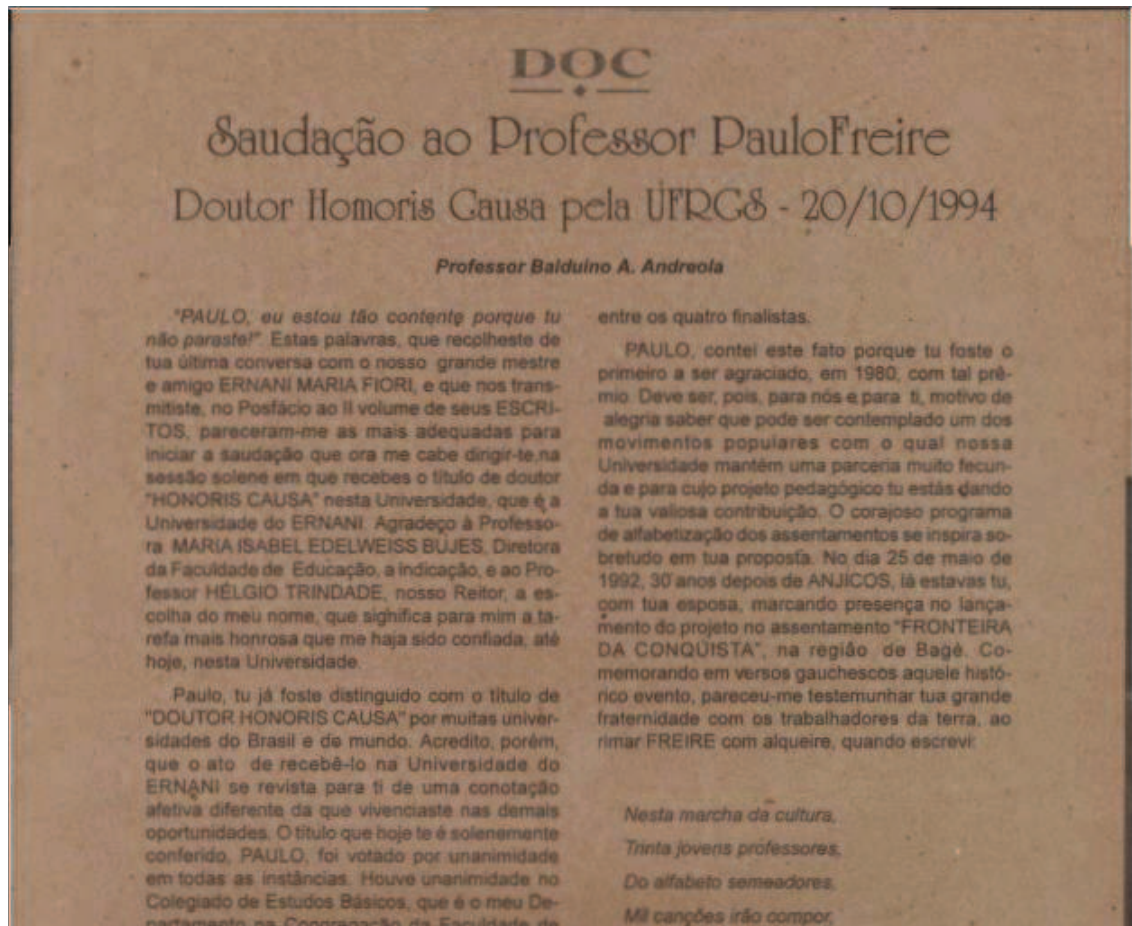
É um educador que conviveu com Paulo Freire no Rio Grande do Sul (RS); sobretudo, a partir dos anos de 1960:

[...] PAULO, tu estiveste aqui no Rio Grande antes do golpe de 1964, numa ocasião para ministrar cursos sobre o método de alfabetização; e noutra, acompanhando o ministro JÚLIO SAMBAQUI, para tratar com o ERNANI da fundação do Instituto de Cultura Popular, convergência de toda mobilização daquela época. Na assembleia de fundação, dia 14 de dezembro de 1963, ERNANI foi eleito presidente. Lá estavam, naquela sessão, as lideranças estudantis desta Universidade, e entre elas, o

⁴⁵ O Fórum de Leituras Paulo Freire surgiu em 1998, resultado de discussões, estudos e proposição coletiva de estudantes e pesquisadores da Unisinos, São Leopoldo, RS. A proposta nasce com o objetivo de criar um Fórum permanente de caráter itinerante para pensar e repensar criticamente a obra de Freire.

atual REITOR, PROFESSOR HÉLGIO TRINDADE. Eu fiz a conexão entre os dois momentos para salientar a contribuição da nossa Universidade aos movimentos populares, antes de 64 e hoje. E nos dois momentos históricos, nossa Universidade e os movimentos populares do Rio Grande têm em ti um grande irmão, mestre e parceiro. (1994, p.5-6)⁴⁶

Figura 19 - FRAGMENTO DO TEXTO DO BALDUINO PUBLICADO PELA ADUFRGS.



Fonte: IPF

Atualmente, sob a supervisão de Luiz Carlos Bombassaro, está cursando o Pós-doutorado na Ufrgs, cujo tema é: *Emotividade versus razão: por uma pedagogia do coração*.

⁴⁶ Texto do professor Balduino Andreola: Saudação ao Professor Paulo Freire: Doutor Honoris Causa pela UFRGS - 20/10/1994 encontra-se no documento intitulado: homenagem de ADUFRGS a um dos maiores educadores da atualidade [Paulo Freire "Doutor Honoris Causa"] - Fonte:DOC: ADUFRGS DOCUMENTO .

Celso de Rui Beisiegel nasceu em Tietê, no estado de São Paulo, em 1935. Em 1958, graduou-se em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de São Paulo (USP), e, entre os anos de 1960 e 1970, cursou o mestrado e o doutorado em Sociologia, na mesma universidade. Na década de 1980, tornou-se professor da USP, mais especificamente na Faculdade de Educação.

Figura 20. Tietê, São Paulo.



Fonte: Google imagem com alterações da autora

Sua experiência na área de Educação tem ênfase nos estudos sociológicos sobre a educação popular, política educacional e educação de jovens e adultos. Nas suas palavras⁴⁷, o seu laboratório de pesquisa é a realidade educacional e as bibliotecas; desde quando era estudante universitário já realizava pesquisa no Centro Regional de Pesquisa de São Paulo, criado por Anísio Teixeira. Em 1981, escreveu “Política e educação popular - A Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil”, para o concurso de Livre-docência.



⁴⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vD92oU_hmP8. Acesso: 30/06/2015.

Osmar Fávero nasceu em 1933, em São Paulo. Formou-se em Matemática, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1960. Depois fez uma especialização em alfabetização, Mestrado em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo pesquisado a Educação de Adultos em projetos rurais. Finalizou o curso em 1973.

Figura 21 - São Paulo



Fonte: Google imagem com alterações da autora

Em 1984, concluiu o Doutorado em Filosofia da Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo estudado “Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966)”.

Osmar Fávero ingressou na Juventude Universitária Católica (JUC) em 1957, período em que cursava matemática e trabalhava num escritório de contabilidade. Seu ingresso na JUC foi a convite para que pudesse trabalhar na coordenação nacional: “eu ganhava para ser coordenador para implantar núcleos. Em 1960, deixei a JUC, foi quando terminei o curso de matemática. Saí da JUC e fiquei só na Ação Católica⁴⁸” (Entrevista cedida em agosto de 2015). Além das experiências de trabalho na JUC, ele foi trabalhar no Movimento de Educação de Base (MEB), experiências que contribuíram:

[...] para atuar no social, olhar para os problemas políticos da época, pela minha atuação no movimento estudantil. [...] Eu fiz parte do movimento de educação

⁴⁸ É ressignificada a partir da Encíclica *Rerum Novarum*, promulgada pelo Papa Leão XIII, em 1891 sob a égide da relação entre a religiosidade e a política, adentrando-se, mesmo que timidamente, nas questões sociais. Somente com o Concílio Vaticano II que a igreja se volta para um movimento político social de engajamento na sociedade. Daí, surge o método ver-julgar-agir de Joseph Cardijn, adotado por Papa João XXIII (ano de 1960). Para saber mais: Ver, julgar e agir: 50 anos de prática social católica. Localizado em: <http://www.ihu.unisinos.br/173-noticias/noticias-2011/43514-ver-julgar-e-agir-50-anos-de-pratica-social-catolica>. Outra referência significativa é a do Pe. Agenor Brighenti, professor do Curso de Teologia da PUCPR, que possui textos importantes sobre esse movimento católico. É importante destacar que muitos dos assessores nacionais do MEB eram oriundos da Ação Católica, outros da Ação Popular.

popular, no MEB - um braço da Ação Católica, nos anos de 60. Fiquei seis (6) anos no MEB. O Carlos (Brandão) começou a trabalhar comigo em 1963, era estudante de psicologia. Ele era monitor. Nesse período, a expressão educação popular era muito usada. (Entrevista concedida em agosto de 2015).

A sua vida profissional começou com a educação “inteiramente ligado a educação de jovens e adultos”. Trabalhou no Incra, com projetos, onde aprendeu a elaborar projetos, o que contribuiu para os seus estudos em nível de mestrado. Foi na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, período do mestrado, que iniciou a carreira docente.

É pelo trabalho no Movimento de Educação de Base (MEB) que Fávero se aproxima mais intensamente da Educação Popular. Também trabalhou no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Fundação Getúlio Vargas, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e, atualmente, é docente da Universidade Federal Fluminense. Tem um envolvimento pessoal e profissional com o tema da educação de jovens e adultos e Educação Popular.

Figura 22 - ENTREVISTA



Vanilda Pereira Paiva nasceu em 1943, na cidade do Rio de Janeiro. Iniciou seus estudos superiores em 1962 na Universidade do Brasil. “Transferi-me para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1963 na estadual do Rio Grande do Norte em razão de meu casamento”. Em 1965, concluiu a graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nesta mesma instituição, foi docente e exerceu o cargo de diretora do Setor Educação do Programa de Extensão Universitária dessa universidade.

Figura 23 - Rio de Janeiro



Fonte: Google imagem com alterações da autora

Fez o Mestrado em Planejamento Educacional, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, finalizando-o em 1972 e publicando o seu trabalho em 1973. Seu curso de doutorado em Educação, realizado com bolsa na Universidade de Frankfurt/M (Johann-Wolfgang-Goethe), foi concluído em julho de 1978.

Vanilda é professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi diretora do INEP, pró-reitora da UFRJ e coordenadora da comissão “Educação e Sociedade” do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), representando o Brasil. Esteve presidente do Conselho Diretor do Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), Rio de Janeiro. Dedicou parte da sua vida profissional à realização de pesquisa e ação social; entre os temas de investigação, estão: educação popular e igreja, questão agrária, educação e trabalho. Uma das experiências no campo da Educação Popular decorre de sua participação no programa de extensão universitária da UFRN.

Eu tinha trabalhado no Rio Grande do Norte, organizado um serviço de extensão universitária e aí nós organizamos um processo de alfabetização com o método Paulo Freire. A gente fez as fichas de outra maneira. Usamos o método para alfabetizar. Aí sempre tem conflitos nessas coisas. Um dos conflitos sob os quais eu jamais falei, vou falar agora porque estou ficando muito velha (riso), é o seguinte: naquele período o governo militar duro, queria extinguir o MEB que era considerado subversivo. Então esse movimento de alfabetização foi montado com a equipe que saiu do MEB. Éramos nós organizando um movimento dentro de uma universidade com um reitor conservador, mas que confiava em mim e que eu fui

propondo os nomes até que propus um nome que deu problema, o nome era o da Nazira Vargas⁴⁹. Ela era uma pessoa de ação, trabalhou naquela construção da barragem do Açú. Ela é daqui do Rio, mas ela sempre trabalhou lá no Rio Grande do Norte e trabalhava no MEB. Aí, eu propus o nome dela e você imagina que o cardeal lá era o mesmo que depois veio para cá, o Dom Eugênio. Era conservador. (Entrevista, 2017).

Figura 24 - ENTREVISTA COM VANILDA



Figura 25 - Entrevista com Vanilda, 2017.



⁴⁹ No documento do Movimento de Educação De Base: 19º Encontro Nacional de Coordenadores (Recife, 6 a 15 de dezembro de 1962), Nazira é citada. Também localizamos no “Caderno de Educação Popular”, nº 10, de 1986, intitulado como: “MEB - uma história de muitos” (publicação da Editora Vozes, em parceria com NOVA – Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação), a presença de Nazira Vargas representando a Equipe Estadual do Rio Grande do Norte. No seu depoimento, fala da aproximação no Ação Católica e no MEB. No caso do MEB, quem o apresentou foi D. Hélder indicando-a a ir trabalhar em Natal. Esse bispo, ao sugerir que ela fosse para Natal, lhe deu o nome do bispo auxiliar da Arquidiocese de Natal: D. Eugênio Sales, que a receberia lá. Cita, nesse caderno, o Osmar Fávero, que era Coordenador da Equipe Técnica do MEB. Ela conta que “já entrei em Natal como MEB. Um ponto que me apaixonou foi exatamente esse: o MEB era um movimento nacional e já estava espalhado em vários lugares, inclusive em Natal.” (1986, p.18). Conforme está registrado nesse caderno, D. Eugênio bloqueava o diálogo com a equipe Nacional. Outra questão interessante nesse material é a discussão sobre a cartilha: “Viver é lutar”.

Moacir Gadotti nasceu em 1941, em Santa Catarina. Licenciou-se em Pedagogia, em 1967, e em Filosofia, no ano de 1971. O curso de mestrado foi realizado na área de Filosofia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fez o curso de doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra, na Suíça, formando-se no ano de 1977. Após o doutorado, iniciou a carreira na educação superior, sendo professor titular na Universidade Estadual de Campinas.

Figura 26 - Rodeio/SC



Fonte: Google imagem com alterações da autora

Gadotti, quando cursava o doutorado, em Genebra, foi bolsista, mas também, devido à necessidade financeira, complementava os seus rendimentos “como trabalhador braçal descarregando geladeiras e fogões numa transportadora”

Desde 1988, é professor na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; atualmente, está aposentado por essa universidade, após 46 anos de magistério, mas continua dando aula e orientando mestrandos e doutorandos na pós-graduação. O educador possui várias publicações voltadas para a área de educação, principalmente sobre o tema da Educação Popular.

Foi professor de História e Filosofia da Educação, em cursos de graduação e pós-graduação em Educação e Filosofia de diversas instituições; entre elas, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Foi assessor técnico da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (1983-1984) e Chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo (1989-1990), na gestão de Paulo Freire. Atualmente, é diretor do Instituto Paulo Freire, que ele ajudou a fundar, em 1992. Esse Instituto desenvolve inúmeros projetos de Educação Popular.

Trabalhou na redação da Carta da Terra – tratado internacional que contém princípios éticos para a vida no século 21, e defende o uso dessa Carta nas escolas e universidades. Para Moacir Gadotti, a Carta da Terra Internacional é um documento e uma ferramenta essencial para a transformação do mundo em um lugar justo e pacífico. Autor de muitos livros, inclusive em parceria com Paulo Freire, com quem estudou nos anos de 1970, na Suíça.



Ana Maria Saul nasceu em 25 de novembro de 1945, em São Paulo; graduada em pedagogia, fez Mestrado e Doutorado em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desde 1970, é professora da PUC/SP, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Foi colega de trabalho do Paulo Freire nessa universidade, e, atualmente, coordena a Cátedra Paulo Freire dessa instituição.

Figura 27. SP: cidade de origem



Fonte: Google imagem com alterações da autora

Em 1989, assumiu o cargo de coordenação da reformulação do currículo das escolas municipais da Secretaria de Educação da cidade de São Paulo, cujo secretário de educação era o Freire, considerada “uma das mais competentes especialistas brasileiras em Teoria do Currículo” (FREIRE, 2006, p.24) que ele já conhecia. Ana Saul é reconhecida pelas pesquisas acerca do tema avaliação emancipatória, fruto de seus estudos acadêmicos. A sua tese foi sobre esse tema articulado aos processos democráticos na reformulação de um curso de pós-graduação. Desde 2012, coordena a pesquisa intitulada “Paulo Freire na atualidade: legado e reinvenção - análise de sistemas públicos de educação a partir dos anos 1990”.





Figura 28: Seminário: Educação passada a limpo, realizado em 1995.
FONTE: <http://acervo.paulofreire>



Figura 29-Ana Maria Saul no lançamento do livro de Paulo Freire 'Pedagogia: Diálogo e conflito.'

FONTE: <http://acervo.paulofreire>

ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR



Na Íntegra - Celso De Rui Beisegel - Escola básica

Fontes: <https://www.youtube.com>

Ato em Defesa de Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira. Da esq. p/ à dir.: Daniel Cara, Nita Freire, Luiza Erundina, Ana Maria Saul e Moacir Gadotti.



3. DA REVISÃO DE LITERATURA ÀS SÍNTESES DOS CONHECIMENTOS: TEXTOS E CONTEXTOS

O que não podemos, como seres imaginativos e curiosos, é parar de aprender e de buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas. (Freire, 1992, p. 98).

No projeto de tese, apresentei várias páginas contendo quadros, gráficos e textos referentes a revisão de literatura. A revisão de literatura foi realizada nos seguintes bancos de dados: 1) Banco de Teses e Dissertações da Capes; 2) Programa de Pós-Graduação em Educação Unisinos; 3) Revista Brasileira de Educação da Anped; 4) Cadernos de Educação Popular; 5) Revista de Educação Popular; e, 6) Revista La Pirágua. Os trabalhos que serviram como referências estarão presentes no corpo da tese. Por isso, escolho trabalhar somente com os autores e autoras que contribuem para as minhas análises.

O referencial teórico-metodológico é de cunho qualitativo, mas apresento alguns dados quantitativos (gráficos e quadros), compreendendo que estes auxiliam nos “processos de descrição e de interpretação dos traços que apresenta a informação.” (TRIVIÑOS, 2001, p. 83-4). Assim sendo, considero importante apresentar as amostras quantitativas baseadas em análises reflexivas, sobretudo, a partir da concepção teórico-metodológica da Educação Popular. Em outras palavras, em pesquisas que utilizamos a Educação Popular como princípio teórico-metodológico não separamos qualidade de quantidade.

As sínteses dos conhecimentos – textos e contextos revelam o envolvimento teórico-prático dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, os quais possibilitaram a construção de alguns argumentos. No contexto da pesquisa, tenho me interrogado sobre quais experiências de diferentes modalidades de universidades populares há em curso, e o que pensar criticamente sobre elas. Elas seriam a possibilidade da transição entre universidades ditas populares e a construção da universidade popular na perspectiva da Educação Popular freiriana? Essas interrogações compõem a minha curiosidade epistemológica sobre as relações entre Educação Popular e universidade, e serão discutidas a partir da revisão de literatura, em diálogo com as **entrevistas semiestruturadas** e com a **pesquisa documental**.

Através da revisão de literatura, apresento as relações entre Educação Popular e universidade, constatadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes:

1. A **Educação Popular** é um tema pesquisado na universidade, possuindo vinculação com docentes que pesquisam e ou militam nesse campo;
2. Inicialmente (dados a partir de 1986), as universidades do nordeste e do sul tinham o maior número de pesquisas com esse tema. Atualmente, as pesquisas se

concentram, em maior quantidade, no nordeste, e, em especial, na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal do Ceará. Depois, na Universidade Federal de Mato Grosso, na Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e na Universidade Federal Fluminense. Porém, localizamos o tema da Educação Popular em mais de 50 instituições de educação superior, entre públicas e privadas (comunitária e filantrópica, especialmente). Essas pesquisas independem de os Grupos e Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação possuírem em seu título o termo Educação Popular.

3. 1.466 trabalhos foram produzidos, até agosto de 2017, em Programas de Pós-graduação em Educação abordando a Educação Popular de alguma forma, mas nem todos levam o termo Educação Popular no título. Esse dado quantitativo converge com a pesquisa que apresentei na dissertação⁵⁰. (PAULO, 2013, p. 124). Depois da área da Educação é a Saúde e o Serviço Social que vêm produzindo interessantes pesquisas nesse campo.
4. Devido à nova configuração da plataforma do Banco de dados da Capes, não há mais como efetuar buscas por palavras-chave, mas é possível utilizar os termos entre aspas (“Educação Popular”). Então, a partir de uma pesquisa geral (pesquisa básica utilizando as aspas) é possível identificar mais de 200 pesquisas que levam o termo “Educação Popular” no seu título, sendo estas realizadas em Programas de pós-graduação em educação. Verificamos que a maior presença é em nível de mestrado (79%).
5. Avaliando os anos entre 1996 a 2016, constatamos que nas últimas décadas tem ampliado o número de pesquisas que tratam da Educação Popular. Em 1996, há 16 registros, e, em 2016, localizamos 198 trabalhos. Entre esses anos, há uma margem para mais ou para menos, em relação a 2006: 200 pesquisas.
6. Outro dado relevante é que a escolha do tema está vinculada às linhas e grupos de pesquisas dos (as) orientadores (as) das teses e dissertações, conforme verifiquei no “Diretório de Grupos de Pesquisas⁵¹” do Cnpq. Relativo às produções mapeadas, as quais discutem a **Educação Popular**, a maioria dos orientadores (as) dos diferentes Programas de Pós-graduação possui algum vínculo com essa temática.
7. Identifiquei a presença dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular como orientadores (as) e/ou como membro das bancas de avaliação de dissertações e teses. Todos (as) são referências de um significativo número de teses e dissertações. Portanto, a Educação Popular é um tema de investigação de diferentes áreas do conhecimento, e, conforme revelou a revisão de literatura, os sujeitos dessa pesquisa estão presentes na maioria desses estudos.

⁵⁰ As pesquisas sobre o tema “Educação Popular” já foi realizada por mim desde 2012, momento em que o site da Capes ainda não havia sofrido atualização e modificações. Neste banco de dados, em relação à terminologia “Educação Popular” (pesquisa básica) encontrei 805 registros entre teses e dissertações, de 1987 até dezembro de 2012. Na dissertação há dados referentes às pesquisas realizadas sobre esse descritivo, bem como um breve levantamento de grupos e linhas de pesquisas que trabalham a Educação Popular, os Movimentos Sociais (p.129) e a formação de educadores populares (p. 122), temas que se aproximam com a minha pesquisa de doutorado.

⁵¹ <http://dgp.cnpq.br/buscagrupos/>

8. Na pesquisa por termo específico: “universidade e Educação Popular” / “Educação Popular e universidade” foi identificado uma pesquisa: “universidade e Educação Popular: As Práticas de educação popular da Universidade Católica de Goiás⁵²”. Dos trabalhos localizados sem o termo exato, mas fazendo uma procura por pesquisas que abordam a relação da **universidade com a Educação Popular**, numa perspectiva freiriana, poucos trabalhos foram localizados. Os que tratam dessa relação estão relacionados a Experiências universitárias oriundas de projetos de educação superior nas licenciaturas (principalmente associadas às demandas dos movimentos populares) ou projetos de extensão.

Esses pontos revelaram que os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular freiriana estão presentes nos trabalhos que discutem a Educação Popular, sobretudo nas referências teóricas. Alguns livros são recorrentes:

1. ANDREOLA, Balduino Antonio; SILVA TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. Freire e Fiori no exílio: **Um projeto pedagógico-político no Chile**. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001.
2. BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Tradução de Carlos Rodrigues Brandão. Petrópolis: Vozes, 1980.
3. BEISIEGEL, C. de R. **Estado e educação popular**: (um estudo sobre a educação de adultos). São Paulo: Pioneira, 1974.
4. BRANDÃO, C. R. **O Que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
5. BRANDÃO, C. R. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
6. BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
7. FÁVERO, O. (Org.). **Cultura Popular educação Popular**: Memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.
8. FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961/1966). 1. Ed. Campinas: Autores Associados, 2006. V. 1. 302 p.
9. GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo, Cortez, 1995.
10. GADOTTI, Moacir. (org.) **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire: UNESCO, Brasília, 1996.
11. GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.
12. PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1987.
13. SAUL, Ana Maria A. **Avaliação emancipatória, desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
14. SAUL, Ana Maria. Currículo. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

⁵² Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990. Esse trabalho foi o único localizado após a nova reconfiguração da plataforma Capes, mas não encontrei a dissertação em PDF.

A partir desse breve levantamento, elaboro um sucinto resumo desses materiais, os quais são frequentemente utilizados em pesquisas de mestrados e doutorados, segundo as análises realizadas no ano de 2017/1.

Freire e Fiori no exílio: Um projeto pedagógico-político no Chile é um livro escrito por Balduino Andreola juntamente com o Prof. Triviños, contendo seis capítulos. Nesse livro, os autores apresentam as experiências de Freire e Fiori no Chile, no período do seu exílio. O que marca as aproximações dessas trajetórias com a Educação Popular é a esperança e a luta por fazer das experiências populares um projeto de sociedade. Uma das formas de construir esse projeto era semeando sonhos e palavras. A riqueza desse livro é a trajetória compartilhada do trabalho social de Freire no Chile. Há documentos (p.141) nos quais podemos identificar o trabalho com as bases de sua pedagogia libertadora embasada pelo diálogo crítico e na educação como conscientização. No capítulo 5, encontramos as marcas deixadas pela Educação Popular de Freire após abril de 1969, quando ele vai para os Estados Unidos lecionar na Universidade de Harvard.

Em uma das passagens do livro, localizamos que Freire associa a **Educação Popular** com a sua própria história de vida, com as atividades que desenvolve e autores que estuda. Os autores dizem que Freire tem um **compromisso** político e pedagógico com a libertação semelhante ao sentido de **engajamento** de Emmanuel Mounier⁵³.”

Educação popular e conscientização, de Carlos Rodrigues Brandão, que leva o nome de **Júlio Barreiro**, seu amigo. O livro foi publicado, primeiramente, na Argentina (em espanhol), e editado anos depois no Brasil. Esse livro foi escrito originalmente em português, no período do governo militar, que considerava os movimentos de educação Popular como subversivos. Na obra, localizamos o resultado de um trabalho prático e teórico que contribui para discutirmos a concepção de Educação Popular latino-americana. Numa visita ao sumário, encontramos um capítulo que versa acerca de alguns pressupostos necessários da Educação Popular numa dimensão política do trabalho educativo. Ao folhar as páginas do livro, constatamos a opção teórica à qual o autor se filia, sobretudo no vínculo entre conscientização e a Educação Popular.

⁵³ Emmanuel Mounier et Paulo Freire: une pédagogie de la personne et de la communauté. Thèse doctorale, Louvain-la-Neuve, Université Catholique, 1985.

O livro de Celso Beisiegel: **Estado e Educação Popular** é uma das importantes referências para o estudo aprofundado do conceito de Educação Popular. Esse livro traz os resultados das investigações e análises sobre a educação de jovens e adultos na relação entre Estado, Política e Educação Popular. O interessante é que encontramos nessa obra a associação entre Educação Popular e um projeto de sociedade que pode estar a “*serviço da preservação desse projeto ou terá de recriá-lo pela reforma ou revolução.*” (Beisiegel, entrevista, 2015).

No livro **O que é o método Paulo Freire**, de Carlos Rodrigues Brandão, localizamos a relação entre o método de Paulo Freire e a questão político-pedagógica, enfatizando que a educação não é neutra. Ao discorrer sobre o método, traz importantes pontos: A) As palavras geradoras são significativas e devem estar contextualizadas; B) Os temas geradores nascem das palavras geradoras que possuem relações com a história de vida dos sujeitos (o universo cultural); C) Os círculos de cultura como lugar solidário e de aprendizados coletivos; D) Problemática alfabetização por repetição de frases do tipo “IVO VIU A UVA”.

Considero esse livro como instrumento metodológico da Educação Popular, baseado em uma proposta de educação dialógica como alternativa a uma educação vazia de sentidos.

O que é educação popular, de Carlos Rodrigues Brandão, faz uma relação entre a educação e a cultura em uma abordagem antropológica e política das ideias e práticas educativas realizadas nas diversas realidades sociais. Discorre sobre os múltiplos entendimentos e espaços da Educação Popular, segundo a nossa história: educação na comunidade primitiva, a luta pelo ensino público e a luta das classes populares por uma educação e sociedade igualitária. Para ele, Paulo Freire escrevia sobre a educação popular, como prática cultural para a liberdade, buscando transformar todo o sistema opressor, substituindo-o por um libertador, a partir de uma proposta pedagógica com sentido político e politizador.

Em **A educação como cultura**, Brandão discute, através de uma abordagem antropológica da educação, propostas de uma pedagogia que procura fazer da educação um meio e um modo de transformação. Para ele, a educação acontece dentro de um âmbito mais abrangente de processos e interações sociais chamados de cultura, tal como a religião, a ciência, a arte, etc. A educação tem uma dimensão de sentidos, de alternativas, de transgressão de regras e de formação de pessoas como sujeitos de ação na busca da sua

autêntica liberdade. Ou seja, “o que hoje chamamos de educação popular era o que chamávamos nos anos de 1960 de *Cultura Popular*” (Brandão, Entrevista de 2016).

Cultura Popular e educação Popular: Memória dos anos 60, de Osmar Fávero, reúne um conjunto de materiais e de textos que discutem instrumentos de cultura e de educação popular, tanto conceitualmente como no âmbito das práticas. Na década de 1960, os projetos de cultura popular mobilizaram várias organizações desse período (CPC, MCP, MEB e Pé no Chão). As experiências de Paulo Freire na universidade estão colocadas no livro, sobretudo no texto de Jarbas Maciel. Por fim, esse livro recupera a memória desses movimentos, contendo materiais inéditos.

O livro de Osmar Fávero: **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base** é resultado dos seus estudos de doutoramento, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1984. Esse livro dedica-se ao estudo do MEB, herdeiro da Ação Católica, explicitando as práticas educativas e o seu modelo pedagógico. Celso de Rui Beisiegel é quem faz a apresentação dessa obra. A Igreja católica esteve na disputa de um projeto de sociedade via educação popular nos primeiros anos da década de 1960, e, nesse contexto, o MEB fez parte da trajetória do Osmar Fávero, principalmente entre os anos de 1961 até 1966, quando ele desenvolveu um trabalho educativo nesse Movimento. Foi na JUC, entre 1961 a 1963, que iniciou suas atividades na Ação Católica, que, segundo ele, “foi a sua verdadeira escola”. Traz, nessa obra, várias experiências de educação popular; dentre elas, a escola radiofônica e a experiência de alfabetização e conscientização de adultos, realizada por Paulo Freire no MCP. Conforme Osmar Fávero, *as campanhas de educação popular nasceram fortes, e lembro que em um relatório de Paulo Freire, de 1958, ele diz que o problema não era o analfabetismo e que alfabetizar não era a solução. O problema era a miséria que precisava ser enfrentada.* (Fávero, Entrevista de 2015).

A Pedagogia da práxis, de Moacir Gadotti, foi prefaciada por Paulo Freire. O livro se divide em três tópicos, que vão dos aspectos filosóficos às projeções de educação futura. Referindo-se à educação popular, encontro uma discussão com: Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), dizendo que ele “concebeu o trabalho manual como gerador de conhecimento. Admitia que sob o capitalismo não poderia existir uma educação verdadeiramente popular e democrática, e que a pobreza era o principal obstáculo à educação popular.” (p.207). Adiante,

trata do tema da educação pública à luz de pensadores socialistas: Lênin, Pistrak, Marx e Engels. Gadotti se filia à educação gramsciana ao apostar na construção de uma escola “pública universal - igual para todos, unificada - mas que respeite as diferenças locais, regionais, enfim, a multiculturalidade - ideia tão cara e fundamental à teoria da educação popular.”. No livro, aborda a educação popular conceitualmente, e os espaços que ela vem ocupando. Segundo ele, ela está dentro do sistema escolar, na chamada educação pública popular, dando como exemplo a escola cidadã. Os campos da educação popular podem ser tanto a escola formal quanto outros espaços não formais. Defende o paradigma da educação popular inspirado por Paulo Freire, sendo a conscientização uma categoria fundamental.

No livro organizado por Moacir Gadotti, intitulado como **Paulo Freire: uma biobibliografia**, encontramos, nas suas quase 800 páginas, uma divisão em seis partes, que apresentam: a) Prólogo biográfico a quatro vozes; b) a vida de Paulo Freire sob o olhar de outros educadores(as); c) Escritos de Paulo Freire; d) A obra de Paulo Freire sob o olhar de outros educadores(as); e, e) O Legado de Paulo Freire. Localizamos várias passagens que associam Paulo Freire à Educação Popular. Todos os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular estão presentes nessa obra. Moacir Gadotti, diretor do Instituto Paulo Freire, é quem faz a apresentação do livro, considerado um importante referencial do legado de Paulo Freire.

A obra **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**, de Gadotti, é um trabalho escrito com esperança e compromisso. Um dos compromissos é com a formação permanente de professores e professoras, na luta por uma educação que se possa amar, sonhar ensinar e transformar, mediados pelo ensinar-e-aprender com sentido. Coloca a dimensão estética de Paulo Freire como dimensão fundamental da tarefa de educar. Assim como a estética, a ética compõe parte importante da formação docente. Em suas palavras: *precisamos lutar contra a exclusão social, com competência e com um projeto político-pedagógico que nos faça refletir criticamente sobre a realidade para transformá-la*. (Entrevista de 2015).

O livro **Educação popular e educação de adultos**, de Vanilda Paiva, é resultado de sua dissertação de mestrado em educação, realizada na PUC-Rio, em 1972, e se constitui como significativa contribuição para a história da educação brasileira⁵⁴. Apresenta um estudo

⁵⁴ Importante destacar que o livro inicialmente foi intitulado como Educação Popular e Educação de Adultos. A partir da 6ª edição ele passou a se chamar História da Educação Popular acrescentando outros textos, sobretudo sobre o Mobral que fora publicado em revistas nos anos de 1980, mas não foram muito disseminadas. Os demais

histórico acerca da educação de adultos e da educação popular no Brasil. A escrita de Vanilda é interessante não só pelo tema abordado, mas pela forma que escreve. Já na introdução, discorre sobre o método e categorias que orientaram a pesquisa, que se desdobram nas argumentações. Salienta que na luta pelas mudanças da educação havia dois grupos: os liberais progressistas, dedicando-se às reformas educacionais, e os marxistas, que lutavam pela transformação da sociedade. Nessa discussão, aponta que foi o movimento de esquerda quem criou os movimentos de cultura e educação popular, no início dos anos de 1960. Mapeia as iniciativas de educação popular desde a Colônia até os anos de 1970. Retoma ao longo dos capítulos os projetos de educação de adultos, desde os governamentais até as iniciativas de movimentos populares (ex.: União Nacional de Estudantes e o Centro de Cultura Popular) e da Igreja católica, trazendo o contexto da criação do MEB – Movimento de Educação de Base, apoiada pelo governo federal. Descreve quando as ideias pedagógicas e experiências de Paulo Freire se disseminam, e quando as propostas populares são praticamente extintas, por conta do golpe civil militar. De um modo geral, o livro apresenta a compreensão de educação popular como a popularização da educação pública através da ampliação da escola para crianças das camadas populares e da oferta de iniciativas de educação para adolescentes, jovens e adultos não escolarizados.

Ana Maria Saul, em seu livro **Avaliação emancipatória, desafio á teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo**. Traz Freire como uma referência importante porque articula, numa perspectiva crítico-transformadora, os conceitos de diálogo, de conscientização e de criação coletiva no que caracteriza como avaliação emancipatória. A avaliação emancipatória, dialógica e mediadora serve para a intervenção do professor em sua prática profissional. É um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la, situada numa vertente libertadora. No Dicionário Paulo Freire, especificamente no verbete **currículo**, há indicações da perspectiva da educação libertadora, pois a autora escreve que a concepção de Currículo não se apresenta, nas obras de Freire, com o termo currículo, mas está claramente compreendido na sua acepção de política que, numa perspectiva crítico-transformadora, defende uma educação libertadora.

[...] acompanhávamos toda efervescência política de SP. Quando Erundina que era amiga dele [Freire] o convidou para ser secretário de educação. Ele aceitou porque acreditava que tinha que colocar na prática aquilo que trabalhava na PUC-SP. Ele me convidou para trabalhar com ele e reconstruir a rede, buscando a democratização da escola pública. Eu fiquei pensativa e não sabia o que escolher:

textos são da década de 90. O prefácio desse livro é escrito por Vanilda e ela o contextualiza historicamente e faz a relação com sua trajetória pessoal.

Trabalhar na secretaria com Freire ou ir para Unicamp que estava prestes a assumir uma vaga. Fui para a secretaria municipal de educação e continuei na PUC-SP. Na secretaria trabalhei com formação permanente e no processo de reorganização curricular. (Saul, Entrevista, 2016).

De um modo geral, a revisão de literatura, realizada mediante a análise de publicações localizadas em bancos de dados, possibilitou identificar a presença da Educação Popular na universidade, sobretudo com os pioneiros e as pioneiras.

3.1 Notas do itinerário percorrido: Educação Popular na universidade

Referente à atuação de docentes dos Programas de Pós-Graduação e a presença da Educação Popular no Brasil, observei no “Diretório de Grupos de Pesquisas” do Cnpq⁵⁵ que temos 170 grupos de pesquisas que levam em algum momento o termo “Educação Popular”. Mas quando realizei uma pesquisa buscando o termo exato “Educação Popular” desses 170 grupos apenas 22 possuem a expressão Educação Popular no título, sendo que 5 desses grupos estão da **Universidade Federal da Paraíba**. Os demais estão assim distribuídos: Universidade Federal do Ceará (2), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (2), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1), Universidade Federal do Tocantins (1), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1), Universidade Federal Fluminense (1), Universidade Federal de Uberlândia (1), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2), Universidade de Brasília (1), Universidade do Estado de Mato Grosso (1), Universidade Estadual de Londrina (1), Universidade Federal da Fronteira Sul (1), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1) e Universidade Federal de Pelotas (1). Desses grupos, 2 são da Ciências Sociais Aplicadas, 2 das Ciências da Saúde e 18 das Ciências Humanas. Dos grupos de pesquisa da área das Ciências Humanas, há um (1) denominado como **Educação Popular na universidade**, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Em se tratando de Linhas de pesquisas que trabalham com a Educação Popular, localizei 309 registros na pesquisa básica. Quando ampliei a consulta parametrizada, buscando a Educação Popular, incluindo o termo no título e objetivos, localizei 376 Linhas e Grupos de pesquisas. Concernente a esse último critério de localização acerca da presença da Educação Popular nas Linhas e Grupos de pesquisas, ela perpassa pelas diferentes áreas do

⁵⁵ <http://dgp.cnpq.br/buscagrupo/>. Primeira pesquisa, realizada em 25 de outubro de 2015 e a segunda em 10 de setembro de 2017.

conhecimento com predominância nas Ciências Humanas. Outra questão relevante é que, nessa busca mais ampliada, identifiquei outras universidades que não apareceram nas pesquisas anteriores, tais como: Universidade Federal do Rio Grande, Centro Universitário La Salle - Canoas, Universidade de Cruz Alta, Universidade do Vale do Rio dos Sinos⁵⁶, Universidade de Passo Fundo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Federal de São João Del-Rei, etc.

Já com termos exatos, temos os seguintes dados: 90 linhas de pesquisas levam o termo “Educação Popular” no título, e, ao distribuí-las por região, verifiquei os seguintes dados, em se tratando do percentual de universidades por região:

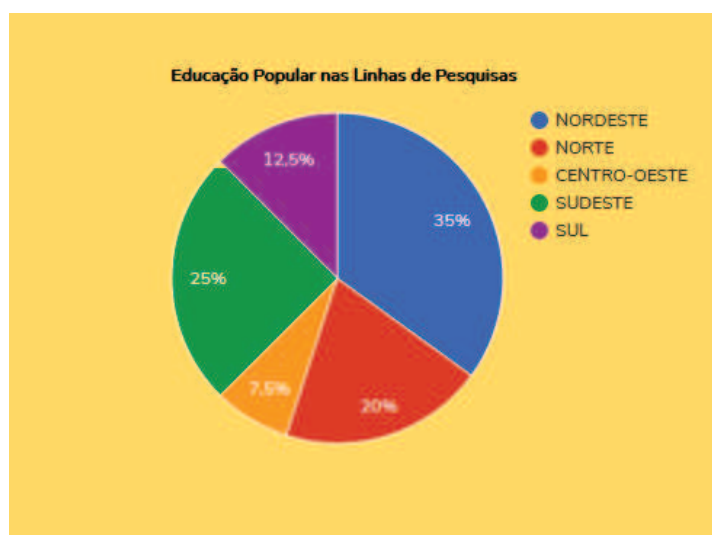


Figura 30 - Universidades por Região

Em relação à quantidade de linhas de pesquisa na região nordeste, destaca-se a Universidade Federal da Paraíba, com 14 linhas, que possuem a expressão Educação Popular no título. Destaco que há anos esta universidade possui um mestrado em Educação Popular. No sudeste, são várias universidades com linhas com esse termo, mas é na Universidade Federal Fluminense que há mais linhas de pesquisa. No centro-oeste, encontramos uma maior concentração de linhas na Universidade Federal de Mato Grosso. Já no norte, é a Universidade do Estado do Pará que dispõe de uma maior quantidade de linhas de pesquisas. No sul, é a Universidade Federal de Pelotas. Essa relação de linhas distribuídas nas cinco (5) regiões pode ser observada no gráfico abaixo:

⁵⁶ LP: Educação, desenvolvimento e tecnologias. Grupo: Mediações Pedagógicas e Cidadania cujo líder é o professor Danilo Romeu Streck, orientador da presente tese.

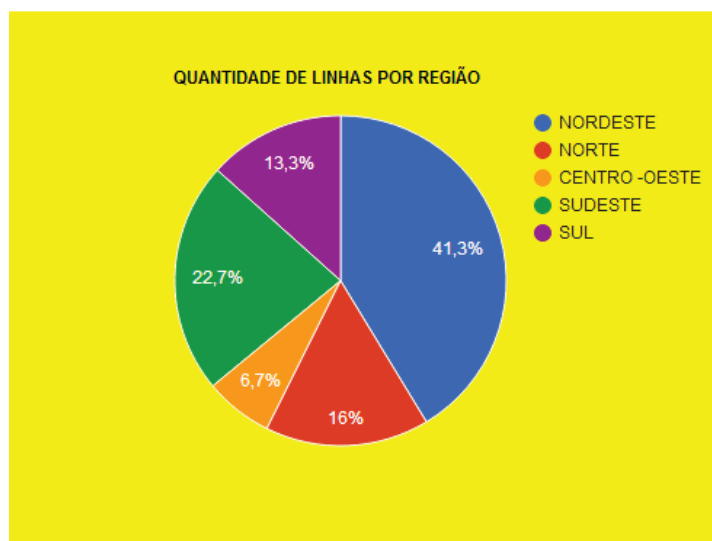


Figura 31 - Presença de LP: EP nas universidades

No tocante à **área da educação**, no site do “Diretório de Grupos de Pesquisas” do Cnpq, referindo-se aos dados de 2017/2, os registros, acima citados, tive como critérios de localização: 1) Nome do grupo e Nome da Linha de Pesquisa; 2) Palavras-chave da linha ou do grupo de pesquisa; e 3) Área da Educação. Foram realizadas duas pesquisas nesse banco de dados: 1) Grupos de pesquisas⁵⁷ e 2) Linhas de Pesquisas. No primeiro caso, a busca informou a existência de 170 grupos de pesquisas que levam em algum momento o termo “Educação Popular”, e, a partir da busca por termo exato “Educação Popular”, localizei 22 grupos. No segundo caso, dos 309 registros, através de uma pesquisa básica, apenas 90 linhas de pesquisas possuem o descritor “Educação Popular” no título.

Nesse banco de dados, é importante salientar que localizei o nome de vários pesquisadores que vêm orientando e desenvolvendo pesquisas nas quais a Educação Popular é um dos temas de investigação. Também, destaco que, dentre os (as) pesquisadores (as), encontrei o nome dos sujeitos que participaram dessa pesquisa. Além disso, identifiquei uma íntima relação entre universidade e Educação Popular, através do trabalho docente dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular freiriana. Algumas teses e dissertações, que possuem a **Educação Popular** no título (pesquisa por termo exato), foram orientadas por esses educadores e educadoras, como veremos abaixo:

⁵⁷ Segundo os dados presentes no Diretório, há 37.640 grupos registrados, sendo que 34.872 são certificados e 5.248 não foram atualizados. No entanto, observo que podemos ter mais grupos e linhas de pesquisas que contenham, explicitamente, o termo “Educação Popular” no título, mas não estão atualizados. Da maior para a menor concentração de grupos com linhas de pesquisas, as regiões do Brasil encontram-se nesta ordem: sudeste, sul, nordeste, centro-oeste e norte. São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, no caso do sudeste, lidera o número de grupos. Na região sul, o Rio Grande do Sul e o Paraná são os estados com maior registro. Importante relacionar os dados por estados, pois os sujeitos dessa pesquisa moram nos estados citados: RS, SP e RJ.

Ana Maria Saul: *A semente plantada: educação popular e o cultivo do realismo utópico nas áreas de assentamentos rurais*, de autoria de Ernandes de Queiroz Pereira.

Balduino Antonio Andreola: *Horizontes da Refundamentação em Educação Popular: Uma proposta com base na Razão Dialógica de Freire e na Razão Comunicativa de Habermas*, de autoria de Jaime José Zitkoski.

Carlos Rodrigues Brandão orientou o trabalho: *O Morro da Caixa D'Água: o significado político-pedagógico dos movimentos de educação popular: na periferia de Florianópolis - Santa Catarina*, de Telma Anita Piacentini. Lembro que este professor não exerce sua docência em uma Faculdade de Educação, mas no departamento de antropologia.

Celso de Rui Beisiegel: *Arte, política, educação popular: diálogos necessários para transformação social*, de Jade Percassi de Carvalho.

Moacir Gadotti orientou a tese de Reinaldo Matias Fleuri, intitulada *Educação popular e universidade: contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da Universidade Metodista de Piracicaba*⁵⁸.

Osmar Fávero orientou a tese Lucio Kreutz: *Os movimentos de educação popular no Brasil, 1961-64*.

Vanilda Paiva: Não localizei nenhuma pesquisa que fosse orientada pela professora a qual a Educação Popular estivesse presente no título do trabalho.

Dos trabalhos acima citados, escolhi um deles para demonstrar a presença de alguns dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, seja nas referências bibliográficas ou de experiências em Educação Popular. Desses trabalhos, faço um destaque para a tese do Fleuri, que nos brinda com alguns dados históricos importantes. Vejo na sua tese que, na Universidade Metodista de Piracicaba, de 28 a 30 de maio de 1981, Carlos Rodrigues Brandão participou do Seminário Internacional de Educação Popular, contribuindo com o debate sobre Educação Popular e Metodologia da Ação. Em 1983, Paulo Freire ampliou esse debate no Fórum Nacional de Educação Popular (FONEP). Em relação às referências, encontramos: BARREIRO, Júlio (Brandão), BEISIEGEL, Celso de Rui, BRANDÃO, Carlos Rodrigues, GADOTTI, Moacir e PAIVA, Vanilda.

⁵⁸ Um dado significativo é que universidades como: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Universidade Católica de Goiás e a Universidade de Ijuí (RS) destacam-se no debate acerca da Educação Popular. Mas eram os movimentos populares que reivindicavam a criação de universidades populares.

Conforme o autor, as experiências de extensão universitária no campo da Educação Popular foram marcadas pela luta dos movimentos populares pela democratização da universidade.

Tais experiências indicam que os trabalhos de extensão universitária em **educação popular** podem ser um dos fatores de transformação da universidade e de avanço do **movimento popular**, na medida em que se inserirem num processo mais amplo de criação de um novo projeto de **universidade popular**, capaz de contribuir para que as classes populares se reapropriem dos meios técnicos e científicos necessários à construção de sua hegemonia. (FLEURI, 1988, p.330, Grifo nosso).

Essa projeção de propostas populares como caminho possível para a construção de uma universidade popular aproxima-se com aquilo que eu qualifico como possibilidade da Educação Popular freiriana na universidade. O que o autor já sublinhava e continuou apontando nas suas pesquisas posteriores, e eu concordo com ele, é sobre a existência entre a universidade, os Movimentos Populares e a Educação Popular de contradições estruturais que precisamos reconhecer, analisar e discutir.

Sobre essas contradições, algumas considerações são necessárias: 1) A universidade ainda possui uma organização burocrática, colocada principalmente a serviço das necessidades do mercado; 2) Os Movimentos Populares possuem processos organizativos e formativos que criticam e buscam alternativas frente à exploração e dominações oriundas do capitalismo selvagem; e a Educação Popular, em alguns casos, é sua referência teórico-prática de análise; 3) As experiências de Educação Popular na universidade são importantes para avançarmos nessa aproximação, que, no meu ponto de vista, é urgente e necessária; 4) Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular são educadores (as) importantes para construirmos caminhos, desafios e projetos que partam de suas experiências teórico-práticas.

Ainda referente ao **Seminário Internacional de Educação Popular** realizado na UNIMEP, no dia 28 de maio de 1981, turno da tarde, Brandão aborda a história dos Movimentos de Educação Popular. No outro dia, foram discutidos, nos diferentes grupos, projetos práticos de Educação Popular, predominando o entendimento de que os sujeitos da Educação Popular são as bases (os oprimidos) que, através da tomada de consciência crítica de seus problemas, uniriam-se para promover a transformação social. Brandão dialoga sobre a Educação Popular no Brasil, associando as compreensões relatadas pelos grupos que participavam do Seminário, aponta três fases da Educação Popular: 1) antes de 1949, associando a alfabetização de adultos como uma forma de promover o progresso, mas o ensino ainda era descontextualizado; 2) entre 1959 e 1964, com grupos da classe média: havia dois projetos em voga. Um que começou a levar em conta alguns saberes do povo nos projetos, com o objetivo de resolver os seus problemas imediatos, fomentando a organização

comunitária. Com isso, o Estado burguês buscava cooptar o apoio popular. O outro procurava conquistar o povo para a revolução; 3) após 1964, com o golpe de Estado, e repressão de 1968, os movimentos de base se fragmentam. Com o apoio da igreja católica, surgiram movimentos de base, onde a educação popular passou a ser um elo entre a organização das pessoas no processo de conscientização e mobilização. Brandão explicita que essas três fases revelam diferentes experiências e concepções de educação popular. (Fleuri, 1988).

Brandão [sobre experiências e Educação Popular]: *eu acho que, para compreender isso de inserção é preciso ter um olhar um pouco mais abrangente, por exemplo, se você conversar comigo e o Osmar, depois conversar com o Gadotti, depois com o Celso, cada um vai dar uma visão diferente, com a Vanilda então mais ainda, porque o que importa na educação popular é o seguinte: primeiro, ela não nasce como educação popular, quando ela surge o que se tem é uma proposta de movimento de cultura popular [...].* (Entrevista, 2015).

É interessante constatar que, nas relações entre Educação Popular e universidade, todos os pioneiros e as pioneiras, sem nenhuma exceção, chamam atenção que o lugar inicial da Educação Popular na universidade é via extensão universitária. Observemos o relato desse lugar, a partir da trajetória pessoal e profissional de Vanilda:

[...] no colégio Pe. Miguelinho, em Natal (RN). Lá também nasceu o **meu interesse pela Educação Popular**, consequência não apenas da grande mobilização sobre o tema, no período imediatamente anterior ao golpe militar, mas também de minha participação no programa de **extensão universitária** da UFRN [...]. (2015, p. 7, Grifo nosso).

Podemos afirmar que essas definições estão atravessadas por convergências e divergências conceituais. Mas todos (as) se reconhecem como companheiros (as) de luta, considerando a **luta** como **resistência**. Alguns elencaram as lutas por escola pública e gratuita, bem como a organização das camadas populares como suas prioridades; outros buscavam, além dessas pautas, um novo projeto de sociedade. Entretanto, o que os uniam era a **Educação Popular** e a **luta popular**. Essa luta popular era atravessada por um projeto de educação.

Na fase três (após 1964 com o golpe de Estado e repressão de 1968) encontro nos arquivos de cartas pessoais de Brandão uma correspondência enviada para o Osmar Fávero e Maria de Lourdes Fávero (Lurdinha), em junho de 1966, cujo conteúdo tratava do Movimento de Educação de Base (MEB), das preocupações em torno daquela conjuntura política e do futuro do próprio movimento. Recordemos que Brandão ingressou em 1963 no MEB e nas experiências de educação rural e popular quando era estudante de psicologia. E a carta citada acima foi escrita quando Brandão estava no México. Aqui, a discussão era sobre manter ou não o MEB em tempos de ditadura, e sob quais os critérios e perspectivas. Nessa carta,



encontramos o termo **Luta** como verbo (**lutar**) e como um substantivo acompanhado de um movimento, que, neste caso, é o MEB. A luta aparece frequentemente nos textos e nas falas dos pioneiros e das pioneiras da Educação popular. A **luta** como resistência, a **luta** humanista e a **luta** esperançosa.


Através de uma série de documentos recebidos por Brandão, tive acesso ao texto base produzido pelo Grupo de Trabalho da Comissão Nacional do PT (Partido dos Trabalhadores), onde se compreendia o partido como Educador e se propunha um *Plano de Educação Nacional Popular*. O texto base foi elaborado por: Carlos Rodrigues Brandão, Demerval Saviani, Moacir Gadotti e Paulo Freire. Francisco C. Welfort foi o coordenador desse Grupo de Trabalho, criado em 1980. Considero que esse documento indica uma quarta fase da Educação Popular, a qual acontece a partir do ano de 1980, em que há um destaque para o acesso do popular na educação pública e as lutas dos movimentos sociais populares. Nesse documento, questionam-se os altos índices de reprovação e a educação autoritária, apontando para a necessidade de um trabalho político de criação de uma nova educação, “sob controle de um poder popular e, portanto, uma educação popular” (p.8). Compreende-se a educação popular como uma teoria do conhecimento que deveria partir da linguagem popular associada a uma “educação política das massas” (p.19). É colocada a exigência de um projeto popular que diferencie o ensino de elite da educação popular.

A universidade, nesse documento, é fortemente criticada pelo seu caráter elitista e por estar a serviço da sociedade capitalista (universidade de produção e universidade de Consumo). A proposição que o grupo traz é de “um ensino popular na universidade” a fim de popularizar o saber e combater energicamente todo e qualquer tipo de privilégio, fazendo a crítica popular do sistema.

Nessa quarta fase, estão situadas as lutas dos movimentos populares, a construção de um partido dos trabalhadores, os Seminários de Educação Popular nas universidades, entre outras experiências políticas e educativas. Nos anos de 1990, apontam outras redefinições, nas quais me inspiro a partir de leituras sobre Educação Popular encontradas nas revistas La Pirágua, e apresento um quadro síntese.⁵⁹

⁵⁹ Conferir o quadro completo com todas as fases no Apêndice C. Chamo atenção, que por volta destes anos, sobretudo através do CEAAL, há um processo de “refundação” de “refundamentação” da Educação Popular em toda a América Latina, onde isto está bem descrito no livro do Afonso Torres Carrilo: *educación popular – trayectoria y actualidad*. Frisamos que na revista La Piragua encontramos importantes materiais que tratam de uma nova reconceptualização da Educação Popular. Nas pesquisas realizadas no acervo de cartas do Carlos R. Brandão localizei uma carta de Afonso Torres para Brandão (ano de 1982) na qual um dos temas tratados era sobre a Educação Popular e participação popular. Torres, nessa ocasião, pedia materiais para seus estudos.

FASE processo	PERÍODOS NÃO LINERAES	COMPREENSÃO DE EDUCAÇÃO POPULAR (EP)
QUINTA	<p>Década de 1990</p>  <p>Período que discute a refundamentação/ressignificação da EP</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) EP enquanto acesso à educação (direito de aprender). 2) EP enquanto procedimento metodológico (pesquisa ação participativa, Investigação participativa, pesquisa participante). 3) EP e sua dimensão pedagógica (Diferença entre ação popular e Educação popular). 4) EP enquanto classe. 5) Educação para todos (educação básica). 6) EP freiriana enquanto paradigma moderno. 7) Educação política para a Cidadania. 8) EP enquanto alternativa. 9) EP enquanto pedagogia crítica. 10) EP enquanto instrumento de luta nos processos democratizantes dos países Latino Americano.
SEXTA	<p>2000 a 2010</p>  <p>Desafios EP para século XXI</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) EP na construção da humanidade e do ser humano (humanização). 2) EP para todos (incluindo a universidade). 3) EP enquanto paradigma filosófico; 4) EP enquanto Novos Horizontes e Renovação de Compromissos; 5) EP para cidadania (políticas públicas, reforma educacional, direitos humanos, movimento feminista, ecologia, multiculturalismo, Interculturalidade, etc.) 6) EP enquanto projeto (pedagogia do oprimido). 7) EP e sua dimensão pedagógica e metodológica. (ex. sistematização de experiências, Pesquisa Ação Participativa, formação de educadores e educadoras). 8) EP no processo da construção da Democracia Participativa e da cidadania ativa 9) EP e os novos paradigmas voltados para os novos movimentos sociais e Ongs (negros, gênero, indígena, camponês, quilombola, sem terra, etc.). 10) EP e os paradigmas emancipatórios.

SÉTIMA	<p>2010 a 2020</p>  <p>Educação Popular enquanto Movimento plural e de aprofundamento de estudos</p>	<p>1) EP enquanto prática (economia solidária, gênero, dos movimentos sociais, de universidades, tecnologia, educação ambiental, educação para a paz, políticas públicas [saúde, educação, serviço social], etc.);</p> <p>2) EP é intencionalidade, e necessita de diálogo e pesquisa.</p> <p>3) EP: política, direitos e cidadania (do conceito a luta).</p> <p>4) EP e prática emancipadora, para responder aos problemas sociais;</p> <p>EP enquanto inclusão social;</p> <p>5) EP e refundamentação com e a partir de Paulo Freire (aprofundar o estudo recriando suas idéias);</p> <p>6) EP e metodologias participativas.</p> <p>7) EP e práxis: reflexão sistemática sobre práticas e necessidade da sistematização de experiência enquanto processo formativo.</p> <p>8) O Início de um debate acerca da Internacionalização da temática da EP na Educação Superior (Danilo Streck faz uma apresentação na Anped- Nacional, em 2017).</p> <p>EP em construção...</p>
FONTE: da autora		

De um modo geral, a Educação Popular pode ser compreendida enquanto práxis que é discutida e repensada constantemente. As propostas de Educação Popular possuem a perspectiva da pedagogia crítica com intencionalidade política (STRECK; ESTEBAN, 2013). Os períodos históricos não são lineares; portanto, eles se entrecruzam, entre um tempo histórico e outro, com maior ou menor ênfase conceitual. No entanto, em todas as fases há, pelo menos, dois projetos de educação popular em disputa: um, que luta por um projeto societário não capitalista e desigual, e outro, que busca minimizar as desigualdades sociais através de reformas e programas destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Por fim, continuo a exposição das articulações entre Educação Popular e universidade, através dos dados inéditos recebidos por Brandão, por meio de documentos de primeira mão. Esses documentos subsidiaram a minha indicação de que a **quarta fase data os anos de 1980**, e fora fecunda no debate da **Educação Popular na universidade**. Portanto, apresento fragmentos da carta escrita por Vanilda Paiva, em outubro de 1980, para Brandão⁶⁰:

⁶⁰ Ano em que Paulo Freire retoma a sua vida universitária na UNICAMP e na PUC de São Paulo.

E Campinas como vai? Agora com o Paulo Freire aí pode-se pensar mais realísticamente no tal mestrado em educação popular. Quanto a mim, sigo aguardando o contrato. Se sair no começo de novembro, como espero, estarei por aí dentro de umas 3 semanas.

Um grande abraço de

Brandão

Figura 32 - Arquivo de Brandão

Essa carta faz parte das centenas de cartas que compõem o arquivo pessoal de Brandão, o qual tive acesso no ano de 2015. O mesmo se encontra no Sítio Rosa dos Ventos, localizado em Poços de Caldas, Minas Gerais.

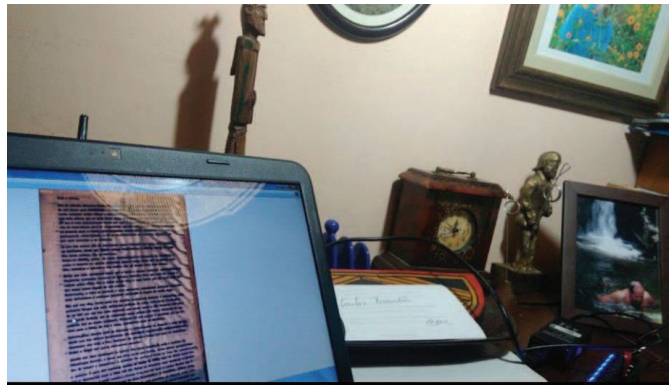


Figura 33. Trabalhando com as cartas

foi falado sugeriu-me a possibilidade de fazermos um livro com o que falamos lá. Todos os outros textos foram escritos para serem lidos, menos o seu que, genialmente, foi dito para ser escrito. Rascunhei uma Introdução em que digo isso. Pensei um título que é parte do que a Marilena falou: O Educador - vida e morte. Estou escrevendo para pergunta a sua opinião e pedir a sua autorização para inclui-lo junto a: Rubem Alves, Marilena Chauí, Ildeu Moreira Coelho, Miguel Arroyo (e sua equipe) e eu.

Pensei que o título de sua palestra poderia ser o que veio no "Encarte". É parte do que você fala e me pareceu muito oportuno: Educação - o sonho possível.

Figura 34 - Fragmento de uma carta de Brandão ao Freire

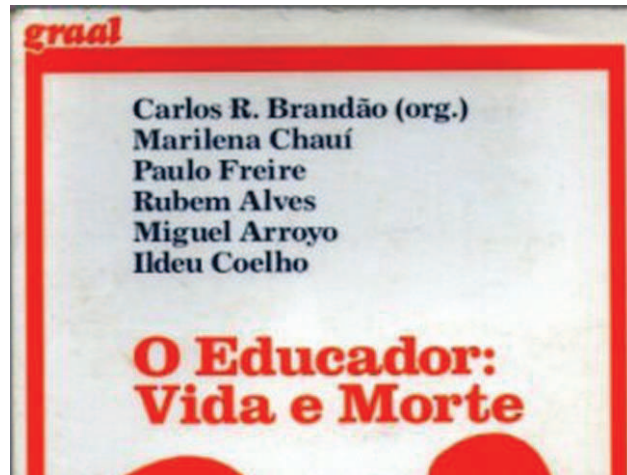


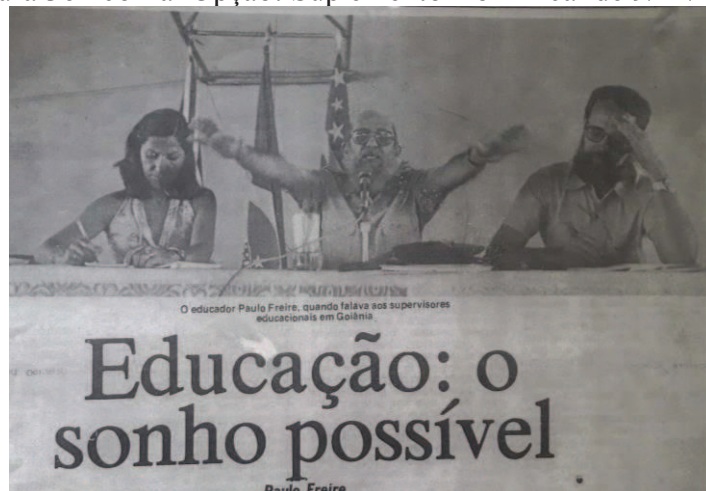
Figura 35 - Capa do Livro publicado em 1982

Nessa carta, Brandão encaminha ao Freire alguns materiais; entre eles, o livro O QUE É EDUCAÇÃO, e fala do convite para escrever o livro Método Paulo Freire:

Por esta mesma edição da “Primeiros Passos” surgiu, de uma conversa com o Luís e o Caio Graco, a ideia de eu escrever: O QUE É O MÉTODO PAULO FREIRE. Ponderei que o ideal seria você mesmo escrevê-lo e aí o livro teria um outro valor. No entanto não sei como anda seu tempo para redigir em pouco tempo um texto de 70 a 80 páginas. Caso você queira também sugerir uma outra pessoa, escreva pra mim. Se não houver outros nomes, eu mesmo faço o livro. (carta de Brandão ao Freire. Campinas, Carnaval de 1981).

Discorrendo sobre o fragmento exposto da carta, Brandão cita uma palestra: Educação - o sonho possível, que se encontrava no Encarte do Jornal de Goiana, o qual recebi de Brandão, em minha casa, via Sedex. O jornal de 1980 traz uma foto de Brandão com Paulo Freire em uma conversa com os supervisores e as supervisoras educacionais, realizada em Goiânia.

Figura 36 - Jornal Opção: Suplemento Dominical de 9/11/1980.



Essa fala de Freire foi sistematizada e publicada no livro: O Educador: vida e morte⁶¹, que, em uma parte do texto, discute a Educação e Política, e a necessidade da coerência entre o fazer e o dizer, ou seja, uma coerência autêntica:

Então, eu insisto que não é o meu discurso progressista e revolucionário o que dá o ajuizamento à minha prática. Porque, o que ocorre é que eu posso fazer um discurso enorme, estrondoso, dentro da **universidade** ou num comício, um discurso eminentemente revolucionário, e a minha prática em casa consistir em me apropriar de minha mulher, que passa a smeer meu objeto, ou domesticar as minhas filhas para defender a virgindade delas. (FREIRE, 1982, p.98-99).

Voltando à carta de Brandão, constato que os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular moviam-se, quase todas e todos, em dois mundos convergentes: o da vida universitária, como docentes e pesquisadores, e como ativistas de causas populares, através de atividades de participação em ou assessoria a diversos movimentos sociais. Em alguns casos, esta presença restringia-se mais a encontros, congressos em um âmbito mais acadêmico. Em outros, especialmente em Gadotti, Brandão e Saul havia uma preocupação em estar também mais junto “às bases”.

Todos, de um modo ou de outro preocupavam-se “sobre questões metodológicas de trabalho popular”, não dissociando a teoria da prática, e dedicando-se a escrever para as pessoas que estavam na “linha de frente”, cujo material estaria disponibilizado para ser “pensado, criticado, revisto e usado.” (Brandão, Carta).

Essas cartas, somadas às entrevistas realizadas presencialmente e por e-mail, são as fontes que me deram as primeiras pistas das dimensões ontológicas e me ajudaram a definir a ontologia da Educação Popular freiriana.

Nas cartas que analisei, ocorria a incidência da necessidade de recuperar a memória sobre os tempos de começos da educação popular no Brasil. Portanto, a memória se configura como um elemento importante para conceber a ontologia da Educação Popular freiriana. A preocupação com a recuperação da memória (as experiências) é importante porque Brandão dizia nas cartas, e permaneceu afirmando nas entrevistas, que: “Havia pessoas muito motivadas para um trabalho sério com a Educação Popular”. No decorrer da pesquisa, descubro que a **Luta** é a ontologia da Educação Popular freiriana, a qual possui dimensões que serão trabalhadas posteriormente. Dimensões inscritas por experiências teórico-práticas de luta de pioneiros e pioneiras da Educação Popular.

⁶¹ Brandão, Carlos Rodrigues. (org). O Educador: vida e morte. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. O texto de Freire se intitula como: Educação: o sonho possível, onde conversa com educadoras e educadores sobre supervisão escolar.

3.2 Mais literatura sobre Educação Popular e universidade: confluências com as trajetórias dos Pioneiros e pioneiras da Educação Popular

No Repositório Digital da Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos⁶², localizei 17 produções, entre dissertações e teses, contendo Educação Popular enquanto tema de investigação; porém, apenas três trabalhos convergem diretamente com o meu tema de pesquisa. As teses de Telmo Adams⁶³ e de Cheron Zanini Moretti⁶⁴, mais a dissertação do Cristóvão Domingo⁶⁵, convergem com a concepção de Educação Popular que eu defendo e busco explicitar nesta tese. Em síntese, juntando os três trabalhos, a concepção de Educação Popular está atrelada a uma pedagogia crítica, cujo desafio é avançar rumo a uma educação emancipatória. A universidade Popular seria o lugar de dar voz aos sujeitos que estão excluídos do direito à educação crítica.

Dos três trabalhos, o que faz a relação entre Educação Popular e universidade é a dissertação do colega *Cristóvão Domingos de Almeida* (2008); ele analisa o papel da comunicação popular na perspectiva da educação popular, tendo como foco investigativo um programa de rádio denominado *Saber Popular*, realizado na Universidade Popular Comunitária (UPC), localizada em Cuiabá, Mato Grosso. A Universidade Popular Comunitária está relacionada à oferta de educação para pessoas que foram impossibilitadas de frequentar o sistema educativo em idade apropriada. A experiência relatada é rica e importante para a construção permanente da história da Educação Popular, mas carece de fundamentação teórica a cerca da origem histórica e epistemológica da universidade popular, embora se utilize de autores para fundamentar a Educação Popular enquanto opção política, pedagógica e metodológica.

⁶² Possui três linhas de pesquisa, as quais são: 1) Educação, História e Políticas; 2) Formação de Professores, Currículo e Práticas Pedagógicas; 3) Educação, Desenvolvimento e Tecnologias. Nessa última, existe uma presença marcante da Educação Popular nas pesquisas realizadas, sobretudo, a partir da trajetória de professores e professoras que elegeram esse tema como área de pesquisa, conforme pode ser visualizado na revisão de literatura realizada em 2015, a qual está disponível no Repositório Digital da Biblioteca Unisinos.

⁶³ Tese defendida em 2007, e orientada por Danilo Romeu Streck: **Educação e economia (popular) solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006.**

⁶⁴ A tese intitulada como: **Nosso norte é o sul: colonialidade do conhecimento e a pedagogia da insurgência na América Latina**, defendida em 2014 e orientada por Danilo Romeu Streck.

⁶⁵ Título: **Comunicação popular como instrumento educativo na promoção da cidadania: a experiência radiofônica na Universidade popular Comunitária (Cuiabá-MT).** Dissertação Cristóvão Domingos de Almeida, orientado por Danilo Romeu Streck e defendida em 2008.

Dos 17 trabalhos, dois (2)⁶⁶ não envolveram nenhum dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular freiriana tomados aqui como referência. Já Paulo Freire está presente nos 17 trabalhos.

A **Educação Popular** é conceito que vem sendo citado em algumas dissertações e teses produzidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), embora, muitas vezes, o termo “Educação Popular” não esteja mencionado explicitamente como conceito, mas como experiências.

A **Educação Popular** é um tema presente nesta universidade, sendo discutida em pesquisas e grupos de estudos. Em 2015, por exemplo, formou-se, sob motivação do professor Danilo R. Streck, um grupo de trabalho composto pesquisadores (as) de diversas universidades do Rio Grande do Sul, as quais possuem programas de pós-graduação⁶⁷. Esse grupo vem investigando, identificando e analisando nas dissertações e teses produzidas nessas instituições, bem como nos trabalhos publicados nos Fóruns de Estudos: leituras de Paulo Freire⁶⁸, a presença do Paulo Freire no estado do Rio Grande do Sul, e seus impactos. Foram localizadas, na Unisinos, 114 dissertações e, aproximadamente, 47 teses, defendidas entre os anos de 2005 a 2014. A *Educação Popular*, nesses trabalhos, esteve presente enquanto referência secundária de Paulo Freire. Outras fontes foram mais citadas, dentre elas, os livros dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular e os verbetes que constam no *Dicionário Paulo Freire*⁶⁹.

A educação é uma das categorias mais citadas e trabalhadas nas produções acadêmicas, porém, sem adjetivação, mas relacionada aos conceitos de diálogo, reflexão crítica, emancipação e conscientização, pressupostos da Educação Popular.

⁶⁶ A dissertação de Lucimauro Fernandes de Melo e a tese de Neli Aparecida de Gai. Ambos os trabalhos trouxeram o Paulo Freire como uma das referências.

⁶⁷ Das Universidades presentes no Grupo de trabalho, citamos: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), Universidade de Santa Cruz (UNISC), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Centro Universitário Lasalle, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Universidade Feevale, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade de Passo de Fundo (UPF), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Fonte: Relatório Unisinos, produzido pelo grupo de pesquisa coordenado pelo professor Danilo R. Streck, em 2015/02.

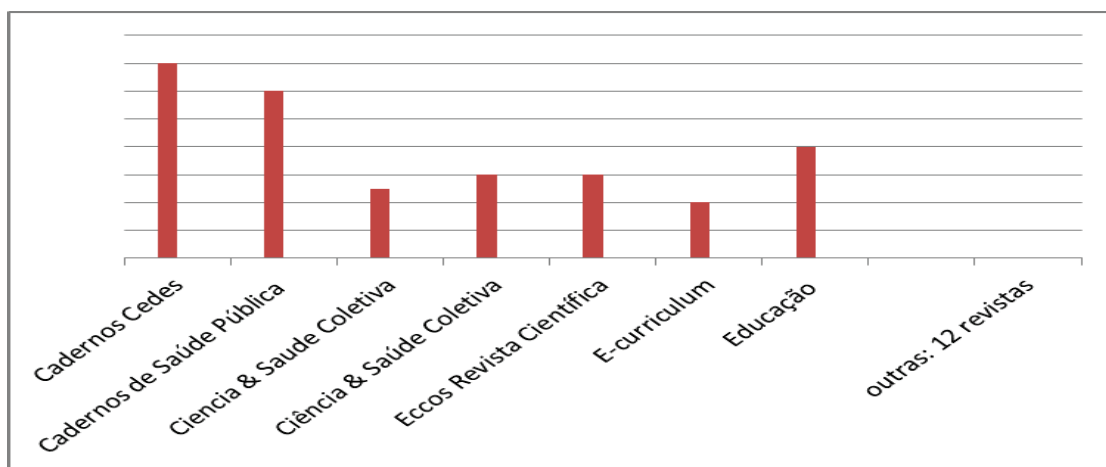
⁶⁸ De 03 a 05 de maio de 2018, ocorrerá o **XX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire** com o tema - **Legado do Fórum de Estudos e Leituras: A presença de Paulo Freire no Rio Grande do Sul**. Será acolhido na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS de São Leopoldo, mesma instituição que sediou em 1998, quando surgiu o Fórum. O objetivo é promover encontros permanentes e itinerantes para estudar, pesquisar, pensar e repensar criticamente a obra de Freire. O Fórum é realizado no mês de maio, como uma lembrança da morte de Freire. Ele acontece em uma Universidade ou Instituição de Educação Superior.

⁶⁹ Organizado pelos autores Danilo R. Streck, Euclides Redin, Jaime J. Zitkoski.

3.2.1 Educação Popular nos periódicos da Capes: o lugar da universidade

Com relação à Educação Popular presente nos *periódicos da Capes*, localizei, em junho de 2017, um número expressivo de artigos (242) que discutem a temática, alguns enquanto tema central. Das 19 revistas identificadas na pesquisa, é nos Cadernos do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) que verificamos o maior número de produções sobre Educação Popular, como podemos observar no gráfico abaixo:

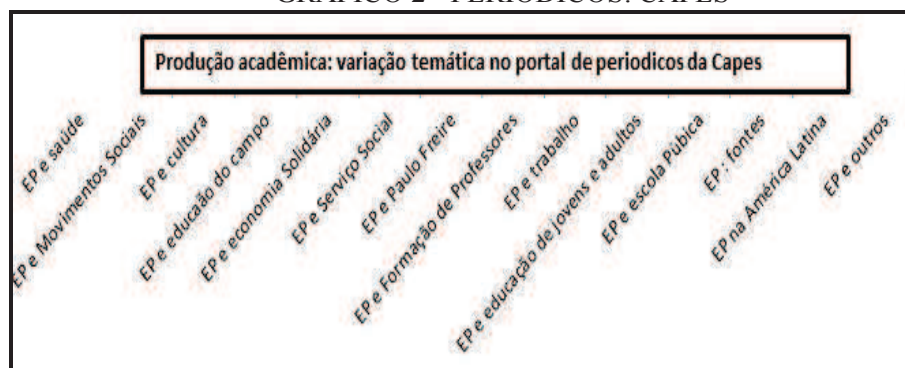
GRÁFICO 1 - PERIÓDICOS CAPES.



FONTE: Desenvolvido pela autora.

Dos artigos encontrados na pesquisa avançada (Educação Popular: termo exato e no título), é possível localizar uma variedade de temáticas que integram o campo de estudo sobre ou a partir da Educação Popular, como pode ser visualizado no quadro abaixo:

GRÁFICO 2 - PERIÓDICOS: CAPES



FONTE: Sistematizado pela autora

Dos artigos localizados, de um modo geral, existe uma convergência sobre a necessidade de uma pedagogia que compreenda todas as dimensões da vida, recuperando a

história da Educação Popular enquanto processo de construção e reconstrução do conhecimento significativo. Ou seja, não dicotomizando o saber popular do saber científico, numa perspectiva crítica, dialética e problematizadora. Alguns dos autores e autoras que vêm produzindo textos sobre a Educação Popular possuem vínculos com a universidade e pesquisam o tema há alguns anos, a exemplo de Danilo Romeu Streck, Marlene Ribeiro, Jaime José Zitkoski, Telmo Adams, Lia Tiriba, Eymard Mourão Vasconcelos, Maria Teresa Esteban, Dinora Tereza Zucchetti, Leoncio Jose Gomes Soares, Gomercindo Ghiggi, Ana Lucia Freitas, entre outros⁷⁰. Nenhum artigo, na pesquisa avançada, foi localizado com os descritores: Educação Popular e universidade, mas há 4 produções sobre universidade popular, e em especial um se aproxima da presente tese, sobretudo no tocante ao referencial teórico.

O texto de Romão e Salete (2014)⁷¹, em que identificamos a presença da *Educação Popular freiriana* em diálogo com a universidade, cujos referenciais mais explicitados foram **Brandão** e **Freire**, agrega os conceitos de conscientização, participação, dialogicidade, humanização e emancipação. Em se tratando da Educação Popular, afirma: “O desafio da UFFS para consolidar a matriz curricular como uma das dimensões caracterizadoras dos princípios freirianos e da Educação Popular está na dinâmica inclusiva invertida dos saberes não institucionais e tradicionalmente sancionados!” (2014, p.155).

O espaço de empiria é a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), objeto de estudo que se embasa na Educação Popular freiriana, resultado das políticas de nível federal que buscam expandir e interiorizar a educação superior pública no Brasil. Um dos tópicos dos autores trata da universidade popular, quando são apresentados exemplos atuais de universidades brasileiras que se inspiram na Educação Popular. Em uma página, Romão e Salete pontuam alguns espaços universitários que vêm mostrando que é possível produzir alternativas ao modelo neoliberal vigente, presente no processo de globalização.

3.2.2 Revista Brasileira de Educação da Anped: Educação Popular e universidade

A Revista Brasileira de Educação (RBE) apresenta artigos com uma diversidade de temas associados à área da educação, entre eles está presente a Educação Popular. Até

⁷⁰ <http://www.periodicos.capes.gov.br>

⁷¹ ROMÃO, J. E., LOSS, A. S. A Universidade Popular no Brasil. Fonte: Foro de Educación, v. 12, n. 16, enero-junio 2014, pp. 141-168.

setembro do ano de 2017, havia setenta (70) edições da revista publicadas, sendo que a primeira data do ano de 1995.

A Educação Popular esteve presente, pela primeira vez, nessa revista, através do texto de **Celso de Rui Beisiegel**, em 1997, num artigo cujo título é *Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos*⁷². No texto, **Beisiegel** apresenta a Educação Popular relacionando a participação e a politicidade do ato educativo.

Os 19 textos, localizados nas 70 edições da revista, apresentam, de modo geral, os princípios da Educação Popular (diálogo, participação, luta, compromisso, politicidade e emancipação) e seus desdobramentos, dando ênfase ao seu contexto histórico. Na homenagem feita ao Victor Valla, foi registrada a sua atuação na universidade e o lugar da Educação Popular, tema aproximado à minha pesquisa.

Em 2009, é destinada uma parte da revista para uma Homenagem à contribuição de Victor Valla ao pensamento da educação popular⁷³. Autores e autoras como Maria Tereza Goudart Tavares, Reinaldo Matias Fleuri, Eymard Mourão Vasconcelos, Eveline Bertino Algebaile e Victor Vincent Valla escrevem sobre a trajetória de Victor Valla e suas contribuições para a educação popular, dentre as quais estão: 1) Indignação contra a pobreza e em relação ao fracasso da escola; 2) Pesquisa Militante; 3) Convivência dialógica; 4) Educação popular esteve na universidade por meio de uma disciplina denominada *Tópicos Especiais de Educação Popular*; 5) Educação Popular está nas relações concretas e num campo de lutas; 6) O jeito de produzir conhecimento da educação popular não podendo desconsiderar a experiência (prática social); 7) Unidade entre pensamento e ação.

3.2.3 Cadernos de Educação Popular: A presença da universidade

Os *Cadernos de Educação Popular* apresentados são fruto dos trabalhos organizados pelo *Nova: pesquisa, avaliação e assessoria*, e o acesso a eles se deve ao professor Osmar Fávero, que partilhou esse material. Neles, busco o sentido e significado da Educação Popular na universidade.

São 30 cadernos, compreendidos entre os anos de 1977 a 2010. Os textos são resultado de propostas, projetos, relato de experiências e reflexões sobre Educação Popular. Nem todos os textos são produzidos por pesquisadores (as) acadêmicos, pois muitos educadores e educadoras não possuem formação acadêmica, mas são militantes e trabalhadores (as) de

⁷² Jan/Fev/Mar/Abr 1997 N° 4.

⁷³ Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

diferentes setores da economia: da agricultura, da indústria e serviços, além de pessoas em situação de desemprego, e que, de algum modo, vêm discutindo à Educação Popular a partir de suas histórias. Em outras palavras, a produção desses cadernos foi baseada em trabalhos desenvolvidos na perspectiva da Educação Popular.

De um modo geral, a Educação Popular, nesses cadernos, está relacionada às atividades desenvolvidas para/com os setores populares e os seus campos de atuação. Através dos textos, relatos, entrevistas e práticas sociais que visam a participação concreta dos grupos sociais a que se destinam, a Educação Popular, aqui, é compreendida considerando o seu processo social e político para além do local. Para ilustrar os sentidos e significados da *Educação Popular*, apresento, a seguir, a sistematização que organizei, contendo as suas principais características:

- 1) Participação popular com vistas à superação dos problemas sociais;
- 2) Instrumento de luta e de defesa dos direitos;
- 3) Uma forma de expressão popular;
- 4) Um método de Educação e de trabalho;
- 5) Os movimentos populares;
- 6) Base do trabalho de assessorias junto aos Movimentos Sociais urbanos e rurais;
- 7) As práticas escolares destinadas aos setores populares;
- 8) Um trabalho de base;

Localizei em vários cadernos questões referentes aos procedimentos metodológicos participativos e de formação de quadros. Corroborando as temáticas apresentadas acima, são marcantes dois momentos: 1) Um que não se direcionava diretamente às políticas públicas, legislações e contextos escolares; 2) outros que se centravam sobre os contextos não escolares sem articulação com as políticas públicas estatais.

O que há de peculiar nos cadernos da Educação Popular são os relatos (depoimentos) e registros de experiências de pessoas que atuam em atividades educativas, tenham elas formação acadêmica ou não. Um exemplo é o depoimento de um operário que mencionou a *universidade popular* (Caderno II, 1981, p.59⁷⁴), entendendo-a enquanto um lugar em que o conhecimento do povo e da ciência pode gerar um novo conhecimento. Mas nenhum dos cadernos apresentou uma discussão ou relato de experiências de educadores e educadoras

⁷⁴ CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR 2. Equipe da NOVA. Depoimento: fala um operário. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Nova, 1981.

populares que estejam atuando (ou atuaram) na universidade e possuam experiência na Educação Popular desde Paulo Freire.

3.2.4 REVISTA DE EDUCAÇÃO POPULAR: A PRESENÇA DA UNIVERSIDADE

A Revista de Educação Popular é uma publicação da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia. Os arquivos disponíveis são relativos aos anos de 2007 a 2017. O meu objetivo foi localizar nos temas presentes o termo *Educação Popular* e o lugar da universidade.

Dos temas abordados, apenas um texto versa, de forma explícita, sobre a educação superior e a Educação Popular (2010). Ele conta a experiência da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre e a produção de um curso de especialização em Educação Popular para educadores e educadoras populares. **Educação Popular e ensino superior - possíveis relações**⁷⁵ é o título do artigo, o qual discute a Educação Popular como opção político-pedagógica em todos os níveis de ensino, apresentando uma experiência que dialoga com um currículo com viés epistemológico popular.

Por fim, é possível afirmar que os temas discutidos na revista, explícitos ou implícitos, dialogam com a Educação Popular, sendo que alguns incluem novas temáticas, antes não abordadas pela Educação Popular. Não é o meu objetivo produzir uma análise sobre esses novos temas em diálogo com a Educação Popular, mas cabe fazer registro da importância de revisitar a história e atualidade da Educação Popular a partir da teoria já produzida e das experiências atuais. No meu caso, os desafios são refletir e analisar as experiências dos *pioneiros e pioneiras da Educação Popular*, bem como quais articulações é possível fazer entre as experiências teórico-prática e a luta pela universidade na perspectiva da Educação Popular.

3.2.5 Revista La Pirágua: A presença da universidade e da Educação Popular

A revista *La Pirágua* é editada pelo Conselho Latino-Americano de Educação de Adultos na América Latina (Ceaal), uma entidade que atua com Educação Popular desde os anos de 1980. O CEAAL é composto por uma rede de organizações não governamentais latino-americanas de vários países, sendo inspirado no pensamento freiriano⁷⁶. Paulo Freire

⁷⁵ Merli Leal Silva, Fernanda Paulo e Roque Graziola.

⁷⁶ Paulo Freire foi o primeiro presidente do CEAAL. Para saber mais, ver em: Educação Popular na América

foi presidente de honra do CEAAL e Carlos Rodrigues Brandão Participou de sua equipe na primeira metade dos anos 1980.

Analisei 41 edições da revista, compostas por diversos artigos publicados entre os anos de 1989 a 2015, identificando, nelas, as reflexões teóricas referentes à Educação Popular e aos temas mais trabalhados.

O conteúdo da revista é profundo e complexo, sendo, portanto, difícil de resumir porque possui uma abrangência de temáticas. Por isso, o meu ponto de partida consiste em expor o entendimento a respeito da Educação Popular existente nas revistas.

A Educação Popular (EP), nesta revista La Pirágua, apresenta práticas educativas e discussões teóricas sobre vários temas; além disso, socializa experiências, relatos e entrevistas. Referente aos temas publicados, contamos com questões que tratam do contexto escolar e não escolar, a saber: democracia, alfabetização, comunicação popular, escola, estratégias da EP, interculturalidade, pedagogia crítica, cidadania, investigação educativa, gênero, pedagogia e política, poder popular, educação de jovens e adultos, eixos temáticos transversais da EP, sistematização de práticas, formação de educadores e educadoras, refundamentação da EP, ONGS, referencial teórico da EP, organizações camponesas e indígenas, analfabetismo, políticas públicas, movimentos sociais, emancipação, juventudes, práticas de EP, educação básica, economia solidária e universidade.

A Educação Popular pode ser compreendida enquanto prática e conceito em construção com objetivos definidos. No tocante aos textos publicados, apenas um trata de forma direta sobre a articulação entre Educação Popular e universidade⁷⁷. Esse artigo apresenta a EP na Unisinos, a partir de duas experiências: 1) um curso de especialização, realizado em 1980; 2) EP presente nas atividades de pesquisa do Programa de pós-graduação no contexto atual. O texto é uma referência importante para minha pesquisa, tendo em vista que os autores exibem alguns processos históricos que possibilitam a conexão entre universidade e EP.

Para Streck e Rosa (2015), a universidade é uma das instituições que se abre aos segmentos populares, aqueles que não tinham acesso e passam a estarem presentes no espaço acadêmico, daí a necessidade da universidade reconhecer seu compromisso ético-político na construção do conhecimento.

Outros textos apontam uma aproximação entre a universidade e a Educação Popular. No caso da revista de nº 30, publicada em 2009, contamos com um texto que versa sobre a

Latina: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. Organizado por Pedro Pontual e Timothy Ireland.

⁷⁷ STRECK; Danilo R.; ROSA, Carolina Schenatto da. CONEXIONES NECESARIAS: LA EDUCACIÓN POPULAR EN LA UNIVERSIDAD. La Pirágua. N. 41, 2. Sem. 2015, p.35-43.

relação entre universidade e Paulo Freire, onde Alfonso Torres Carrillo escreve que existem muitas universidades, em vários países, que criaram disciplinas para discutir Freire e o seu legado (p.16). Depois, Marco Raúl Mejía faz uma pequena descrição da diferença entre universidade clássica e a popular, utilizando como referência Adriana Puiggrós (p.42), e, no mesmo texto, ele afirma que a Educação Popular faz o trabalho de organização social em diversos espaços educativos, incluindo a universidade.

María Rosa Goldar (p.70) utiliza no seu artigo uma citação⁷⁸ que coloca a necessidade de a Educação Popular, a ciência social e as universidades reajustarem suas práticas e redirecionarem suas funções. Já Alfonso Conde Prada, no seu texto que fala sobre práticas de educação e formação de educadores populares, reforça que o movimento de Educação Popular visa processos de mudança e transformação social. Na página 96 de seu texto, identifiquei a referência de Marco Raúl Mejía⁷⁹, que caracteriza a existência de três registros históricos da construção da Educação Popular, sendo que um deles refere-se à construção de *universidades populares* na primeira metade do século XX na América Latina (Peru, El Salvador e México). Prada menciona, em nota de rodapé, as contribuições de Carlos Rodrigues Brandão⁸⁰ para a elaboração das características apresentadas por Mejía.

No mesmo ano, na revista anterior (nº 29), é possível localizar pequenas passagens da relação Educação Popular e universidade, mas referindo-se ao currículo e propostas pedagógicas enquanto necessidade de vincularem-se às pedagogias críticas.

A revisão de literatura trouxe importantes contribuições no campo teórico-metodológico para os estudos sobre Educação Popular e universidade. Na revisão bibliográfica, a partir da leitura analítica dos trabalhos, identifiquei poucas pesquisas relacionadas, diretamente, com a minha tese. Mas, muitos estão associados à área de interesse: Educação Popular. Dessas bibliografias, as lacunas que se revelaram foram relacionadas aos estudos acerca da universidade na perspectiva da Educação Popular e a respeito dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular brasileira.

Diante dos achados e das ausências relativas ao referencial teórico à revisão de literatura me possibilitou a construção teórica no campo da Educação Popular na relação com a universidade a partir de alguns dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular desde Paulo Freire. Isso significa para a minha pesquisa dois importantes destaques: 1) O meu tema

⁷⁸ AAVV. De lo social en movimiento a la construcción social de la realidad. En: Revista Movimientos Sociales Nº 1. Santiago Chile, Escuela de Historia Social de la Universidad Bolivariana, 2007.

⁷⁹ MEJÍA, Marco Raúl y AWAD Myriam Inés, Educación popular hoy, en tiempos de globalización. Ediciones. Aurora, Bogotá, mayo, 2003. p.30.

⁸⁰ La educación popular en América Latina. Quito: Ecuador. CEDEP. 1989.

de pesquisa possui uma originalidade com fecunda importância nos estudos sobre Educação Popular e universidade a partir das trajetórias de pesquisadores e pesquisadoras que trabalham com essa temática; 2) A revisão de literatura, de maneira crítica, contribui para a produção e avanço no conhecimentos sobre o tema pesquisado; Com essa constatação vejo a necessidade de mais estudos sobre universidade e Educação Popular, sobretudo a partir de pesquisas de campo. Todavia, ressalto o mérito das pesquisas bibliográficas no desenvolvimento teórico-metodológico dos estudos desse tema.

Finalmente, nessa pesquisa, a parte da revisão de literatura compõe o campo teórico do processo de escrita da tese, não estando separada dos outros capítulos. Ou seja, ela encontra-se ao longo da análise dos dados, servindo de reflexão e interpretação dos mesmos.

ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR



Giannazi debate obra de Paulo Freire com a professora Ana Maria Saul

Fontes: <https://www.youtube.com>



Video 25 anos do PPGEDU- Depoimentos Professores 05 09 97

7 visualizações

👍 0 👎 0 ➦ COMPARTILHAR ☰ ⋮

Memória FACED UFRGS

INSCREVER SE 1

4 UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS?

“uma renovação da universidade no sentido da alegria presente se faz necessária porque nela, atualmente, os felizes são raros; tal renovação é possível porque, apesar de tudo, existem exemplos.” (SNYDERS, 1995, p.15).

Primeiramente, relembro e anuncio que não trabalho de forma aprofundada a história da Educação Superior no Brasil, mas faço referência para situar a conjuntura das discussões que aproximam a universidade da Educação Popular. Pois, para pensar a universidade na perspectiva da Educação Popular, é importante trazer, mesmo que de forma breve, o contexto político e histórico da universidade brasileira, instituição constituída, em sua origem, para poucos.

Sobre essa história, contamos com uma vasta publicação de estudiosos (as), que colaboram, a partir de suas pesquisas, para analisarmos e refletirmos acerca do papel social e político da universidade na contemporaneidade. Autores (as) como Florestan Fernandes (1975), Darcy Ribeiro (1986), Wanderley (1984), Brandão (2014), Gadotti (2013), Chauí (2001), Frigotto (1996), Mendonça (2005), Rossato (2006); Fávero (2006), Santos (2006; 2008), Cunha (2000; 2007) e Sobrinho (2013) trazem aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos do surgimento e desenvolvimento da universidade. Esses autores e autoras concordam que a criação da universidade brasileira tem suas raízes no tipo de sociedade que temos organizada (Chauí, 2001), e, diante disso, ela “vai assumindo formas que a inscrevem no âmbito da correlação de forças que conforma o cenário social” (PEREIRA, 2014, p.61).

Fávero⁸¹ contribui para a contextualização dessa história, principalmente quando discute as questões econômicas que permeiam as diretrizes da educação superior, as quais, segundo a autora, se dirigem “à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho” (2006, p.23). Dessa forma, ela nasce como espaço de “exclusão de grupos sociais e seus saberes” (SANTOS; FILHO, 2008, p.51), pois seu projeto servia à minoria da população, constituída pela elite brasileira.

Albuquerque e Paulo (2013) no texto “Universidade e Educação Popular: a conexão possível e necessária” discutem as experiências de universidades a partir das demandas históricas da sociedade que refletem o lugar específico da Educação Popular nos processos de formação e aprendizagem. Identificaram elementos importantes nessa articulação: 1) O caráter estratégico da luta (intencionalidade política ao pensar as redes de ensino-

⁸¹ Destaco aqui que o sobrenome refere-se à autora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e não ao Osmár Fávero, o qual menciono várias vezes neste projeto. Ela, Maria de Lourdes Fávero, é esposa de Osmar Fávero.

aprendizagem na formação de professores); 2) A leitura crítica a partir de estudos macro e micro sociológicos, em conexão, para não reduzir as interpretações com uma única chave de análise de micro realidades aos grandes modelos de análise; 3) A luta política na universidade aliada a uma intervenção via Educação Popular. Nessa relação, os autores colocam a emergência de pensar e propor uma educação universitária verdadeiramente popular, revelando como condição substantiva o repensar criticamente as práticas educativas. Conforme os autores, ainda contamos com propostas pedagógicas e metodológicas que incorporam mecanismos de seletividade, escondendo discursos de poder e ambiguidades na implementação de políticas sociais que continuam tendo como base os valores da competitividade, portanto, não popular, no sentido amplo do termo. Sendo assim, defendem um projeto de formação universitária comprometida com o popular, atendendo as dimensões político-pedagógicas de cunho libertador. Finalizam o texto convidando os educadores a criarem espaços de aprendizagem e mediação social que articulem os saberes universitários com a cultura popular, tendo no diálogo entre os saberes múltiplos existentes o ponto fundamental para compreender e mudar a realidade em que vivemos.

4.1 Sínteses da Educação Popular e as tendências filosóficas a partir dos pioneiros e das pioneiras

A Educação Popular, conforme observamos nas falas e produções teóricas dos pioneiros e das pioneiras, apresenta mais de um significado. Tem inspiração nas lutas pela difusão escolar, pela defesa da escola pública, pelo acesso e permanência dos estudantes na educação básica, luta por propostas e projetos pedagógicos alternativos, na teologia da libertação (religiosidade popular), cultura popular, lutas dos movimentos populares (católicos, estudantis, de mães, etc.), projetos de educação popular na universidade e projetos de governos (Escola Cidadã, Movimento de Alfabetização - Movas, etc.).

Balduino Andreola, durante a entrevista realizada na Unilassale, disse: “escrevi um artigo sobre as grandes convergências e das grandes urgências – a ética da libertação da *Pedagogia do Oprimido*. Nesse artigo, cita Levinas, Mounier e Dussel, enquanto “núcleo central da ética e da pedagogia de Freire⁸²”. Mounier é um autor marcante no *quefazer* dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, sobretudo daqueles que possuem uma ligação

⁸² PAULO FREIRE: REINVENÇÃO DA ÉTICA - RADICALIDADE ÉTICA DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO . Disponível em: www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/seminarios/mesa12-a.pdf.(Coordenador: Balduino A. Andreola - Expositores: Balduino A. Andreola e Gomercindo Ghiggi).

histórica com a igreja católica. O personalismo se faz presente nas obras de Freire a partir do Gabriel Marcel, do Maritain e do Emmanuel Mounier⁸³, principalmente baseado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O que importa, aqui, são as referências conceituais relacionadas à Educação Popular, a título de exemplo, o engajamento de Mounier (1964), que contribui para compreendermos criticamente a dimensão do engajamento político e pedagógico dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular.

Uma postura personalista na Educação Popular vai aparecer em Paulo Freire através de uma abertura mais ampla. Em educadores de origem e militância cristã, como Balduino Andreola, Osmar Fávero e Carlos R. Brandão, assim como no MEB, a presença de um personalismo cristão foi muito mais forte e marcante. A Educação Popular se inscrevia em três direções que envolviam, de alguma forma, uma dimensão do que podemos chamar de personalismo ou, de maneira mais aberta, de humanismo. Uma vertente marcadamente cristã, entre Mounier e Theillard de Chardin, que tinha no padre Henrique de Lima Vaz um forte pensador e difusor de ideias (ele era assessor à distância do MEB); uma vertente marxista, entre Marx, Sartre (existencialista) e Gramsci. E uma vertente que chamarei aqui de freiriana, pois é a que assume Paulo Freire desde *Pedagogia do oprimido*. As duas correntes anteriores, fecundamente interagirem entre si. Daí a centralidade do pensamento de Freire na concretude do homem/mulher, na sua historicidade, na sua consciência e na sua vocação libertadora.

O engajamento enquanto postura política compõe – antes, durante e após – o período que discute a *refundamentação da Educação Popular* (anos de 1970 e 1980); oriundo de um tempo histórico em que a Educação Popular projeta-se enquanto paradigma de luta emancipatória, atrelada aos movimentos sociais populares, aos debates políticos e econômicos. A refundamentação da Educação Popular tornou-se um movimento que tinha por objetivo compreender o período de sua efervescência, colocando, portanto, em pauta a necessidade de um novo olhar para aquelas novas práticas e abordagens. Ou seja, o engajamento é um dos princípios (archés) da Educação Popular.

Em conversa com Carlos R. Brandão, em 2016, ele diz que o “MST há anos promoveu uma grande ‘Semana Paulo Freire’ e foi quando me encomendaram o livro *O menino que lia o mundo*”. Sobre essa relação entre o educador universitário e o envolvimento com os movimentos sociais populares me arrisco a dizer, a partir dessa fala e das entrevistas realizadas, que na América Latina, a Educação Popular que se pensa e pratica enquanto uma

⁸³ Frei Betto os cita em: FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. *Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho*. São Paulo: Ática, 1985b.

educação insurgente e emancipadora, tem uma relação direta com Paulo Freire, ou possui inspiração nele inscrita num processo de sua refundação.

Fernanda acho importante acentuar como os mais diversos movimentos emancipatórios na América Latina, como o MST e outros, de algum modo sempre reconhecem alguma filiação com a Educação Popular freiriana. Mesmo o MST, onde a presença de marxistas é grande, tem uma relação estreita com Paulo Freire em seu projeto pedagógico. (Brandão: entrevista, 2016).

Na tese defendida por Zitkoski (2000), em 1999, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação de Balduino Andreola, no que diz respeito à refundação, o autor afirma que ela busca: “discutir essa proposta de educação frente aos desafios dos movimentos sociais articulados com a luta político-ideológica das classes populares.” (p.33). Um aspecto presente na refundação, “enquanto potencial de humanização possuindo valor ético da solidariedade no processo político-social de libertação” (p. 416), fundamenta-se em Dussel e Freire.

Enrique Dussel (Filosofia da Libertação) , ao falar de “uma atitude ética libertadora” (1977, p.239), fornece pistas para entendermos o engajamento enquanto ação, mas que não está separada da ética e possui a íntima relação entre “*amor, afetividade, igual ao espaço e o tempo que nos dedicamos à razão e à inteligência*” (Balduino, Entrevista, 2015). Assim, as relações entre as tendências filosóficas e a Educação Popular colaboram para percebermos a presença da ética da libertação no engajamento dos pioneiros e das pioneiras. O engajamento político está imbricado pela participação popular para a transformação, e não pelo “participacionismo⁸⁴”.

A práxis educativa dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular se corporifica ora pelo legado do marxismo, ora pelo existencialismo, personalismo e fenomenologia. Na fenomenologia de Dussel (1977) ela é inseparável da libertação e possui contribuições necessárias e importantes para filosofia, mas não são suficientes na perspectiva da filosofia da libertação. No caso do marxismo, ele é muito utilizado como ferramenta de análise da realidade social, a partir do seu método e através do conceito de luta de classes. Ambos fazem relação com a sociedade capitalista, excludente e desumanizante. Questiona-se o conceito de liberdade e assume-se o de libertação, uma mistura de existencialismo e personalismo cristão com marxismo. Tudo isso pode ser observado quando Balduino Andreola salienta que temos que discutir

⁸⁴ Significa a participação pela participação. Esse termo está presente em um dos materiais do NOVA e EDUCAÇÃO POPULAR: Pesquisa e Assessoramento em Avaliação, intitulado Instrumentos Pedagógicos. (sem data).

*[...] o problema do colonialismo que eu acho que ainda é profundo! [...] aqui, afinal falando de **educação popular** acho que a gente tem que dizer também, denunciar, o que é um colonialismo que não valoriza o que é o pensamento que surge da história, surge historicamente da base, surge dos sujeitos históricos daqueles que são dos povos que são considerados da periferia. (Entrevista, 2015. Grifo meu.).*

A fala citada pelo pioneiro reflete a forte influência filosófica do existencialismo cristão na concepção da Educação Popular enquanto projeto de vida que implica ir às bases e construir com elas epistemologias populares decoloniais.

A visão de projeto de vida associado ao de sociedade exemplifica parte do que significa a refundamentação da Educação Popular, no que tange as tendências filosóficas. As fontes de inspiração e as experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular são os pontos de partida para identificar o que chamo de Educação Popular freiriana.

*[...] eu não tenho esta militância que o **Osmar** tem e que o **Brandão** tem, o **Gadotti** também. O **Gadotti** foi aluno do **Paulo Freire** lá em Genebra e depois continuou em contato com o **Paulo Freire** aqui. Eu estava na Pró-Reitoria de graduação quando o **Gadotti** me procurou para conversar sobre a criação do Instituto Paulo Freire. Disse: tem todo o meu apoio para o que você precisar. Mas eu nunca fiz parte desse grupo que criou o Instituto Paulo Freire. Na área da **educação popular** eles são os meus pontos de referência. Você chegou a conhecer o **Luiz Eduardo Wanderley**? Pois é, o **Wanderley** é uma grande figura também. Eu sou o mais velho deles. Então fui banca de todos eles, fui da banca do **Osmar** e fui um dos que insisti e enchi o saco do **Osmar** o tempo todo para ele publicar o livro - acabou saindo a publicação. Fui da banca do **Wanderley**. A perspectiva teórica deles é de intelectuais de muito boa formação, progressista, mas são progressistas Católicos, dimensão fundamental e importante. (Celso de Rui Beisiegel, Entrevista, 2015. Grifos meus).*

Brandão,

*Lembro que quando em nome do **CEDI** fizemos aquele rosário de viagens pela América Latina, começando por Buenos Aires em 1969, espalhando as ideias de **Paulo Freire**, a expressão "educação popular" já era corriqueira. E ela está no título do livro de **Júlio Barreiro**. Quem deve saber disto com confiança é o **Osmar Fávero** (memória viva da aurora da educação popular). Por uma feliz coincidência estou acabando de sair de um inesquecível Seminário Paulo Freire, em Buenos Aires. Que esta curiosa corrente prossiga e que nos leve a memórias antigas e recentes de nós mesmos. Acho que **Balduino Andreola** é outra "memória viva". Além do fato de que entre os **pioneiros vivos** acho que somente ele e o **Osmar** são mais velhos do que eu. Olho ao meu redor, como "gente de universidade" há 48 anos, e cada vez mais descubro e desvelo que o que fizemos (e seguimos fazendo) pela América Latina afóra, com e através da Educação Popular é algo de uma relevância **revolucionária**, maior do que imaginamos. (Conversas por e-mail com Brandão e outros, 2016. Grifos meus.). [...] Lembro as muitas iniciativas no Brasil e na América Latina antes e depois da chegada do Paulo Freire no Brasil, de volta do exílio. Lembrei (por que sou parte desta história), o ISAL (CEDI no Brasil), antes mesmo do CEAAL, de que **Paulo e eu** fomos integrantes juntos. Lembrei as intensas atividades de igrejas de teologia da libertação, de movimentos estudantis e de outros movimentos. (E-mail dialógico, 25/08/2016).*

Portanto, é possível afirmar que os ideais da Educação Popular entre os pioneiros e as pioneiras permanecem sendo constituídos por uma teoria engajada, com influência da teologia da Libertação e de teóricos socialistas de modo geral. O Catolicismo Popular⁸⁵, embora tenha marcas mais presentes entre as décadas de 1960 a 1970, no Brasil, ele permanece sendo referência para discutirmos as origens da Educação Popular crítica. Vejamos que a maioria dos pioneiros e das pioneiras trazem as relações entre o MEB e a Educação Popular. Também, oferecem pistas para o diálogo entre as tendências filosóficas e a Educação Popular no caso Brasileiro, sobretudo a partir das suas vivências. Notemos que o próprio Paulo Freire trabalhou no setor de educação do Conselho Mundial de Igrejas⁸⁶ (CMI), época em que Moacir Gadotti o conheceu, em Genebra.

Paulo Freire não cita alguns eventos de importância do CMI como a Quinta Assembléia realizada em Nairobi, Quênia, África, mas sabemos que ele participou do Encontro. E indiretamente Paulo Freire influenciou a ênfase da Assembléia no que diz respeito às questões de luta pela igualdade entre as pessoas, a necessidade de um evangelho mais encarnado na realidade e menos idealista.(RIBEIRO, 2009, p.166.).

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), citado por Brandão, é importante para essas relações. Havia, e ainda existe, a revista *Tempo e Presença*, na qual localizei, junto a discussões associadas à refundamentação da Educação Popular, questões concernentes à Pesquisa Ação Participativa, poder e conhecimento popular, e, por várias vezes, afirma-se a necessidade de sistematizar as experiências das diversas práticas de Educação Popular.

A revista *Tempo e Presença*, de 1984: serviços às Igrejas e os Movimentos Populares⁸⁷ possui um artigo denominado: Educação Popular/Escolarização Popular, que fala sobre uma experiência de um programa voltado para a assessoria de trabalhos de educação de adultos, cuja “atuação se insere num processo de democratização de oportunidades educacionais, através do aprimoramento metodológico na aquisição de novos conhecimentos” (p.12). Nessa mesma revista, consta um texto do Carlos Rodrigues Brandão:

Os anos 1968/1969: um pouco mais de 15, um pouco menos de 20 anos atrás. Vida de alguns de nós, memória de um pouco mais à distância de outros, foram para todos anos escuros, de repressão e temor. Práticas desenvolvidas abertamente por **pessoas e grupos nas universidades e nas igrejas**, tornaram-se, mais do que **proibidas**,

⁸⁵ Acerca desse conceito de origem medieval, diferente do catolicismo tradicional, ver em: AZZI, Riolando. O Catolicismo Popular no Brasil. Coleção Cadernos de Teologia e Pastoral – nº 11, Petrópolis, Vozes, 1978. Aqui, se associa o Catolicismo Popular ao ecumenismo, ou seja, mais crítico no que se refere a agregar as diferentes influências religiosas no Brasil.

⁸⁶ Sugerimos a leitura da tese de Mario Bueno Ribeiro: Andarilheiros Pelo Mundo - Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas - CMI (2009), orientada por Balduino Antônio Andreola.

⁸⁷ Título: 10 anos de CEDI: serviços às Igrejas e os Movimentos Populares (1974-1984). CEDI- número 192. junho/julho de 1984.

verdadeiramente perigosas. **Educação popular** foi uma delas. Os livros sobre o assunto banidos das livrarias e ocultos nas bibliotecas. Quem os tivesse em casa escondia. Não muito diferente de tempos do passado, em que supostas feiticeiras eram queimadas em fogueiras, nomes de pessoas e de modos de se trabalhar junto ao povo eram impronunciados. [...]. Foi por isso e foi assim que o começo de um tipo de assessoria de ISAL⁸⁸ saiu do Brasil e viajou pela América Latina. Havia por toda a parte pedidos, alguns deles muito urgentes, de cursos e treinamentos sobre: **pastoral popular, educação popular, método Paulo Freire**. Assuntos a respeito dos quais, aqueles que podiam vivê-los agora, tinham pouca informação, raros instrumentos e muito pouca prática. (1984. p.24).

Nesse texto, a relevância *revolucionária* dita por Brandão é a *educação proibida* dos tempos da ditadura, ou seja, uma Educação Popular transgressora. A igreja católica, com o viés da Teologia da Libertação, compreendia a importância da questão política de caráter libertador. A Educação Popular freiriana se situa, nessas influências, entre outras fontes teóricas, sustentando-se na compreensão de que na sociedade de classes os conhecimentos devem estar a serviço da desalienação, educação do povo e do poder popular. No Caderno do CEDI de nº 13⁸⁹, localizamos a questão do método:

[...] optamos por construir um material que aliasse o trabalho de Paulo Freire à experiência acumulada do grupo. Às leituras tradicionais: “Educação como Prática de Liberdade” e “Pedagogia do Oprimido”, juntamos as interessantes cartas de Paulo Freire dirigidas aos monitores de São Tomé e Príncipe e transcritas no livro “A Questão Política da Educação Popular”. Também recorremos aos atuais “O que é o Método Paulo Freire” de Carlos Rodrigues Brandão e “Conscientização” do próprio Paulo Freire. (CEDI, 1984, p.10).

As formas de fazer Educação Popular começaram a ganhar notoriedade, sendo necessário o registro das suas ações educativas. Essa demanda também aparecia na Igreja Católica da teologia da Libertação, que afirmava ser indispensável “[...] sistematizar de maneira mais confiável e eficiente o registro de suas lutas⁹⁰.” (1984, p.20). A sistematização compunha parte importante para a preservação da memória do trabalho realizado, associando-se à dimensão teórico-metodológica.

*A proposta de Paulo Freire de alfabetização (de 1963 a 1964) faz a relação entre a educação e a cultura popular. Foi ele quem melhor fundamentou a experiência de alfabetização de adultos com o seu sistema. Ele vai partir do que o povo conhece, daquilo que ele sabe, como vê a realidade. É a **educação popular como instrumento de mudança**. Isso faz parte do movimento de educação popular: o MCP (Movimento de Cultura Popular), o CPC (Centro de Cultura Popular). Paulo Freire passou pelo CPC. Mas, Paulo Freire entendia o conceito de **cultura de raiz marxista**. (Osmar Fávero, entrevista, 2015).*

⁸⁸ Igreja e Sociedade na América Latina que formava agentes e animadores, cuja perspectiva era a educação popular nos pressupostos de Paulo Freire.

⁸⁹ E D U C A Ç Ã O P O P U L A R : Alfabetização e Primeiras Contas. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. São Paulo, Junho de 1984.

⁹⁰ CEDI- número 192. Junho/Julho de 1984.

A cultura, na concepção marxista, com significado político, associa-se à consciência revolucionária. Vieira Pinto (1985)⁹¹ e Lukács (2007)⁹² são dois autores que contribuem para correlacionar Cultura e Educação Popular aos processos de conscientização e resistência. Conforme Lukács (2007), para compreender a cultura é necessário atrelá-la às relações de produção e reprodução da existência. E, segundo Vieira Pinto (1985), cultura precisa ser entendida como produto do processo produtivo, sendo inerente da existência humana. Para ambos, a cultura possui um caráter de classe e pode contribuir enquanto ferramenta educativa no processo revolucionário, ou pode estar a serviço do capital através dos bens de consumo. Sobre essas relações, a Educação Popular e a Cultura estiveram presentes no processo de constituição da sua história, onde, “*de 1962 a 1963, as campanhas de alfabetização de adultos entram pela educação e pela cultura popular.*” (Osmar Fávero, Entrevista)

No primeiro momento, utilizava-se Cultura Popular no lugar de Educação Popular, não como substituto, mas como sinônimo - significando educação libertadora. A cultura popular era como um movimento comprometido com o povo sofrido pelo contexto de desigualdades sociais. Eis a aproximação entre as Igrejas Cristãs, sobretudo a partir da Teologia da Libertação (TORRES, 1998), que “nasceu do desejo de aplicar o Concílio Vaticano II”⁹³. As questões sociais passam a ser preocupações dessas Igrejas, principalmente devido à tamanha desigualdade social da América Latina. Paulo Freire é desse contexto, assim como os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular.

De acordo com as entrevistas realizadas, principalmente com Brandão, Andreola e Gadotti, a cultura popular, no trabalho de Educação Popular, tem o horizonte humanista. Essa dimensão humanizadora perpassa pelo: 1) Personalismo de Emmanuel Mounier e Jacques Maritain (Humanismo Integral e humanismo cristão); 2) Jean-Paul Sartre (O existencialismo é um humanismo); 3) Fenomenologia do Enrique Dussel (Filosofia da Libertação); 4) Marxismo (libertar o homem e a mulher da alienação).

O humanismo progressista e libertador tem a ver com o conceito de engajamento de Mounier e com o que Freire declarou: “Na verdade, não há humanização sem libertação, assim como não há libertação sem a transformação revolucionária da sociedade de classes, em que a humanização é inviável.” (1981, p. 129).

⁹¹ VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e Existência: Problemas filosóficos da pesquisa científica*. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Série Rumos da Cultura Moderna, 20; Coleção Pensamento Crítico, 7).

⁹² LUKÁCS, György. *Velha e Nova Cultura*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/misc/velhaenovacultura.htm>. Acessado em: 08/10/2017.

⁹³ Ver: entrevista de Susana Nuin Núñez - publicada no sítio Noticelam, 12-06-2014. Tradução de André Langer. <http://www.ihu.unisinos.br/533112-a-teologia-da-libertacao-nasceu-do-desejo-de-aplicar-o-concilio-vaticano-ii-diz-o-presidente-do-celam>

A Educação Popular, de um modo geral, para os pioneiros e as pioneiras, perpassa por essas definições, que não se “enquadram” em uma única tendência filosófica, mas numa perspectiva crítica da educação.

Observo e defino que o *engajamento* dos pioneiros e das pioneiras se concebe no diálogo crítico e contraditório da concepção de Mounier. Avança, mas não exclui. É esse engajar-se – estar comprometido com um projeto de educação e sociedade, e estar envolvido em práticas, na universidade ou fora dela – que materializa a opção pela Educação Popular. A luta revolucionária perpassa pela opção política de um projeto que não separa a teoria (ser) da prática (fazer), e, por isso, necessita do engajamento na luta pela libertação. (Freire, 1994).

Essa busca engajada por pedagogias libertadoras continua nos anos em que a Educação Popular se refunda com novos temas: *Desafios para século XXI* (2000 a 2010). Na universidade, a Educação Popular prossegue sendo tema de investigação, principalmente no diálogo entre os seus paradigmas e as demandas dos novos movimentos sociais. Depois, no período intitulado: *Educação Popular enquanto Movimento plural e de aprofundamento de estudos* (2010 a 2020), identificamos questões que tratam, de modo geral, dos processos de formação política realizados em vários países da América Latina e da Educação Popular na atualidade.

Os pioneiros e as pioneiras continuam, na universidade e fora dela, militando e pesquisando sobre temas que discutem a Educação Popular. Esses constituem redes e movimentos de articulação em nível nacional e internacional, utilizando as tecnologias digitais, produções teóricas individuais e coletivas, acessíveis na internet. Esse movimento permanente é fortalecido pelo *engajamento intelectual*.

Por outro lado, a Educação Popular, na universidade, passa a ser compreendida ora como Movimento plural (tudo cabe dentro dela), ora como concepção teórico-metodológica (emerge a necessidade de aprofundamento de estudos).

O que atravessa os anos de 1960 a 2017 é a permanência dos pioneiros e das pioneiras na discussão crítica sobre Educação Popular, os encontros entre eles (presenciais ou por troca de e-mails) para projetar atividades coletivas, rememorar projetos vividos e para a partilha de materiais. As ações que vêm sendo construídas não cabem numa definição fechada de tendência filosófica A ou B, pois o alicerce da luta deles é o engajamento político na defesa da Educação Popular libertadora com base freiriana. Ao longo destes anos, é importante lembrar aqui mais uma vez, a América Latina vai participar ativa e mesmo pioneiramente na geração de ideias, propostas e ações sociais de teor político e de vocação revolucionária e libertadora (no sentido freiriano) a que tomarão corpo através, sucessivamente: da educação

popular, dos movimentos populares no campo e na cidade; da teologia da libertação, das comunidades eclesiais de base, da pesquisa participante, da insurgência de movimentos populares insurgentes, como o MST no Brasil ou o movimento zapatistas. E ainda, os novos movimentos étnicos, sobretudo entre negros e povos indígenas e as versões latino-americanas de frentes de lutas com outros sujeitos sociais.

4.2 O contexto histórico brasileiro da universidade e o lugar da Educação Popular

O início da história da nossa Educação Superior teve sua origem nos cursos isolados para a formação da elite brasileira, inexistindo, assim, a instituição universidade. Geralmente, para estudos de nível superior, o que ocorria era a migração da elite para países europeus.

Denise Leite e Marília Morosini (1992), ao analisarem o processo histórico da constituição da universidade no Brasil e suas concepções, destacam que as primeiras escolas isoladas foram criadas a partir do modelo do ensino superior francês-napoleônico. A esse respeito, Anísio Teixeira (1989) expõe que a universidade napoleônica da França e a Universidade de Coimbra⁹⁴ são influências intelectuais da nossa educação superior.

Aqui, importa caracterizar em que se constituía o modelo francês-napoleônico, pois, dito isso, é possível perceber o motivo pelo qual a Educação Popular⁹⁵ não era um tema pautado no contexto do Brasil Colônia e Brasil império. Somente no início do Brasil República que se inaugurou um debate em torno das universidades populares e da Educação Popular.

No caso brasileiro, o modelo francês-napoleônico caracterizava-se por ser basicamente um ensino profissionalizante, sendo oferecido nas faculdades isoladas com o propósito de formar quadros a serviço, principalmente do Estado, diferente das propostas que foram apresentadas pelo Movimento Operário anarquista no século XX.

Também é característico do final do século XIX e início do XX, a influência da filosofia positivista na vida política do país, adentrando-se na educação superior. A ênfase ideológica

⁹⁴ É herdeira da Universidade de Paris (França) e da Universidade de Salamanca (Espanha). Para saber mais sobre o contexto do Ensino Superior no Brasil, conferir em Teixeira (1989).

⁹⁵ Destaco que a Educação Popular não era discutida; contudo, Brandão, em seu livro “O que é educação Popular”, nos diz que “enquanto o trabalho produtivo não se dividiu socialmente e um poder comunitário não se separou da vida social, também o saber necessário não teria existido separado da própria vida. Fora alguns poucos especialistas de artes e ofícios, como os da religião primitiva, em algumas tribos, com pequenas diferenças, todos sabiam tudo, e, entre si, ensinavam-e-aprendiam, seja na rotina do trabalho, seja durante raros ritos, onde, solenes e sagrados, os homens falavam aos deuses para, na verdade, ensinarem a si próprios quem eram eles, e por quê. Esta foi uma **primeira educação popular**”. (2006b, p.11, Grifo da autora). A Educação Popular, aqui, expressa o mundo da vida, expressão de Habermas.

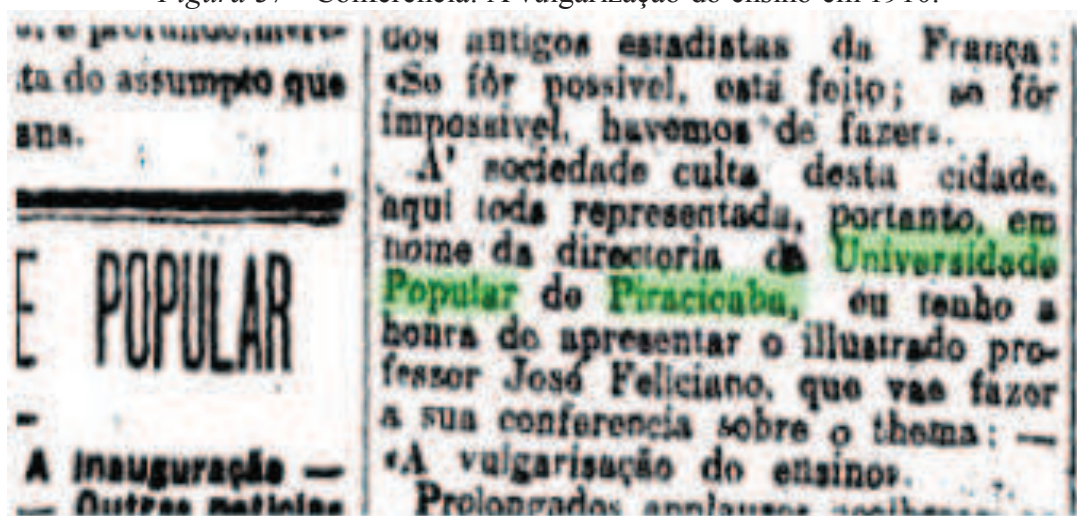
dada ao positivismo apareceu, inclusive, na Universidade Popular de Piracicaba/SP⁹⁶, inaugurada em 1910 e com atividades ativas até 1914.

A Universidade Popular de Piracicaba foi idealizada para oferecer à população o mesmo ensino que constava nos currículos das escolas e faculdades, sem possuir uma alternativa ao modelo educacional vigente. Essa tendência positivista na Universidade Popular de Piracicaba coloca-nos o desafio de problematizar o sentido e significado do *popular*. Aqui, parece-nos que o *popular* está ligado apenas ao acesso da classe popular ao conhecimento, o qual se destinava a organização social das pessoas para promover o desenvolvimento nacional.

Em uma conferência proferida em 1910, ano da inauguração da Universidade Popular de Piracicaba, o professor José Feliciano de Oliveira⁹⁷ se posicionou em relação ao que concebia como educação, compreendendo-a como forma de eliminar os males da ignorância. No caso das mulheres, a Universidade Popular de Piracicaba seria “uma escola de prática doméstica para moças de todas as classes, onde elas poderão aprender tudo o que faz uma boa dona de casa” (OLIVEIRA, 1910, p. 27-28). O ensino na universidade popular, para José Feliciano de Oliveira, estaria a serviço da vida cívica, sem questionar a divisão do trabalho, o currículo, o lugar da mulher e outras questões de classe.

A inauguração da Universidade Popular de Piracicaba foi notícia nos jornais locais e nacional. No Jornal Estadão (São Paulo), constava uma matéria que publicava a importância dos serviços a serem prestados pela universidade para a cidade de Piracicaba e o seu objetivo foram explanados na palestra de abertura. (ESTADO DE SP, 24 ago. 1910).

Figura 37 - Conferência: A vulgarização do ensino em 1910.



⁹⁶ É importante mencionar que essa universidade não é a mesma que a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

⁹⁷ Conferência intitulada *A vulgarização do ensino: Questões a resolver e papel das Universidades populares*, proferida pelo José Feliciano de Oliveira em 1910. Ele era membro honorário da Universidade. (ESTADO DE SP, 09 set. 1910).

Fonte: <http://acervo.estadao.com.br>. Acesso em 22.01.2016.

Os primeiros movimentos, em âmbito nacional, concernentes à concepção de universidade, são do século XX, “dentro da tradição de um ensino superior profissionalizante e utilitário, não desvinculado da tradição do homem culto”. (LEITE; MOROSINI, 1992, p.243). Por isso, a história da universidade é considerada elitizante, justificando-se pela sua tendência político-pedagógica centralizadora e destinada a poucos (homens cultos).

Consubstanciado numa lógica diferente do modelo fechado de universidade, nos primeiros anos do século XX, o Movimento Operário construiu uma universidade popular inspirada nas ideias anarquistas. Ou seja, “[...] fora fundada, em 1904, a Universidade Popular na sede do Sindicato dos Pintores do Rio de Janeiro, e, em 1915, nascia a Universidade Moderna em São Paulo, por iniciativa de Florentino de Carvalho, um anarquista de origem espanhola”. (RODRIGUES, 2010, p.26).

Conforme Lopes (2006), a Universidade Popular do Rio de Janeiro, através do ensino superior, visava estar aberta para as discussões modernas e sociais, por isso, abarcava em sua organização biblioteca, museu, conferências públicas, concertos, exposições, entre outras atividades de cunho social. Porém, não só pelas dificuldades financeiras, mas por outros fatores subjacentes àquele contexto político, a Universidade Popular do Rio de Janeiro, influenciada pela educação libertária, teve pouca duração.

Em 1912, é criada a Universidade Livre de São Paulo; apoiada no modelo europeu de universidade popular, ela oferecia cursos para disseminar conhecimentos técnicos direcionados à educação superior, abertos a quem se interessasse (MACHADO, 2009). A Universidade Livre de São Paulo manteve-se de 1912 a 1917. Gurgel (1986), ao tratar da Universidade Livre de São Paulo, diz que a sua descontinuidade deve-se ao distanciamento da universidade em relação à classe trabalhadora.

Do mesmo modo, Ghiraldelli (1987) diz que a descontinuidade das universidades populares no Brasil pode ter sido proveniente da fragmentação e desvalorização dos saberes, ou seja, da “erudição dos mestres, em contraste com a vida cultural proletariada”. (p.122).

Em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal, inspirada por Anísio Teixeira e outros educadores e educadoras progressistas, que aspiravam por uma universidade revolucionária, a qual formaria intelectuais na relação ensino-pesquisa. Mas esse projeto foi abolido devido às forças autoritárias daquele contexto histórico.

Somente em 1960, com a criação da Universidade de Brasília (UNB), tivemos o conceito de “estrutura integrada de universidade”, o qual pressupunha a formação profissional

e humanística, de forma igualitária e democrática. Essa concepção de universidade, enquanto “instituição aberta” foi defendida pelo educador Anísio Teixeira (1968). Nesse contexto, o inovador foi a participação do movimento estudantil na luta por uma universidade pública, autônoma, não elitista, aberta à classe popular e com currículo não fragmentado. A esse propósito, Darcy Ribeiro (1986) dizia que a Universidade de Brasília não podia ser de mentira, ou seja, ela não poderia vincular-se apenas ao projeto desenvolvimentista do país.

Por isso, na compreensão de Florestan Fernandes (1974; 1975; 2004) seria impossível mudar a universidade sem transformar a sociedade, até porque ele já havia tido a experiência de participar da criação da Universidade de São Paulo, na década de 1930, e percebeu que os avanços em relação à sua concepção de universidade não ocorreram.

A Universidade de Brasília, considerada integrada, por ter reunido várias faculdades isoladas, possuía uma estrutura diferente daquelas que se atrelavam apenas à formação profissionalizante, pressupondo uma educação democrática e de acesso para todos.

Obviamente, com o regime militar, as universidades, incluindo a Universidade de Brasília, passaram a ser controladas pelos militares, os quais perseguiram militantes dos movimentos sociais, docentes e discentes que eram considerados (as) progressistas e subversivos (as). Anísio Teixeira foi um desses educadores e educadoras “vítimas do Regime Militar de 64, e, com eles, centenas de outras grandes personalidades do mundo intelectual, sindical ou político brasileiro” (ANDREOLA, 2007, p.48).

O Brasil do período da repressão política, pedagógica e cultural, defendia com muita ênfase o desenvolvimento econômico, e, dessa forma, a educação servia a essa finalidade. A universidade, nesse contexto, passa a ser considerada como espaço de reprodução cultural e social de relações de dominação, reforçando os ideais das sociedades capitalistas.

O nosso país, considerado capitalista periférico, tornava-se cada vez mais dependente de outros países capitalistas hegemônicos, e, desse modo, os seus projetos eram quase que cópias desses países. Por esse motivo, os ideais presentes na reforma universitária de 1968 reiteraram os princípios da burguesia brasileira, visando atender a demanda econômica através de formação especializada para o trabalho. Essa reforma representa a inibição da pressão popular, que vinha discutindo e pautando questões concernentes à estrutura universitária.

Ivani Fazenda (1988) descreve em seu livro que a educação no Brasil, de 1964 a 1969, privilegiou o desenvolvimento econômico e o consumo da burguesia, sendo considerado um processo de manutenção da hegemonia e dominação dessa classe. Todavia, a concepção de universidade para os governos militares não foi a mesma defendida, por exemplo, pelo educador Anísio Teixeira, a qual pressupunha fundamentalmente “formular intelectualmente a

experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva.” (1988, p.18). Portanto, a universidade, em nosso país, emerge de um contexto de disputa de modelo de sociedade:

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a universidade brasileira como um todo, empenhou-se na tarefa da redemocratização. A luta contra a ditadura unia estudantes, professores e funcionárias, tanto das universidades públicas quanto das universidades privadas. O fim da ditadura representava uma agenda comum, um compromisso e um projeto de universidade que vinha se caracterizando pela defesa da liberdade de expressão e de organização, mutiladas pelo regime militar. (GADOTTI, s/ano).

Isso porque, entre as décadas de 1950 e 1960, a educação, em seus diferentes níveis, foi pauta de luta das classes populares, principalmente por estar ligada ao modelo econômico populista, em que várias campanhas e movimentos de cunho popular emergiram. Esse período, reconhecido como efervescência popular na defesa de direitos, torna-se perigoso para os militares, que tomaram o poder em 1964, reprimindo fortemente os movimentos de Educação Popular⁹⁸.

Nesse panorama político, situado entre os anos de 1950 e 1960, a universidade fez parte da agenda de discussão, sobretudo a partir dos estudantes e intelectuais progressistas que estiveram à frente dessa temática. O debate sobre a necessidade de transformar a universidade numa instituição democrática fez surgir a discussão sobre o projeto de sociedade. A universidade, nesse contexto, foi colocada numa encruzilhada, onde dois projetos estavam em disputa: um, de uma universidade aberta e democrática, e, outro, de uma universidade burocrática e de cunho elitizante.

Com relação a isso, a Educação Popular também foi autoritariamente suprimida⁹⁹ pelo regime militar. Tanto que educadores e educadoras que pressupunham uma educação crítica, politizadora e emancipatória eram considerados (as) perigosos (as) à manutenção do poder militar. Paulo Freire foi um desses educadores.

Nesse período, uma das formas de conexão entre universidade e Educação Popular se deu por meio das práticas de extensão. Recordemos que Paulo Freire foi um dos idealizadores

⁹⁸ Em contraponto ao golpe civil-militar de 1964 um dos movimentos constituídos, foi a criação do Centro Evangélico de Informação. Em 1968, o CEI passou a denominar-se Centro Ecumênico de Informação e, em 1974, institucionalizou-se como CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Neste espaço eram publicados informativos sobre a conjuntura política brasileira daquele período e, a respeito da Educação Popular, nos anos de 1977 e 1978, foram produzidos textos pela equipe do Nova – Pesquisa e Avaliação em Educação, já apresentados no capítulo anterior. Sobre esses materiais, eles estão disponíveis a partir de recurso eletrônico (3 DVDs) organizados por Osmár Fávero e Elisa Motta, intitulados como: Educação popular e educação de jovens e adultos, em 2015.

⁹⁹ Tratando-se da sua legalidade, mas clandestinamente a EP nunca deixou de estar presente em movimentos de resistência, portanto a EP na sua essência se constitui como transgressora.

do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, onde constituiu uma equipe; essa equipe produziu debates e alguns textos, e propôs um *Sistema de Educação* que iria desde a educação para crianças até a criação de uma universidade popular. A Educação Popular desponta, nesse período, enquanto prática político-pedagógica a serviço das classes populares (BRANDÃO, 1985). Então, nas décadas de 1950 e 1960, mesmo que de forma não expressiva, havia uma pequena discussão sobre a universidade e a Educação Popular.

Era esse o contexto até os militares tomarem o poder, um contexto em que o projeto popular estava presente e possivelmente poderia trazer grandes transformações na história política e econômica do Brasil, mas, com o golpe, essa realidade de efervescência popular foi abolida.

Conforme Oliven (2015), com a Reforma Universitária, de 1968, houve o crescimento do acesso à educação superior devido à expansão desse nível educacional, via a criação de faculdades isoladas de cunho privado. Nos anos de 1980, em decorrência dessa realidade, havia diminuído significativamente o número de estudantes matriculados (as) em universidades públicas. Outra característica desse processo de expansão do setor privado refere-se à ênfase voltada estritamente para o ensino, excluindo, portanto, atividades de pesquisa e extensão. Contudo, os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) foram instituídos nesse contexto do regime militar, por meio da reforma universitária, sendo inspirados no modelo do sistema americano, via acordos MEC/USAID. Na grande maioria, eram as instituições públicas que ofereciam essa modalidade da educação superior, até porque era delas a responsabilidade de oferecer ensino, pesquisa e extensão; contudo, o que de fato estava ocorrendo no Brasil era a expansão das faculdades isoladas do setor privado.

No que se refere à extensão de caráter popular desenvolvida em algumas universidades, cujas atividades germinaram entre os anos de 1950 e início dos anos de 1960, não existia com esses princípios no período da ditadura, pois nos governos militares não havia o projeto de abertura da universidade para abordar, dentro e fora dela, questões oriundas do povo, dos movimentos populares e do projeto de sociedade. Como já foi mencionado anteriormente, Paulo Freire desenvolveu um importante trabalho de pesquisa social no Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, o qual foi silenciado pelo golpe militar. Somente com o seu retorno ao Brasil, ele retoma a docência na educação superior, tanto na PUC de São Paulo como na Unicamp, período em que recupera o debate sobre o papel da universidade.

A partir de 1978, muitas experiências de Educação Popular marcaram a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), sobretudo através de projetos comunitários de periferia, vinculando-se aos movimentos sociais. Essas experiências de extensão universitária em

educação popular, apesar de uma conotação assistencialista e burocrática, abriram espaços para a presença do movimento popular na universidade. (Fleuri, 1988).

Entre os anos de 1980 e 1990, a expansão do ensino superior no setor privado aumentou, sendo que a sua grande maioria permanecia constituída por faculdades e centros universitários destinados à formação de pessoas para o mercado de trabalho, com pouca disseminação do trabalho com pesquisa. Todavia, nos anos de 1980, algumas universidades confessionais de caráter religioso tiveram uma importante contribuição para a história da Educação Popular em nosso país, contrapondo-se ao modelo de universidade fechado e elitista.

Uma das referências da relação entre universidade e a Educação Popular é oriunda de uma experiência de curso de especialização, realizado na Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos), com sede em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Streck e Rosa (2015), em um artigo elaborado para a revista *La Pirágua*, registram essa experiência apontando algumas características do curso de especialização em Educação Popular, dando destaque para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Segundo os (as) autores (as), o curso destinava-se a formação de pessoas críticas e participativas, no sentido de se empoderarem na produção de pesquisas que possibilitassem a intervenção nas suas comunidades. Esse curso contou com educadores e educadoras que possuíam afinidade com a temática da Educação Popular e da teologia da libertação. Esse projeto teve a duração de quatro anos.

Similarmente, no tocante à presença da Educação Popular na universidade, é constituída, na Universidade Federal da Paraíba, a pós-graduação em educação, no final da década de 1970. Diante da criação do curso de mestrado em educação, no qual a Educação Popular é tema de referência, a instituição passa a ser uma das universidades que, até os dias de hoje, possui uma história vinculada à Educação Popular, principalmente através dos projetos de ensino, extensão e pesquisa.

Nos dias de hoje, a Educação Popular continua sendo um dos eixos centrais das propostas de pesquisas, estando coligada aos processos educativos associados ao popular, dialogando com outras temáticas e áreas do conhecimento. Inclusive, neste programa (mestrado e doutorado) existe uma linha de pesquisa intitulada Educação Popular, onde mais de dez professores e professoras orientam pesquisas identificadas com um projeto educativo emancipatório. Dentre os docentes, destacam-se Afonso Celso Scocuglia, José Francisco de Melo Neto e Timothy Denis Ireland. Estes contextos, da Paraíba e a Educação Popular, podem ser localizados no livro de Scocuglia (2001), em que ele conta a relação entre o projeto

do governo estadual, no início dos anos de 1960, e a Campanha de Educação Popular - CEPLAR, na qual estudantes universitários estiveram envolvidos.

Timothy Denis Ireland (2002), ao analisar a história das práticas de extensão universitária, relacionando a educação de jovens e adultos, faz uma comparação entre essas modalidades educacionais, considerando-as enquanto primos pobres, no sentido de que:

No contexto das universidades brasileiras, apesar dos esforços do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) para colocar em debate a responsabilidade social da universidade com relação à comunidade externa e criar canais para atender as demandas e necessidades dessa comunidade, a extensão universitária permanece o eixo menos prestigiado da tríade ensino, pesquisa e extensão. (p.54).

O autor, ao explicitar a história da extensão universitária, afirma que Paulo Freire é “um dos teóricos mais influentes, tanto no Brasil como internacionalmente” (2002, p.53), devido ao seu trabalho no “Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco) no final da década de 50.” (2002, p.53).

José Francisco de Melo Neto, no mesmo livro, escreve sobre extensão universitária e suas bases ontológicas, apresentando um contexto mundial e revelando, nas suas origens, os seus significados. Para ele, “na América Latina, a extensão universitária esteve voltada, inicialmente, para os movimentos sociais. Merece destaque o Movimento de Córdoba, de 1918. Nesse movimento, os estudantes argentinos enfatizam, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade.” (2002 p.8-9). No caso do Brasil, segundo Neto, as primeiras experiências de extensão são anteriores “ao movimento estudantil organizado pela UNE”, pois são oriundas das “universidades populares, na tentativa de tornar o conhecimento científico e literário acessível a todos.” (2002, p.9).

O autor comenta que algumas das universidades do início do século XX promoviam cursos de extensão com vertente positivista, e que somente com o surgimento da União Nacional dos Estudantes a extensão passa a ser compreendida como “difusão da cultura e de integração da universidade com o ‘povo’.” (2002, p.10). Contudo, ela é implantada, de um modo geral, enquanto “‘doadora’ de conhecimento, pretendendo impor uma ‘sapientia’ universitária a ser absorvida pelo povo.” (2002, p.10).

O autor traz uma discussão teórica sobre o termo extensão, e um dos autores que contribui para a sua análise é o Paulo Freire, em seu livro: *Extensão ou Comunicação*. Explica que, em Freire, encontra-se a análise dos aspectos ideológicos do ‘fazer extensão’ identificado com uma educação bancária e domesticadora, e, por isso, numa visão contrária a esta, o termo *comunicação* é mais coerente que extensão, pois a “comunicação, pelo contrário, implica

numa reciprocidade que não pode ser rompida. [...] O que caracteriza a comunicação, enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo”. (FREIRE, 1977, p.45).

Com essas inferências, podemos afirmar que as práticas de extensão universitária, na sua origem, aproximam-se à visão de educação enquanto *invasão cultural*¹⁰⁰, muito próxima e talvez menos explícita, na história da educação superior.

A educação superior de uma forma geral, sobretudo a partir da década de 1990, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, começa a difundir os ideais neoliberais e da globalização de mercado, representando, desse modo, os interesses da hegemonia burguesa, consubstanciados pelas políticas educacionais, inclusive sob influência das recomendações do Banco Mundial e dos organismos multilaterais. (Gentili, 2001).

No caso da extensão universitária, nos anos de 1990, havia a esperança de que essas práticas teriam uma “função potencializadora de uma mudança social necessária [...]”.(CUNHA, 2002, p.31). Contudo, em virtude do contexto neoliberal, a extensão passa a ser expressão das tensões advindas do modelo de desenvolvimento capitalista, trazendo essas questões para o debate, o que, por um lado, desencadeava projetos extensionistas que não se aproximavam a um projeto de sociedade emancipatório, e, por outro lado, algumas experiências passaram a dialogar com as lutas dos movimentos sociais e com os saberes populares presentes nas comunidades. Nesse último modo de conceber extensão, algumas práticas aproximam-se da Educação Popular, a exemplo dos projetos realizados pela Universidade Federal da Paraíba, pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

As políticas educacionais passam a ser orientadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a qual, no tocante a educação superior, privilegia o setor privado em detrimento do público, especialmente em se tratando das lutas e reivindicações dos movimentos populares e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (DOURADO, 2002). Mesmo assim, é oportuno destacar que constam, nessa legislação, avanços importantes na história da educação brasileira, principalmente porque, de algum modo, traduz a luta pela escola pública, gratuita e universal.

Nesse contexto, merecem destaque os tensionamentos políticos entre os partidos do neoliberalismo e os ditos populares de esquerda, cujos projetos pautavam o papel do Estado, sobretudo a respeito das políticas sociais. Nesse processo, estavam os movimentos sociais

¹⁰⁰ É a introdução da cultura estranha de forma imposta, desrespeitosa e dominante no contexto alheio.

populares reivindicando o direito ao acesso da classe popular na universidade, à educação pública de qualidade e à gestão democrática no ensino.

A política educacional para a educação superior, a partir do ano de 2002, possui uma nova configuração em relação ao governo anterior. O Programa de Governo de Luís Inácio Lula da Silva, em sua campanha à Presidência da República no ano de 2002, tinha como lema “Um Brasil para Todos, Crescimento, Emprego e Inclusão Social”. Nesse documento, são apresentados na seção da educação alguns dados do Censo da Educação Superior, de 2000, os quais revelam que os setores populares, na sua grande maioria, não têm acesso à educação superior pública e, quando acessam esse nível, estudam em estabelecimentos privados, causando uma elevada evasão por falta de condições financeiras de custear os gastos com os estudos. Nesse conjunto de propostas, é pautada a necessidade da ampliação significativa das vagas nas universidades públicas, enquanto processo de inclusão social.

No documento intitulado *Uma Escola do Tamanho do Brasil*¹⁰¹, encontramos alguns compromissos básicos do governo para com a educação superior, sendo que alguns deles são: 1) Expandir significativamente a oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos; 2) Envolver as Instituições de Educação Superior, em especial as do setor público, com a qualificação profissional dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico-científica e pedagógica, e associem ensino, pesquisa e extensão; 3) Criar um Programa de Bolsas Universitárias, no âmbito do Programa Nacional de Renda Mínima, para beneficiar estudantes carentes que estudem em cursos de qualidade comprovada, e que, em contrapartida, realizem trabalho social comunitário.

A partir do Governo de Inácio Lula da Silva foram criados o Programa Universidade para Todos - ProUni¹⁰² e o REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais¹⁰³, considerados políticas de acesso à educação superior. Com essas políticas, é possível observar um movimento de ampliação de vagas na educação superior e ampliação do ensino promovido pelas instituições públicas federais.

Mesmo no governo Lula, Leher (2004a) afirma que as políticas da educação superior estão vinculadas às diretrizes do Banco Mundial, que defende a privatização dos serviços públicos. Ainda, segundo Roberto Leher (2004b), em relação ao Programa Universidade para Todos - ProUni, essa política de acesso à educação superior se inspira nos modelos de ensino

¹⁰¹ <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/umaescoladotamanhodoBrasil.pdf>. Acesso em 22/01/2015.

¹⁰² Criado pela Lei nº 11.096/2005 do Programa Universidade para Todos (ProUni)

¹⁰³ O REUNI foi instituído pelo Decreto de nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

defendidos pelo Banco Mundial, dando-se através da “parceria público-privada”. Para ele, o ProUni é o processo de privatização do ensino. Contudo, para o governo popular¹⁰⁴, essa política (ProUni) visa a democratização do acesso à educação superior, mediante bolsas de estudos em instituições privadas.

No Programa do Governo de Lula, a Educação Popular não se fez presente na parte que trata da educação superior, mas é mencionada no que tange ao princípio da democratização do ensino. Portanto, podemos inferir que a ampliação de vagas nesse nível de ensino, através das políticas educacionais a partir do governo Lula, é concebida como um modo de democratizar a educação. Assim, a Educação Popular, aqui, é compreendida como o *popular na universidade*, ou seja, é o acesso dos setores populares na educação superior.

Mas, nesse movimento contraditório de produção de políticas educacionais para a educação superior, principalmente a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), muitos movimentos populares organizados participaram de experiências de criação de novas universidades públicas, a exemplo:

[...] a UFFS é criada a partir de uma demanda levada a cabo por segmentos sociais organizados na região sul, tendo em vista o aceno governamental (intencionalidade política e administrativa) para a expansão de vagas e criação de novas instituições universitárias. Nascida deste “casamento” entre a mobilização de movimentos sociais (agrupados no denominado “Movimento Pró-Universidade”) e a intencionalidade governamental a partir de políticas como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UFFS está, de fato, de diferentes formas, na ‘fronteira’. (PEREIRA, 2014, p.23).

Considerado como um modelo alternativo de universidade, Pereira (2014) realiza seus estudos a partir do referencial da Educação Popular freiriana, cujo tema central é o processo de democratização do acesso ao ensino superior das classes populares. O autor contextualiza a criação da universidade desde as políticas de estruturação e expansão das universidades federais e do diálogo com os movimentos sociais, que demandam políticas de inclusão social. Também, apresenta o debate sobre universidade popular enquanto projeto em disputa. Conforme Pereira, a “possibilidade da experiência da UFFS chegar a de uma universidade popular é algo que precisa ser examinado ao longo do tempo, pois a nova universidade ainda está dando seus primeiros passos.” (2014, p.100).

Paulo (2010; 2013) apresenta uma experiência que coloca questões desafiadoras frente às relações entre Educação Popular e universidade. A primeira refere-se à luta de educadores

¹⁰⁴ Conferir no site do Mec. <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 01/05/2013.

e educadoras populares de Porto Alegre pelo direito à formação nos princípios da Educação Popular. A segunda retrata a demanda da participação dos educadores e das educadoras populares na construção do curso. Uma das possibilidades emergiu da parceria firmada entre Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e o Ministério da Educação, em 2006. Essa parceria possibilitou o encaminhamento de 126 educadores e educadoras populares em um curso denominado Pedagogia com ênfase em Educação Popular¹⁰⁵. Para Machado, uma das alunas do curso:

Como o desejo de muitos se faz possível na ação coletiva, surgiu, em 2006, a parceria entre a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e o Ministério da Educação (MEC). Esta parceria entre os movimentos sociais e da educação popular gerou o primeiro curso de Pedagogia com ênfase em Educação Popular, permitindo a 120 educadores (as) populares o sonho de 'ser mais'. (2012, p.13).

Para Paulo (2013), outras experiências que abordam a Educação Popular na universidade são os cursos de graduação demandados pelo Movimento Sem Terra e Via Campesina. Outra iniciativa foi a construção de um curso de especialização em Educação Popular: Gestão de Movimentos Sociais, realizado por meio da parceria entre a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, o Instituto Brava Gente, a Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre e o Instituto Ivoti, cuja aula inaugural ocorreu em 05 de abril de 2008. A coordenadora do Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente¹⁰⁶, o qual reunia um grupo de docentes do magistério superior, militantes e simpatizantes da luta da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, ao recordar das reuniões realizadas com os educadores e as educadoras populares, disse, em conversa¹⁰⁷ comigo, que:

Sáimos da reunião com uma folha onde havia o nome do curso e uma lista de disciplinas e este foi a material base no qual nos inspiramos para construir o projeto pedagógico do curso de pós-graduação em educação popular; gestão de movimentos sociais. Eles tinham feito a pesquisa do universo vocabular e teríamos as palavras geradoras para construir o projeto pedagógico do curso. Foi um mergulho em pesquisa sobre os movimentos sociais em Porto Alegre com lutas no campo educativo. (Professora Merli Leal Silva).

¹⁰⁵ A partir dos grupos de estudos, reuniões e debates, formou-se uma comissão para construção da parceria interinstitucional envolvendo as seguintes instituições: a entidade de luta por formação docente na cidade de Porto Alegre, a Associação dos Educadores Populares – AEPPA, o CME, o CMDCA e a PUCRS. Esse curso de licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação Popular teve a duração de oito semestres (4 anos). O mesmo ofereceu duas habilitações: educação infantil, e anos iniciais do Ensino Fundamental. O currículo foi construído entre Movimento Popular e Universidade. Sobre essa experiência, além da minha dissertação, há um texto que fala, a partir das professoras desse curso, sobre educadores (as) populares na Universidade. Ver em: Abrahão; Moraes; Loch (2007) e Maria Elisabete Machado(2012), que cita, em um parágrafo, como acessou o curso universitário, falando da AEPPA.

¹⁰⁶ www.bravagente.org.br.

¹⁰⁷ Conversa realizada através de trocas de e-mails, em 2013.

Nesse caso, uma educadora que graduou-se em Pedagogia com ênfase em Educação Popular e, também, nessa especialização em Educação Popular: Gestão de Movimentos Sociais, em uma conversa comigo, fez o seguinte depoimento:

Esses cursos surgiram em minha vida para superar a perda de minha irmã, eu já não encontrava sentido para viver, e, com o desafio de estudar, foi fundamental para superar essa dor profunda e de muita tristeza. As minhas companheiras permaneceram ao meu lado, dando força e coragem para continuar a luta, muitas vezes chorei, senti angustias, medos, enfim, hoje, tenho dado outro sentido a minha história de vida. [...]. Este grupo de educadores, sem saber, me ajudou a superar algumas tristezas, que eu queria deixar para trás, e prosseguir com meus sonhos, que, agora, estavam diante de mim. Tive a impressão de achar algo que eu procurava durante toda a minha caminhada e que, agora, se apresentava diante de mim estudando Paulo Freire. (Ângela, educadora popular, conversa registrada em 2012).

Nesses casos, a Educação Popular na universidade foi um processo de inclusão social de setores populares que tiveram o direito a continuidade dos estudos negados. Os relatos da professora e da educadora popular, egressa dos dois cursos com ênfase em Educação Popular, representam a luta dos movimentos populares e o diálogo entre universidade tradicional e a perspectiva da Educação Popular, através da sua abertura para as demandas populares. Por dentro da universidade, nessas experiências, o acesso à educação superior e a produção do conhecimento não separam os sentimentos de dor, de exclusão e de amor, assim como a educação é compreendida enquanto resistência popular e esperança, portanto como possibilidade de libertação, princípios fundantes na pedagogia de Freire (1992).

Mesmo com esses movimentos de democratização da educação superior e de projetos alternativos produzidos entre movimentos populares e universidades tradicionais, a continuidade (caso da PUCRS) e/ou expansão (caso do Brava Gente) desses cursos não ocorreram, os quais poderiam transformar-se em um campo de disputa de projeto. Isso demonstra que a prevalência do projeto de *mercantilização da educação superior* é dominante, pois esse nível educacional se tornou interessante para o mercado, que o considera um serviço a ser vendido para quem puder comprá-lo.

Por outro lado, as experiências descritas acima, de Educação Popular na universidade, são, sem sombra de dúvida, uma esperança associada às demandas populares e projetos alternativos, na perspectiva contrária e de resistência ao pensamento neoliberal, o qual visa a mercantilização da vida, portanto inclui a educação para a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, que é lucrativo e competitivo, e que, por sua vez, não reconhece os projetos emancipatórios enquanto ciência, considerando-os ineficientes porque não formam trabalhadores e trabalhadoras para reproduzir o projeto dominante de sociedade.

Ao assumir as premissas da Educação Popular, na perspectiva freiriana, a centralidade é para além da discussão da educação como um *direito*, pois possui a *dimensão da luta* (Freire, 2008), que considera as experiências como necessárias para superar o contexto reformista da história da educação superior.

Nesses casos descritos acima, mesmo com a participação direta dos movimentos populares na universidade, Paulo (2013) não considera essas experiências como universidade popular, talvez porque elas se constituam como *experiências de passagem*. E, mesmo sendo passageiras, considero que são fontes inspiradoras para analisar a universidade contemporânea, na perspectiva de reinventá-la. Por isso, parto de algumas inquietações, que podem vir a contribuir para obter um conjunto de síntese que possa servir como base para repensar, hoje, a universidade, na perspectiva da Educação Popular. Diante desse contexto, venho me perguntando: 1) Como as experiências de *pioneiros e pioneiras da Educação Popular* podem contribuir para repensar a universidade na perspectiva da Educação Popular? 2) Quais são os fatores limitantes e impeditivos da efetivação de uma universidade progressivamente popular?

4.3 Universidade popular ou o popular na universidade?

Considero a universidade como instituição social, portanto aberta a mudanças porque nelas estão pessoas que resistem aos modelos opressores de educação. Na *rebeldia necessária* forja-se, por dentro da universidade saberes e partilhas do conhecimento que questionam o estilo e o projeto de universidade política de uma sociedade elitizante. Assim, me parece que, numa concepção de Educação Popular freiriana, a universidade deveria ser democrática e plural, no sentido de trabalhar a *unidade na diversidade*, como dizia Freire em *Pedagogia da Esperança* (1997). Isso não significa omitir ou não produzir um projeto definido de universidade, o qual, nessa perspectiva, não pode ser sectário e neutro perante as problemáticas apresentadas pela sociedade.

Nesse contexto, a universidade, que pressupõe uma educação transformadora, possui um projeto numa perspectiva de *reinvenção do poder*¹⁰⁸ desde as classes populares. Nas últimas décadas, essa reinvenção tem sido cada vez mais urgente, devido à realidade

¹⁰⁸ Termo utilizado por Freire em **Pedagogia: diálogo e conflito**, livro produzido em diálogo com Moacir Gadotti e Sérgio Guimarães. No sentido de “reinvenção do poder, ou as massas populares têm uma participação ativa e crescentemente crítica no processo de aprendizagem de serem críticas, ou o poder não será reinventado”.(1995,p.54).

neoliberal que se apresenta nas políticas que desconstituem direitos sociais conquistados, preconizando a mercantilização da educação e das mais variadas dimensões da vida.

Na resistência à educação elitista e mercantil, encontramos nos pressupostos da Educação Popular embasamentos que nos desafiam a discutir, refletir, lutar e fomentar a construção de políticas em defesa da universidade radicalmente popular. Entretanto, parece ser necessário nos indagarmos sobre qual projeto de universidade é defendido pela Educação Popular freiriana e quais são as experiências concretas de universidades populares. Por isso, a primeira questão a ser analisada é o que significa o termo *popular*.

Destaco, primeiramente, entre os pensadores que discutiram a Educação Popular, a definição de Paulo Freire:

[...] refere-se ao povo e não à elite. Povo no sentido mais amplo, não tem nada a ver com as classes dominantes. Quando dizemos povo não estamos incluindo neste conceito os industriais e eu não quero dizer que os industriais não fazem parte de uma outra compreensão do conceito de povo, de povo de um país. Eu não tenho o poder de separá-los como eles fazem conosco. Mas de um ponto de vista sociológico e político, eles obviamente não são povo. (FREIRE, 2008, p.74).

Acima, o significado do adjetivo *popular* refere-se à classe popular, ou seja, ao oprimido. Em outros escritos, Paulo Freire discute mais claramente o *popular* a partir da realidade vivida pelos oprimidos, como é o caso do livro *Ação cultural para a liberdade* (1981) em que a *experiência da cultura do silêncio* retrata a educação bancária de *invasão cultural*, a qual é imposta pelos setores dominantes. Já em *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo* (1978) e *Educação e Mudança* (1979 a), o *popular* refere-se à participação política dos setores populares a fim de desencadear mudanças sociais, as quais são opostas aos processos de exclusão social.

Na obra *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* (1997) é possível identificar o termo *popular* numa aproximação *epistemológica de cunho crítico-dialógico* (saber popular em diálogo com o científico) e *político-pedagógico*, enquanto projeto de sociedade que inclui compromisso, engajamento e empoderamento popular na luta contra a realidade social opressora.

Mas a expressão *popular* na educação tem sentidos e significados diferentes, e até contraditórios. Nem sempre o *popular* esteve atrelado aos projetos emancipatórios enquanto resistência aos preceitos dominantes presentes em nossa sociedade. Um exemplo de acepção do *popular* com sentido contrário ao da perspectiva emancipatória foi usado na Roma Antiga, em que significava o conjunto de cidadãos, de modo geral, aqueles que eram considerados inferiores porque não participavam da cidadania (Streck; et al. 2014). Mejía (2012) recupera a

expressão *educação popular* utilizada na Reforma Protestante, a qual se destinava a instrução dos fiéis, para que pudessem ler as sagradas escrituras. Aqui, podemos adjetivar essa *educação popular* como *cristã*, devido a sua origem de cunho religiosa.

Mais próximo de nós e do nosso tempo histórico e político, podemos nos referir ao processo de escolarização do povo brasileiro, ou seja, o *popular* significando o acesso. Recentemente, com as políticas educacionais de democratização da educação básica e superior, também se utiliza o *popular*, no sentido semelhante ao de popularizar (universalizar) a educação através do acesso à educação escolar. Desta forma, a palavra *popular* refere-se à educação dada ao povo, mas não feita com ele, embora não se possa negar a grande e intensa mobilização das classes populares na luta pelo direito à educação¹⁰⁹. Na história brasileira, é na primeira república que o termo da Educação Popular aparece enquanto luta pelo direito à educação escolar atrelada aos processos emancipatórios. Francisco Mendes Pimentel, deputado mineiro do Partido Republicano Mineiro, é quem propõe uma política de educação popular, defendendo a instrução pública e a “elaboração de uma política de educação popular que atendessem ao problema social da educação do proletário” (MOROSINI, 2006, p.98). Francisco Mendes Pimentel utiliza a expressão enquanto educação popular proletária.

Nas primeiras décadas do século XXI, Romanelli (1987) e Alves (2008) enunciam que *Manoel Bonfim*¹¹⁰ considerava que a instrução popular não foi considerada um problema importante na Primeira República, e todas as reformas foram fracassadas em se tratando da educação popular. Para ele, essa ausência significa que:

Sofremos, neste momento, uma inferioridade, é verdade, relativamente aos outros povos cultos. É a ignorância, é a falta de preparo e de educação para o progresso - eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado: a necessidade imprescindível de atender-se à instrução popular. (BOMFIM, 1932, p. 59).

Portanto, Manoel Bonfim acreditava que instrução popular e educação popular eram sinônimas, sendo o termo *popular* compreendido como salvação para os problemas daquela época, marcados pela inexistência de políticas educacionais de instrução pública.

Carneiro Leão¹¹¹(1919) também preocupou-se com a questão do analfabetismo, presente na constituição do Brasil República. Para Gonçalves (2014), Carneiro Leão “acreditava na

¹⁰⁹ A luta pela escola pública no país inicia-se na década de 1930. Ver Brandão (2002).

¹¹⁰ Manoel Bomfim nasceu em 1868 em Aracaju (Sergipe) e faleceu em 1932. Atuou na educação e na vida política partidária, sendo deputado estadual de Sergipe. Para saber mais ver em: ALVES, Aluizio Filho. Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial. São Paulo: Expressão popular, 2008.

¹¹¹ Antônio Carneiro Leão (1887-1966), natural de Recife/Brasil, foi professor, gestor e ensaísta e lutou pela escola obrigatória, gratuita e laica. Um trabalho interessante sobre o autor é a pesquisa de mestrado de Micheli Suellen Neves Gonçalves realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciência, da Educação da Universidade Federal do Pará em 2014. A referência consta neste projeto e no site da Universidade: http://www.ppged.belemvirtual.com.br/arquivos/File/m14_micheli.pdf.

necessidade do Estado organizar a escola obrigatória, gratuita e laica” (p.27), defendendo uma escola integral para além da instrução escolar. No Livro *Problemas de Educação*, de 1919, ele caracteriza que escola seria essa, voltada à educação para o trabalho: formação cívica, intelectual e física do aluno destinada para o trabalho (aprender fazendo).

Carneiro Leão reconhecia a carência da educação popular de carácter nacional, e, diante disso, “levantou a bandeira de uma campanha nacional em prol da educação popular, pois acreditava que somente a educação associada ao civismo e ao trabalho auxiliaria a nação brasileira a alcançar o patamar das grandes nações desenvolvidas”. (GONÇALVES, 2014, p.71). A expressão *popular* também pode ser analisada no livro *Educação Popular*, de 1917, onde ele “propõe a construção de um projeto nacional de Educação Popular, generalizante e prático, no qual a nação brasileira alçasse os patamares escolares das grandes potências mundiais.” (GONÇALVES, 2014, p.79).

Esta seria a visão iluminista que nos veio da Europa culta. Ela se baseava na ideia de que uma “alta cultura” não deveria ser propriedade apenas de algumas pessoas ou classes. Deveria, sobretudo através da educação e de outras ações culturais, ser aberta e levada a todas as pessoas. Em parte como um direito universal, sobretudo após a revolução francesa, em parte como a garantia de uma nação esclarecida, portanto mais forte e preservada. Claro, pelo menos em suas origens esta visão kantiana e iluminista não possuía ainda assegurada a visão elitista e colonizadora que veio a adotar em seguida. A de que já que ao povo é preciso educar, que ele seja instruído e colonizado pelas e através das ideias e dos valores não de uma cultura do povo, como uma nacionalidade, mas de saberes e significados emanados das classes dominantes e colocados a seu serviço. (Brandão – E-mail dialógico, 2017).

Diante dessas considerações, embora se reconheça os avanços no pensamento de Carneiro Leão, o termo *popular* refere-se à luta pelo processo de escolarização para o desenvolvimento nacional, ou seja, vincula-se a um projeto de instrução popular cristã, isto porque defende o ensino religioso como parte integrante e obrigatória da escola.

Quando apresentei as pistas em que em um dos trechos Osmár Fávero nos trouxe em 2015 a seguinte colocação: “[...] nas obras dos autores clássicos da educação brasileira (Primitivo Moacyr, Francisco Campos e mesmo Lourenço Filho, coordenador da primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos, criada em 1947), **educação popular significa a extensão da escola elementar às crianças das camadas pobres**. (E-mail dialógico, 2015, grifos meus). Uma breve pesquisa sobre o Primitivo Moacyr nos mostra que a sua preocupação e compreensão (século XIX) referem-se à instrução pública estatal, com liberdade de ensino, obrigatoriedade a educação e a laicidade. Discutia a necessidade da formação docente, de verbas para a educação, a fim de construir programas e métodos de

ensino qualificados, além de reestruturar as escolas (infraestruturas).

De acordo com Brandão (2002), a Educação Popular é um termo com diferentes significados históricos, e marcado por singularidades, conforme o seu contexto político brasileiro. Para ele, ocorreram diferentes movimentos em que se buscava uma alternativa de projeto de sociedade por meio da educação. Muitos desses movimentos se identificavam com a Educação Popular ou eram vizinhos a ela; dentre eles, está a luta pela escola pública, na década de 1930. Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que a reivindicação das classes populares, também pela educação superior, se aproxima com a história da Educação Popular no Brasil e na América Latina; mas isso não significa que possua o mesmo sentido histórico, político, cultural e pedagógico da perspectiva da Educação Popular freiriana.

Concernente às lutas reivindicatórias dos Movimentos Populares ao direito à educação no Brasil, uma das primeiras relações entre luta popular e direito à educação escolar, data da década de 1920 e 1930, quando são construídas as escolas anarquistas para os trabalhadores (Brandão, 2002; Paludo, 2001).

Segundo Rodrigues (2010), no Brasil os anarquistas realizavam simpósios, palestras, conferências e cursos de extensão, cujos temas foram sendo publicados no decorrer dos anos de sua existência. Um desses ciclos de palestras abordou a “Educação Popular: da Educação Libertária à Educação Libertadora”. O *popular*, nesse sentido, refere-se a uma educação não elitista e autogestionária.

Florestan Fernandes (1974, p.22), ao falar da universidade brasileira, diz que entre os anos de 1940 a 1950 “não existia qualquer movimento político-social suficientemente forte para servir de contrapeso à pressão conservadora”, característica da universidade. Ou seja, o educador projetava uma universidade autônoma em relação ao projeto estatal daquele período, idealizando uma instituição democrática e formadora de sujeitos críticos (Fernandes, 1975; 2004). Com esses ideais, podemos afirmar que, mesmo não possuindo o termo Educação Popular nas palavras de Florestan Fernandes, a sua luta está intrinsecamente identificada com ela. Portanto, o *popular*, aqui, se aproxima da perspectiva de Paulo Freire, uma vez que, para Florestan Fernandes, a construção de uma educação pública deveria superar a sociedade capitalista.

Em nosso país, é a partir dos anos de 1950 que Paulo Freire se destaca no trabalho inspirado pela Educação Popular, na qualidade de uma *revolução cultural*, no sentido de ler o mundo numa perspectiva da luta pela superação da *invasão cultural*, impregnada no projeto de sociedade que reproduz a cultura dominante, presente nas sociedades capitalistas (Freire, 1994).

Ao trabalhar no Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade de Recife (hoje Universidade Federal de Pernambuco), Paulo Freire teve a intenção de “trazer para a universidade o senso comum, os sonhos, os desejos, as aspirações e necessidades do povo” (ARAÚJO FREIRE, 2006, p.34), numa perspectiva política e pedagógica. Nessa acepção, a educação superior, por meio de práticas de extensão, visava problematizar os processos de *invasão cultural*, manifestados na manipulação dos setores populares, mediante discursos de políticos que se utilizavam da falta da escolarização e do contexto de pobreza da maioria da população, para apresentar e reproduzir a cultura dominante e opressora.

Os movimentos de Educação Popular, nesse tempo, destinavam-se à formação política e participativa, incluindo o desafio de propor o acesso à escolarização enquanto direito da classe popular. Com base nesse processo histórico, *o popular* assume a dimensão de *resistência* ao sistema de exploração e dominação do capitalismo, pretendendo construir uma educação para o *empoderamento* popular e para a politização.

Nessa época, a Educação Popular, numa concepção crítica e numa dimensão humana, iniciou uma aproximação com os movimentos populares, tendo como horizonte a indissociabilidade entre cultura popular, trabalho, educação e política. Nessa consonância, Alfonso Torres Carrillo nos diz que:

Desde lá década de 1970, la Educación Popular se ha convertido en una corriente pedagógica y en un movimiento sociocultural con presencia e influencia en todos los países de América Latina. A lo largo y ancho de la región, bajo la influencia fundacional de Paulo Freire, fueron surgiendo grupos de base, organizaciones sociales, organizaciones no gubernamentales, redes y movimientos sociales e, incluso, programas estatales, en torno a la educación de adultos, la alfabetización, el trabajo comunitario, la promoción social, la animación cultural y la formación de dirigentes, que se identifican y declaran inscritos en el cada vez más ancho campo de la Educación Popular. (2007,p.14).

Com isso, tanto no Brasil como na América Latina, ocorreram lutas reivindicatórias pelo direito à educação para todos; em alguns momentos, objetivando apenas a democratização do acesso à educação pública, e, noutros, associando o acesso a um projeto de sociedade sem injustiças sociais e, conseqüentemente, visando à dignidade humana, sobretudo em virtude do alto índice de miserabilidade e analfabetismo entre adultos.

Na conjuntura brasileira, o projeto alternativo de Educação Popular foi abortado pelo Regime Militar, e toda a efervescência política, das décadas de 1950 e 1960, a favor da Educação Popular foi interrompida com o golpe de estado, em abril de 1964. Disso, resultou um período político permeado por regulamentos opressores, os quais negavam todo e qualquer projeto popular de cunho democrático. Nesse contexto, os movimentos populares foram perseguidos e intimidados, e, com isso, a educação também mudou de configuração.

Mas a esse respeito, lembra Aquino (2001) que, mesmo com o endurecimento crescente do regime militar que impedia qualquer processo reivindicatório, havia movimentos populares de oposição à ditadura, destacando-se o Movimento de Educação de Base e os grupos da igreja católica e os embriões dos movimentos sindicalistas no campo e na cidade. Aqui a Educação Popular é clandestina. Sublinha-se que, nos preceitos do Regime Militar, *o popular* adquire o significado de submissão aos *status quo* do sistema vigente, em que qualquer forma de participação era considerada como subversão ou insubordinação. Era então a deturpação do projeto cultural iluminista a favor de um poder e uma ideologia dividida entre os militares e os empresários com o uso do autoritarismo.

No entanto, é a partir da década de 1980 que, no Brasil, são retomadas as lutas populares em defesa da Educação Popular, inclusive na escola pública. Isso decorre da reivindicação por política em prol da democratização do Estado brasileiro, via um novo reordenamento político, que inclui políticas sociais suscitadas pela participação popular. No que tange à área da educação, registra-se a expansão da educação escolar, sobretudo do ensino fundamental. Na luta por políticas educacionais de cunho democrático, destacam-se os movimentos populares, bem como educadores e educadoras reconhecidos como progressistas. Então, *o popular* passa a ter a dimensão freiriana em algumas experiências, como é o caso dos projetos de escola cidadã e movimentos de alfabetização de jovens e adultos.

Brandão (2002) e Wanderley (1994) consideram essas experiências, realizadas a partir dos anos de 1980, enquanto uma *Educação Popular aberta a ocupar novos espaços* antes não ocupados, a exemplo dos espaços institucionais vinculados às políticas públicas. Segundo esses autores, a intenção da Educação Popular na escola pública é a de promover a transformação das estruturas dominantes por meio de uma educação problematizadora. Nesses casos, *o popular* tem o significado de participação.

Para Brandão em conversas comigo, no ano de 2017, sobre o sentido e significado de povo e popular:

Fernanda, de algum modo, desde antes dos anos sessenta corriam pelo menos três sentidos da idéia de povo e de popular. O primeiro e o mais abrangente, e do qual você fala aqui, é o sentido romano e, depois, democrático da idéia de povo como “populus”, os habitantes de uma polis. Este é também o sentido moderno, como na idéia de que uma formação social atual é constituída (como 3 lados de um triângulo) do poder de estado, da esfera empresarial (o mundo do mercado) e a sociedade civil. Assim, a base da vida social é esta sociedade civil - lugar do povo. Todos os que não são e não representam o poder político como estado e o poder econômico como mercado. Em uma segunda dimensão povo é a camada pobre, excluída, trabalhadora ou desempregada, é a fração social das classes “d” e “e”. É o que desde Paulo chamávamos de classes subalternas, oprimidas, trabalhadoras, etc. Há ainda um sentido de povo como a fração mobilizada e politicamente atuante das classes populares. Assim, era frequente uma oposição entre “povo” e “massa”. Uma das funções da Educação Popular era, através de conscientização e

politização, transformar “massa” em “povo”. Penso que tanto em Paulo como no MEB esta categoria “massa” não era encontrada.

Essa diferenciação entre as tendências (liberal, democrática e popular) ajuda na definição do uso do freiriano (sentido libertador) junto a expressão Educação Popular. É nesse cenário que, a partir da década de 1990, propostas e políticas de inclusão social emergem das gestões populares, as quais se orientam por ideologias de esquerda e desenvolvem políticas que, em alguns casos, convergem com a Educação Popular de raiz freiriana.

Este é também o momento em que no bojo de uma incipiente democratização do Brasil, através do processo eleitoral, em alguns estados da federação e em inúmeros municípios brasileiros, frentes partidárias democratizadoras conquistaram o poder e começaram a estender à gestão da cultura e da educação ideias, propostas e ações de Educação Popular silenciadas e reprimidas durante anos.

Uma experiência de política educacional na perspectiva da Educação Popular foi a de Paulo Freire, quando exerceu o cargo de secretário municipal de educação da cidade de São Paulo (1989-1991), a convite da então prefeita Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT). Depois dessa experiência, outras cidades se inspiraram no projeto de educação pública, popular e cidadã de São Paulo, tais como Porto Alegre (RS), Gravataí (RS), Belo Horizonte (MG) entre outras (Brandão, 2002; Paulo, 2013). O *popular*, nesse caso, vincula-se à participação popular, às políticas sociais e à retomada dos processos democráticos, reprimidos no Regime Militar. As administrações denominadas como populares têm como enfoque, nesse contexto, a democracia e a participação.

A educação superior e Educação Popular, nesse período, se aproximam de uma *dimensão do direito* destinada a ocupar esse espaço, também institucional. Nesse sentido, evidenciam-se os movimentos sociais, que agregam os setores populares historicamente excluídos do acesso à educação superior, na luta por oportunidades igualitárias para ingressar na universidade. Disso, surgem os primeiros cursinhos populares destinados à inclusão da classe popular na universidade (Pereira, 2007). Por tais motivos, o *popular* pode ser interpretado enquanto *inclusão social*.

É a partir da década de 1990, sobretudo, que são criados vários cursinhos populares para o acesso das classes populares na educação superior, originando-se dos “Movimentos Sociais de diferentes classes na luta pelo acesso ao ensino superior” (MENDES, 2011, p.66). Em outras palavras, o acesso à educação superior é importante para o desenvolvimento econômico, o qual necessita de mão de obra qualificada. Por outro lado, foi negado às classes

populares, na sua história, o direito ao acesso aos considerados níveis mais elevados do ensino e da pesquisa (LDBEN, 1996). Assim, nesse encadeamento, o lugar do *popular* tem a dimensão do direito ao acesso da classe popular aos bancos escolares.

Diante disso, são os movimentos sociais de diferentes classes que defendem o acesso e a inclusão da classe trabalhadora na universidade. No caso dos Movimentos Sociais de direita, estes enxergam, no contexto político e econômico, a necessária capacitação da mão de obra da classe popular para o mercado de trabalho. Já a luta da maioria dos movimentos sociais populares, versa sobre as questões referentes à inclusão social, enquanto disputa de espaço na universidade e como reparação da dívida histórica aos excluídos desse direito. Alguns movimentos populares, que agregam nas suas atividades a formação política, associam a luta pela universidade a um projeto de sociedade alternativo ao sistema capitalista vigente.

Ante a polissemia da expressão *popular*, não é raro escutarmos a associação entre Educação Popular com a educação pública enquanto sinônimo de educação para o pobre, ou como forma de apenas universalizar o ensino a serviço do desenvolvimento econômico do país. Aqui, o conteúdo da palavra *popular* identifica-se com a educação do popular dos países capitalistas (Paludo, 2001), em que a escolarização se vincula ao processo de desenvolvimento social e econômico, onde o lugar da educação superior subordina-se a prestar serviço educacional para as demandas do mercado, ao mesmo tempo em que vai se popularizando em nome da democratização do acesso. Esse contexto é, para Cunha (2004), uma combinação das políticas de Estado e das de mercado. Por outro lado, alguns governos populares empregam o termo *Educação do Popular* em projetos educativos de inclusão social, abarcando, portanto, nas suas propostas as lutas reivindicatórias dos movimentos populares e princípios metodológicos participativos que visam à cidadania, questionando e negando a lógica da educação capitalista.

Com os elementos acima, é possível reafirmar que a polissemia presente no termo *popular* se apresenta numa via de mão dupla, exprimindo distintas concepções de universidade. No que chamarei aqui de *popular na universidade*, agrupo em três vertentes, não a interpretando de forma hierarquizante, tampouco externa ao movimento da história, pois essa tríade está constituída no processo de desenvolvimento das políticas educacionais e do engajamento dos movimentos populares, concomitantemente. No entanto, a busca dos sentidos e significados do *popular* contribui para a reflexão desses processos de popularizar a universidade. Portanto, não analiso esses contextos de modo generalizado, mas nas suas particularidades e totalidade, pretendendo interpretar a realidade no movimento dialético-crítico.

A primeira vertente está associada à universidade nos moldes da educação enquanto *acesso*, conduz à compreensão de uma educação “estendida ao povo” (Brandão, 2006 b, p.17). Isto é, de um lado, esse acesso, no sentido da expansão e democratização da educação superior, pode ser fruto de ações afirmativas, assim como de Programas de governo, tais como o de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nesses casos, o *popular*, enquanto processo de democratização, não significa que tenhamos construído ou que se encaminha um projeto de *universidade popular* na perspectiva da Educação Popular freiriana. Assim sendo, o *popular* com o significado de *acesso* pode estar atrelado a uma *reestruturação* da educação que seja capaz de incluir os grupos populares em um espaço historicamente negado a estes setores, portanto com ideia de *direito*.

A segunda vertente está associada às lutas dos movimentos populares, quando eles estão engajados numa agenda política que tensiona os problemas oriundos do projeto de sociedade capitalista de desenvolvimento desigual. Quero dizer que esse *popular* preserva a categoria *luta* associada ao acesso, materializado nas ações coletivas dos movimentos populares que reivindicam educação, trabalho, terra, moradia, saúde, lazer e uma proposta de sociedade na qual não haja exploração. Essa vertente pode ser chamada de popular socialista.

Em uma terceira interpretação do *popular* enquanto acesso, vincula-se à educação para o pobre relacionada ao projeto de sociedade na lógica neoliberal. Por conseguinte, o processo de *acesso* à universidade permanece seletivo, unilateral e monocultural, como classifica Boaventura Souza Santos (2006; 2008). Um exemplo disso é a expansão da rede privada de faculdades isoladas que oferecem cursos à distância, numa configuração direcionada a atender a demanda do mercado, e, por vez, assumindo uma condição de *mercoeducação*¹¹², inscrita na cultura do individualismo e da competição, portanto da *invasão cultural*. Como demonstrativo, cito dois grandes grupos de investidores na educação superior, compreendidos enquanto serviço comercial, portanto, disponível ao mercado: a Kroton¹¹³ e a Laureate, com

¹¹² Termo criado sob inspiração da pesquisa de José Clóvis de Azevedo intitulada “**Reconversão cultural da Escola: mercoescola e escola cidadã**”.

¹¹³ Para saber mais, ver uma matéria na revista Exame.com, de 25/04/2013, a qual diz que a Kroton tem o maior negócio de educação do mundo. No caso deles, o Ensino Superior encerra o ano de 2015 com mais de 1 milhão de alunos, representando um crescimento de 3,7% frente ao ano de 2014. O processo de expansão é resultado da fusão entre Kroton e outras grandes faculdades e centros universitários, tais como a Anhanguera e a Uniasselvi. Porém, houve restrições no tramite da fusão entre Kroton, Anhanguera e Uniasselvi, ocasionando a venda da Uniasselvi, que havia sido comprada, em 2012, pela Kroton. A Kroton Educacional confirmou a venda da Uniasselvi no final do ano de 2015 ao **Fundo Carlyle** que inicia sua atuação no setor de educação, aqui no Brasil, com a compra da Uniasselvi. A Uniasselvi é uma instituição de ensino à distância, que contem 7 unidades presenciais e 48 Polos de Apoio Presencial EaD, organizada nos mesmos princípios da Kroton.

Ver: <http://www.valor.com.br/empresas/4286508/kroton-vende-uniasselvi-para-carlyle-e-vinci-por-ate-r-11->

valores considerados acessíveis para a classe trabalhadora, considerando a popularização do acesso como demanda de mercado.

Gaudêncio Frigotto (1996) ajuda a interpretar o que chamarei de *popular na universidade monocultural*. Ele nos diz que no modo de produção capitalista o conhecimento tem função e fins econômicos, principalmente porque é derivado da acelerada transformação do desenvolvimento técnico-científico, embasado pelos ideais do mercado. Assim sendo, o mundo do mercado demanda capital humano mais qualificado para colaborar no processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, *o popular na universidade* se aproxima do modelo de universidade copiado do contexto europeu. E, mais ainda, do norte-americano. Mas merecem atenção questões que emergiram desde os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular dos anos de 1960, com um significado de *popular* diferente da lógica de apenas popularizar o acesso. Por isso, na perspectiva dialética e não dualista, é necessário fazer as relações entre as experiências de Educação Popular e as trajetórias teórico-práticas, a partir de leituras críticas orientadas pelo contexto político e cultural a que ela se inscreve.

Brandão (entrevista 2014/2) retoma a importância

Do sujeito popular – pessoas das comunidades (camponeses e militantes) que faziam parte das discussões sobre educação. Nós, estudantes ou professores de universidade e militantes, alguns inclusive militamos na Cultura Popular, no MEB, na UEE e na UNE. Quero dizer, a gente foi sempre de universidade. O popular na universidade, eu estou considerando aquilo que eu falava quando eu falei dos movimentos de cultura popular, que era trazer para dentro da universidade, não é (era) o estudante pobre não, trazer a cultura popular. A gente procurava trazer cantador do nordeste, fazer festival de arte popular, inclusive músicas de protesto que vai aparecer, peças de teatro, etc. A gente convidava a gente do povo, digamos o povo para universidade, mas era para o povo se apresentar.

Então, com esses apontamentos, retomo uma das questões que me mobilizam a investigar elementos presentes nas experiências de *pioneiros e pioneiras da Educação Popular* que podem contribuir para, hoje, repensarmos a universidade, na perspectiva da Educação Popular freiriana. Atualmente, o significado de *popular* tem sido o de popularizar, de dar acesso àqueles que não possuíam as condições ou direitos de estar em alguns espaços ou ter determinado objeto (escola, roupa, casa, transporte, etc.); diferente do sentido que Brandão nos relata, onde o *popular* tem sintonia com a Educação Popular a partir do diálogo entre os diferentes saberes.

A universidade popular, na perspectiva da Educação Popular freiriana, pode ser compreendida do seguinte modo:

A concepção ético-política da Educação Popular, enquanto proposta de mobilização popular em prol das transformações sociais, se caracteriza, então, por estratégias bem claras e definidas de organização da sociedade civil através de várias formas de ações políticas que, ao respeitar a cultura popular, visa, sobretudo, a conferir criticidade e organização política à mesma. Educação Popular é, então, a identidade de um movimento que parte da organização das classes populares em seus desafios concretos de cada realidade específica; não é, portanto, um nível nem uma modalidade de trabalho pedagógico interno ao sistema de ensino, mas a necessidade dos movimentos sociais estabelecerem sua prática pedagógica e se organizarem com ideias e estratégias de luta contra-hegemônica. (ZITKOSKI, 2011, p. 15).

Para o autor, inspirado em Paulo Freire, a Educação Popular possui uma pedagogia política e libertadora. Sendo assim, uma universidade popular nessa perspectiva não se constitui a partir de modelos, de padrões e de pacotes fechados que determinam a sua organização. Porém, ela possui princípios; esses, inerentes à Educação Popular. Um deles é o princípio da *dialogicidade*, condição para a produção de uma pedagogia emancipatória. Junto à dialogicidade está conexa a participação, tencionando a ação e reflexão nos processos pedagógicos, políticos, metodológicos e epistemológicos.

Tendo em vista a politicidade no ato educativo, a universidade popular vai se construindo e se constituindo num movimento de contínua mudança, reforçando, portanto, a recusa de toda forma de opressão. À vista disso, é possível, a partir de um novo ethos cultural, reinventar a universidade, sob o prisma da Pedagogia do Oprimido e da Pedagogia da Esperança. Todavia, há outras concepções de universidade popular, algumas divergem e outras convergem com a minha compreensão de universidade popular, que está imbricada na perspectiva da Educação Popular. A questão da concepção está inserida na perspectiva da pedagogia crítica em que não existe, em tese, uma grande ou única visão de universidade popular. Os pioneiros e as pioneiras vão indicando que a Educação Popular é um movimento político-pedagógico cujo projeto não é fechado, porque se constrói pelas possibilidades, na diversidade e nas suas contradições. Se tratarmos do instituído, a universidade é uma instituição. Ao passo que a Educação Popular se configura como instituinte, dando-se como movimento aberto, sendo que, nesse embate de perspectivas, apostamos nas brechas e nas possibilidades da instituição dialogar com o movimento.

Num contexto internacional, conforme Rossato (2005), as universidades populares são oriundas do século XIX e início do século XX, sendo que foram frutos de experiências ocorridas na França durante os anos de 1899 a 1914, chegando a congregar mais de 200 instituições. As universidades populares resultam da necessidade de uma educação operária e

de adultos, bem como da valorização da cultura popular. Na realidade francesa, o sentido aproximava-se da educação do povo, mas o significado de povo ainda era restrito a poucas pessoas.

Além das universidades populares na França, há registro de outras experiências na Itália, Portugal, Alemanha, Áustria, Egito, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suíça entre outras a conhecer (Gramsci, 2006 Vol. 1, Bandeira, 1994, Rossato, 2005). Essas experiências, classifico-as em pelo menos três paradigmas educacionais, a saber: 1) Movimento reformista liberal: educação para o povo operário, via Estado; 2) Movimento anarquista-libertário: de educação para o povo operário, sem o Estado; 3) Movimento de *beneficência*, ou seja, educação que tomava o *popular* distante de um projeto emancipatório.

No tocante à América Latina, uma parte da discussão referente às universidades populares é fruto de uma vertente socialista, ou seja, da luta por universidade para o povo, autônoma e próxima da realidade cultural, política e pedagógica de seus países.

Segundo Streck; Adams; Moretti (2010), na vida e obra de Simón Rodríguez (1771-1854), é possível visualizar, através do seu pensamento pedagógico, a presença da luta por uma educação igualitária para todos, incluindo os grupos sociais excluídos, que naquela época não tinham esse direito garantido. Nas palavras de Adriana Puiggrós (2014), Simón Rodríguez defendia um sistema escolar latino-americano para todas as pessoas: pobres, mulheres, negros e índios, vinculando o direito ao ensino escolar a um projeto de Educação Popular para além dos bancos escolares. Desde uma ótica do direito à educação, a dimensão do *popular*, em Simón Rodríguez, se identifica com o ideário freiriano, pois o objetivo central era o da transformação social.

De acordo com Adriana Puiggrós (2010), Andrés Bello¹¹⁴ tinha o desejo de construir universidades para o povo, tomando como inspiração o modelo francês, o qual não negaria “o papel que as sociedades de comércio, indústria e de beneficência exerciam nesse sentido”.(p.73). Ou seja, o *popular* está associado ao acesso e não, estritamente, correlacionado às discussões a respeito do projeto de sociedade que se quer emancipatório, na perspectiva de Freire.

No caso de José Martí, ele projetou uma educação que visasse à emancipação do povo latino-americano, cuja luta estava consubstanciada na sua participação ativa pela independência de Cuba. É considerado um educador que buscava “uma pedagogia que

¹¹⁴ O venezuelano Andrés Bello foi educador, poeta, filósofo e jurista, e defensor do Ensino Superior.

acompanha o movimento da sociedade e nela assume posições de denúncia e anúncio”. (STRECK, 2008, p. 80).

Ainda para Streck (2008), a dimensão da educação, em Martí, estava atrelada ao ensino científico, aproximando-se dos ideais da escola nova, os quais reúnem os saberes práticos e científicos, valorizando as culturas locais, a fim de tornar o ensino científico significativo para os estudantes, pois “a educação intelectual e educação dos sentimentos se complementam, abrangendo a formação do intelecto, do ser ético, da espiritualidade e da arte”. (p.62). Essa concepção de educação possui aproximação com a Educação Popular freiriana, principalmente no tocante à proposta curricular do ensino público e o ideal de uma *universidade para o povo*¹¹⁵, aberta para quem dela quiser fazer parte. Essa concepção de educação, numa dimensão educativa-cidadã, pode contribuir para o debate da universidade na atualidade.

Segundo Pericás (2010), José Carlos Mariátegui (peruano) entende por universidade popular um espaço autônomo de produção de uma “cultura operária”, dialogando com os saberes do povo. Ele, inclusive ministrou aulas numa universidade popular no Peru, para operários. Mariátegui ficou conhecido como um intelectual militante marxista que se contrapunha aos processos de reformas universitárias, pois, para ele, havia a necessidade de uma “revolução universitária” não dissociada das transformações sociais e da emergência de produção de conhecimentos originais, os quais não deveriam ser oriundos de modelos europeus (Mariátegui, 2008). Uma universidade reprodutora de modelos externos à realidade cultural é, para Mariátegui, uma instituição doente.

Com esses olhares, parece que, por universidade popular, os autores citados aproximam-se da concepção da Educação Popular freiriana, principalmente em se tratando de Mariátegui, seguido de José Martí. O *popular*, na concepção desses dois autores, trata de projetar uma universidade com o povo, assim como define Freire (2008), quando fala da adjetivação do *popular* diferenciando-a da elite, associando a um projeto de educação e sociedade emancipatória.

Por fim, Simón Rodríguez (1771-1854), José Julián Martí Pérez (1853-1895) e José Carlos Mariátegui (1894-1930) apresentam elementos que dialogam com a concepção de Educação Popular freiriana, principalmente no que tange a educação como ato político e o

¹¹⁵ Julio Antonio Mella fundou em 1923 a Universidade Popular José Martí em Cuba, a qual promovia atividades para trabalhadores, incluindo palestras, seminários e cursos. A Universidade era aberta e funcionava à noite, cuja inspiração foi advinda da Universidade Popular "González Prada" do Peru. A Universidade Popular José Martí foi fechada em 1927, porque foi alvo de perseguição por ser considerada comunista. O cubano, Julio Antonio Mella (1903 - 1929), é considerado um jornalista revolucionário, militante e um dos criadores do partido marxista-leninista.

compromisso com o povo a partir de princípios e metodologias que valorizem os saberes do cotidiano.

No Brasil, as primeiras universidades populares e projetos de universidades com perspectiva popular datam dos anos de:

1904: Universidade Popular do Rio de Janeiro, inspirada na educação libertária, e fundada pelo movimento operário-anarquista.

1910: Universidade Popular de Piracicaba, instituição inspirada nos ideais positivistas, que se destinava a oferecer, à população, o mesmo ensino das escolas tradicionais.

1912: Universidade Livre de São Paulo, cujas atividades se caracterizavam por “cursos: Belas Artes, Comércio, Farmácia, Medicina e Cirurgia, Odontologia, Engenharia e Direito”. (GURGEL, 1986, p. 35). E, também, por palestras gratuitas, oferecidas à população, sob inspiração do modelo europeu de extensão universitária.

1915: Universidade Popular de São Paulo, por iniciativa de Florentino de Carvalho, um anarquista de origem espanhola, sob os ideais da educação libertária e do paradigma socialista (Luizetto, 1986).

1963: A proposta de Paulo Freire, com amplo sistema de educação de adultos, da alfabetização até a universidade popular (Osmar Fávero, 2013).

2003: Criação da Universidade Popular dos Movimentos Sociais, no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Os projetos de universidades populares, citados acima, provavelmente não são as únicas experiências existentes no país, no século XX, mas foram os registros históricos localizados na pesquisa bibliográfica disponível, à qual tive acesso. Já a partir do século XXI, há registros de diferentes modalidades de universidades que se denominam populares, as quais não serão mapeadas aqui, mas que, em virtude do tema de pesquisa, foram apresentadas algumas experiências, para evidenciar a sua existência, a sua proposta e as aproximações e distanciamentos em relação à Educação Popular freiriana.

Por isso, cabe destacar e recordar que, na primeira e segunda seção deste capítulo, apresentei algumas políticas educacionais de acesso à educação superior, oriundas do século XXI, as quais discutem, de algum modo, questões referentes à *universidade para todos*, muitas vezes, denominada como universidade democrática e popular. Esse contexto é ilustrado em algumas políticas voltadas para as questões de acesso à universidade, também podendo ser exemplificado em ações pontuais, tais como: a Pedagogia da Alternância, a Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento Sem Terra, e a Pedagogia do movimento indígena, entre outras.

As experiências citadas, pertencentes às diferentes modalidades de universidades populares no contexto brasileiro, apresentam aproximações e distanciamentos no que se refere aos pressupostos da Educação Popular freiriana.

Na conjuntura das universidades populares, inspiradas pelos ideais anarquistas, sob influência do pensamento de Francisco Ferrer¹¹⁶ e de anarquistas militantes do Brasil (Lopes, 2006), há uma aproximação com a Educação Popular freiriana, pois tanto a pedagogia na perspectiva de Paulo Freire, quanto a pedagogia anarquista são propostas pedagógicas contra-hegemônicas. Brandão (2006b) contextualiza a presença do movimento operário anarquista no “trabalho político de classe através da educação” (p.32), e Gadotti descreve que “A educação popular se constitui na contribuição teórica mais importante da América Latina ao pensamento pedagógico universal. Em suas origens está: o anarquismo do proletariado industrial do início do século passado”. (2012, p.22). Em outras palavras, a Pedagogia libertária e a libertadora são progressistas no sentido de sua criticidade. A diferença se manifesta no tocante à presença e ausência do Estado na relação do projeto de sociedade e educação.

Para Luckezi (1994), essas são pedagogias transformadoras, e, pelo seu caráter político e crítico, as suas propostas nem sempre são exitosas. No caso da Pedagogia libertária, ela praticamente inexistente no Brasil, e a “Pedagogia libertadora, formulada pelo professor Paulo Freire, tinha, em princípio, uma proposta educativa a ser efetuada fora da escola” (LUCKEZI, 1994, p.83). E, ainda para o autor, quando a sua proposta pedagógica chega ao ambiente escolar nem sempre chega com muito êxito. Isso, devido a sua intencionalidade política, a qual está imbricada no processo da educação destinada à organização dos setores populares, para conhecer, problematizar, analisar e transformar as suas realidades, mediante um conteúdo que é fruto do conhecimento sistematizado, mas parte dos saberes populares, reconstituídos de modo reflexivo, crítico e dialogado.

Nesse caso, podemos associar essas experiências como um modo de ser universidade popular, visto que as questões trabalhadas nessas propostas estão para além dos problemas momentâneos, vinculando-se ao debate da redução das desigualdades sociais através da educação e projeto de sociedade.

Em relação à Universidade Popular de Piracicaba e à Universidade Livre de São Paulo, não ocorre aproximação com a Educação Popular freiriana, sobretudo porque nessas situações não houve um debate político de enfrentamento das causas que estão por traz da relação

¹¹⁶ Um dos pesquisadores brasileiros que difundiu o seu pensamento foi Maurício Tragtenberg.

educação, trabalho e luta de classes, tampouco se discute a politicidade do ato educativo. O objetivo dessas universidades era o de disseminar o conhecimento com o viés positivista e moralista, seja através do ensino ou da extensão, a serviço da vida cívica. Assim sendo, temos alguns populares na universidade.

Em 1963, é apresentada pela equipe de Paulo Freire, a qual trabalhou com ele na antiga Universidade do Recife no *Serviço de Extensão Cultural*, a proposta de amplo sistema de educação de adultos, da alfabetização até a universidade popular (Osmar Fávero, 2013). Essa experiência da universidade popular não se efetivou, mas dedico uma seção para apresentar as discussões realizadas relativas à proposta, muitas delas produzidas pelos pioneiros e pelas pioneiras da Educação Popular freiriana. Paulo Freire não chegou a escrever sobre o projeto Sistema Paulo Freire, mas em seus livros há poucas, porém expressivas passagens que versam sobre a universidade, as quais serão utilizadas para a reflexão sobre o tema na relação com a Educação Popular, e, subseqüentemente, na correlação com as experiências dos sujeitos dessa pesquisa.

Seguindo a organização cronológica, concernente à criação da Universidade Popular dos Movimentos Sociais, em 2003, ela emerge da efervescência dos movimentos sociais populares e de educadores e educadoras militantes, cuja iniciativa provoca o debate acerca dos processos de formação política, objetivando: 1) promover a aprendizagem de ativistas e líderes comunitários, dos movimentos e organizações sociais; 2) potencializar a discussão sobre os quadros analíticos, teóricos, históricos e comparativos que permitam aprofundar a compreensão reflexiva da prática, dos métodos e dos objetivos; 3) promover a aprendizagem de cientistas sociais, intelectuais e artistas comprometidos com os movimentos e organizações sociais, dando-lhes a oportunidade e criando-lhes a exigência de orientarem os seus estudos para os temas e problemas considerados mais relevantes ou urgentes pelos movimentos e organizações¹¹⁷. A universidade, nesse caso, é de formação pautada na autoeducação para a emancipação social, sendo um espaço itinerante¹¹⁸ (rede de interações), em que, a partir de oficinas, é possível partilhar conhecimentos, tomando como referência as lutas sociais (Santos 2005; 2006).

Nesse caso, a Universidade Popular dos Movimentos Sociais é aberta a quem tem interesse nas suas discussões, não pressupondo uma estrutura fechada e a certificação de quem participa dela. Mas tem a intenção de aproximar os Movimentos Sociais e seus

¹¹⁷ Retirado da Carta de Princípios da Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Disponível em: <http://www.Universidadepopular.org/pages/pt/a-carta-de-principios.php>. Acesso: 10/03/2016.

¹¹⁸ Sua sede é localizada no Espaço de memória da UPMS, situado na Rua Sete de Setembro, 1020 - Praça da Alfândega, Centro Histórico, Porto Alegre – RS.

interlocutores no debate sobre o projeto de sociedade e as dicotomias apresentadas, nesse contexto, na produção de “conhecimento contra-hegemônico”. (Gadotti, 2003).

Em relação à criação da Universidade Popular dos Movimentos Sociais e sua concepção, vejamos o que nos fala Gadotti, em 2007: “Boaventura de Sousa Santos estava reinventando o método Paulo Freire”. (BENZAQUEN, 2012, p.242). E, para Brandão (2003; 2007), há aproximações entre Paulo Freire e a concepção de conhecimento de Boaventura de Sousa Santos.

Atualmente, além dos movimentos e das organizações sociais, que são os grupos participantes da Universidade Popular dos Movimentos Sociais, está aberta a possibilidade de diálogo e parceria com universidades convencionais que desejam discutir os princípios políticos e metodológicos desse projeto de universidade. Essa iniciativa é nova e não há estudos sobre esse encaminhamento.

Com base nas leituras realizadas até aqui, e na minha participação em alguns seminários e oficinas promovidos pela Universidade Popular dos Movimentos Sociais, acredito que essa iniciativa não pode ser interpretada, nesse momento, como uma experiência de universidade popular na perspectiva da Educação popular libertadora, uma vez que o debate sobre Educação Popular ainda é pouco presente. Porém, em relação à concepção de Educação popular e ao que é realizado na prática na Universidade Popular dos Movimentos Sociais, é possível dizer que ela se aproxima dos objetivos da pedagogia freiriana.

No entanto, me parece que essas identificações e o tempo de existência da Universidade Popular dos Movimentos Sociais nos oferecem alguns elementos que a identifica enquanto espaço que vislumbra tornar-se uma universidade popular, cujo sentido é abrir-se para outras possibilidades e para a construção ou reinvenção de outras pedagogias. Isso poderá ser resultado do processo da sua inserção nas universidades ditas convencionais, em que, utilizando-se das brechas do modelo universitário institucional, possam emergir novas possibilidades, inclusive de colocarmos em pauta o potencial da Educação Popular.

De um modo geral, ficou visível que nem toda universidade que se diz *popular* é necessariamente, uma instituição ou movimento de Educação Popular. E também não é Educação Popular freiriana todo tipo de educação que se denomina popular.

Pelas análises realizadas, é possível afirmar que a grande maioria das experiências nomeadas como *universidades populares* é, na verdade, o esforço da popularização na universidade. Resumidamente, na maioria dos casos, *o popular na universidade* é um conjunto de ações materializadas em políticas e propostas educacionais que nem sempre estão filiadas à Educação Popular na perspectiva freiriana.

Por isso, julgo não haver consenso sobre a concepção de universidade popular e de sua organização, o que revela as contradições e o enfrentamento político, filosófico, pedagógico e epistemológico presente nesse projeto.

Por fim, reconheço os riscos que assumi em ensaiar um modo de identificar as experiências de universidades populares e suas aproximações e distanciamentos com a Educação Popular freiriana. Igualmente, por mais que a minha opção teórica seja a de Paulo Freire e seus interlocutores, procuro não idealizar ou criminalizar as experiências trazidas aqui, porque as concebo como fontes de conhecimento e não como objetos de avaliação entre certo e errado, embora eu me posicione política e pedagogicamente a favor de uma educação emancipatória.

4.4 Educação Popular: Paulo Freire e a universidade

Neste ponto, apresento as aproximações entre Educação Popular, Paulo Freire e a universidade. Essa parte, em separado, não é porque a proposta de uma universidade na perspectiva da Educação Popular em Freire é o tema basilar da minha pesquisa, mas porque compreendo que os princípios, as propostas e as práticas da Educação Popular fazem parte da relação entre experiência de universidade e as concepções de educação. Então, situado no contexto brasileiro, a Educação Popular freiriana associa-se aos movimentos de cultura popular, movimentos estudantis e aos centros populares de cultura, como me relata Brandão em uma conversa durante a Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizada em Brasília, no ano de 2016.

A universidade como proposta antagônica ao modelo elitista de educação emerge, sobretudo, a partir desses movimentos populares, que reivindicavam a democratização da cultura e da educação, a partir da década de 1950 (Brandão, 2014). A *experiência vivida* de Paulo Freire, nesse período particular da história da Educação Popular brasileira, contribui para as aproximações entre universidade e Educação Popular. As práticas educativas de Paulo Freire nos movimentos de cultura popular indicam os princípios ontológicos da sua concepção de educação, que somente no final da década de 1960 foi chamada de Educação Popular por ele.

Referente à presença do termo “Educação Popular” nas obras de Paulo Freire é possível localizar em vários livros, mas essa expressão no livro *Educação Como Prática da Liberdade*, publicado em 1967, já nos traz pistas da sua compreensão. Nesse livro, é possível identificar 16 vezes a presença do termo Educação Popular, sendo que Freire é autor do termo uma vez,

as demais foram utilizadas por Francisco Correia Weffort, cientista político brasileiro, que prefaciou a obra.

Em relação à Educação popular, Weffort (1967) faz referência à trajetória política e educativa de Paulo Freire, que, segundo ele: “O autor não é um mero espectador na história de seu povo, de modo que as ideias aqui apresentadas trazem claras e explícitas, as marcas da experiência vivida pelo Brasil” (p.2), sendo que uma das suas práticas foi no movimento de educação popular, materializado pelos círculos de cultura empreendidos na alfabetização de adultos, tendo como fundamento político e epistemológico a conscientização, o diálogo e a participação. Esses fundamentos vão compor sua concepção de Educação Popular, o que, de algum modo, é explícito na sua visão de universidade.

Nesse cenário, a universidade brasileira, para Paulo Freire (1961), é isolada dos problemas sociais, descontextualizada das realidades locais, fragmentada na sua estrutura e conteúdo, cuja fundamentação é acrítica e não humanística. Essas concepções de universidade aparecem no relatório que versa a respeito da administração do Professor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, reitor da Universidade do Recife, escrito em 1961. Nesse documento já consta o termo “educação popular”, na relação com a universidade, nesse caso, a de Recife. Aqui, Educação Popular está vinculada aos saberes acadêmicos, à cultura e aos programas a serem desenvolvidos na perspectiva de alguns dos fundamentos e das dimensões ontológicas da educação para Freire: a conscientização e a participação.

A universidade, nessa perspectiva, não poderia distanciar-se da pesquisa enquanto processo formativo atrelado à educação enquanto política, portanto, mobilizadora de mudança social. No livro *Educação como Prática da Liberdade* (1967) e no texto *A propósito de uma administração* (1961), recuperamos alguns dos fundamentos e das dimensões ontológicas da Educação Popular que são contrários à educação e programas educativos alienados, de cunho dominante. Esses pressupostos estão presentes nas *experiências* de Freire na luta contra a educação opressora, que se utiliza de método, metodologias e epistemologias dominantes. Conforme localizamos no livro *À sombra desta mangueira* (2015): a “‘castração’ da curiosidade epistemológica” (FREIRE, p.37) é fruto de uma ideologia dominante, presente no sistema capitalista.

Na tese de Paulo Freire, *Educação e atualidade brasileira*, publicada em 1959, o educador utilizava o termo *experiência* para designar *prática*, no sentido de rememorar seu trabalho no Serviço Social da Indústria, tanto na docência como na direção. A essa experiência ele denominou de *experiência vivida*. Na mesma obra, utiliza *experiência* enquanto *ação política*, ao tratar da importância e necessidade da experiência da participação

frente ao contexto histórico de negação da participação, fruto do que ele chama de nossa *inexperiência democrática*. Assim sendo, *leitura do mundo e experiência criadora* estão intrinsecamente relacionadas à *experiência do diálogo*, um dos princípios da Educação Popular freiriana.

Nessa direção, a origem da Educação Popular freiriana não resulta só das experiências de Paulo Freire, mas principalmente dos seus companheiros (as) de luta e defesa de um novo paradigma educacional, preocupado com a construção de um projeto educacional associado a uma sociedade emancipatória¹¹⁹.

Em razão da proposta de desenvolver um estudo e debate filosófico, pedagógico e político da Educação Popular freiriana a partir dos pioneiros e das pioneiras, sujeitos desta pesquisa, considero que é de suma importância descortinar a presença de Paulo Freire na universidade. Uma das experiências importantes para compreender o sentido do popular na perspectiva de Freire é apresentar a discussão a respeito do *Sistema Paulo Freire* e o lugar da universidade nesse projeto.

Paulo Freire, mais que um professor universitário, era um militante da Educação Popular, cujas ideias se operacionalizaram no trabalho educativo para além do espaço escolar,

¹¹⁹ Ao terminar a escrita desta seção vivíamos entre o contexto político brasileiro em vias de uma possível institucionalização de um golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente pelo povo brasileiro e a mobilização intensa de muitos movimentos populares em prol da democracia. A materialização do golpe dá-se por um conjunto de ferramentas políticas e metodológicas que colocam em curso um possível impeachment sem provas que o justifique, porém situado e marcado por projetos de sociedade que estão em disputa. Esse momento particular da nossa história é atravessado pelo fundamento e dimensões da educação popular contra o “sistema social marcado pela desigualdade e pela opressão” (WEFFORT, 1967, p.10) e os movimentos sociais de direita, favoráveis ao sistema educacional e societal atravessados pelos interesses da sua classe (dominante). Escrever e pesquisar acerca da educação popular não é possível sem, pelo menos, mencionar e contextualizar esse processo histórico de criminalização das lutas populares e dos avanços sociais, mesmo que incipientes. Essa realidade não pode estar silenciada em nossas pesquisas. Para compreender e analisar a relação pesquisa e processos históricos, educadores (as) como Boaventura de Sousa Santos, Emir Sader, Marilena Chauí, Leonardo Boff, Moacir Gadotti, entre outros, têm se manifestado nas redes sociais e na universidade, defendendo uma educação politizadora, para que o povo não seja enganado e não tenha a sua história roubada. Para nós, educadores (as) com caminhada na Educação Popular com perspectivas em Freire, o caminho a ser trilhado é a resistência contra esses retrocessos colocados em jogo. Parece-me que o desafio é construirmos alternativas pedagógicas contra a educação midiática golpista que se posiciona a favor da classe dominante, com um discurso de neutralidade política. Precisamos de pedagogias das convergências e das emergências, que contribuam para ler, interpretar, refletir e analisar nossas realidades, para, assim, intervir nelas. Nesse sentido, a Educação Popular Freiriana é uma inspiração para a produção dessas pedagogias. Miguel Arroyo é muito feliz em escrever a respeito das Pedagogias em movimento, e que: “Paulo Freire ao falar-nos de *Pedagogia do Oprimido* universalizou essa pedagogia. A tornou histórica ou sempre presente enquanto tivermos oprimidos que se mobilizam por seus direitos” (2003, p.48). O projeto de universidade, nesse contexto, também está em disputa, o que nos permite questionar criticamente quais pressupostos se aproximam e distanciam-se da educação popular. A eminência do projeto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), denominado Ponte para o Futuro nos dá pistas e fundamentos da proposta educacional e societal quem está em cheque. Para conhecer o Programa, acessar: pmdb.org.br/wp-content/uploads/.../RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em 11/05/2016.

principalmente com adultos, através de sua *educação como prática da liberdade*. (Freire, 1985a).

Escolher o lugar da universidade na *experiência vivida* de Freire, dentre as experiências de universidades populares, nos levou a identificar a presença do termo *universidade popular* a partir do *Sistema Paulo Freire*.

Entre a formulação e a implementação do Sistema Paulo Freire está o golpe civil-militar, e, por conta das questões políticas de imposição, essa proposta de educação foi abortada, como nos situa Araújo Freire:

Assim pensando e agindo, recomeçou, mais uma vez, tudo do princípio porque o 1º de abril de 1964 o tinha demitido, sumariamente, do cargo de diretor do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife. Ele, que tinha sido um dos fundadores e que tão entusiástica e coerentemente o dirigia, não foi poupado pelas forças da direita. Foi no SEC da Universidade do Recife que ele teve a possibilidade de sistematizar o “Método Paulo Freire” e prestar outros serviços relevantes à população local com a Rádio Educativa da universidade, esta também por ele idealizada. O golpe militar ainda o tinha aposentado das funções de professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma universidade, em 08 de outubro de 1964, por Decreto publicado no dia 09 subsequente. (1996, p.44).

Anterior ao regime militar, o Brasil contou com um período considerado, para alguns educadores e educadoras, como *otimismo democrático populista*¹²⁰, no qual o presidente João Goulart¹²¹ convidou o Paulo Freire para trabalhar no Ministério de Educação e Cultura, a fim de desenvolver uma política nacional de alfabetização para adultos.

Afonso Celso Scocuglia (1999), ao apresentar esse contexto político, traz fragmentos de documentos daquele período; dentre eles, uma das falas do presidente João Goulart, realizada no Congresso Nacional, em 1963. Na ocasião, o então presidente mencionou a expressão *Sistema Paulo Freire*, compreendendo-a enquanto um conjunto de ações que integrariam o programa de alfabetização: recursos Audiovisual (TV, rádio e projetores), somados a parceria com movimentos e campanhas de cultura popular, excluindo a expressão universidade de seu

¹²⁰ Um deles é José Eustáquio Romão, professor da Universidade Nove de Junho e um dos fundadores do Instituto Paulo Freire.

¹²¹ Período reconhecido como “nacional-populismo” de João Goulart (1961-1964). Para Manfredi (1978), as campanhas de educação popular institucionais (de estado), no período de 1960 a 1963, possuíam certa autonomia, não sofrendo interferência, pelo menos imposta, da política populista. Por outro lado, para Scocuglia (1999; 2001), a “ideologia da consciência nacional ganha destaque quando Freire diz que ‘é preciso aumentar o grau de consciência (do povo) dos problemas de seu tempo e de seu espaço. É (preciso) dar-lhe uma ideologia do desenvolvimento. [...] A alfabetização de adultos, disseminada em larga escala (projeto de instalação de 20.000 círculos de cultura em todo o país em 1964, poderia contribuir, com eficácia e rapidez, para a consecução hegemônica em curso, conscientizando e tornando milhares de indivíduos aptos a votarem em candidatos considerados progressistas”.(p.47-48). Portanto, na minha leitura, esse período seria, para Scocuglia, o primeiro Paulo Freire, ainda ingênuo ao tratar de modo positivo e ideologizado alguns aspectos do projeto nacional-desenvolvimentista, que, depois, “o próprio Freire reconhece tais equívocos”(p.48).

discurso. Na leitura do presidente, “os círculos de cultura - unidades alfabetizadoras que, no Sistema Paulo Freire, substituíam as clássicas e custosas salas-de-aula” (GOULART, in Scocuglia, 1999, p.30) eram a possibilidade de atrelar a educação-política e a proposta de alfabetização com o populismo do período em questão (Scocuglia, 1999). Cinquenta anos depois, essa experiência é registrada no programa de governo de Dilma Rousseff,

A educação popular deu suporte a um dos mais ambiciosos programas brasileiros de alfabetização, proposto pelo ministro da educação do Governo João Goulart, Paulo de Tarso. Paulo Freire assumiu o cargo de coordenador do então criado Programa Nacional de Alfabetização, a partir do qual, utilizando seu método, pretendia alfabetizar cinco milhões de adultos em mais de 20 mil círculos de cultura em todo país. (BRASIL, 2014, p.5).

A história da Educação Popular da década de 1960, para Alda Bezerra e Brandão “foi o tempo de uma verdadeira reinvenção da criatividade e do compromisso com a educação no Brasil” (1987, p. 12), no sentido de ter sido um espaço político de prática de educação, a partir dos Movimentos de Cultura Popular. Os autores citam algumas experiências que marcam a memória desse tempo: a produção do Método Paulo Freire, as atividades educativas e culturais realizadas no Movimento de Educação de Base (MEB) e a construção do Programa Nacional de Alfabetização, bem como o Sistema Paulo Freire (Brandão, 1986).

Nessa conjuntura, a educação e mobilização política, em prol da participação dos setores populares na vida política brasileira, ganha espaço público, pois:

[...] a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão ‘educação popular’ assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem vigente. (SAVIANI, 2007, p. 315).

O método utilizado por Paulo Freire, de acordo com Celso de Rui Beisiegel, possuía características que interessavam àquele projeto de governo, o qual pressupunha:

[...] que a “democratização da cultura” correspondesse à simples ‘vulgarização’ da cultura e sempre avesso à idéia de uma doação presente nas relações entre o educador e o educando. A afirmação da necessidade de buscar os conteúdos da educação do povo nas condições reais de existência do homem comum era uma constante em suas manifestações. (1974, p. 164-165).

Para o autor, foi a experiência de Angicos que contribuiu para que o *Método Paulo Freire* fosse conhecido e reconhecido em âmbito nacional. Ana Maria Araújo ratifica isso, dizendo que:

Ao organizar e dirigir a campanha de alfabetização de Angicos, como iniciativa do governo do Rio Grande do Norte, dentro do clima de euforia que reinava o Brasil, entre os progressistas, Paulo ficou mais conhecido ainda, nacionalmente, como um educador voltado para as questões do povo e da conscientização. (2006, p.137).

Osmár Fávero recorda que novas propostas de alfabetização também emergiram de algumas experiências municipais via prefeituras, dentre elas, a de Recife, com Miguel Arraes, e de Natal, com Djalma Maranhão. Ainda,

A União Nacional dos Estudantes (UNE), que era muito forte naquele momento, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ambas também vão participar com propostas novas de alfabetização. Esse é um período absolutamente diferente em termos de experiência, em termos de produção, em termos de perspectiva. E é aí que vai aparecer Paulo Freire, com o *Sistema de Alfabetização de Adultos*, que ele começa fazer em Recife, no MCP de Recife. Depois ele sistematiza, vai aplicar em Angicos, em convênio com o Estado do Rio Grande do Norte e com financiamento da Aliança para o Progresso no Brasil. (FÁVERO, 2003, p. 3, grifo nosso).

A experiência do Rio Grande do Norte aproxima a discussão entre Educação Popular e universidade, pois Paulo Freire, com sua equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco, iniciou o trabalho de alfabetização em Angicos, cuja experiência foi amplamente divulgada e conhecida, principalmente porque é fundada “no princípio de que o processo educacional deve partir da realidade que cerca o educando”. (GADOTTI, 1996, p.72).

É nesse contexto, entre a militância e o trabalho na Universidade de Recife, que Freire problematizou o termo *extensão* em detrimento da trajetória das atividades realizadas pelas universidades *para* os setores populares e não *com* eles. Pois, ao conceber a extensão como atividade preparada para os setores populares, não só reproduz um único tipo de saber sob o prisma da *educação bancária*, como separa os detentores dos saberes técnicos dos receptores destes saberes, desvalorizando, portanto, os saberes produzidos pelas comunidades, e a concepção de educação dialógica, política, crítica e participativa no ato educativo (Brandão, 2006a). Dessa forma, as atividades extensionistas são concebidas como invasão e dominação cultural.

Para Chonchol, “Paulo Freire nos mostra como o conceito de ‘extensão’ engloba ações que transformam o camponês em ‘coisa’, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação do mundo”. (1977, p.7). O conceito de *comunicação* expressa a compreensão de educação como humanização e problematização, no sentido de aprender pela pesquisa, não pela cópia e reprodução do conhecimento historicamente acumulado, mas a partir de metodologias participantes, as quais possibilitam chegarmos à raiz das coisas, de modo crítico, político e, acima de tudo, de maneira amorosa, respeitosa, ouvinte e falante enquanto princípio revolucionário, e não transformando ato de aprender e ensinar pela pesquisa a serviço da desumanização.

Esses debates e trabalhos educativos foram inspirados, de acordo com Scocuglia, por vários movimentos políticos, entre eles o Movimento de Cultura Popular, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, espaço que foi criado com fundamentação do sistema proposto por Freire:

Em meio à efervescência político-cultural dos primeiros anos 1960, podemos registrar uma cronologia específica das principais entidades e experimentações relativas ao "Sistema Paulo Freire", peça fundamental da engrenagem da educação popular/populista, desse período. (1999, p.30).

A esse contexto, Raposo (1982) expressa que o populismo era melhor do que o regime político extremamente autoritário. Contudo, o Estado populista abria-se para as questões populares e, ao mesmo tempo, também se utilizava dos populares a seu serviço, portanto, segundo a autora, “cremos não ser possível discernir tranquilamente quem estava sendo utilizado pelo Estado de quem o estava utilizando no caso dos envolvidos com a prática da educação popular.” (p.35).

É em tal situação que emergem experiências de Educação Popular contrárias ao sistema educacional que reproduzia e reforçava a manutenção da educação tradicional. Então, dentre as experiências de Educação Popular, estão a do “Rio Grande do Norte e o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura que surgiu em 1963 com a participação do Professor Paulo Freire.” (RAPOSO, 1982, p.32). Em janeiro de 1963, o Governo do Rio Grande do Norte chama o Paulo Freire e o convida para organizar uma campanha de alfabetização no município de Angicos, devido ao seu método, já utilizado em Recife e reconhecido como inovador; então:

O SEC solidifica o seu projeto de universidade popular, partindo, agora, com os bons resultados de Angicos, da alfabetização propriamente dita. O plano do SEC para 1963, mesmo sem um caráter rígido, se dissolve. A alfabetização não só foi um ponto de partida, mas um centro de interesse de toda a equipe do SEC. (Boletim de atividades do SEC, nº 5-6, 1964, s/p.)¹²².

A proposta de Paulo Freire não se tratava de método, mas de uma prática que se propunha ser crítico-educativa e dialógica, a qual compunha “todo um sistema coerente e no qual a teoria informava a prática pedagógica e os seus meios.” (PAIVA, 1973, p. 279). No livro intitulado *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*, de Vanilda Paiva, ela

¹²² O fragmento do documento acima foi retirado da dissertação de Dimas Brasileiro Veras, intitulada: Sociabilidades letradas no Recife: a Revista Estudos Universitários (1962-1964), defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, em 2010.

questiona a presença dos isebianos¹²³ na produção intelectual e no método de Paulo Freire, pois interpretou essa relação enquanto um limite teórico de sua proposta de educação.

Vanilda Paiva enxerga, nesse contexto, um confronto intelectual, isso porque os isebianos eram formados por grupos de distintas vertentes teóricas, alguns mais críticos do que outros, e muitos não explicitavam seu ponto de vista teórico que definisse o projeto de educação e Estado em disputa.

Naquele tempo, anos de 1950, havia uma intensa discussão sobre o projeto de estado nacional-desenvolvimentista, abordando algumas das questões advindas dos setores populares, como é o caso do problema do analfabetismo, e da necessidade de trabalhar na perspectiva da democracia, pois para Freire “um dos graves problemas, assim como para os isebianos, era o da não-participação política dos brasileiros”. (SCOCUGLIA, 1999, p.34). É, portanto, nesse movimento que nasce a pedagogia de Freire, entre a militância e o trabalho de educador, uma educação bancária e o projeto de uma *educação como prática da liberdade* para a conscientização.

Alguns dos pensadores isebianos inspiraram Paulo Freire em seus escritos, como é o caso de Álvaro Vieira Pinto, citado na tese Educação e atualidade brasileira, de 1959, enquanto influência de seu pensamento educacional. Álvaro Vieira Pinto, por exemplo, contribuiu para a reconstrução do conceito de conscientização em Freire (Scocuglia, 1999; Torres, 1996; 1992; Fávero, s/d¹²⁴) e no projeto Sistema Paulo Freire, a partir do debate sobre “A Questão da universidade.” (Britto, 1962; Maciel, 1963).

Em relação ao termo *conscientização*, Freire (1979b) escreve que não é o seu criador, pois esse é oriundo da equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde Álvaro Vieira Pinto e o professor Guerreiro faziam parte. A relação conscientização e proposta político-pedagógica de Freire estão imbricadas, inclusive nas discussões a respeito do Sistema Paulo Freire.

No que se refere ao Sistema Paulo Freire, Vanilda Paiva fala do processo de formação dos universitários voluntários para o trabalho com alfabetização de adultos, denominados

¹²³ O termo vem do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955, sendo órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. O ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica de um Programa que ficou conhecido como "nacional-desenvolvimentista".

¹²⁴ Paulo Freire: primeiros tempos.

Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/40horas/favero_paulo_freire_primeiros_tempos.pdf. Acesso: 12/06/2015

como monitores. Esse processo de formação de alfabetizadores são atividades realizadas pelo Sistema Paulo Freire, cujo objetivo era a formação dos monitores para que a alfabetização possibilitasse “a discussão crítica dos problemas sociais” (SILVA, 1996, p.350). Com tais características, o Sistema Paulo Freire se anuncia a partir das atividades de alfabetização enquanto conscientização, sendo sua ação político-pedagógica de cunho popular e dialógico (Cardoso, 1963, Brandão, 1981, Gadotti, 1981; Beisiegel, 1989; Freitas, 2004).

É possível observar nas palavras de Jarbas Maciel o lugar da universidade popular no Sistema Paulo Freire:

A alfabetização deveria ser – e é – um elo de uma cadeia extensa de etapas, não mais de um método para alfabetizar, mas de um sistema de educação integral e fundamental. Vimos surgir, assim, ao lado do Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos, o Sistema Paulo Freire de Educação, cujas sucessivas etapas – com exceção da atual etapa de alfabetização de adultos – começam já agora a ser formuladas e, algumas delas, aplicadas experimentalmente, desembocando com toda a tranquilidade numa autêntica e coerente universidade popular. (1963, p.24).

A expressão Sistema Paulo Freire remonta às experiências de alfabetização de adultos, como explicita Sílvia Maria Manfredi:

O *sistema* proposto pelo Professor Paulo Freire, por suas características, permitia a alfabetização em tempo recorde e, principalmente, possibilitava a discussão crítica dos problemas sociais, políticos e econômicos vividos pelos alfabetizandos, satisfazendo simultaneamente às expectativas das organizações estudantis, sindicais e religiosas e líderes políticos. (1978, p.158, grifo nosso).

O entendimento de Silva Manfredi (1978) é similar ao de Fávero (2003), pois ambos relacionam o projeto de educação às agendas reivindicatórias dos movimentos populares. Já Antônio Callado (1996) compreendia o Sistema Paulo Freire enquanto experiência do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, dizendo que:

O Sistema Paulo Freire já tem provas suficientes de que alfabetiza adultos em 40 horas, ou mês e meio a dois meses de instrução [...] Tudo é novo em Pernambuco e o Sistema Paulo Freire começou há uns dois anos, no Movimento de Cultura Popular do Recife, que estudava os meios de fazer Educação de Adultos mediante um Círculo de Cultura, que instituiu debates entre analfabetos adultos. (p. 382).

Aurenice Cardoso (1963), ao expressar o termo *sistema* refere-se ao método de alfabetização de Paulo Freire, ou seja, à prática política de alfabetização. Na sua leitura, Paulo Freire elabora “não só um método ativo, mas um sistema de educação de adultos, que leva os analfabetos não só a se alfabetizar, mas a ganharem a consciência de sua responsabilidade social e política.” (68-69).

Paulo Freire escreve um artigo denominado *Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo*, nele, o educador afirma, ao mencionar a campanha de Educação Popular, que:

Aceitas pelo Sr. governador do Estado as nossas exigências para realizarmos na *primeira etapa do sistema* - a de não interferência partidária, a da independência técnica, de fazermos uma educação que se voltasse para a libertação do povo, para sua emancipação interna e externa, iniciamos a preparação das equipes que atuariam em Angicos e em Natal. (1963, p.18, grifo nosso).

Nesse artigo, Paulo Freire, ao descrever alguns dos encaminhamentos da sua proposta de alfabetização de adultos, a coloca como *primeira etapa do sistema*, de modo a concebê-la nas suas dimensões antropológica, epistemológica, sociológica, filosófica e política. Diante disso, parece-me que ele concebe, assim como Jarbas Maciel, que o *sistema* é composto por etapas que não são fechadas, disciplinares, doutrinárias e de educação bancária. Jarbas, membro da equipe de Paulo Freire no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, compunha a equipe interdisciplinar que trabalhou “a fundamentação do ‘sistema’ proposto por Freire.” (SCOCUGLIA, 1999, p.30).

Beisiegel (1974), ao falar do Método Paulo Freire de alfabetização de adultos, lembra que realizou um estudo sobre o Sistema Paulo Freire e sua aplicabilidade, constatando que a proposta era séria, eficiente e revolucionária, cuja *fundamentação teórica* é compreendida como processo de conscientização.

Na contracorrente da quase totalidade dos estudos sobre o tema, Flávio Brayner, ao referir-se à *fundamentação teórica* do Sistema Paulo Freire apresentado no artigo de Jarbas Maciel, diz:

O artigo é uma verdadeira pérola de ecletismo teórico, misturando Cristianismo, lógica tomista-aristotélica, lógica apofântica (aquela capaz de esclarecer ou iluminar a realidade através de proposições verdadeiras), teoria escolástica da suposição formal e material, teoria do reflexo condicionado de Pavlov, pragmática existencial concreto-sensível-vegetativa (sic!), teoria dos sistemas..., uma verdadeira salada ideológica que chega a causar espécie o fato de o próprio Paulo Freire ter aceito esta vertigem profilosófica do Professor Jarbas Maciel como fundamentação teórica de seu “Sistema”. O fato é que Paulo nunca repetiu esta mistura e creio que jamais falou de sua pedagogia como um ‘sistema’. (BRAYNER, 2015, p.13-14).

Resulta da sua reflexão e análise um convite a pensar sobre a concepção de *sistema* nessa proposta educacional. Diante disso, pensar sobre os desafios e os horizontes da concepção de uma universidade popular na perspectiva freiriana. Conforme Freire,

[...] todo sistema de educação procede de opções, de imagens, de uma concepção do mundo de determinados modelos de pensamento e de ação que se procura tornar aceitos como melhores que outros. Quando tal sistema esconde o aspecto convencional, pode-se dizer, arbitrário, dos esquemas que tem como tarefa fazer

assimilar, está ocultando uma prática que contribui, no fundo (as investigações o demonstram), para favorecer os possuidores desta cultura que é a do poder... (1979b, p.40).

A educação na concepção de Paulo Freire é contrária à concepção bancária, apolítica, dominante e colonialista, e, nesse prisma, a compreensão de sistema não poderia ser concebida enquanto doutrina de cunho funcionalista, no sentido de estar a serviço do ideário capitalista, ou restrito ao progresso tecnológico desenvolvimentista e ainda distante de um projeto político de educação e sociedade.

O entendimento de *sistema* numa concepção freiriana não é concebível enquanto “salada ideológica”, mas possibilita a convergência entre o sistema de teorias intercomunicantes (Netto, 2011), sob um método dialógico, embasado por uma teoria de conhecimento que possibilita a “construção de um sistema educativo popular”. (Netto, 2011, p.5). Dessa forma, não é coerente discutir a problemática da alfabetização e da pós-alfabetização sem as “suas necessárias conexões com o sistema educacional do país, bem como as relações desse sistema com o projeto global da sociedade que se busca criar”. (FREIRE, 1978, p. 131). Por isso, ao descrever a experiência de alfabetização de adultos nesta seção, representa o sentido e significado de um projeto de universidade na perspectiva da Educação Popular freiriana. Pois, ao dialogar com o conjunto de etapas que compõem o Sistema Paulo Freire, os seus elementos se interligam na totalidade de sua existência e essência.

Assim, a concepção de sistema na perspectiva da Educação Popular expressa a relação entre subjetividade e objetividade e exprime, enquanto manifestação do todo, de modo que a dialética fica em aberto e sempre em diálogo com o movimento da história como possibilidade (Freire, 1992). Para Zitkoski “no diálogo aberto, o exercício da argumentação dos sujeitos participantes dele garante que as posições diferentes tenham iguais condições de serem ouvidas, debatidas e avaliadas com base num processo de construção do mundo humano.” (2010, p.116).

Por fim, a dialética em Freire se constitui em sínteses sempre abertas para a historicidade e jamais determinadas por um sistema fechado, podendo ser melhor explicitada na metodologia do tema gerador, presente, sobretudo, em *Pedagogia do Oprimido*.

Gadotti (2013) ajuda a fazer a relação entre a Educação Popular e universidade, a partir da *Política Nacional de Educação Popular*, de 2013, e a luta por uma universidade popular próxima à perspectiva apresentada no Sistema Paulo Freire. Pois apresenta na atualidade a discussão dessa política e a relação entre Educação Popular e Estado, aproximando a

possibilidade da vivência dos princípios da Educação Popular presentes em diversos espaços educativos, do espaço escolar ao não escolar, sobretudo a partir do diálogo entre os diferentes saberes.

No caso da universidade e Educação Popular, é expresso nesse documento que “há um esforço que vem sendo empreendido de que a Educação Popular faça parte dos currículos dos cursos de Pedagogia, e de outros, como instrumento de pesquisa e de formação de professores e profissionais”. (BRASIL, 2014, p.61)

A Política Nacional de Educação Popular *não* fala em universidade popular, mas propõe aproximar a Educação Popular da universidade, o que representa, do ponto de vista das lutas dos movimentos populares, uma possibilidade de impulsionar novas formas de lutas para garantirmos novos avanços na perspectiva de qualificar os processos formativos, à luz de uma educação problematizadora e a partir de um lugar que é nosso. Ou seja, conhecer a Educação Popular na universidade e noutros espaços educativos é valorizar e reconhecer a nossa história.

Por outro lado, a Política Nacional de Educação Popular pode ser entendida como uma questão de mão dupla no debate entre o instituinte e o instituído. Por um lado, a Política Nacional de Educação Popular é resultado de uma importante história de lutas entre diferentes sujeitos sociais, que mobilizaram-se em prol da educação pública de qualidade para todos (as). E, por outro, a Educação Popular enquanto movimento tem como gênese a não institucionalização porque seus fundamentos metodológico, epistemológico e político são contrários à lógica burocrática contida nos espaços institucionalizados. A Educação Popular, na sua origem, existe no movimento dialógico, o qual pressupõe superar os modelos fechados de educação, que não dialogam com a realidade social e a participação popular cidadã.

Finalizando essas relações de análises entre a *universidade popular* do *Sistema Paulo Freire*, o meu estudo, que dialoga com as experiências dos *pioneiros e pioneiras da Educação Popular*, e as possibilidades de repensar a universidade popular hoje, é possível afirmar, pelos estudos realizados até o presente momento, que a presença da Educação Popular na perspectiva freiriana na universidade é resultado das práticas de intelectuais comprometidos com os princípios dessa educação. Referente à universidade popular do Sistema Paulo Freire, ela não passou de um projeto utópico no sentido freiriano do termo, o qual expressa a dialética entre a denúncia dos projetos colonizadores e o anúncio de possibilidades de projetos emancipatórios. Numa perspectiva de *Educação Popular freiriana*, a produção de uma universidade popular, enquanto *inédito-viável*, é um projeto em disputa.

4.4.1 Paulo Freire e a universidade: algumas referências

A universidade em Paulo Freire possui dimensões políticas fortemente marcadas pela concepção de Educação Popular. Existe, no entanto, uma aproximação entre o significado de **universidade** ao lado do sentido de **popular**. Ambos podem caracterizar pistas do que seria uma **universidade popular**. Para tanto, apresentamos um quadro que demonstra a presença da universidade nas obras de Freire:

LIVROS/REVISTAS	A PRESENÇA DA UNIVERSIDADE
Educação e atualidade brasileira.	Universidade democrática: “ligadas aos problemas gerais de sua comunidade local. Ligadas às fábricas.” (p.102), “para que não se constituam em um espaço que pactua com a permanência do silenciamento dos oprimidos, perdurando, assim a inexperiência democrática”.
A Propósito de uma Administração.	“Não podem as universidades brasileiras furtar-se à discussão dos problemas ligados diretamente à educação popular”. (p.6).
Educação como prática da liberdade.	Freire critica as universidades tecnicistas e verbalistas que importam modelos alienados.
Pedagogia do Oprimido.	“Cabe ao docente universitário discutir com o povo o que lhe parece serem as universidades.”
Extensão ou Comunicação.	“Uma universidade ao lado das comunidades que nasça das classes trabalhadoras, com elas, não sobre elas.”
Ação cultural para a liberdade e outros escritos.	“A luta por uma universidade que não separe o conhecimento científico do senso comum.”
Cartas a Guiné-Bissau - Registros de uma experiência em processo.	Problematiza a universidade que dicotomiza o trabalho manual do trabalho intelectual, afirmando a exigência de superar essas fragmentações.
A educação na cidade.	A universidade e sua responsabilidade social.
Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.	Universidade de caráter progressista com seriedade e rigor.
Política e Educação	Preciso saber a favor de que e de quem, portanto contra que e contra quem, pesquisa, ensino ou me envolvo em atividade mais além dos muros da Universidade. [...]. Tanto mais democrática uma universidade quanto mais tolerante, quanto mais se abre à compreensão dos diferentes, quanto mais se pode tornar objeto da compreensão dos demais.(p.54).
Professora sim, tia não: cartas a quem ousa	Relação da universidade com a escola básica.

ensinar.	
PASQUIM. Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda. Entrevista concedida a Claudius Ceccon. Pasquim, Rio de Janeiro, p. 7-11, dez. 1978.	Freire professor universitário: “Eu observei isso na universidade e vi que nem sempre os estudantes pensavam tão rigorosamente quanto os caras lá dos mocambos. (p.7). [...] Eu falava sobre essas experiências nas aulas da universidade, aos alunos.” (p.9).

Para finalizar essa seção, retomo dois livros: *A Propósito de uma Administração* (1961) e o livro *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (1992). Neles, encontramos o sentido e o significado do que poderia ser considerado pressuposto de uma universidade popular. Ao afirmar a urgência de uma universidade de caráter progressista com seriedade e rigor em diálogo “com os movimentos sociais, os grupos populares.”(p.98), refletindo criticamente a questão política-pedagógica, relacionando “a ciência universitária com a consciência das classes populares”(p.98), encontramos o pressuposto da participação, do compromisso político-pedagógico e epistemológico. A preocupação com a Educação Popular já constava no livro escrito em 1961:

Não podem as universidades brasileiras furtar-se à discussão dos problemas ligados diretamente à **educação popular**, justamente numa fase da vida nacional em que o povo emerge, e, ganhando a consciência, mesmo ingênua, de sua presença no processo histórico, renuncia como já se disse, às suas velhas posições de espectador e ensaia novas posições de participante. (FREIRE, 1961, p.6).

A compreensão de universidade nas obras de Paulo Freire assume algumas dimensões:

- 1) **Político-pedagógico**: Compromisso com as lutas dos oprimidos através de um projeto de educação conscientizadora, participativa e problematizadora.
- 2) **Epistemológica e metodologias**: A construção do novo saber em diálogo com a ciência universitária e os saberes populares.
- 3) **Metodológica-epistemológica**: A pesquisa participante à serviço do conhecimento transformador.

A proposta de universidade em Paulo Freire, se analisada no conjunto das obras, possui forte associação com a concepção de Educação Libertadora (Educação Popular). É preciso recordar que existe uma fundamentação teórica que embasa essa concepção. Sabemos que Freire, como já foi colocado anteriormente, tem inspiração no existencialismo, na fenomenologia, no marxismo e no personalismo cristão. Segundo Fávero (2012), ao falar da Educação de adultos de Paulo Freire e sua elaboração teórica, nos diz:

Além da produção de Pe. Vaz, assumida pela AP e pelo MEB como orientação para os militantes e agentes, a fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire foi divulgada intensamente por todo o país, por ele próprio e sua equipe do Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife, no segundo semestre de 1963 e nos primeiros meses de 1964. As **matrizes teóricas** dessas formulações são praticamente

as mesmas e, de uma maneira ou de outra, os elementos fundamentais do conceito filosófico-antropológico de **cultura**, delas derivadas, foram assumidos pelos grupos, sobretudo de AP, que se encarregaram da implantação do Sistema de Alfabetização nos vários estados. (p. 474).

Esse avizinhamiento entre Educação Popular e cultura popular já foi mencionado, de uma forma ou outra. Mas cabe reforçar que a proposta educacional de Paulo Freire possui uma conexão com a Ação Popular para a qual a libertação da alienação era a luta principal. Abaixo um recorte de um material de 1963.

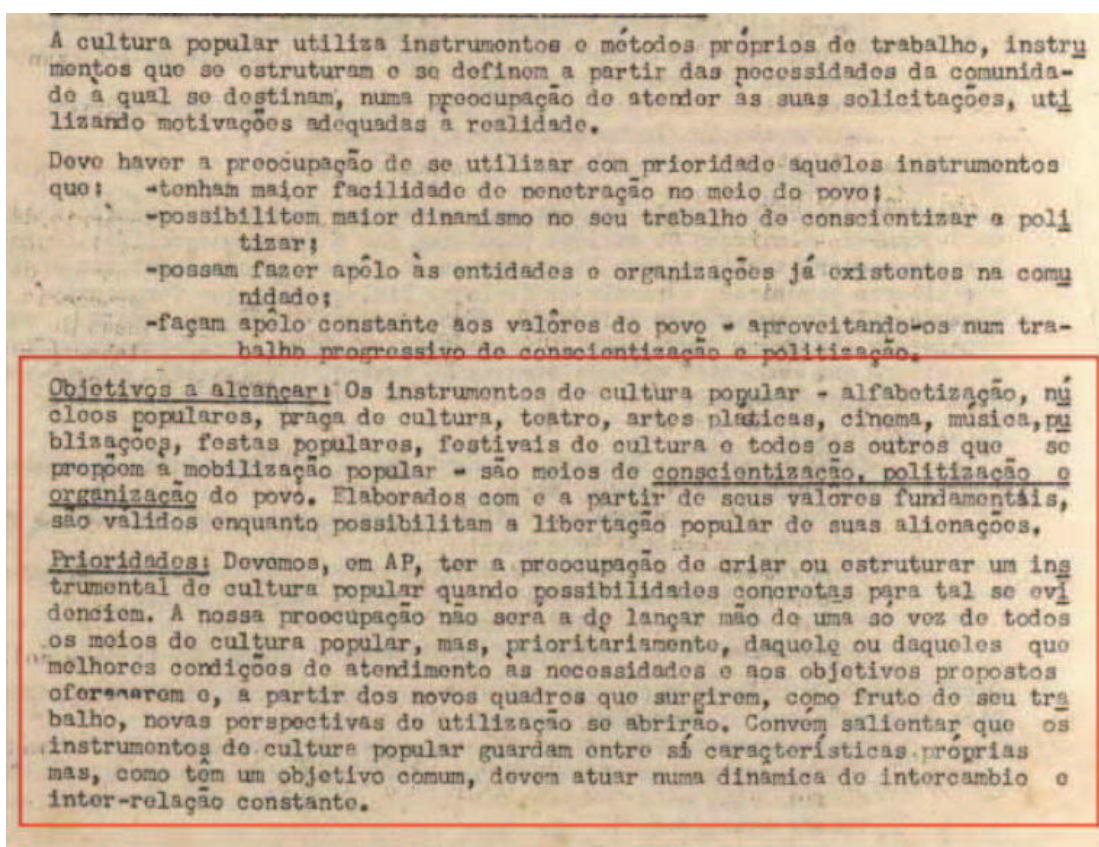


Figura 38. Fragmento do material extraído dos DVDs sobre Educação Popular organizado por Osmar Fávero e Elisa Motta em 2015.

4.5 “Educação Popular” na universidade flexibilizada?

Essa seção nasce das entrevistas, sobretudo quando a maioria dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular afirma que a universidade atual está utilizando-se de termos como autonomia, transformação, colaboração, articulação, qualidade e conhecimento inovador como forma de propagar um futuro bem sucedido (de sucesso) às pessoas que conseguem, por seu mérito, acessar a universidade e continuar nela por meio dos cursos de especialização, mestrados e doutorados. Também, comentaram sobre o acúmulo de trabalho, sobre as avaliações externas e do número de pessoas que conhecem [inclusive ex-orientandos]

e estão desempregados. Referente a essas questões, tanto para Freire (2002) como para os sujeitos dessa pesquisa, cabe a nós problematizarmos que educação e promessa de futuro são essas?

Nessa seção, não serão apresentadas passagens de entrevistas de todos os pioneiros e pioneiras, apenas de alguns deles, os quais trataram desse tema mais diretamente. Ainda assim, vale ressaltar que todos, de algum modo, mencionaram, em conversas, as suas preocupações com a crise da universidade pública, provocada pelo neoliberalismo. Mencionaram questões como o produtivismo e o desemprego estrutural. Dessas conversas, trarei trechos representativos, das falas de alguns dos sujeitos que mais explicitaram a preocupação com a universidade que vem se restaurando aos moldes do mercado.

Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular, na sua maioria, são docentes de universidades públicas e, em alguns casos, de universidades privadas de cunho confessional ou Comunitário. Em todas as situações, a universidade está situada num tipo de sociedade (capitalista) em que os ideais do Estado burguês são visíveis no cotidiano da classe popular, sobretudo com o crescente desemprego, o aumento das situações de violência urbana e rural, a drogadição, e, entre outras coisas, a retirada dos poucos direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Isto porque o neoliberalismo é uma teoria que tem seus pensamentos e pensadores, ideais e formas de organização, que defende os valores do mercado capitalista que, na sua gênese, reproduz a desigualdade social, cuja consequência é o alastramento da miséria. Essa reprodução está presente na universidade, tanto no discurso meritocrático como nas formas de fazer a educação superior (currículo, horário, meios de acesso e permanência, etc.).

Balduino Andreola expressa esse contexto ao proferir que: “é lastimável a gente estar preocupado só com a carreira e meritocracia acadêmica, com o currículo e com as avaliações: CNPq e CAPES. Enquanto isso, lá fora, tem um o povo sendo oprimido e morrendo de fome.” (Entrevista, 2016). Há anos, Balduino Andreola vem abordando esses temas: universidade atual e vida concreta dos oprimidos. Uma fala muito semelhante a essa está localizada no artigo: *A universidade e o colonialismo denunciado por Fanon, Freire e Sartre* (2007), quando refere-se à visão colonialista presente na universidade e as preocupações com as formas de colonialismo que acompanham a universidade brasileira. Em contrapartida a esse projeto, discute as lutas de educadores, como Anísio Teixeira, contra a ‘universidade de mentira’.

Balduino Andreola, conversando sobre o contexto da Reforma Universitária de 1968, nos fala que a ideia era outra, a de ser revolucionária, pois “o sonho dos grandes movimentos

de cultura e educação popular e do movimento estudantil era de descolonizar a universidade, mas a reforma de 1968, durante o regime militar, foi com o acordo MEC/USAID.” (Entrevista, 2016).

Continuando, trouxe autores como: Afrânio Coutinho, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Ernani M. Fiori e Paulo Freire no tocante às relações universidade, projeto de educação e Educação Popular, pronunciando que esses lutaram contra a universidade de mentira. Fazendo uma relação entre Freire e o contexto atual, referiu-se aos cartazes que dizem:

[...] “Fora Paulo Freire” ou falas como “**Paulo Freire** patrocinando a ideologia marxista para as escolas,” - nós sabemos muito bem que nunca foi **Marx**, nunca foi o comunismo o perigo para o Brasil, porque isso é maneira de disfarçar que nós sempre fomos vítimas do imperialismo americano, do imperialismo, do capitalismo internacional e não do comunismo. Eu escrevi um texto **Fora Paulo Freire: Por quê?** E ali, logo em seguida, eu digo: hum... - É evidente, os mesmos que levavam cartazes “fora Paulo Freire” pediram a volta da ditadura. [...]. (Entrevista, Julho de 2016).

Como bem citou o professor Balduino Andreola, e reconhecendo que a realidade é movida pela contradição, na retaguarda do projeto elitista de universidade havia educadores subversivos desse ideário, recusando-se a aceitar a universidade de mentira.¹²⁵” (Ribeiro, 1986).

Dessa forma, é mediante o movimento entre o texto e o contexto, onde se dão as contradições vividas nas situações concretas das experiências teórico-práticas dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, que emerge o debate da universidade hoje, do lugar da Educação Popular e do horizonte ideológico dos projetos atuais da/na educação superior.

Dizer que a universidade vai transformar a vida das pessoas, possibilitando-lhes autonomia e conhecimento inovador partindo da flexibilização (aligeiramento) dos tempos e dos currículos, não está de acordo com a concepção de autonomia, de conhecimento e de transformação que Freire sustenta em seus livros, assim como diverge daquilo que os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular vêm lutando há décadas.

Mudar a sociedade, na concepção de Educação Popular com base freiriana, necessita, prioritariamente, lutar teoricamente e na prática contra a sociedade opressora e capitalista, que, na atualidade, se apresenta com novas teorias sob nova roupagem. É ir de encontro ao discurso neoliberal, que se apresenta como alternativa ao modelo de universidade tradicional,

¹²⁵ Pronunciamento do Darcy Ribeiro (criador da UnB) na posse do Cristóvam Buarque (em 1985) ao cargo de reitor.

assim como não aceitar a exclusão em nome da meritocracia e não se submeter às regras orientadoras e definidoras de ascensão ou permanência em espaços na universidade.

Seria uma ingenuidade aceitar esses discursos e práticas como parte de um processo de mudança da cara da universidade com vistas à Educação Popular. Pois, em nome da busca ou luta pela popularização das classes populares na universidade, isso pode, iludidamente, ser interpretado como Educação Popular. Não é por acaso que Freire vai apontar para a necessidade de compreendermos a “história como possibilidade e não determinismo” (FREIRE, 1997, p. 92). Portanto, reconhecer as mudanças que vêm ocorrendo no campo da educação, as possibilidades, as positivities, os limites e o papel histórico da luta dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular é de suma importância à leitura crítica conjuntural e estrutural do nosso contexto político-histórico.

Novos processos de organização da educação superior têm se apresentado no contexto neoliberal das políticas brasileiras e do projeto de sociedade consubstanciado a elas. Nesse cenário, está a relação Educação Popular e o trabalho realizado pelos pioneiros e pelas pioneiras da Educação Popular freiriana. O trabalho deles e delas na universidade dá-se na tensão entre fazer Educação Popular e cumprir as normativas da educação superior, sendo que, uma delas, é a realização de atividades cronometradas por parâmetros avaliativos externos. Isto é, eles e elas vêm sofrendo os impactos das mudanças que vêm ocorrendo nas últimas décadas acerca da reconfiguração da universidade. A produção de artigos é um exemplo de avaliação em larga escala (produtividade em série), os quais foram substituídos, em termos de pontuação no Currículo Lattes, pela extensão e outras ações universitárias. Ricardo Antunes (2015) contextualiza esses novos padrões dizendo que esses se adequam à lógica do mercado.

Em contraposição a essa lógica capitalista, os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular freiriana têm produzido muitos trabalhos, entre eles, artigos e livros questionando e criticando a questão do produtivismo acadêmico e a mercantilização da educação; nesses, enfatizam o horizonte libertador da Educação Popular, em oposição à educação reprodutora e bancária. A universidade flexibilizada, nesses termos, precariza o trabalho docente e tenta silenciar a Educação Popular. Podemos identificar esses questionamentos no poema proferido, em vários espaços (escolares e não escolares), pelo professor Balduino Andreola:

Currículo Lattes
Esqueça os conceitos
Não pense em teorias
Ou categorias,

Esquemas já feitos
 Pra mentes vadias...
 O eterno, o perfeito,
 Não cabe em conceitos!
 Conceito é prisão
 Da deusa Razão.
 Metáforas são
 Os voos infinitos,
 Fugindo a restritos
 Grilhões-prisão
 Da conceituação.
 Ao templo de Ideias,
 Prefiro alcateias
 De rimas ateias,
 Que vêm e que vão,
 No templo pagão
 Da Imaginação.
 Currículo Lattes?...
 Não tinham os vates
 Dos templos antigos.
 Só têm os cientistas
 Que amam as listas
 De muitos artigos.
 Heráclito e Thales.
 São sábios sem “qualis”...
 Ao qualis e ao lattes,
 Prefiro bons mates[...].

Como observamos no poema do Balduino Andreola, o modelo de universidade flexível tem como horizonte a produção *especializada flexível*, ou seja, buscam-se, por meio de avaliações externas, novos padrões de qualidade, com valores do capitalismo de mercado: concorrência, competitividade, individualismo e produtivismo. Autores como Freire (1993; 1996), Kuenzer (2007) e Antunes (2015) contribuem para sinalizar a imposição de um tipo de universidade: Flexível, que se utiliza de um discurso de uma aparente horizontalização das relações, mas que, na verdade, esse “discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente” (KUENZER, 2007, p, 1153).

Para Zitkoski (2000), a Educação Popular na América Latina vincula-se à luta dos movimentos sociais em defesa de uma sociedade onde não existam mais opressores e oprimidos. Fundamentalmente, essa concepção de educação diverge com a ideia de universidade flexibilizada porque esta se funda na pedagogia do capitalismo, cujo modelo de universidade converge com projeto de sociedade capitalista. Nessa concepção, a universidade flexibilizada tem como propósito “a acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta [...]” (ANTUNES, 2015, p. 104).

Ao referirmo-nos à empresa enxuta, podemos fazer uma similaridade com o processo paradigmático de universidade que se reconfigura e vai se reestruturando a partir dos anos de 1990, fruto de uma exigência mundial da globalização capitalista. A fusão entre Kroton e Anhanguera, universidades privadas de cunho particular, passa a ser considerada a maior empresa de educação do mundo. Muitos profissionais com especialização e/ou mestrado, oriundos (as) de universidades privadas de caráter filantrópico e comunitário, bem como de universidades públicas, estão trabalhando nessas universidades consideradas como as “Gigantes da educação”¹²⁶. Possivelmente, alunos e alunas dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular podem estar trabalhando nessas Instituições de Educação Superior, empresas que arrecadam lucros bilionários.

Nesse contexto universitário, há contradições que se apresentam, pois pode haver trabalhadores e trabalhadoras dessas instituições que foram estudantes de alguns dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular, portanto possuem uma formação consolidada nas bases da Educação Popular, e estão atuando como docentes nesses espaços. Por esse lado, considero positiva a presença desses educadores nessas instituições, pois os discentes terão a possibilidade de conhecer e discutir a Educação Popular como concepção de educação, e não a considerando, exclusivamente, como educação de jovens e adultos e como educação não formal, pois frequentemente ela é relacionada, somente, a esses contextos educativos. Por outro lado, é importante questionar a precarização do trabalho docente, até porque em muitas situações esse “docente” é contratado como colaborador ou tutor presencial, executando a função de professor. Na contramão, os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular são referências bibliográficas nos currículos dos cursos de pedagogia, sendo eles situados na rede privada ou não.

Contudo, numa leitura mais crítica, essa positividade é secundária, porque, por trás dela, existe o fenômeno da precarização do trabalho docente e da oferta do ensino. Ou seja, acerca da discussão da universidade flexibilizada, mesmo com as positivities por conta da presença (direta ou indireta) dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, a universidade está situada sobre uma política sustentada pelo neoliberalismo, cujos ideais são a expansão econômica, política e ideológica da mercantilização da educação, sobretudo a partir da reestruturação do capital e da reorganização da concepção de trabalho.

Não é por acaso que essa proposta político-filosófica surge com maior ênfase nos anos de 1990, no Brasil, momento em que Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso

¹²⁶ Ver Revista Isto É: Edição nº 2490 01.09. Disponível em: http://istoe.com.br/294090_GIGANTES+DA+EDUCACAO/. Acesso: 07/09/2017.

iniciam um processo de redefinição do papel do Estado. Essa nova concepção de Estado e Sociedade foi planejada por intelectuais orgânicos neoliberais sob um referencial de economistas clássicos avistando o mercado como único e possível responsável pelas demandas sociais. Bourdieu (1998) chama atenção sobre o entendimento desses neoliberais acerca dessa reestruturação do estado, onde o “neoliberalismo se apresenta sob as aparências da inevitabilidade.” (p.28), com discurso aparentemente revolucionário através das reformas em prol do desenvolvimento do Estado Capitalista.

A universidade flexibilizada, sob o paradigma neoliberal, tem a sua ideologia alicerçada nas dimensões pedagógica, social, epistemológica, política e econômica, fundamentada pela “malvadez da ética do mercado” (FREIRE, 1996, p. 8). Essa ideologia é defendida por políticos conservadores e neoconservadores, bem como por organizações multilaterais: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Conforme Boron (1999), essas organizações são as responsáveis pela expansão ideológica desse modelo de sociedade, gerador das desigualdades sociais. O aumento da miserabilidade provém dessa realidade marcada pela maximização do lucro visando atender as demandas do mercado de trabalho.

No caso da educação superior, ela, desde a década de 1990, passou a ser considerada como demanda de mercado, e os capitalistas a concebem como um espaço potente para vender a educação, compreendendo-a como serviço a ser vendido e comprado. Em um “capitalismo de Estado a serviço desses setores do mercado” (SADER, 1995, p.35) a lei que o orienta é a da lucratividade, do individualismo e da privatização, parte do projeto de Estado capitalista.

Um exemplo próximo é o da *Anhanguera* e a Kroton Educacional¹²⁷, cujas empresas vêm formando milhares de pessoas da classe popular. As relações entre formação e mercado são da lucratividade por meio da expansão das suas redes e da precarização da oferta do ensino, bem como da desvalorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

¹²⁷ Com relação a essa realidade educacional podemos localizar no artigo : Brasil: tendencias emergentes y de cambio en la educación superior, 2000-2015.



Figura 39. Dados de 2013. Fonte: G1.globo.com[rede de ensino-kroton]

Essas corporações, seja nacionais ou internacionais, têm se expandido de forma gigantesca enquanto rede de ensino privado-particular, dando-se por meio da fusão de pequenas, médias e grandes empresas educacionais. São elas que vêm formando a classe popular, de modo precarizado, fragmentado e flexível ao mesmo tempo.

Boron (1999), acerca das corporações, afirma existir um domínio internacional fomentado pelos capitais internacionais. Essa dominação, segundo Freire na *Pedagogia do Oprimido*, pressupõe uma educação antidialógica, manipuladora, bancária e opressora. Essas corporações estão correlacionadas à manutenção das estruturas dominantes e opressoras de modo a se expandir através da *invasão cultural*. Essa invasão cultural dá-se de múltiplas maneiras, e uma delas é a retomada de teóricos, como Friedman e Hayek (Anderson, 1995) no debate do lugar da educação no Estado capitalista.

Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular, sujeitos dessa pesquisa, também estão inseridos nessa reestruturação da universidade, convivendo com esse contexto político-social perverso. Questionam o modelo de educação bancária e conservadora, contrapondo-se tanto às práticas assistencialistas, chamadas, às vezes, de Educação Popular, quanto às políticas educacionais de mercado, concebidas como educação de qualidade total para a formação e capacitação qualificada para o mercado de trabalho. A universidade flexibilizada, ou, como chama Marilena Chauí (2011), universidade operacional, promete o sucesso individual por meio de uma pedagogia da competição, ou a denomina de forma mascarada como “Pedagogia Empreendedora”. Como vimos, o discurso neoliberal tem semelhança à linguagem, princípios e critérios empresariais. Em oposição à “universidade operacional”, os

pioneiros e as pioneiras da Educação Popular argumentam as práticas separadas do ensino e da pesquisa e a própria existência, ou a junção delas (ensino e pesquisa) sem um debate consistente e estrutural do tipo de educação que se tem e se projeta. Discutem a relação entre educação e luta pelos direitos ao acesso à educação pública, gratuita, de qualidade e para todos, temas que estão em disputa inclusive por dentro da universidade flexível.

Beisiegel¹²⁸, falando da sua trajetória na universidade, lembra que “o povo foi privado de vários direitos sociais, um deles era a educação de adultos. Vários universitários se mobilizavam em movimento de educação popular para alfabetizar adultos com método Paulo Freire.” Tanto Beisiegel quanto os demais sujeitos criticam o ideário neoliberal no campo da educação, sobretudo na relação humanização-desumanização. Isto é, na medida em que a sociedade capitalista se constitui na desigualdade social ela nos desumaniza roubando e expropriando a *vocação do ser mais*. (Freire, 1981).

No campo pedagógico, o trabalho com a disciplinarização sem diálogo com as outras disciplinas é uma das discussões na Educação Popular. A fragmentação das disciplinas é fruto de uma educação departamentalizada que vem se reconfigurando a partir dos princípios capitalistas (lucratividade, concorrência, individualismo e meritocracia). Porém, é necessário observar e analisar as formas que se apresentam como alternativas da disciplinarização, pois pode ocorrer uma proposta pedagógica que se diz interdisciplinar ou transdisciplinar, que, se embasada na lógica de mercado, poderá estar a serviço da universidade flexibilizada, cuja orientação teórico-metodológica advém do modelo Toyotista, que busca processos ágeis e lucrativos, trabalho colaborativo, produtividade e o individualismo no sentido da meritocracia. Desse modo, eliminar as barreiras disciplinares é, também, importante no e para o processo de expansão e globalização do mercado. Essas mudanças não excluam o conteúdo fundante da continuidade do projeto de Estado ultraneoliberal.

Porém, nas palavras de Balduino A. Andreola, em agosto de 2016, há muitas experiências de Educação Popular na universidade que problematizam e tensionam a educação bancária, fragmentada, capitalista e individualista. No livro *Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos* (2000) identificamos a relação antagonista entre a educação capitalista (ideologia fatalista embutida no discurso neoliberal é um eficaz instrumento dominante) e educação libertadora:

Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. É trabalhar a genuinidade desta luta e a possibilidade de mudar, vale dizer, é trabalhar contra

¹²⁸ Entrevista em 2015 realizada na sua residência por Fernanda Paulo.

a força da ideologia fatalista dominante, que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores. É defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra. (FREIRE, 2014, p. 24).

Precisamos, portanto, identificar as brechas possíveis de fazer e discutir a Educação Popular seja dentro da universidade ou fora dela.

Carlos R. Brandão ao discorrer sobre as articulações entre a trajetória teórico-prática dele e a luta pela universidade numa perspectiva da Educação Popular, afirma que:

Com a experiência de quem trabalha mais de cinquenta anos com investigações científicas associadas à universidade e, de maneira especial, a programas de pós-graduação, defendo a Educação Popular e a pesquisa participante como uma alternativa epistemológica, metodológica, pedagógica e política.

Brandão expressa uma alternativa ao modelo de educação capitalista (que se intensifica através das propostas de ensino por competências e habilidades pressupondo uma pedagogia dos vencidos e dos vencedores), desdobrando-se num quefazer de educadores engajados, agentes políticos da práxis. (Freire, 1981).

A Educação Popular se apresenta como alternativa à educação e sociedade que, mesmo quando aberta ao povo, ainda não tem como proposição a luta por uma nova sociedade, porque ela ainda não tem sido uma luta estrutural. A fala de Gadotti corrobora para essa afirmação: “Estamos num momento de marcar posição. Não dá para ficar parado vendo o golpe se construindo. Amanhã já começa lá na secretaria geral, com o gaúcho Rossetto, a gente vai se encontrar para discutir pátria educadora, educação popular [...]” (Entrevista, 2015).

Diante dessa conversa com Gadotti, fui aos Documentos “Pátria Educadora: A Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional” - propostas preliminares elaboradas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e divulgado em abril e julho de 2015.

Nesses documentos, não localizei nenhuma vez o termo Educação Popular, e, ao lê-los, constatei as marcas de um projeto de sociedade harmônico com o capital, deixando a educação a serviço das necessidades do mercado. Mesmo com os avanços nas políticas de acesso à Educação Superior e à educação básica, a Educação Popular não foi a concepção escolhida para basilar a “Pátria Educadora”. Educadores como Gadotti e Liana Borges tencionaram o lugar da Educação Popular nesse projeto de país. Nas palavras de Gadotti¹²⁹:

¹²⁹ PÁTRIA EDUCADORA - Abrangência da proposta apresentada pela Presidenta Dilma Rousseff no discurso de posse...e algumas ideias a mais. (Recebido por e-mail)

Não há Pátria Educadora sem um projeto de sociedade que radicalize a democracia. Este era o sonho também dos pioneiros da Educação Nova da década de 30 e do movimento de Educação Popular dos anos 60. A Pátria Educadora precisa reafirmar e aprofundar a democracia. [...]. Como concepção geral de educação, a educação popular não se restringe ao campo da educação não-formal e não deve ser confundida como a educação das populações mais empobrecidas e nem com educação não-formal. Como concepção de educação, a educação popular é uma das mais belas contribuições da América Latina ao pensamento pedagógico universal e, nas últimas décadas, ela está sendo entendida como uma concepção de educação que deve ser estendida ao conjunto dos sistemas educacionais. (São Paulo, 3 de agosto de 2015, s/p).

Mesmo com os avanços políticos e históricos da política educacional, não podemos afirmar que a Educação Popular foi um projeto de sociedade, embora tenhamos frentes que a demandaram, como no *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas*, cujo conteúdo político aproximou-se das lutas dos Movimentos Sociais Populares, discutindo a relação da política pública educacional com a Educação Popular:

A Educação Popular tem um longo percurso no Brasil, a partir de um conjunto de práticas e experiências que se forjaram junto às classes populares, no chão das fábricas, em sindicatos, nas comunidades de base e igrejas, nas **universidades**, no campo, na cidade e na floresta, com os mais diferentes grupos, os trabalhadores, especialmente os em situação de pobreza, excluídos de seus direitos básicos como também em experiências que se realizam no âmbito da educação formal e da institucionalidade de governos municipais, estaduais e federal. (2014, s/p, Grifo nosso).

É inegável que a Educação Popular esteve presente em vários programas de governo, sobretudo em projetos e programas de educação. A maioria deles vinculados às lutas e participação da sociedade civil organizada no debate sobre as demandas da educação: Educação do Campo, Agricultura Familiar, Movimento de Alfabetização (Mova), Ciclos de Formação, Reestruturação Curricular do Ensino Médio no estado do Rio Grande do Sul, escolas itinerantes, entre outras experiências. Essas políticas, fundamentadas a partir das aproximações teórico-metodológicas com a Educação Popular, são formas estratégicas de atuação prática contra a lógica dominante e excludente do contexto da globalização neoliberal.

Brandão, em uma das entrevistas, fala de experiências recentes de Educação Popular na universidade:

[...] eu estive inclusive presente em duas das três universidades criadas pelo Lula. Essas três universidades - universidades do sul ligadas ao movimento popular: uma em Santa Catarina, uma no Paraná, e uma no Rio Grande do Sul. Eu estive em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul - não no Paraná, elas seriam universidades populares nesse duplo sentido, ou seja, preferencialmente aberta a pessoas do povo dos movimentos populares e a serviço também de um projeto popular, inclusive depois me contaram que foi um projeto que falhou.

Analisando o relato acima, temos experiências conjunturais de Educação Popular nos espaços institucionalizados. Isto é, não alcançamos a radicalidade da Educação Popular, que deveria, na nossa leitura, ser estrutural. Os tempos são marcados por contextos políticos, e a Educação Popular ora se ausenta ou se reedita nesse contexto estatal. Todavia, a Educação Popular não morre, porque está sempre nos espaços instituintes mesmo em tempos difíceis e de crises. As relações entre a conjuntura e a estrutura são importantes para discutirmos as emergências que se apresentam/apontam na direção de uma universidade popular. Essa discussão perpassa a crise estrutural que estamos vivendo: destruição da natureza, desemprego estrutural e perda dos direitos sociais conquistados.

No campo universitário, a educação como mercadoria se apresenta com a reconfiguração da sua estrutura: internacionalização dos padrões de qualidade sob os ditames neoliberais, gestão e docência competente e útil para as potencialidades e emergências do mercado, avaliação por competência através da competitividade com o pretexto da qualidade, da eficiência e da eficácia. Consolida-se um discurso de que o currículo e tempo reduzidos são importantes porque a educação é contínua, e, nesse processo, o trabalhador deve buscar, constantemente, a sua qualificação e atualização profissional. Na universidade flexibilizada e operacional, o argumento fundante é: a obtenção de uma titulação para o novo mercado de trabalho contribui para o sucesso individual, através da competência adquirida para exercer um trabalho colaborativo. Não é, obviamente, excluída a exigência da produtividade acadêmica para aqueles que desejam trabalhar com pesquisas. Uma universidade que atende a lógica toyotista conquista a certificação de qualidade e reconhecimento na sociedade.

Advirto que não sou contra a pesquisa e a produção acadêmica, pois compreendo que ambas são necessárias para ocuparmos espaços em que, por dentro do modo de produção capitalista, possamos discutir, problematizar e produzir conhecimento a serviço e com as classes populares. Transgredindo essas normativas, Balduino Andreola, ao escrever seus textos, gosta de enfatizar que os faz por prazer, mas “se fosse para cumprir as exigências do Currículo Lattes, não fazia. Não sirvo à escravidão da CAPES e às burocracias.” (Conversas na Unilassale, em 2016).

A universidade flexibilizada é consolidada sob os paradigmas conservadores (cientificista, tecnicista, tradicional, tecnológico, etc.), mas há outras experiências de universidades com novos paradigmas: interdisciplinar, libertadora, libertária, etc. Esse movimento paradigmático pluralista é resultado dos modelos da universidade moderna, pois “a universidade brasileira não obedeceu a um modelo e não teve um caráter uniforme, vindo

desempenhar diferentes funções segundo diferentes circunstâncias e interesses” (ROSSATO, 2008, p. 115).

A universidade flexibilizada se insere no trânsito entre o paradigma conservador e o paradigma contemporâneo, podendo denominá-la de educação cientificista renovadora a serviço do desenvolvimento do capitalismo. Hoje, podemos identificar a universidade flexibilizada a partir dos objetivos do mercado os quais são opostos ao da Educação Popular.

A realidade histórica da universidade flexibilizada se inscreve no contexto político-econômico de diversas crises de ordem conjuntural e estrutural, em escala mundial. A crise estrutural refere-se ao capitalismo arcaico, que necessita ser reestruturado para modernizar o capitalismo. Estamos falando que a crise estrutural é sustentada pelas crises conjunturais associadas ao modo de produção capitalista, sob a égide do capital financeiro. Este é a base dessa nova reestruturação, sendo destrutivo no tocante às lutas pela libertação/emancipação humana, porque o que está em jogo é a retirada dos direitos sociais conquistados. Por exemplo, quando Brandão relata que tem ex-orientandas desempregadas, mesmo com mestrado, estamos discutindo educação e trabalho. Além disso, frisamos, no contexto brasileiro, que há uma tamanha discussão referente à reforma trabalhista, que, na verdade, é destrutiva para os trabalhadores e trabalhadoras. Para Ricardo Antunes¹³⁰:

A administração Temer é um governo terceirizado. Foi imposto para devastar a legislação social. [...] É claro que esse cenário todo, que é profundamente ideológico, é muito poderoso. Na empresa, você tem um trabalhador contra o outro, um não pode conversar com o outro e as resistências e ações sindicais são combatidas. O salário é individualizado. Só ganha quando produz e quem produz mais ganha mais. E quem produz menos, perde o lugar. É o reino da competição selvagem. Isso macula a classe trabalhadora.

A universidade flexibilizada entra nessa “modernização capitalista”, cujo cenário atribui a necessidade da reestruturação da universidade para popularizar a sua educação, de modo a aligeirar o processo de permanência na universidade porque se constrói conhecimento ao longo da vida, acessar a universidade como possibilidade de conquistar o sucesso individual e formar empreendedores são objetivos centrais de muitas universidades que se associam à lógica do capital. Com isso, os docentes passam a ser contratados como horistas, com contrato temporário contendo critérios meritocráticos (premiação mediante avaliação por competências, produtividade e reconhecimento da atitude colaborativa para com a empresa, e pro-atividade docente). Alguns docentes são contratados como tutores, colaboradores,

¹³⁰ ANTUNES, Ricardo. [Entrevistado por Dimalice Nunes] - “Na escravidão o trabalhador era vendido. Na terceirização, é alugado”. — publicado 17/05/2017, in: Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cna-escravidao-o-trabalhador-era-vendido-na-terceirizacao-ele-e-alugado201d>. Acesso: 03/10/2017.

articuladores, monitores, etc., além de, no contexto universitário, já ocorrerem casos de contratos terceirizados. Essa nova cara da universidade é justificada pela mudança estrutural do trabalho. Ricardo Antunes, em 2003, no *Jornal Unicamp*¹³¹, afirmou que a reforma da previdência iria destruir a carreira universitária, pois destrói direitos sociais.

Marilena Chauí (2011) advertiu acerca da universidade atual, que se apresenta como prestadora de serviços, disseminando a ideia de autonomia universitária, introduzindo termos como qualidade universitária, avaliação universitária e flexibilização da universidade. A filósofa chama essa nova configuração universitária de universidade operacional, fruto da reforma do Estado.

Questões que tratam das crises conjunturais (de projeto ideológico e operacional de educação iniciando pelas instituições particulares ou em instituições públicas que aderiram ao projeto neoliberal) são pouco discutidas na universidade, e, talvez, esse problema advém da despolitização das universidades brasileiras. O tema da politização e despolitização já vem sendo discutido há décadas, inclusive entre os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular. Esse assunto está associado ao que Brandão, Celso Beisiegel, Osmar Fávero e mais três educadores chamaram de um “processo de desengajamento” dos anos 2000. Discutiam, na USP, a retomada do engajamento, “termo da nossa época, da geração 1960.”¹³²

Dito tudo isso, busco responder a questão: Educação Popular na universidade flexibilizada? Sim, pode ocorrer. Mas não estaremos falando da mesma Educação Popular: revolucionária, freiriana, transgressora e libertadora.

No caso da universidade flexibilizada, a expressão educação popular [difusão da escolarização] pode ser usada para reafirmar a estrutura social de dominação e estratificação das classes sociais. Celso de Rui Beisiegel (1989) diz que, nessa concepção, é uma ingenuidade assemelhar a educação comum desse estado [opressor capitalista] à concepção de Educação Popular de Paulo Freire, que tem o compromisso com os oprimidos e não com a sociedade capitalista.

¹³¹ *Jornal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)*, 1 a 7 de Setembro de 2003. (Entrevistado por Álvaro Kassab, p. 6-7). [material em PDF].

¹³² Recebi um material de Carlos Rodrigues Brandão, ainda não trabalhado em pesquisas acadêmicas, que trata de um encontro sobre a MEMÓRIA DOS ANOS 60, realizado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em algum ano depois de 2000. O material recebido foi uma Fita K7, que converti para Cd. Depois, o próprio Brandão me encaminhou um arquivo com as conversas transcritas. Nesse encontro estavam: José Carlos Barreto, Vera, Osmar, Brandão, Celso e uma mulher [voz feminina -?] que não sabemos quem é.

4.6 Da educação popular à Educação Popular Freiriana

Estas notas emergem do diálogo suscitado com Carlos Rodrigues Brandão, a partir de Oscar Jara, que o provoca através de uma mensagem, encaminhada por e-mail, com a seguinte questão: “*afinal quando a educação popular começou a ser chamada de educação popular?*”.

Por meio dessa mensagem, Brandão organizou um diálogo coletivo por e-mail, instigando a problematização a partir do questionamento de Oscar Jara. Estavam incluídos neste grupo de *dialogantes* os seguintes educadores: Oscar Jara, Osmar Fávero, Norma Michi, Marco Raul Mejia, Marcos Arruda, Moacir Gadotti, Eymard Vasconcelos, Fernanda Paulo, Danilo Streck e Balduino Andreola. Essas trocas de e-mails, entre agosto a setembro de 2015, resultou em um conjunto de depoimentos, dos quais alguns excertos estarão presentes na tese.

A pergunta de Oscar Jara remetia a um contexto mais recente da Educação Popular, como escreve Brandão na sistematização de nossos diálogos: “*Claro, há registros muito antigos para este nome. Mas a pergunta de Oscar dirigia-se a algo de que nós, cada uma/um a seu tempo, fomos mais do que ‘testemunhas oculares’.* Fomos e somos educadores militantes”.

Eu, provocada por esses diálogos, me encorajei a realizar o que Brandão denominou de *arqueologia da Educação Popular*, que em um dos e-mails ele disse “*Gadotti e toda a gente desta rede, estamos pouco a pouco entrando em uma curiosa empreitada. A Fernanda Paulo, doutoranda da UNISINOS e orientanda do Danilo Streck e minha coorientanda está disposta a fazer todo um verdadeiro trabalho arqueológico sobre o assunto*”.

Não é minha pretensão realizar uma análise aprofundada sobre a história da Educação Popular no Brasil¹³³, mas me proponho a realizar uma espécie de mapeamento da origem deste termo através da literatura disponível em livros, artigos e bibliotecas virtuais. A escolha por uma espécie de mapeamento dá-se devido a minha opção pela concepção de *Educação Popular freiriana*. Diante dessa escolha, afirmo alguns pressupostos, tais como: 1) Se escolho a Educação Popular *freiriana* é porque existem outros tipos de educação popular; 2) A expressão *freiriana* não é exclusividade de Paulo Freire, mas o inclui também. Ou seja, é com Freire e a partir de Freire com seus interlocutores; 3) Se há outras educações populares, os significados devem ser desvelados para definir a minha opção de Educação Popular; e, 4) A opção da grafia com iniciais maiúsculas em *Educação Popular* resulta de um estudo acerca de uma concepção política e das minhas escolhas, também políticas.

¹³³ Em minha dissertação, apresento o contexto da Educação Popular no Brasil em diálogo com mais de trinta autores. (Paulo, capítulo II, 2013).

Diante disso, numa primeira pesquisa, realizada durante cinco meses, localizei a presença da Educação Popular, antes de Paulo Freire, em vários países: Alemanha, Argentina, Brasil, Cuba, Espanha, França, Inglaterra, Grécia, Irlanda, Itália, México, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela. Para identificar a Educação Popular *freiriana*, apresento, a seguir, de modo breve, uma mostra do que são essas educações populares.

Pelos estudos realizados, a expressão Educação Popular, numa perspectiva de transformação social, que se caracteriza de modo mais próximo à Educação Popular freiriana, aparece pela primeira vez na Venezuela, a partir do Simón Rodríguez (1769-1854). Para Mejía (2012), foi no contexto da luta pela independência latino-americana (XIX), que Simón Rodríguez, mentor de Simón Bolívar, refere-se a uma Educação Popular com as seguintes características: a) somos americanos, não europeus, inventores e não repetidores; b) educa-se para não ser servo de mercadores ou clérigos; e, c) Ser capaz de uma arte ou ofício para viver por conta própria.

No ano de 1830, Simón Rodríguez fala em Educação Popular enquanto projeto político e educacional, relatando uma experiência de trabalho com crianças pobres de Chuquisaca, realizada durante o governo de Bolívar. Ele propõe uma educação para todos, de forma igualitária, “abrindo espaço para os excluídos, como os pardos, os negros e os índios” (GONÇALVES, 2014, p.26). Diante dessas leituras, identifiquei a constituição de uma *Educação Popular político-cultural*.

Antes de Simón Rodríguez, a expressão *Educação Popular* já era utilizada na Europa, com um sentido diferente. Foi no século XVI, na Alemanha, a partir da Reforma Protestante, que grupos religiosos buscavam socializar as sagradas escrituras a todos os fiéis através do ensino da leitura (Mejia, 2012). Essa *educação popular*, denomino-a de *cristã-instrumental*. Ainda na Alemanha, Karl Heinrich Marx (1818-1883) enuncia uma democracia radical, incluindo a Educação Popular gratuita e separada do Estado (1848), pois para ele a Educação Popular a cargo do Estado era inadmissível porque o aparato estatal reproduz a dominação do capital sobre os trabalhadores que mais necessitam da educação emancipatória. O autor, ao realizar uma Crítica do Programa de Gotha (1891), não concebe a Educação Popular estatal como revolucionária, principalmente porque, naquele cenário político, havia grandes tensões acerca das desigualdades sociais, característica da sociedade capitalista. Para ele, a proposta partidária (Programa de Gotha) não aprofundava as contradições da luta de classes, e a Educação Popular pelo Estado deveria ser rejeitada e não sucitada. Com base em minhas análises, podemos denominar essa educação como *Educação Popular rebelde e revolucionária*.

Assim como ocorre em Simón Rodríguez, Marx também influenciou a concepção de Educação Popular freiriana. A partir desses dois autores, localizo aproximações acerca das dimensões culturais, política, epistemológica e social no conceito de Educação Popular na perspectiva de Freire, como diz Ana Maria Araújo Freire:

Não há como negar a sua maneira própria de pensar porque reinventa e supera em parte ou no todo muito dos seus mestres, a **influência do marxismo**, do existencialismo, do personalismo ou da fenomenologia. São presenças na sua leitura de mundo tanto **Marx**, Lukacs, Sartre e Mounier quanto Albert Memmi, Erich Fromm, Frantz Fanon, Merleau-Ponty, Antonio Gramsci, Karel Kosik, Marcuse, Agnes Heller, Simone Weill e Amílcar Cabral. (1996, p.61, grifo nosso).

Diferentemente de Marx e aproximado à visão de Pestalozzi (1746-1827), mas de forma mais crítica, o alemão Herman Nohl (1879-1960), referência para a Pedagogia Social, também utilizou a expressão *Educação Popular*, que foi discutida por ele, pela primeira vez, entre os anos de 1904 a 1914, em decorrência da criação de uma universidade popular fundada em Jena. Para Ribas (2014), Nohl entende a pedagogia social enquanto parte ou espaço da pedagogia geral, com fins específicos no sentido da formação popular para prevenção e recuperação de jovens em situação de risco, ou seja, diferente do sentido defendido por Paulo Freire, que está associado aos processos de libertação e de práticas de cultura popular. Ainda que Nohl seja influenciado por epistemologias críticas, ele tem na sua concepção de pedagogia social uma “perspectiva claramente preventiva” (Díaz, 2006). Diante dessas abordagens, a característica dessa pedagogia aproxima-se da educação social, que tem como um dos seus eixos o trabalho de “mediação para prevenir as situações de escassez e garantir a promoção dos indivíduos [...], ação socioeducativa é entendida como ajuda social.” (Díaz, 2006, p.102). Portanto, suponho que Nohl, ao utilizar o termo *Educação Popular*, o faz sob a perspectiva da prevenção e não da emancipação.

Na suíça, Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), por meio de cartas dirigidas a seus amigos (Enrico Gessner e o inglês James Pierpoint Greaves), escritas entre os anos de 1801 a 1809, discorria sobre suas ideias acerca da Educação Popular. O significado voltava-se para a instrução das crianças pobres, vinculado ao contexto de industrialização europeu, onde milhões de pessoas moravam nos subúrbios das grandes cidades, em condições de vida precárias. É, portanto, nessas cartas que ele faz menção a respeito da Educação Popular com “conteúdo extremamente biográfico.” (SOËTARD, 2010, p.41). Isso, porque ele escreve nas cartas as suas experiências profissionais, sendo que uma delas tratava do projeto de criação de uma escola profissional para os pobres, o qual era considerado como Educação Popular. Sob

este prisma, na minha interpretação, o sentido da *Educação Popular* para Pestalozzi é de cunho *assistencialista*.

José Martí (1853-1895), em 1875, já falava da Educação Popular geral e de qualidade para todos (todas as classes da nação), com o sentido de igualdade e descolonização (Martí, 2001). Para Streck (2008), Martí é um dos inspiradores da Educação Popular, ele “lutava também por uma educação enraizada em nossa América, inaugurando um pensamento que um século depois se torna um axioma básico da Educação Popular.” (Streck, 2010, p.136). Defino esta *Educação Popular* como *heurística-politizadora* aproximada, com algumas dimensões da Educação Popular freiriana.

O venezuelano Andrés Bello (1781-1865) defendeu uma educação do povo através da popularização da ciência e das artes, preconizando a cultura intelectual. Em detrimento de sua experiência na docência universitária, observa que não é só pela educação superior, sua principal defesa, que haverá um progresso educacional, mas por meio da criação de um sistema de Educação Popular para a escolarização do povo, a qual denomina de Educação Popular (Bello, 1982). Essa Educação Popular dá-se pela instrução literária e científica, dirigindo-se a todos (meninas e meninos), cujo objetivo educacional é promover a aprendizagem significativa, sem repetir o modelo de ensino vigente de memorização e repetição dos conteúdos (Bello, 1982). Ele, na minha leitura, compreende a *Educação Popular* como *metodologia* de ensino e de *popularização da educação escolar*. Identifico aproximações com Paulo Freire, principalmente no tocante aos processos metodológicos da construção do conhecimento, o qual pressupõe estar encharcado de significados. Andrés Bello (1982), porém, não associa a questão da aprendizagem significativa à intervenção sobre essa realidade com vistas a transformação social como Paulo Freire, mas, sim, qualificar a educação e torná-la acessível a todos (as) para promover a prosperidade nacional.

Já o argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) defendeu uma Educação Popular enquanto programa de civilização, por meio de um sistema educacional rejeitando a “divisão entre escola para pobres e para ricos” (Puiggrós, 2010, p.105) e fomentando uma educação comum para todos (Sarmiento, 1950). Ele tinha um profundo interesse pelas políticas educacionais na defesa da instrução escolar, principalmente primária, de característica estatal, pública, gratuita e laica. No entanto, identifiquei essa *educação popular* como *civilizatória*, segundo os padrões europeus, pois fomentava os ideais do desenvolvimento industrial no padrão norte-americano, ou seja, nos moldes do banquemanento da ração utilizando o modelo educativo e de desenvolvimento dos Estados Unidos.

Na França, um dos países que influenciou a educação brasileira no século XIX (Brandão, 2006b), a Educação Popular, proposta a partir de 1830 (Martin, 1986), tem sua história marcada por movimentos políticos, a saber: 1) Século das Luzes: definição do regime político, surgimento de associações, movimentos de Educação Popular (cursos de educação para adultos: educar o povo), industrialização nascente e início do movimento operário; 2) Surgimento das universidades populares (cultura popular), implementação da cidadania e da democracia no estado republicano em desenvolvimento, e alfabetização de adultos; 3) O catolicismo na Educação Popular sob o domínio da burguesia (articula o apostolado e a ação social por meio da educação para a caridade), Educação Popular republicana escolar inspirada nas ideias de Condorcet, movimento pela laicização e confessional da educação; 4) Educação popular situa-se na escola buscando “corrigir os defeitos das iniciativas católicas” (Weiss, 2004, p. 84), educação popular estatal com vistas à moralização do povo em vulnerabilidade social. (Weiss, 2004; Martin, 1986; Ferraro, 2009).

A educação popular francesa se distancia da Educação Popular freiriana no tocante à educação político-libertadora, no sentido de não vincular-se as práticas educativas às assistencialistas e de um projeto de sociedade dominante de interesse do capital. Contudo, há semelhanças entre elas no que tange à educação como direito para todos, à luta pela democracia, à educação pública e à democratização da cultura. Mesmo assim, a questão concernente à cultura se difere do entendimento e das práticas de Paulo Freire e educadoras e educadores de seu tempo, pois suas lutas eram contra qualquer tipo de *invasão cultural* enquanto que para os franceses a cultura estava atrelada ao modelo iluminista. Adjetivo a educação francesa como educação popular *cidadã burguesa*.

A Educação Popular inglesa, no século XVIII, para Ferraro (2009), possuía características conservadoras, sob influência de Bernard Mandeville. A Educação Popular não superava a cultura burguesa, mas mantinha a manutenção da opressão e da pobreza por meio de educação enquanto caridade e permanência da ignorância (Mandeville, 2001). A Educação Popular inglesa desse período não se aproxima em nenhum aspecto à proposta de educação defendida pelos pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana, que é oposta à Educação Popular *conservadora*.

Da mesma forma ocorre no Japão, em que, no século XIX, uma classe dirigente conservadora decidiu oferecer um mínimo de instrução ao pobre (Educação Popular *mínima*) devido ao projeto de desenvolvimento do país (Mónica, 1976). A característica dessa Educação Popular é o mínimo para os pobres e o máximo para o capital.

Em Portugal, o termo *Educação Popular* nasce entre os anos de 1926 e 1939, como *instrução popular* voltada para os analfabetos (Mónica, 1976), o que, em certa medida, se aproxima de algumas tendências brasileiras de definir a Educação Popular, especialmente no tocante à educação dirigida às classes populares e não construída com as classes populares.

No caso do Brasil, as duas tendências existentes, mesmo com objetivos e públicos diversos, são: 1) A educação dirigida às classes populares (na linha da inclusão de quem estava à margem); e, 2) Educação construída *com* as classes populares (na linha da transformação social, isto é, no enfrentamento ao sistema nefasto e produtor de empobrecidos para um sistema de superação das desigualdades sociais, por uma igualdade de condições – na perspectiva socialista). Essas tendências são originárias do surgimento da Educação Popular no nosso país¹³⁴. Em relação a isso, é comum, ainda nos dias de hoje, utilizar a expressão *Educação Popular* como sinonimo de alfabetização de adultos, educação infantil em creches comunitárias, educação de crianças pobres em idade-defasagem, projetos de educação na escola, educação comunitária, educação permanente, educação não escolar, educação de base, educação de classe, educação básica, extensão universitária, políticas sociais, etc. (Brandão, 2006b; Freire, 1997; Paulo, 2013). Essas definições são amplas e nem sempre estão associadas à Educação Popular na perspectiva de Freire, que é referência da minha tese, tampouco ao conceito Educação Popular freiriana. Diante do exposto, se faz necessário definir o que entendo por essa concepção.

Retomando, então, as conversas realizadas no ano de 2015 com o grupo de educadores citados (as) no início desta seção, a pergunta de Oscar Jara ao Brandão era:

En fin, el asunto es que quiero saber A PARTIR DE CUÁNDO aparece el uso del término "Educación Popular". Freire no lo utiliza sino mucho más tarde, cuando dialoga o responde a entrevistas, pero aún no encuentro cuándo él usó este termino en sus obras... habla de pedagogía liberadora, pedagogía del diálogo, pedagogía de la autonomía, pedagogía de la esperanza... pero ¿cuándo usa "Educación Popular"? Le pregunté a Nita que me buscara cuándo Paulo lo usó por primera vez y no encontró muchas pistas... En un trabajo tuyo (me he leído muchos), tu mencionabas que sobre los orígenes de la EP había un libro de Celso de Rui Beigiesel "Estado y Educación Popular" y el de Vanilda "Educación de Adultos y Educación Popular", ambos de 1973-74... Pero antes, tenemos el famoso "Educación popular: su dimensión política" de Julio Barreiro (que alguna vez entendí que me dijiste que lo habías escrito tú, pero que salió con su nombre... ¿es así?), que es como de 1972... luego, aparecen los "cuadernos de educacao popular" de Nova.. y el primero que encuentro, en 1970 los "cuadernos de educación popular" de Quimantú, hechos por Marta Harnecker...(hay un antecedente de Mariátegui que habla que la "Universidad Popular González Prada" de 1923, era un espacio de "educación popular"..) a¿Qué piensas tú?. ¿¿CUÁNDO Y QUIEN COMIENZA A

¹³⁴ Em se tratando do Brasil é importante destacar que o conceito de EP é distinto porque propõe uma reconstrução de seu sentido e significado diferente da compreensão de uma escola para o povo, ou seja, a extensão da escola para os povos (uma escolarização comportamental).

USAR EL CONCEPTO "EDUCACIÓN POPULAR" ??¿es en Brasil? ¿viene del MEB? ¿viene del MCP?... ¿es en Chile?...

A mensagem de Oscar Jara para Brandão suscitou uma partilha de diálogos via grupo de educadores e educadoras, que, por email, discutiram e refletiram sobre essa questão.

Brandão introduz o diálogo da seguinte forma:

Sabíamos bem, e isto estava escrito em vários livros, que em uma “história próxima” (entre finais do século XIX e a metade anterior do século XX) já a expressão “educação popular” havia sido pensada, falada, escrita e proposta como um outro modo de educar, aqui mesmo na América Latina. Uma “história remota” apontaria algo de sua presença na Europa de anos e mesmo século antes. Mas Oscar Jara estava interessado em uma “história imediata” do nome “educação popular”.

Acerca dessa problematização, eu e Danilo R. Streck (dialogantes) escrevemos:

O educador Antônio Carneiro Leão, nascido na cidade de Recife (2 de julho de 1887), escreve, em 1917, O Brasil e a Educação Popular. Nesse livro ele fala da necessidade da construção de uma nação forte. Traz a preocupação com a educação que não é de acesso a todos (instrução popular no Brasil). Fortalecimento nacional, Desenvolvimento integral (Moral, intelectual, física, Educação popular: social e cívica). Leão tinha como bandeira de luta a reivindicação à educação oferecida pelo Estado, o qual deveria organizar a escola obrigatória, gratuita e laica. Vejam, o sentido do “Popular” aqui não é o mesmo do Paulo Freire, embora convirja no sentido da luta pela educação pública integral. Aqui, a EP refere-se à educação planejada para o povo, mas não construída para ele. Voltando para a educação jesuítica, temos algo em comum, no processo de catequização. O popular tem a dimensão política (sempre tem), mas não é voltada a educação libertadora freiriana. (Fernanda Paulo, por e-mail, 2015). Valeria a pena olhar outro recifense importante, Antônio Carneiro Leão, que em 1917 escreveu o livro "O Brasil e a educação popular". É ainda no sentido da educação pública, como Sarmiento, Varela... Outra questão importante na conversa é ver o popular como um campo conceitual em disputa. Por exemplo, há importantes diferenças entre Sarmiento e Bello, por um lado, e S. Rodríguez e Martí, pelo outro. Nos últimos se encontram, a meu ver, as raízes do popular ligado com resistência/insurgência/potência... e que vai desembocar no movimento de educação popular a partir dos anos 60 com um projeto e proposta pedagógica mais consolidada. (Danilo Streck, por e-mail, 2015).

Conforme Brandão, em entrevista realizada em 2014, sobre Educação Popular e práticas:

*Eu acho que, para compreender isso de inserção, é preciso ter um olhar um pouco mais abrangente, por exemplo, se você conversar comigo e o Osmar, depois conversar com o Gadotti, depois com o Celso, cada um vai dar uma visão diferente, com a Vanilda então mais ainda, porque o que importa na **educação popular** é o seguinte, primeiro, **ela não nasce como educação popular**, quando ela surge o que se tem é uma proposta de **movimento de cultura popular**, eu escrevi uns cinco artigos sobre isso, se você pegar o pedagogia do oprimido, não tem educação popular. Educação popular vai começar a aparecer nos anos 70, e os movimentos de cultura nos anos 60, dez anos antes. Sobre Tendências: [...] o próprio Paulo Freire é o melhor retrato vivo disso, porque o Paulo Freire, pegue o pedagogia do oprimido, ele é a própria síntese do hibridismo desse momento; por exemplo, o pedagogia do oprimido, ele é um leitor de Marx, de Lenin, de Gramsci, de Fanom, Amílcar Cabral, Martin Buber... [...].*

Brandão destaca a necessidade de dialogar com os educadores e educadoras dos velhos tempos, como diz ele, a respeito da presença e sentido do uso da expressão “Educação Popular”. A partir dessa fala, retomei o livro *Pedagogia do Oprimido*¹³⁵, e localizei uma vez o termo *Educação Popular*, no capítulo intitulado “A teoria da ação antidialógica”, como podemos conferir abaixo:

No fundo, o que o tal Mr. Giddy, citado por Niebhur, queria, tanto quanto os de hoje, que não falam tão cínica e abertamente contra a **educação popular**, é que as massas não pensassem. Os Mr. Giddy de todas as épocas, enquanto classe opressora, ao não poderem pensar com as massas oprimidas, não poderá, deixar que elas pensem. (p. 74, Grifo nosso).

O manuscrito do livro *Pedagogia do Oprimido* foi finalizado em 1967. Revisei na cópia do manuscrito, recebido por Lutgardes e Moacir Gadotti em 2015 durante a visita no Instituto Paulo Freire em SP, e localizei a expressão na página 11 (Capítulo 4: A teoria da ação antidialógica). Importante enfatizar que o livro *Pedagogia do Oprimido* tem, como expressou Brandão, muitas influências filosóficas que contribuíram para que ele fosse definindo e ampliando sua concepção de Educação Popular. Nesse livro, localizamos:

Autores e autoras	Alguns dos conceitos que fazem parte da Concepção de Educação Popular
Álvaro Vieira Pinto	Consciência
Cândido Mendes	Consciência oprimida
Erich Fromm	Humanização e participação
Ernani Maria Fiori	Transformação do mundo
George Lukács	Consciência de classe
Martin Buber	Diálogo
Ernesto Che Guevara	Amorosidade e confiança do povo
Rosa Luxemburgo	Diálogo com o povo
Simone de Beauvoir	Relação de opressão
Valdemir Lenin	Movimento revolucionário
Marx	Relação dialética subjetividade-objetividade
Frantz Fanon	Oprimido-opressor

O que nos diz Brandão, durante a entrevista realizada em 2014, é de suma relevância porque o quadro descrito pelo educador não é muito diferente do que identificamos nas

¹³⁵ Na 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

trajetórias teórico-práticas dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular. Não existe uma única corrente filosófica que constitua a Educação Popular freiriana. O que marca é o diálogo entre diferentes autores de uma perspectiva crítica.

O livro *Educação Popular e Conscientização*, de Júlio Barreiro (Carlos Rodrigues Brandão), publicado em 1978, é a obra que, no meu entendimento, melhor definiu o que seria Educação Popular entre as décadas de 1960 e 1970, afirmando que: 1) É “trabalho político da prática pedagógica.” (BRANDÃO, 1980, p. 8); 2) “garantia de que a educação popular supera na prática os próprios manuais nascidos de suas dúvidas, e onde ela aprendeu, por um momento, a recomençar.” (BRANDÃO, 1980, p. 9); 3) Reconhecimento de que há “diversos e possíveis modelos de educação popular” (BARREIRO, 1980, p. 11); 4) O trabalho de Educação Popular relacionado aos processos de conscientização. (Barreiro, 1980); 5) “compreendemos que a chamada Educação Popular é um instrumento político significativo, ou não é mais do que uma denominação enganosa dada a novas formas e sistemas propugnados pelas classes dominantes para perpetuar ou aprofundar, se ainda é possível, a alienação dos nossos povos.” (BARREIRO, 1980, p. 13).

Brandão, autor desse livro, discorre acerca dos diferentes entendimentos da Educação Popular. Para ele, “Como instrumento político significativo, a Educação Popular parte do ‘mínimo possível de ação’ das classes populares, tomando como seu material pedagógico inicial esta própria ação possível e os interesses espontâneos que ela reflete.” (BARREIRO, 1980, p. 13). Aqui, o autor, um dos pioneiros da Educação Popular, tece sua argumentação a partir da classe dominada e dominante e das lutas que se deve travar contra os setores sociais (inimigos) que oprimem, castigam e esmagam a classe popular. Ainda em seu entendimento:

A Educação Popular aproveita e deve aproveitar todas as oportunidades para criar atitudes e comportamentos capazes de conduzir a níveis superiores de atuação política na organização do povo em torno aos seus interesses, imediatos ou não, mas que sirvam, ao mesmo tempo - seja uns ou outros — para provocar o seu sentido crítico, autônomo, criativo. (BARREIRO, 1980, p. 13-14).

Escreve afirmando a exigência de uma autêntica Educação Popular, a qual está associada aos processos de conscientização e à “busca de uma verdadeira ciência das classes dominadas, que possa servir com maior eficácia para a sua tradução em formas de uma ação política transformadora.” (BARREIRO, 1980, p. 15).

Também, em sua concepção, aborda a questão metodológica, e é aqui que eu busco uma das justificativas fundamentadas teórica e politicamente sobre o uso da **Educação Popular Freiriana**. Para ele:

Hoje em dia, com o grau a que chegaram **outros métodos e formas de Educação Popular** em nossos países, e com o grande impulso que lhes foi dando a **divulgação da pedagogia de Paulo Freire** e - mais ainda - as correções e os aprofundamentos científicos que já se estão produzindo em torno a essa pedagogia, impulsionadas, entre outros, pelo próprio Freire, aquelas primeiras experiências parecem algo arcaicas. No entanto ali estão, e fizeram história. **Podiriam ser assinaladas como faróis que indicam o caminho para o novo homem e a nova sociedade.** As correções e os aprofundamentos já marcam os movimentos, as correntes, os rumos, as tendências. (BARREIRO, 1980, p. 14, Grifo nosso)

Para definir o que compreendo por Educação Popular freiriana retomo estas questões e volto à história do Brasil no início da República, quando foi inaugurado o debate em torno da Educação Popular. Nomes como Carneiro Leão (processo de escolarização para o desenvolvimento nacional), Manoel Bonfim (instrução é a salvação do país) e Mendes Pimentel (educação popular proletária) surgem antes de Paulo Freire e marcam a história da Educação Popular brasileira. Desses, é Mendes Pimentel que faz um recorte de classe na compreensão de Educação Popular (Morosini, 2006), e, assim, aproxima-se da concepção de Educação Popular freiriana.

Na universidade, a Educação Popular:

[...] eu conheço algumas universidades que felizmente têm muita coisa com relação à educação popular, como a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal de Santa Maria. Sem ser as federais, a Universidade de Passo Fundo e a própria **Unijuí**. A **Unijuí** que eu digo, talvez é a única universidade brasileira que **surgiu da base**, as outras fazem extensão. A **Unijuí** surgiu da extensão e do trabalho comunitário. Mas a **Unisinos** é evidente que tem, não é porque vocês vêm de lá. Eu acho que tem a ver com uma história - dessas reuniões que nós temos na **Unisinos**, desse grande projeto [esses dois ou três projetos] que eu estou participando e o **Danilo Streck** está com muita competência e democraticamente coordenando. Eu não sei a Unisc, para dizer outra comunitária, poderíamos enumerar várias, que têm [sim!] projetos de grande alcance, como os movimentos sociais, e sendo com os movimentos sociais - já são, necessariamente, articulações parcerias, com a educação popular. Construir a educação popular [agora aqui deixando de lado a vaidade] - alguém me disse, ou alguns me disseram um dia: *foste tu que introduziste os movimentos sociais* na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eu levei um susto, né! *Bom, fui eu que introduzi*, eu me lembro de uma situação em todo o caso, e ali eu acho que se eu louvei, que a muitos projetos hoje em dia, mas eu acho que há muito elitismo ainda. (**Balduino**, Entrevista, 2016).

Nos três DVDs sobre Educação Popular I e II e Educação de Jovens e Adultos, organizados por Osmar Fávero e Elisa Motta em 2015, podemos ter acesso a um conjunto de materiais que tratam da memória da Educação Popular. Nesses documentos, identificamos a Educação Popular com significado libertador.

Nesses materiais, localizei o documento “Ref, AP/DOC: 4.63”¹³⁶ sobre a Ação Católica (DVD-Rom: Educação Popular I), que menciona a cultura popular com sentido de Educação Popular:

Objetivos a alcançar: Os instrumentos de cultura popular - alfabetização, núcleos populares, praça de cultura, teatro, artes plásticas, cinema, música, publicações, festas populares, festivais de cultura a todos os outros que propõem a mobilização popular - são meios de conscientização, politização e organização do povo. Elaborados com e a partir de seus valores fundamentais são válidos enquanto possibilitam a libertação popular de suas alienações. (1963, p.5)

Identificamos temas convergentes do que chamo de Educação Popular freireana: Luta, a unidade dialética entre o subjetivo e o objetivo, libertação popular, emancipação cultural e diálogo. Nos materiais do DVD: Educação Popular I, achamos um amplo acervo de materiais relativos às campanhas de alfabetização e educação de adultos e sobre os movimentos de cultura e Educação Popular, criados desde 1960. Conhecemos, através desses materiais, documentos do Movimento de Cultura Popular, do Centro Popular de Cultura, do Movimento de Educação de Base, das experiências do Sistema Paulo Freire de Alfabetização, etc.

Quadro 1
Fontes documentais digitalizadas para o DVD Educação Popular I

Campanhas ou movimentos	Nº de documentos	Nº de páginas
Campanhas promovidas pelo MÊS - Ministério da Educação e Saúde (1947-1955)	25	1.234
MCP – Movimento de Cultura Popular (1961-1964)	55	917
MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1967)	41	2.340
De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964)	20	417
CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba (1962-1964)	12	425
CPC – Centro Popular de Cultura da UNE (1962-1964)	39	617
Sistema de Educação de Adultos Paulo Freire (1963-1964)	50	1.273
Textos complementares	09	41
TOTAL	251	7.264

Figura 40- Fonte: Caderno organizado por Osmar Fávero; Elisa Motta, 2015. (adaptado).

¹³⁶ Educação popular 1 [recurso eletrônico] / organização Osmar Fávero; Elisa Motta.- 1. ed. - Petrópolis, RJ : De Petrus et Alii; Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ, 2015.

Nesses materiais, encontrei o livro: “Dois Alfabetizadores antes do Golpe de 64” (uma experiência fundamentada no pensamento de Paulo Freire), de Jose Carlos e Vera Barreto. José Carlos Barreto (1992) diz na apresentação desse livro:

Temos notado que existe entre os jovens uma curiosidade muito grande sobre os anos sessenta. Em especial os que antecederam o golpe militar de 64. Quando estes jovens são educadores, esta curiosidade abrange também a alfabetização e a **educação popular** desenvolvida pelos estudantes da época. Esta curiosidade se justifica. Foi neste período da nação brasileira que **Paulo Freire** deixou de ser um professor universitário apenas conhecido no Recife, para tornar-se figura nacional. Primeiro passo para que depois, em razão de sua produção no exílio, fosse reconhecido em todo o mundo como o maior educador que o Brasil já produziu. (Grifo nosso).

Ao longo desse livro, a Educação Popular vai aparecendo com o sentido político (educação é ato político) significando “ação política à prática pedagógica” (p.6), e, para exemplificar, encontramos a Pesquisa do Universo Vocabular (p.10) e o curso de formação de educadores, que discutam a realidade brasileira, a fundamentação da proposta de Paulo Freire e a metodologia da alfabetização.

O trabalho com esse conjunto de documentos que compõem os 3 DVD-Rom nos ajuda a afirmar e reafirmar que a Educação Popular na perspectiva freiriana tem um significado político que não se define ou se estabelece somente no ambiente de ensino (educação básica e suas modalidades ou Educação Superior). Inclusive, há um registro que consta no Caderno que acompanha os 3 DVD-Rom, em que os organizadores fazem uma nota de rodapé (p.5) para referirem-se às experiências do Sistema Paulo Freire de Alfabetização, explicando que: “Normalmente, nomeia-se “método” Paulo Freire; na verdade, Paulo Freire propôs um ‘sistema de educação de adultos’, compreendendo desde a alfabetização, como primeiro estágio, até a **universidade popular**.” (grifo nosso).

Esse acervo, composto por documentos, livros, resenhas e fotos, foi importante para eu continuar ratificando a opção pelo uso Educação Popular freiriana. A história e as experiências de Educação Popular que são apresentadas nesse acervo contam com a presença de alguns dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular: Osmar Fávero, Carlos Rodrigues Brandão, Celso Beisiegel e Vanilda Paiva.

ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Carlos Rodrigues Brandão com Paulo Freire, Maurício Tragtenberg e Moacir Gadotti, no Centro de Estudos Educação e Sociedade.



Fonte: Recebida de Brandão.

“[...] a formação de núcleo de estudantes de pós-graduação em Educação para a investigação de temas que possibilitem o estudo aprofundado de pontos particulares da **história da educação popular no Brasil** (a cargo de **Moacir Gadotti**); o estabelecimento de contatos com entidades como o **CEDI**, **NOVA**, **IDAC**, etc., para um trabalho de mútua troca de experiência e assessoria (a cargo de **Carlos Rodrigues Brandão**) [...]. Foi ainda mencionada a contribuição de Casemiro dos Reis Filho sobre a memória pedagógica nacional e Rubem Alves sobre **linguagem e educação popular**.” (Conferir Texto na próxima imagem)

Publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedades (CEDES)

Campinas - abril de 1980- Ano 1-

6

Jornal da Educaç

Constituindo grupo para o estudo da educação popular

Está se constituindo no Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) um grupo de estudos sobre Educação Popular, aproveitando-se o amplo conhecimento e a experiência de vários educadores ligados a essa área de atuação. Esse grupo de estudos visa a oferecer a quem tem experiência de educação popular a possibilidade de refletir essa experiência e comunicá-la a outros.

Numa primeira reunião, realizada dia 24 último no CEDES e na Faculdade de Educação da Unicamp, foram debatidos os pontos sobre os quais o grupo iniciará suas atividades.

Esses pontos abrangem o contato com grupos locais (Campinas) que têm atividades nessa área (a cargo de Sílvia Maria Manfredi); o estudo de currículo e conteúdo

programático de formação sindical (a cargo de Maurício Tragtenberg); a formação de núcleo de estudantes de pós-graduação em Educação para a investigação de temas que possibilitem o estudo aprofundado de pontos particulares da história da educação popular no Brasil (a cargo de Moacir Gadotti); o estabelecimento de contatos com entidades como o CEDI, NOVA, IDAC, etc., para um trabalho de mútua troca de experiência e assessoria (a cargo de Carlos Rodrigues Brandão); o estudo de experiência da "cidade como sistema de educação permanente" (a cargo de Roberto César Covian).

Foi ainda mencionada a contribuição de Casemiro dos Reis Filho sobre a memória pedagógica nacional e Rubem Alves sobre linguagem e educação popular.

5 FUNDAMENTO E DIMENSÕES ONTOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA – AS TRAMAS VIVIDAS E CONSTITUÍDAS DE EXPERIÊNCIAS DOS PIONEIROS E DAS PIONEIRAS

“[...] o diálogo com o próprio saber de experiência feito, o diálogo com a literatura e o diálogo na interação com outros saberes de experiência feitos.” (FREITAS, 2004, p.15).

Mas a proposta inicial não seria um Mosaico de experiências? Sim. Até a qualificação da tese, utilizei o termo Mosaico, mas Ana Freitas (Participante da banca de qualificação da tese), ao questionar o uso dessa expressão, que, segundo ela, talvez não fosse adequada à concepção de Educação Popular escolhida por mim, não só me fez repensar a utilização da palavra como me mobilizou a buscar outras opções. Assim, optei por outra definição, que tivesse relação com as minhas opções políticas e, ao mesmo tempo, fosse uma *palavração*¹³⁷ que fizesse sentido e expressasse o significado da minha e da nossa existência no mundo. Foi o Danilo Streck - no dia da banca - que sugeriu o conceito de *trama*¹³⁸. Pensei, analisei, estudei, e o acolhi, por entendê-lo enquanto *práxis*, que com “muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura” (FREIRE, 1992, p. 33), faz ser possível construir e reconstituir experiências misturadas do ser e do fazer, entre a interação de múltiplos e diversos saberes e fazeres. A reconstituição das tramas e a possibilidade de conceber, coletivamente, novas tramas podem vir a ser o que Freire (1992) chamou de inédito-viável.

Epistemologicamente, *tramas* tem uma relação conceitual com os saberes construídos na/pela prática educativa, ou seja, a recuperação das experiências pode contribuir para nos fortalecer enquanto um coletivo que se esforça pela coerência entre a prática e a teoria, imbricadas por uma postura político-pedagógica engajada de subversão daquilo que é considerado como pré-concebido. Então, busquei um conceito que estivesse entrelaçado com as trajetórias dos sujeitos dessa pesquisa. Conforme as minhas análises da pesquisa, concebo as experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular como uma *mistura/junção*¹³⁹ e interação de múltiplos e diversos saberes e fazeres. Essa *junção/mistura* que chamarei de *tramas conectivas*¹⁴⁰ *históricas* enquanto fenômeno¹⁴¹ ontológico, pois as

¹³⁷ Ver Dicionário Paulo Freire, o verbete PALAVRA/PALAVRAÇÃO de Cristóvão Domingos de Almeida e Danilo R. Streck.

¹³⁸ Ver Dicionário Paulo Freire, o verbete TRAMA de Luiz Augusto Passos.

¹³⁹ As experiências individuais e coletivas não são aprendidas como uma simples junção e mistura de saberes e fazeres. O uso da palavra *mistura/junção* para mim tem um significado freiriano, cuja rigorosidade metódica pressupõe *palavra-ação* na sua *inteireza*, ou seja, é daí que, política e epistemologicamente, nasce o conceito de *tramas conectivas* enquanto *práxis* educativa e libertadora.

¹⁴⁰ Mafra (2007) utiliza em sua tese a expressão “ontologia conectiva”.

¹⁴¹ Ler fenômeno em seu significado crítico, ou seja, não como aparência de um objeto. Aqui o utilizo enquanto social concreto e político existente nas relações homem-mundo.

experiências registradas são consideradas como uma construção histórica. Esse conceito relaciona-se à *realidade concreta* fundamentada em Paulo Freire, portanto não a compreendo como fragmentos e junção de partes de uma realidade lida e analisada de modo isolado sem considerar o todo, ou seja, a totalidade. A leitura da realidade requer a “reconstrução em sua totalidade, nos múltiplos quefazeres dos homens¹⁴²” e das mulheres; logo, recusa o fazer e o ser dicotomizados.

Primeiro, ao usar o conceito de tramas conectivas, estarei entendendo-o como um conceito de dimensões históricas, não estabelecendo a necessidade de repetir ao longo do texto a expressão *tramas conectivas históricas*. Segundo, meu ponto de partida é o Paulo Freire (1992), especialmente o que ele entende por tramas. E, por fim, ao escolher *tramas + conectividades* não estou apenas me utilizando do que já se criou ou com sentido binário¹⁴³, mas procuro apresentar um conceito associado a uma convergência entre os saberes e os fazeres dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, além de buscar uma *unidade na diversidade*¹⁴⁴ (Freire, 1992) de experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular a partir das suas trajetórias e a relação com a universidade.

Esse entendimento político-epistemológico de *tramas conectivas* se refere à necessidade de refletir e contribuir, a partir da trajetória teórico-prática desses(as) educadores(as), na discussão do ideário da Educação Popular no contexto da universidade, articulado com um projeto emancipatório de sociedade. Essas tramas conectivas nos deram pistas de como, a partir da reflexão crítica, podemos fazer as articulações entre Educação Popular e universidade, bem como a identificar os desafios e limites da efetivação de uma universidade na perspectiva da *Educação Popular* na atualidade.

Essas questões apresentadas são importantes na discussão do fundamento e das dimensões ontológicas da Educação Popular. Preciso pontuar algumas considerações preliminares, para que possamos compreender que experiências foram identificadas na trajetória teórico-prática dos *pioneiros e das pioneiras da Educação Popular*, na luta pela universidade numa perspectiva de educação libertadora. Por isso, se faz necessário apresentar as positivities/emergências que podem apontar na direção de uma universidade popular.

¹⁴² Localizamos no livro *Pedagogia do Oprimido* (p. 156).

¹⁴³ Segundo o dicionário, Binário é composto de duas unidades ou dois elementos; que tem duas faces ou dois modos de ser. Fonte: <https://www.dicio.com.br/binario/>

¹⁴⁴ O conceito de *unidade na diversidade* relaciona-se à mobilização e à luta democrática, que, na “busca da unidade na diferença, a luta por ela, como processo, significa já o começo da criação da multiculturalidade.” (1992, p. 79). Em nosso caso, a *unidade na diversidade* implica a reconstrução das tramas conectivas e, quiçá, a descoberta de novas tramas.

Primeiramente, **universidade popular**, como já foi explicitada anteriormente, não se caracteriza somente pelas experiências populares na universidade, tampouco por projetos isolados de docentes comprometidos com uma universidade na perspectiva da Educação Popular. Uma universidade popular é mais que um espaço social de resistência contra as práticas e teorias opressoras e de luta por justiça social, porque ela, na sua gênese, é tudo isso, conectada a um projeto de sociedade emancipatório com novas bases teórico-práticas, fundamentadas ontologicamente pela Educação Popular. Requer, portanto, uma teoria engajada, o que significa produzir conhecimento que dialogue com os diferentes saberes e promova uma autêntica ciência das e com as classes populares, sendo essas as epistemologias populares decoloniais, transgressora, rebelde e fruto das resistências e das lutas populares.

As práticas educativas que propõem os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular devem, em meu entendimento, ser tomadas como ponto de partida para ler as atuais modalidades e compreensões de Educação Popular. Analisar as experiências enquanto significado de construções históricas de relações e condições que possibilitaram, concretamente, algum tipo de presença da Educação Popular na universidade, é indispensável para argumentar criticamente sobre quais saberes e fazeres na história da Educação Popular brasileira se contrapõem a projetos de conformismo e determinismo. Por outro lado, quais saberes e fazeres vêm contribuindo para resistirmos às novas concepções de universidade, que tentam excluir modalidades críticas de Educação Popular de seu projeto político-educativo.

Sucessivamente, é de suma relevância assumir o conceito de Educação Popular freiriano. O *freiriano* não é uma adjetivação que se refere à Educação Popular, mas um complemento essencial e importante que define, politicamente, as bases teóricas comprometidas com a emancipação humana, o que requer a superação de uma educação e sociedade desumanizante. **Gadotti**, em uma conversa durante uma viagem a Brasília, me falou sobre suas escolhas, afirmando que tem “um compromisso para toda vida¹⁴⁵”. Esse compromisso está relacionado ao seu *quefazer engajado*, pois, em uma conversa com Sônia Couto¹⁴⁶, integrante do Instituto Paulo Freire de SP, ela me relatou o seguinte, em se tratando do Gadotti:

Porque ele sabe que aqui no instituto ele consegue materializar o sonho dele, de construir essa educação como prática da liberdade, de educação transformadora, porque os nossos projetos aqui são todos pautados nessa linha. Então quando a gente faz, por exemplo, um trato, uma parceria com uma secretaria municipal, uma secretaria estadual e a gente vai trabalhar com os professores é a nossa oportunidade de levar essas ideias a esses professores que não tiveram na

¹⁴⁵ Estávamos indo à CONAE/2014.

¹⁴⁶ COUTO, Sônia. Conversas sobre Gadotti e o trabalho no IPF. **IFF**, São Paulo, 2015. Entrevista concedida a Fernanda dos Santos Paulo.

graduação/ na licenciatura. Ai a gente trabalha [...] com a metodologia freiriana, é um processo difícil, muito difícil, porque as pessoas têm resistência. (2015, Grifo nosso).

Esses fragmentos revelam a dimensão política do ato educativo em que a concepção de *Educação Popular freiriana* inaugura um caminho trilhado por práticas e teorias que pressupõem a transformação da sociedade, suplantando os postulados de uma visão de mundo opressora por uma concepção emancipatória. Emancipação como sinônimo de libertação no sentido atribuído por Freire (1994). Cabendo, aqui, enfatizar que Freire utilizou o termo *emancipação* em *Educação na Cidade*¹⁴⁷, relacionado a luta, permanente, com os oprimidos, através de uma educação comprometida, com a “emancipação das gentes” (p. 71), imperioso na transformação societal.

Pensando nos pioneiros e pioneiras da Educação Popular, se o projeto de educação e sociedade é contra-hegemônico, buscando a transformação real da sociedade, estamos falando de uma **realidade concreta**. A realidade que pode ser observada na fala de **Osmar Fávero**, que situa a presença da metodologia de alfabetização proposta por Freire no MEB:

O MEB é criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, nos consagrados tempos de Dom Hélder Câmara. Ele tem, um pouco, origem nessas campanhas de alfabetização do final dos anos 40/50. Ele pega o conceito de Educação de Base, que é introduzido pela UNESCO, recém-criada, no final dos anos 40 e que vai ser um pouco apropriado pelo Ministério da Educação [...]. No final desse período (anos 50), acontece um grande congresso, em Petrópolis, onde se discutiu o que fazer com alfabetização de jovens e adultos, que é muito mais uma discussão sobre como se faz bem o ensino primário para crianças e adolescentes. Mas aí aparece Paulo Freire com a tese de que o analfabetismo não era um problema e alfabetizar não era a solução. O problema era a miséria e o sistema de alfabetização não tirava ninguém da miséria, se não tivesse ações muito mais amplas¹⁴⁸. (Grifo nosso).

Essa realidade concreta, explicitada na relação MEB - alfabetização de adultos e Paulo Freire, indica o que quero afirmar ao usar o termo Educação Popular Freiriana. Freiriana não está diretamente relacionada só ao Paulo Freire, mas também aos pioneiros e pioneiras da Educação Popular que possuem uma história/trajetória de **lutas** atravessadas por **conflitos**, **resistências**, e **proposições**.

Esses conflitos, resistências e proposições, identificados nas *tramas conectivas*, contribuem na explicitação do que caracterizo e compreendo que é universidade na práxis

¹⁴⁷ FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

¹⁴⁸ Material inédito recebido por Carlos Rodrigues Brandão em uma visita realizada em sua residência no ano de 2015.

educativa de pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana. Segundo **Balduino Andreola**:

Não poderia esquecer, em termos de Educação Popular, o Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul, fundado no dia 14 de dezembro de 1963. O Instituto foi idealizado por Ernani M. Fiori, para garantir a continuidade de um trabalho amplo, já, em andamento, na linha dos “Círculos de Cultura”, na linha de Paulo Freire. Tenho recortes de jornais da época que documentam a existência de mais de 600, no RS. Paulo Freire tinha vindo, juntamente com o Ministro da Educação, para tratar com o Ernani do apoio do MEC para o Instituto, que durou só até 1º de abril, com o golpe. [...] Experiências de tempos vividos por muitos, com medo, terror, mas também com muita coragem, no compromisso histórico com as classes populares oprimidas.

Esse depoimento, datado em 25 de agosto de 2016, torna visível a contribuição dos pioneiros e das pioneiras, a partir de suas trajetórias teórico-práticas, na discussão do ideário da Educação Popular no contexto da universidade brasileira, buscando articular com um projeto de sociedade.

Desse modo, a *Educação Popular freiriana* é constituída pelas *tramas históricas conectivas de relações teórico-práticas* que não são experiências justapostas que se somam de modo mecânico, são – no entanto - experiências históricas, concretas, múltiplas e complexas, misturadas de saberes e fazeres no campo da educação com perspectiva revolucionária.

A seguir, apresento o fundamento e as dimensões ontológicas da Educação Popular, e, desde já, advirto que a definição que utilizo não se configura na matriz teórica idealista e contemplativa, nem numa acepção positivista. Assumo, para os (as) possíveis leitores(as), ontologia enquanto estudo teórico-prático acerca da essência do *ser social na sua totalidade* e enquanto *processo*, encontrando-se encharcada pelos pressupostos éticos, políticos, estéticos, epistemológicos, antropológicos, filosóficos e sociais. Esses pressupostos são as bases da concepção da Educação Popular Freiriana.

5.1 Fundamento e as Dimensões Ontológicas da Educação Popular Freiriana

Por que fundamento e dimensões ontológicas? Qual a razão de explicitar as dimensões ontológicas **da Educação Popular freiriana** a partir dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular? Diante da posição política assumida, o termo *fundamento* significa a base, o pilar e o princípio fundante da concepção de **Educação Popular freiriana**, cujas dimensões estabelecem argumentos para consolidar a relação entre projeto de educação e sociedade libertadora.

Entretanto, apresento alguns elementos que compõem essas concepções, estes inspirados tanto nos pioneiros e nas pioneiras da Educação Popular (sujeitos desta pesquisa) quanto em outros autores (as) que escrevem sobre a Educação Popular com perspectiva em Paulo Freire.

O verbete sobre a *ontologia*, no Dicionário Paulo Freire, é escrito por José Eustáquio Romão (2010), o qual contribui para discorrer acerca do fundamento das propostas pedagógicas de Freire, sendo elas: a *incompletude* do ser humano, a busca pelo *ser mais* e a *esperança*. Chamo a atenção para a necessidade de uma leitura de fundo no tocante às influências teóricas de Freire na sua ontologia, que interage com a fenomenologia, o existencialismo, o personalismo cristão e o marxismo. Para pontuar essas influências, é importante destacar alguns autores utilizados por Freire, e que podem contribuir para a compreensão das relações entre as tendências filosóficas, as quais são o alicerce da ontologia de Freire. George Lukács, um *marxista*, é citado por Freire nos livros: *Pedagogia do Oprimido* e *Ação cultural para a liberdade*. Nestes, Freire relaciona o Lukács à *consciência de classe* e *ação consciente*, cujos conceitos associam-se ao *ser mais*, conectado às dimensões política, social e antropológica. Já, Gramsci (2006), com as relações educação e política na construção de uma nova hegemonia de cunho revolucionário. Para ele, essa relação é pedagógica, e, com isso, enfatiza o papel dos intelectuais no processo revolucionário.

Em relação ao personalismo, Mounier foi uma referência de Freire, utilizada no livro *Educação como prática da liberdade*, onde ele discorre sobre o sentido da *história* e da *libertação*. Ou seja, na ontologia de Freire, segundo Romão (2010), a *incompletude* compõe uma das suas bases ontológicas. Observo que não só o personalismo, mas também o marxismo em Freire, contribui para entendermos o que é incompletude, fazendo ligação entre concretude da vida humana histórica, cultural e existencial e a *incompletude/inacabamento* do ser humano na **luta** pela *libertação*. Em *Pedagogia da Esperança*, Freire enfatiza a *esperança* como necessidade ontológica ancorada na prática, afirmando que essa concretude é histórica - em construção. Em relação ao processo de *libertação*, segundo a nota de rodapé de número 16, sobre Mounier, presente em *Educação como prática da liberdade* “[...] diz Mounier, é que nessa ascensão o homem tem a missão gloriosa de ser o autor da própria libertação” (FREIRE, 1967, p. 58). Porém, localizamos em *Pedagogia do oprimido* que o processo de libertação implica uma relação não individual, porque “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: Os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1994, p. 58).

Tanto Mounier quanto Lukács contribuem para discutirmos e apresentarmos o fundamento e as dimensões ontológicas da Educação Popular freiriana. Eles me apoiam no

que chamo de *solidariedade engajada entre intelectuais*. Essa definição é oriunda de um conjunto de entrevistas, relatos e análises documentais.

A ontologia como “ontologia do ser social” e a “Consciência de Classe” auxiliam para compreendermos as relações histórico-sociais a partir das experiências concretas (vivas) em processos de interações com outros sujeitos. Ou seja, as experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular são resultado de *quefazeres* coletivos.

Essas experiências fundam-se em contradições, em uma relação dialética de singularidades/particularidades e universalidades entre objetividades e subjetividades. A questão dialética da subjetividade-objetividade foi trabalhada por Freire em vários livros, tais como: *Ação cultural para a liberdade* – e outros escritos e *Pedagogia do Oprimido*. Segundo o autor, a necessária unidade dialética entre a teoria e a prática, ação e reflexão, subjetividade e objetividade é pressuposto para a construção do conhecimento libertador. A subjetividade enquanto perspectiva de práticas libertadoras de superação de todo tipo de opressão e dominação.

O fundamento e as dimensões ontológicas, a partir do exercício de recuperação da trajetória pessoal e coletiva dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, contribuíram para a sistematização e registro das experiências com base na história de vida (memória, trajetória, percurso) desses educadores e educadoras. Revisitar a história das experiências dos pioneiros e das pioneiras é um modo de dar continuidade à nossa história, cuja base ontológica se constitui tanto na/pela historicidade quanto nos/pelos sonhos e aspirações deles e delas.

Em nosso caso, os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular vêm lutando em diferentes espaços educativos pela produção de conhecimento conscientizador e transformador. Essas *presenças engajadas* são construídas pela *unidade na diversidade*. Quero dizer que nem todos os posicionamentos são iguais, mas existe uma unidade na diferença, que é coerente com a Educação Popular. Uma amostra pontual é a própria definição de Educação Popular, a qual podemos localizar nos livros dos pioneiros e das pioneiras. Outro exemplo é a compreensão do que seria uma universidade popular. Alguns apostam na pluralidade dos espaços, podendo ser institucionalizados ou não. Outros acreditam que ela pode ocorrer a partir de projetos de Educação Popular, e também há quem julgue que no sistema capitalista esse projeto é inviável. Mas todos e todas concordam na necessária reinvenção da universidade.

O fundamento e as dimensões ontológicas da Educação Popular freiriana, a partir do diálogo com os sujeitos da pesquisa, dimensionando para a compreensão de *universidade na práxis educativa* destes, é o horizonte da tese. Por isso, é importante enfatizar que a minha opção conceitual tem implicações e preocupações com um projeto humanizador de sociedade, e, quanto à proposição conceitual aqui apresentada, é mister pontuar alguns *elementos* do que entendo ser inerente da Educação Popular freiriana, os quais podemos localizar em diferentes obras de Freire, mas sobretudo no *quefazer engajado* dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular:

- 1) **Político:** Educação e projeto de sociedade não são dicotomizados. Esses possuem intencionalidade, ruptura com os processos de opressão e alienação, cuja educação tem a dimensão emancipatória/revolucionária (libertadora e humanizadora em Freire), contrária à educação conservadora, burguesa, assistencialista, moralista, instrumental e bancária.
- 2) **Epistemológico:** A educação é política, dialógica, intersubjetiva e construída no profundo respeito ao senso comum e na provocação da *curiosidade epistemológica*. O conhecimento é construído com metodologias problematizadoras, significativas e participativas, portanto comprometido com a práxis educativa.
- 3) **Antropológico e Ontológico:** O *ser mais* para a *humanização* com vistas a um projeto existencial e transformador, visando um projeto de sociedade libertador. Por isso, a *presença engajada* é uma necessidade ontológica.
- 4) **Social:** Pressupõe a consciência histórica e crítica sobre a realidade, para transformá-la. O imperativo da participação política e do poder popular no processo de humanização de si e do mundo não está separado da dimensão da luta, da resistência e da rebeldia. O *social*, aqui, pressupõe uma visão contrária ao *ser menos* para *desumanização*, presentes na sociedade capitalista perversa.
- 5) **Filosófico:** Leitura crítica e atual a partir do método marxista, existencialista cristão e fenomenológico. Isso orientado pelas múltiplas leituras e opções dos sujeitos da pesquisa.
- 6) **Ética:** Para Freire, em especial na Pedagogia da Autonomia, uma pedagogia fundada na ética e na dignidade humana, e na solidariedade enquanto compromisso histórico.
- 7) **Estética:** O quefazer está entrelaçado pelas lutas político-pedagógicas embasadas pela estética. A dimensão estética abarca a emoção, o afeto, a solidariedade, a alegria, a poesia, a música, o prazer, a confiança, a amizade e amorosidade. O ético anda junto com as outras dimensões.
- 8) **Pedagógica:** A luta traduz a dimensão política e epistemológica da ação educativa, cujo método dialógico-libertador se contrapõe à pedagogia verbalizadora ou silenciadora.

Esses *elementos* têm implicações e preocupações atuais, sobretudo no tocante à concepção de educação que está em disputa, cujo modelo de sociedade vigente é marcado por desigualdades sociais. No entanto, os pressupostos acima servem de sustentação para apresentar o fundamento e as dimensões ontológicas da Educação Popular freiriana.

O estudo identificou as *dimensões* ontológicas da EP freiriana, principalmente nos apontando subsídios, a partir das *experiências* dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, que podem servir como *base* para repensarmos, hoje, a universidade na perspectiva da Educação Popular freiriana, quiçá um projeto de universidade popular.

As *dimensões* são direcionamentos e posicionamentos e não imposições autoritárias de uma concepção de educação. Mas, obviamente, nesse caso estão estritamente associadas à pedagogia crítica¹⁴⁹ da educação. O fundamento e as dimensões ontológicas da Educação Popular freiriana são oriundas de um longo estudo a respeito das bases filosóficas e sociológicas da educação crítica, a qual fundamento a partir dos teóricos clássicos que me acompanham desde a graduação até aqueles e aquelas que me foram apresentados durante o doutorado, principalmente pelos pioneiros e pioneiras da Educação Popular. Enfatizo que o fundamento e as dimensões ontológicas foram identificados a partir das entrevistas, conversas e leituras dos textos que os pioneiros e as pioneiras vêm escrevendo acerca da Educação Popular.

Conforme as entrevistas realizadas, somadas às análises a partir do processo de decodificação dessas, identifiquei a *luta engajada* como fundamento ontológico, estando imbricada pelas dimensões ético-políticas, estéticas, sociais, pedagógicas e antropológicas. A trajetória teórico-prática dos pioneiros e das pioneiras da EP freiriana implica a *luta engajada* mediada por uma *Presença engajada*. As dimensões desse fundamento são:

- ✓ LUTA POLÍTICA: revolucionária - busca por transformação da universidade e da sociedade.
- ✓ LUTA PEDAGÓGICA: luta a favor de novas metodologias. A luta política na universidade a partir da Educação Popular .
- ✓ LUTA EPISTEMOLÓGICA: autêntica ciência das classes populares - epistemologias populares – Teoria engajada.

¹⁴⁹ Em Pedagogia da Esperança, Freire coloca que pedagogia crítica tem a ver com o ato da politicidade, com o sonho e com a educação libertadora. Fala que seu objetivo é contribuir para entender melhor o pensamento pedagógico com seriedade crítica. A pedagogia crítica situa-se em uma proposta de educação libertadora que buscará a emancipação humana. Vale a pena conferir no livro Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos (2000) pois é ali que identificamos o desafio da Pedagogia crítica: pensar criticamente a realidade social, política e histórica em que se vive.

- ✓ LUTA ESTÉTICA: A busca pela educação que não separa a razão de emoção. A presença do afeto e da confiança nas trajetórias.
- ✓ LUTA ANTROPOLÓGICA: humanização/libertação.

A luta tem importante espaço na discussão teórico-prática da Educação Popular, cujo conceito tem sido empregado pelos pioneiros e pelas pioneiras da Educação Popular. No livro *Educação popular e conscientização*¹⁵⁰, Brandão utiliza essa expressão mais de quarenta vezes, nos dando pistas das suas dimensões: luta de classes, lutas sociais, luta libertadora, luta revolucionária popular, luta do proletariado, luta transformadora, luta popular e luta organizada.

Osmar Fávero¹⁵¹ ocupa-se desse conceito dezenas de vezes: luta política, luta revolucionária, luta pelas reformas de base, luta ideológica, lutar para compreender e transformar, luta de classes, luta contra as estruturas de dominação, luta pela libertação, luta político-ideológica, lutas políticas, luta pela sobrevivência, luta brasileira, lutar para mudar e luta camponesa.

Balduino Antonio Andreola¹⁵² em vários artigos discute a luta na perspectiva da pedagogia de Freire: Luta contra todas as formas de opressão, luta por um outro mundo possível, luta pela construção de um mundo mais humano e solidário, luta de classes, parceiros de luta, espírito de luta, luta contra todas as formas de machismo, luta a favor da emancipação da mulher, luta contra o patriarcado, luta das mulheres, luta para a transformação de tradições culturais e estruturas de poder marcadas por modalidades tremendamente opressivas da mulher e luta para mudar a realidade opressora.

No livro *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*, Celso de Rui Beisiegel faz uso do termo luta para tratar de temas diversos, tais como: lutar pela autonomia, luta pela realização das reformas, luta pela realização da sociedade desenvolvida e senhora de seus destinos, lutavam pela emancipação do país, luta pelo desenvolvimento nacional independente, luta contra a exploração, luta de classes, luta em

¹⁵⁰ BARREIRO, Júlio. *Educação popular e conscientização* [tradução de Carlos Rodrigues Brandão]. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹⁵¹ FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção Educação Contemporânea)

¹⁵² 1) Paulo Freire e Ernani Fiori: uma longa parceria pedagógico-política. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* E-ISSN 1517-1256, Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 6-24, junho, 2017. 2) A universidade e o colonialismo denunciado por Fanon, Freire e Sartre. *Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel* | Pelotas [29]: 45 - 72, julho/dezembro 2007.3) Atualidade de Paulo Freire: *Revista Educação Online* nº 14, p.89-104, ago./dez. de 2013. Artigo em parceria com Gomercindo Ghiggi. 4) PAULO FREIRE E A CONDIÇÃO DA MULHER. *Roteiro, Joaçaba*, v. 41, n. 3, p. 609-628, set./dez. 2016.

defesa dos direitos, luta pela educação do povo, bandeiras de luta do projeto político, luta pela vida, luta pela maior participação do povo na atividade política do país, luta revolucionária permanente, luta social, lutas políticas e ideológicas, luta pela libertação, luta política, luta comum, luta pela transformação, lutavam pela adoção do método nos programas de alfabetização, luta em favor do voto do analfabeto, luta pelo controle, luta entre estudantes e intelectuais, luta entre explorados e exploradores, luta pelo pleno trabalho, luta pelo emprego, luta contra demissões, pela previdência social e assistência médica gratuita; socialização da medicina; aprovação de novas leis - direito ao trabalho, à alimentação e à educação.

Vanilda Paiva, em *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*, utiliza a expressão luta mais de 100 vezes: luta entre corrente, lutas pelo poder político, luta pela ampliação das oportunidades educacionais, luta em favor da Educação Popular, luta política, bandeira de luta, luta pela difusão do ensino elementar, luta por melhores oportunidades de vida para as classes populares, lutas entre diversos grupos na disputa do poder político, luta interna, lutas locais, luta contra o analfabetismo, luta pela hegemonia política, luta pela vida, as correntes em luta, grupos em luta, educação como instrumento da luta, às lutas dentro do sistema, luta pelo voto, luta entre correntes contrárias, luta pela transformação social, luta anti-imperialista, nacionalista e socialista, luta no plano da cultura, luta pela libertação nacional, luta entre classes, luta pela transformação de estruturas, luta pelo desenvolvimento nacional, luta do povo brasileiro em busca de sua libertação, luta do homem pela sua humanização.

Ana Maria Saul¹⁵³, em seus textos, aborda a luta enquanto: luta por uma educação democrática e emancipatória, fortalecer a luta coletiva dos educadores por melhores condições de trabalho, luta por projeto institucional e a luta pela qualidade social da educação.

Moacir Gadotti, em *Pedagogia da Práxis*¹⁵⁴, apresenta uma teoria da prática pedagógica que visa uma ação transformadora e a luta é um conceito importante, presente dezenas de vezes ao longo do livro. Destacando a luta pela equidade, a educação como espaço político em luta, luta de classes, luta contra o niilismo, luta contra a ditadura militar brasileira (1964-

¹⁵³ 1) Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez., 2015. 2) “O poder que ainda não está no poder”: Paulo Freire, pedagogia crítica e a guerra na educação pública – uma entrevista com Ira Shor. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 293-308, jul./set. 2016. Escrito com: Ira Shor e Alexandre Saul. 3) Avaliação da Universidade: Buscando uma Alternativa Democrática. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2403/2351>. Acesso: nov.2016. 4) A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA, POPULAR E DEMOCRÁTICA, NA GESTÃO PAULO FREIRE, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP – Campinas, 2012.

¹⁵⁴ Cortez, 1998.

1985), luta entre as várias tendências, luta deve estender-se além dos muros da escola, luta pela compreensão do movimento, luta dos contrários, estar em luta, luta interna, a verdade é para o proletariado um meio de luta, luta como arma indispensável para a revolução, luta pelo direito à educação, luta pelos demais direitos, luta cotidiana, classes em luta, luta contra a burguesia, na luta e na reflexão sobre ela, luta econômica e a luta política do proletariado, luta dos trabalhadores, solidariamente na luta de nossos irmãos de classe, Novos líderes se formam na luta, luta social e a luta pedagógica, luta possível, luta contra o elitismo educacional, luta política pela libertação, luta por uma escola única e igual para todos, espaços de luta e de formação, luta a favor dos modernos métodos pedagógicos, luta principal, luta pela autonomia da escola insere-se numa luta maior pela autonomia no seio da própria sociedade, luta dentro do instituído, contra o instituído, para instituir outra coisa, eficácia dessa luta, luta pela democratização da gestão das escolas públicas, luta por melhorias salariais, instrumento de luta para as minorias, luta pelos direitos civis e contra toda sorte de discriminação.

A análise que realizei nos livros citados foi através da localização do termo “**luta**” para apoiar o argumento que defendo: a presença desses pioneiros e pioneiras na Educação Popular é fruto das suas **lutas engajadas** (fundamento ontológico da EP freiriana). Não foi minha intenção contextualizar todos os significados dos usos da expressão luta nos livros citados. Mas advirto que a luta aprece, pelo menos, de quatro formas: 1) Luta conjuntural; 2) Luta estrutural; 3) Luta enquanto conceito; 4) Luta como sinônimo de buscar, reivindicar, disputar, afrontar, etc.

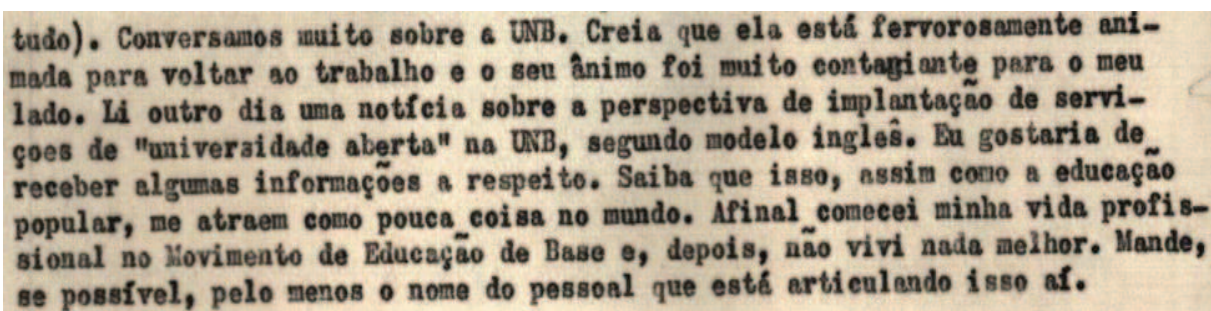
Nas entrevistas, transcritas abaixo, sobre as experiências teórico-práticas (as experiências-mundo) dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, podemos conferir a coerência entre aquilo que escrevem/dizem, e aquilo que vivenciam:

1) **Ana Maria Saul:** O contato inicial foi no final da década de 1960, quando ainda era estudante das obras de Freire com colegas no **movimento estudantil**. Freire não estava no Brasil. No seu retorno ao Brasil, o conheci pessoalmente no **teatro da Universidade Católica de São Paulo**. Foi muito bem recebido lá na PUC. Foi um dos meus encontros felizes... Começou **no pós-graduação** como professor, onde também era professora. Meu **primeiro encontro** foi num dia de almoço, quando estava preparando a aula e ele chegou à sala e iniciamos uma conversa. Ele (Freire) pediu uma ajuda para mim - para que eu organizasse as fichas de programação do curso, conforme o formato solicitado pela coordenadora do curso. Eu, prontamente, me coloquei a disposição, pois sabia quais os procedimentos porque já trabalhava ali na instituição há anos. Foi o início de nossa amizade. **Foi um pretexto de**

aproximação. Depois, trabalhamos juntos ministrando uma **única disciplina.** Encontrávamos para planejamento das aulas e para conversarmos. Com ele aprendi muito. Ele é muito especial.

2) **Balduino Andreola:** [...] Eu poderia responder alguma coisa com relação a três universidades, não quanto à “universidade” como tal. As três são: 1) a UNIJUÍ; 2) a UFRGS; 3) a FAGED/UFPEL. Quanto à UNIJUÍ, eu costumo dizer que é, talvez, a única universidade do Brasil “que nasceu” da Extensão e, por isso, da Educação Popular. Com relação à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não me considero um pioneiro. Acho que houve sempre docentes, estudantes de servidores comprometidos com as classes populares. Mas numa greve, creio que em 1987, numa assembleia foi proposto que não nos limitássemos só à discussão dos interesses da categoria, em termos salariais, e aos da universidade como tal. E surgia a ideia de debater os movimentos Sociais. Naquele momento, eu pedi a palavra e questionei se caberia nós discutirmos os movimentos sociais fechados na universidade, alheios aos próprios sujeitos dos movimentos. Decidiu-se então que se se promoveria um seminário no qual participassem, como painelistas, representantes dos movimentos. Assim foi promovida uma reunião para planejar o seminário, para a qual vieram representantes dos seguintes movimentos: MST, Meninos e Meninas de Rua, Movimentos Negros e Movimento de Mulheres. Na hora de planejar, um dos líderes negros de Gravataí perguntou qual o objetivo de tal seminário, e questionou: “Vocês vão discutir com a gente, depois ficam escrevendo seus livros, e nós continuamos longe, lá fora, com nossos problemas”. Não saberia citar literalmente. Mas a ideia foi essa. Alguém disse um dia que teria sido eu o primeiro a trazer os movimentos sociais para a universidade.

3) **Brandão:** A trajetória do MEB - Em março, entrei na PUC do Rio para fazer Psicologia e logo a seguir me **engajei na JUC**, participando de reuniões e logo depois envolvido com o **Movimento Estudantil e todas aquelas lutas**, e um pouco mais na frente, já com **Educação Popular**, que na época era conhecida como **Cultura Popular**. Reforço aqui que esse **engajamento** foi um tanto inesperado. [...]. Me envolvi com Paulo Freire e com Educação Popular. Nós nos **engajávamos** em cultura popular e um dos livros mais importantes sobre o assunto, organizado por Osmar Fávero, chama-se: Educação Popular e Cultura Popular – memória dos anos 60.



tudo). Conversamos muito sobre a UNB. Creia que ela está fervorosamente animada para voltar ao trabalho e o seu ânimo foi muito contagiante para o meu lado. Li outro dia uma notícia sobre a perspectiva de implantação de serviços de "universidade aberta" na UNB, segundo modelo inglês. Eu gostaria de receber algumas informações a respeito. Saiba que isso, assim como a educação popular, me atraem como pouca coisa no mundo. Afinal comecei minha vida profissional no Movimento de Educação de Base e, depois, não vivi nada melhor. Mande, se possível, pelo menos o nome do pessoal que está articulando isso aí.

Figura 41. Carta de Brandão ao amigo Roberto (1979)

A respeito da universidade, a carta acima faz referência à Universidade de Brasília, e de sua curiosidade sobre a criação da mesma. Fala que tem forte atração pelos projetos de universidades abertas e a Educação Popular. Brandão (entrevista 2014) diz: “que o povo na universidade e a popularização da universidade têm a ver com a democratização. Naquele tempo, ninguém falava em sistemas de cotas, falava-se em abrir a universidade.”.

4) **Celso Beisiegel:** Tenho experiência na área de Educação, e um dos temas de pesquisa é a educação popular, além das políticas educacionais e educação de jovens e adultos. No curso de Ciências Sociais, fiz disciplinas com Octávio Ianni, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes. Acompanhei Florestan Fernandes, o mestre orientador do mestrado e doutorado, comprometido com a educação na **Campanha em Defesa da Escola Pública**. Sou um pesquisador da educação, e uma vez fizemos lá na Faculdade de Educação, eu participei não organizei o encontro, uma mesa redonda na qual estavam o Brandão, o Barreto - o velho José Carlos Barreto morreu não faz muito tempo - e eu. Eu estava lembrando ao Barreto e ao Brandão que eu tinha muita inveja de vocês porque **eu nunca fui um militante da educação popular**, eu cheguei a **estudar a educação popular porque as minhas atividades na militância universitária me levaram a isso**. Eles não! Eles vêm da velha guarda, do progressismo Católico, fonte que no nordeste deu no Paulo Freire, no Paulo Rosa, tanta gente tão boa de lá. Eu não. Eu fiz ciências sociais aqui no grupo do Florestan Fernandes e o meu problema era mais de pesquisador do que de militante social.

5) **Moacir Gadotti:** Comecei a me interessar pela **Educação Popular** como **estudante universitário**, quando fazia o Curso de Pedagogia (1962-1967), pois procurava uma compreensão mais profunda e uma proposta educacional que fosse construída com o povo e para o povo, numa **perspectiva transformadora**. Meu trabalho de conclusão do Curso foi sobre o primeiro livro de Paulo Freire, *Educação como prática da liberdade*, que acabava de

ser publicado. Ao sair do Brasil, para fazer meu Doutorado na Universidade de Genebra, pude conhecê-lo pessoalmente, em 1974, e estabelecer um diálogo que se prolongou até o final da sua vida. Voltei ao Brasil em 1977, e ele, em 1980, e iniciamos, juntos, o primeiro trabalho de **Educação Popular na cidade de Diadema** (São Paulo), com um projeto de **Alfabetização de Adultos**, que durou de 1983 a 1988. O município de Diadema apresentava uma das situações de analfabetismo urbano mais graves do Estado de São Paulo. Começamos por uma consulta (leitura do mundo) que se realizou durante três semanas em 12 comunidades, o que permitiu verificar também a aceitabilidade da nossa proposta de educação problematizadora.

6) **Osmar Fávero**: No final dos anos 50, com o governo Juscelino, foi um período de grande **abertura democrática que nós nos encontrávamos para pensar um Brasil diferente**. Isso começa a partir da segunda metade dos anos 50 e se concretiza em alguns projetos, particularmente no nosso caso, de **educação popular ou de cultura popular**, no começo dos anos 60. [...]. Outra experiência é a experiência do Centro Popular de Cultura, CPC nacional-UNE. O movimento estudantil era fortíssimo, particularmente o universitário, mas ele puxava o movimento secundarista também. Na carta abaixo, Fávero (março de 1981) relata ao Brandão, companheiro do MEB, que foi a Angicos, faz referência ao método de alfabetização, aos materiais pedagógicos e ao MEB:

3. Enviarei ao senhor Brandão, passando uma preceito ao
 seu P.F. no EN, principalmente Angicos - que visitei
 quando ele era coordenador. Vou ver se consigo
 limpar os "slides"; o senhor fez muitos deles.
 de taxa baixa, aqueles de quem foi o discurso do
 MEB fez para a apostila do curso sobre o método,
 aquela que nós editamos no mês em plena crise
 de 1964, foram tirados daquela série de "slides"
 de Angicos. Como tenho mandado imprimir outros
 slides para o livro dele (Educação e Tecnologia,
 em qualquer coisa assim), acho o texto sei
 como usar, talvez possamos aproveitar os slides.
 Tenho consigo uma cópia sua.

Figura 42. Carta de Fávero para Brandão.

Recebi seu "Casa e escola". Primeiro fiquei surpreso. Admirado. Depois, invejoso. Você escreve um livro com a mesma facilidade que eu escrevo ... uma carta. (A única coisa que faço rápido e até bem.) Você realmente é um fenômeno, meu velho. E o melhor é que sempre tem coisa nova para dizer; ou diz as coisas velhas de uma maneira nova, o que ajuda também. Tenho usado muito os seus textos como "material didático para os alunos", principalmente estes últimos - em que você relato todo seu processo de elaboração, descoberta, intuições etc. Não fique muito orgulhoso, não, mas está fazendo "escola" (qualquer dia ainda vou recuperar os vários sentidos dessa palavra, tanto quanto você está recuperando os do "mestre!")

Figura 43: Carta enviada ao Brandão, em Junho de 1983.

A carta acima é um recorte de um diálogo amigo entre Fávero e Brandão. Eles trocavam cartas frequentemente, e, nessa, além de partilharem sentimentos que tratavam da vida pessoal e profissional, Fávero conta que usa os textos de Brandão com seus alunos da graduação. Acerca de um relato pessoal que podemos aqui compartilhar é que Fávero descreve que andava cansado em função de seus vários compromissos; entre eles, o prazo final da entrega de sua tese, orientada por Demerval Saviani.

7) **Vanilda Paiva:** Sim, eu aceito que fui a primeira a abrir a questão da **educação popular** (com um conceito amplo, que incluía a difusão da educação elementar) com minha tese de mestrado, escrita em 1972. **Acompanhei de perto a aplicação do método em Angicos**, aplicamos o dito cujo no agreste do Rio Grande do Norte, mas não ficaram muitos rastros porque **isso não funciona na base do voluntarismo**. [...]. Em vista disso, **a aceção de educação popular não foi única**. Vai desde as iniciativas que visavam à ampliação do acesso à educação do povo como ocorrera no século XIX - instrução popular associada ao progresso, do otimismo pedagógico preocupando-se com a modernização de métodos, currículos e propostas pedagógicas, excluindo os aspectos sociais, de educadores de esquerda com atuação educativa que poderia contribuir para a transformação da sociedade e, também, de Cristãos e marxistas organizados em movimentos de educação de adultos que enfatizam a importância da cultura popular.

esteja trabalhando em cima disso. Um caminho é tocar pro Paulo Freire e falar com ele em meu nome: 66 22 12 em São Paulo. Outro é tocar pra PUCSP e falar com o Demerval Salviani (2 63 02 11 pós graduação em Educação. Ainda no Rio de Janeiro tem um velho amigo, um irmão de fé: Osmar Fávero. Ele conhece toda a bibliografia sobre tudo em materia de educação. Acaba de fazer um excelente levantamento sobre o que há em Educação Popular. IESAE, F. Getúlio Vargas ou 2 65 55 21 aí no Rio. É possível que venha a ser tão útil quanto o grandíssimo Turco. Creio que valeria muito ela se aproximar dessa gente, que foge do MOBREAL como Satanás do "santo lenho", mas que sabe muito bem qual é a diferença que há entre o MOBREAL e algumas pessoas do MOBREAL. Agora, se ela quiser a mais absoluta crítica do MOBREAL, procurar Vanilda Paiva (2 47 59 22). Viajo com ela agora pro México. Ela estará de volta em 10 de setembro. Cristina deve procurar os artigos que ela tem publicado na revista SÍNTESE. Trabalha na UNICAMP e no IBRADES (Rua Bambina, aí no Rio).

Figura 44. Carta de Brandão ao Armando de Freitas (1982)

Na carta acima, Carlos Rodrigues Brandão responde a carta recebida de seu amigo Armando Freitas, um poeta que acreditava que poemas engajados possuíam vinculação com a participação política e estimulavam a práxis. Na carta, Armando pede indicações de pessoas e referências sobre o “supletivo” (Mobral) para Cristina. Brandão faz a indicação dos materiais do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, e da revista Síntese. Indica que procure algumas pessoas e faz relatos que julguei ser interessante partilhar nessa tese, conforme o excerto. Ele cita a Vanilda Paiva e o Osmár Fávero (sujeitos dessa pesquisa), além do Demerval Saviani e Paulo Freire. Em se tratando da Vanilda Paiva, ele diz que viajaria com ela para o México (ano de 1982). Na entrevista com Vanilda (outubro, 2017) ela menciona uma outra viagem que fez com Carlos (o Brandão) para a realização de um curso no México.

O método de alfabetização que usamos era uma mistura de Paulo Freire com o Mutirão. Não tendo formação específica na área, aceitei, em seguida, candidatar-me ao curso do CREFAL, entidade ligada à UNESCO-OEA no México. Por ele passaram muitos brasileiros entre os quais Carlos Brandão. Retornei ao Brasil depois do golpe de dezembro de 1968 e fui cassada em agosto do ano seguinte, quando retornei ao Rio de Janeiro, já matriculada no Mestrado em Educação da PUC/RJ – na mesma classe que Osmar e Lurdes Fávero, Cândido e Lourdes Grybowsky e muitos outros. A partir de 1971 comecei a trabalhar no IBRADES e escrevi minha tese de mestrado, apresentada em dezembro de 1972 e publicada em 1973. (Vanilda, entrevista de 2017).

É importante fazer um destaque sobre o contexto mexicano, pois muitos dos educadores e educadoras dos anos de 1960 encomendavam os livros de lá, pois aqui no Brasil não havia livraria especializada na área da educação. Segundo Vanilda:

*O CBPF(Biblioteca do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas), funcionava ali na São Clemente (Botafogo), eu usei muito a biblioteca dali, mas ela desapareceu e pronto – acabou! foi tudo jogado não sei aonde. Não dá para gente subestimar a pessoa porque não leu isso ou não leu aquilo. Não leu e ninguém lia quase nada porque era muito difícil - precisava comprar no estrangeiro e isto significava pagar imposto. Então, alguns mais abastados compraram livros, principalmente no Fundo de Cultura Econômica do México. E outros pediam emprestado, chegava um emprestava para o próximo e assim ia - era tudo emprestado. Eu mesma emprestei meus livros, eu tenho ainda livros que emprestei a várias pessoas. Eu comprei a **Paidéia** em 1964 porque passei pelo **México** numa viagem com meu marido - do meu primeiro marido. Então, eu comprei a **Paidéia** porque eu sabia que era importante, mas não sabia o quanto. Depois tinham esses autores aqui – latino-americanos - que eram mais fáceis de comprar, mas não muito fáceis, aqui no Rio tinha uma livraria especializada, aí a gente ia lá e comprava, também tinha para Psicologia, mas noutras cidades nem pensar, talvez em São Paulo.*

As **experiências-mundo** de cada um dos sujeitos estão relacionadas entre as experiências individuais e coletivas. Naquela época existia um movimento de partilha de escritas, de projetos e de trabalho, o que podemos chamar de *solidariedade engajada entre intelectuais*.

Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular construíram através de suas **presenças e lutas engajadas** uma definição teórico-prática de Educação Popular crítica com cunho libertador. A Educação Popular a partir das experiências desses educadores e dessas educadoras, orientadas pelas **experiências-mundo**, pelos seus **quefazeres engajados** e experiências na universidade, estão relacionadas a um projeto de educação e sociedade libertadora. Em outras palavras, a suas experiências não se realizam somente em nível teórico, mas, sobretudo, na concominância dos diferentes movimentos de resistência a todas as formas de opressão e dominação. Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular, enquanto intelectuais engajados/as e transgressores/as das normas burocratizantes, se constituem em uma referência importante na história da Educação brasileira.

Ao conceberem a Educação Popular no movimento concreto, histórico, social e dialético, observamos que ela possui várias compreensões, e que os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular, desde os tempos de Paulo Freire e seus companheiros de luta, iniciaram um movimento intelectual de uma nova concepção de educação para além do acesso do povo na escola pública, gratuita e laica. Esse movimento embasa-se na crença de que é possível e necessário uma Educação Popular libertadora que se constitua como resistência aos modelos de educação dominante, opressora, colonizadora.

A Educação popular libertadora (freiriana) passa a ser uma alternativa popular e revolucionária de rebeldia contra a educação elitizada e marcada pela exclusão e silenciamento dos oprimidos. A luta política-pedagógica pela transformação social é uma marca dos pioneiros e das pioneiras da Educação popular, sendo considerados sujeitos de subversão e transgressão.

A universidade atual, ainda consubstanciada pela construção do conhecimento colonial e elitista, é o espaço de atuação desses educadores e educadoras. Mas, nas falas relatadas, observamos importantes experiências de Educação Popular na universidade, inclusive realizada por eles e elas. Aqui, a **luta engajada**, através da **presença engajada** via **experiências-mundo**, visa uma educação da insurgência. Essa educação insurgente se torna possível via Educação Popular rebelde, transgressora, revolucionária e libertadora. A essa Educação Popular enquanto processo de libertação, chamamos de Educação Popular Freiriana. Ela é completamente diferente da tendência neoliberal que desconsidera a dimensão da politicidade da educação e da articulação com o projeto societário justo e libertador. A Educação Popular, para os pioneiros (as) da Educação Popular, possui uma perspectiva teórico-metodológica que critica o capitalismo, por suas características e concepções de mundo, de educação e de ser humano. Por isso, continuar investigando que lutas são necessárias travarmos contra a universidade flexibilizada é um ponto importante para não silenciar ou descaracterizar a concepção de Educação Popular, que tem como mote a superação das desigualdades sociais.

Conforme as entrevistas, a **Luta engajada** perpassa pela trajetória dos pioneiros e das pioneiras de resistência, transgressão e subversão. Nessas experiências, identificamos o fundamento e as dimensões ontológicas da Educação Popular freiriana.

As dimensões político-pedagógica e ético-estética perpassam pela epistemológica, antropológica e sociológica. Essas dimensões subsidiam as propostas sócio-pedagógicas da/na Educação Popular de caráter revolucionário. Daí, as dimensões político-epistemológicas confluem com a perspectiva dialógica (dimensão antropológica na escolha metodológica) enquanto luta engajada no movimento crítico, cujo ponto de partida são as diferentes realidades sociais. As **experiências-mundo** dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular refletem a **presença engajada** no compromisso, permanente, com outro projeto de educação e sociedade. Mudar a cara da universidade é uma das bandeiras de luta desses educadores e educadoras. Os fragmentos das falas contribuem para a compreensão de como cheguei ao que denomino de presença engajada.

Outras Experiências-mundo nas falas dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular		
Pioneiros e pioneiras	Presença engajada	Universidade e Educação Popular
Ana Maria Saul	<p>Foi assim, eu propus à reitoria que eu pudesse que a universidade pudesse receber estudantes participantes interessados na cátedra e que não tinham vinculação com a Pós-graduação, mas que queriam estar na cátedra por um semestre, ou dois semestres, mas eles não tinham interesse em fazer pós-graduação. Aí pessoas de movimentos, pessoas de diferentes tipos de participação na vida na vida (profissional, pública, etc.), mas que de algum modo ouviram falar de Paulo Freire e foram procurar a cátedra para ver se na PUC tinha esse espaço. Então eu propus ao programa, propus à reitoria que autorizasse uma mensalidade bem mais baixa e acessível, para essas pessoas que queriam fazer só um semestre. Hoje se fores à PUC verás que é uma norma regimental. Se você for fazer uma disciplina só, você paga como os estudantes que fazem o semestre, então é uma norma da universidade. Então propus isso, foi aceito e durante um tempo, a gente fez isso e esses valores, inclusive, eram reservados na tesouraria da universidade, documentados, e eles podiam ser usados quando, por exemplo, eu propus vamos convidar o professor tal para fazer uma tarde de diálogo aqui? Então a gente precisa pagar passagem, estadia e tal, fazia um orçamento, apresentava e era liberado.</p>	<p>Sim, eu acho que é muito viável a educação popular na universidade, é muito necessário, e eu tenho trabalhado nessa perspectiva. E o meu entendimento de uma universidade na perspectiva da Educação Popular, é o entendimento que Paulo Freire colocou naquele texto que está em <i>Política e Educação</i>, onde ele diz assim "O que é a Educação Popular?", então ali você tem princípios que norteiam ações de Educação Popular, quer elas sejam escolares e/ou não escolares. Você tem ali uma urgência de princípios de que eu tenho usado em alguns textos meus sobre princípios de Educação Popular e que eu digo o seguinte: olha, Paulo Freire trabalhou com os princípios da Educação Popular em todos os espaços onde seus pés pisavam e aí quando ele foi inclusive para Secretaria da Educação e havia gente que dizia assim: - Mas como? Ele é da Educação Popular, como é que vai ser secretário da educação? O quê que tem que ver a proposta, o educador que é um educador popular?</p> <p>E gente que não tinha uma noção, uma noção de quem era mesmo Paulo Freire e da proposta de Paulo Freire, têm uma noção restrita especialmente de Paulo Freire: Que Paulo Freire era um educador, um alfabetizador de adultos e que tinha feito isso e só isso, e que, portanto, a experiência dele era com adultos só e com adultos analfabetos e que estavam fora da escola. O que não tinha então como, muita gente criticou e tomou um grande susto quando foi Paulo Freire convidado para ser o secretário da educação e aí eu</p>

		<p>dizia todos os espaços que eu estive tanto na Secretaria, porque tão logo Paulo Freire assumiu a Secretaria, ele me convidou para ser diretora de orientação técnica da rede. Ele disse:- Olha Ana Maria, agora tá na hora de nós colocarmos em prática tudo aquilo que a gente fala na sala de aula. [...].</p> <p>[...] tendo trabalhado com Paulo Freire na universidade e tenho reflexões para compartilhar sobre como Paulo Freire levou para a universidade os princípios da EP, como forjou a sua prática docente.</p>
Carlos Rodrigues Brandão	<p>Uma experiência que até seria muito interessante , eu mesmo disse, olha <u>eu vou dar aula de graça</u> que seria o seguinte, seria uma universidade latino-americana de vocação popular que inclusive trabalharia com o presencial e o a distância, e inclusive a ideia interessante de uma universidade popular, mas começaria com Pós-Graduação que era um programa de pós que envolveria alunos de vários países. É um projeto Latino-americano da América Latina e que teria uma sede eu não lembro se móvel ou uma sede em Costa Rica, então teria professores de vários países e todo um sistema de aulas e cursos muito interessante, por exemplo um professor dava uma aula lá na Costa Rica e essa aula chegava por exemplo a uma televisão aqui ou a uma internet ampliada não para cada um individualmente mas para um grupo de alunos, até lembraria as escolas Radiofônicas.</p>	<p>Paulo Freire, uma coisa é chamar de universidade popular a universidade que se abre democraticamente para incluir nos seus cursos a totalidade do povo brasileiro e todas as classes populares e todas as etnias, índios, negros, operários, camponeses, quer dizer seria aquele espírito lá dos anos 60 da democratização da universidade , agora , outra coisa é universidade popular como universidade a serviço do povo a serviço de uma leitura de Brasil popular, a serviço da criação de uma contra hegemonia não só popular mais revolucionária oposta à hegemonia colonizadora do capitalismo que a gente tem discutido e o que você pode pensar também é a junção da duas vertentes, quer dizer, a universidade que é popular , que é democrática porque é inclusiva, porque é aberta a todos, e a universidade que é popular porque ela se coloca contra hegemonicamente frente a uma universidade elitista.</p>
Balduino Andreola	<p>Alguém me disse, ou alguns me disseram um dia: foste tu que introduziste os movimentos sociais na Universidade Federal do Rio</p>	<p>[...] eu acho que há muito elitismo ainda[...]. aqui caberia citar um grande nome, um dos grandes nomes no campo da</p>

	<p>Grande do Sul - eu levei um susto, né! Bom, fui eu que introduzi.[...] Convidamos representantes dos movimentos sociais para planejar o seminário sobre os movimentos sociais. Eu acho que foi década de 80 ou de 90 por aí, eu não sei bem. Foi época das greves, eu acho que foi já na década de 90 - foi ali proposto e eu sugeri - me pediram que eu sugerisse - então sugeri os movimentos que foram convidados para a reunião de planejamento do seminário.</p> <p>Depois, acho que em 1992 (acredito que foi nesse ano) quando foi a gestão do Hélgio Trindade eu fui convidado para uma reunião lá na Pró-Reitoria de extensão, com representantes dos movimentos. Lembro do MST. E eu me lembro que estávamos em círculo e a um dado momento me foi dada a palavra. Foram várias intervenções, várias falas e eu não sei se eu tinha pedido a palavra ou me deram a palavra... Eu olhei assim, com o olhar meio de doido e talvez alguém pensasse: o que esse cara tá pensando. Aí eu disse, eu estou me perguntando se é verdade, porque até pouco tempo, eram alguns doidos varridos, alguns diziam, idealistas que tinham algum projeto, alguma coisa com movimentos sociais, como o MST no caso. E agora estou aqui numa reunião oficial, promovida oficialmente pela universidade - Humm... por essa universidade, pela Pró-Reitoria da extensão para discutir. Ah, lembro do movimento negro, me lembro numa ocasião, isso foi iniciativa minha que convidei representantes do movimento negro para uma disciplina minha na Faculdade de Educação. Há! eu não sei se eu tenho ali ou tenho em casa o troféu que eu recebi nos imperadores do samba, não por méritos no samba, por ter sambado, mas por ter aberto as portas da universidade ao movimento negro, isso que eles reconheceram, recebi lá! Depois, o professor Alceu Ferraro que era</p>	<p>educação popular que é o Ernani Maria Fiori, e que eu posso dizer tranquilamente que foi o maior parceiro de lutas, o maior parceiro no campo teórico, no campo dos compromissos sociais populares e grande parceiro no campo teórico do Paulo Freire, que Paulo Freire o considera de um certo modo seu mestre.</p> <p>[...]então é preciso uma abertura muito maior da universidade e muito mais projetos. Acredito que a Universidade Federal (Ufrgs) se abriu muito mais. Veja as cotas e assim por diante. A universidade está se abrindo para as periferias. Muitas universidades têm projetos importantes, mas eu acho que a muito caminho a andar ainda. Cabe às universidades o compromisso com as classes sociais. O compromisso de Paulo Freire, o compromisso da educação popular é o compromisso com a casa comum, com a humanidade e não propriedade de alguns. Toda a educação popular que se preze, porque, com relação a Paulo Freire ele sempre partiu da prática, partiu da ação, partiu do dialogo com os sujeitos históricos.</p>
--	---	---

	<p>diretor da faculdade na época, recebeu numa outra instituição, também na sede de um movimento negro um troféu, pela Faculdade de Educação. E nós tivemos lá na Faculdade de Educação um grupo de cultura negra, não me lembro bem o título, mas era um grupo de estudos de cultura negra e tínhamos reuniões e numa ocasião promoveram o seminário de uma semana com estudantes africanos na universidade federal [...]. Aliás, se estou com o pé na universidade também fora e aqui por vocês também me levam, eu acho que o fórum Paulo Freire, é um...</p>	
Osmár Fávero	<p>A minha entrada na universidade é absolutamente acidental! [...] Basicamente eu trabalhava o planejamento, depois passei a trabalhar política. Eu comecei a fazer pesquisa em movimentos sociais quando eu fiz a tese porque eu resolvi fazer sobre o MEB. Eu tinha comigo o Peixoto que tinha sido do MEB em Goiás. Queria fazer do MEB Goiás. Tinha Maria Conceição Raposo no MEB Maranhão queria fazer o MEB Maranhão e tinha mais umas duas ou três, e tinha sim uma pessoa muito boa do Maranhão que queria fazer sobre o projeto escola João de Barro, lá no Maranhão que era para criança, mas pegava também a faixa de alfabetização com a própria equipe do MEB. Era um grupo de quatro, cinco muito bom, esse período eu volto a estudar o movimento social, que era o período muito forte, basicamente o movimento social urbano [...] a gente tinha esperança, cartilhas que eram muito boas, tinha um coordenador dos movimentos sociais excepcionalmente bem articulado. Eu estava assim transitando um pouco com o que estava acontecendo e simultaneamente estudando. Trabalhava nesse período e comecei fazer a pesquisa. [...]</p> <p>Você esta puxando Paulo Freire,</p>	<p>Orientei alguns estudos com temas sobre Educação Popular com experiência de EJA [...].</p> <p>Trabalho com a Educação Popular, na volta da recomposição da memória e tal. Aula, aula, aula, mesmo curso de Educação Popular poucos, umas duas ou três vezes, já na UFE com turmas pequenas, muito assim no estilo seminário, pegando documento lendo, fazendo isso o, o dia inteiro, lendo documento diverso, discute o documento de manhã, mostra o material didático à tarde. Nesse período trabalhava muito com transparência, você não tinha ainda essa história de ter vídeo, de ter isso de ter aquilo, era tudo transparência, levava os slides de Paulo Freire, projetava até um dia um grupo de doutorado disse: - não, o senhor vai perder essas coisas, vamos botar isso no CD. Isso foi há dois ou três anos passados e há dez anos que eu estou botando isso em DVDs. Três DVDs, num e-book bonitinho na caixinha e tudo. Vai ser lançado na ANPED em Florianópolis.</p>

	<p> você falou várias vezes no MOVA. Sim, eu fiquei mais próximo do Paulo Freire, mas por uma bobagem minha, sem, conviver muito com ele, mesmo trabalhando com na PUC de São Paulo não sabia que ele gostava de uma caipirinha. Encontrei várias vezes, em várias defesas, conversamos várias vezes, mas nunca bebi uma garrafa de cachaça com ele. Fui à casa dele e descobri muito tarde que ele gostava de cachaça e que gostava que levassem para ele. Descobri muito tarde - podia ter feito isso. Aí contando um pouco do que eu tinha feito e tal. Acompanhei o MOVA sim, mas não por ele, acompanhei pelo Sérgio Haddad, e o pessoal da Ação Educativa. Acompanhei a parte da Secretaria pela Ana Maria Saul e pela outra menina lá da USP que era braço direito dele. Assim ficava sabendo sobre o que ele estava fazendo, o que estava propondo, sabia as novidades, um pouco assim. indiretamente eu acompanhei sim, e eu acho que eu tenho muita coisa dele e sobre ele claro, mas não como aquele arquivo fabuloso do Instituto Paulo Freire. [...] </p> <p> Quando ele perdeu a primeira esposa dele a Elza, aquela pessoa maravilhosa, a Ana Saul foi a encarregada de chama-lo, ele estava na fossa, de chamá-lo para fazer, para voltar a dar aula, ele fez uma proposta sumamente interessante, vamos combinar o seguinte: pede para o pessoal ir lendo meus livros assim cronologicamente, que eu quero discutir os meus livros com eles, parece que vem daí a ideia da pedagogia da esperança. Eu lastimo não ter ido. </p>	
Moacir Gadotti	<p> Comecei a me interessar pela Educação Popular como estudante universitário, quando fazia o Curso de Pedagogia (1962-1967). Ao sair do Brasil, para fazer meu Doutorado na Universidade de Genebra, pude conhecê-lo (Freire) pessoalmente, em 1974, e estabelecer um diálogo que se prolongou até o final da sua </p>	<p> E a Educação Popular na universidade? Você me pede para falar desse tema. Bem, confesso que nunca fiz qualquer diferença entre atuar com movimentos populares ou atuar na universidade. Eu não consigo separar essas duas práticas como práticas divergentes ou </p>

	<p>vida. Voltei ao Brasil em 1977, e ele, em 1980, e iniciamos, juntos, o primeiro trabalho de Educação Popular na cidade de Diadema (São Paulo) com um projeto de Alfabetização de Adultos, que durou de 1983 a 1988. [...] Dando continuidade a essa ação alfabetizadora de adultos, Paulo Freire, ao assumir a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em 1989, convidou-me para coordenar o MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo), um projeto idealizado por ele e por Pedro Pontual. Pode-se dizer que esse projeto reinventou sua própria metodologia depois de sua conhecida experiência de Angicos (RN), realizada em 1963, e teve muita repercussão, continuando vivo, ainda hoje, num conjunto de projetos semelhantes, articulados na REDE MOVA-BRASIL. [...] com Francisco Gutiérrez e outros companheiros e companheiras, que participei da criação, em 1991, do <i>Instituto Paulo Freire</i>, cujo lema é “Educar para transformar”. A partir de então, dividi minha ação educadora entre essa Organização Não-Governamental e a docência na Universidade de São Paulo, depois de ter passado pela PUC-SP, UNICAMP e PUC-Campinas.</p>	<p>contraditórias. Aprendi isso convivendo com Paulo Freire, que dizia estar fazendo Educação Popular na universidade. Como concepção geral da educação a Educação Popular não é só aquela que se dirige às classes populares. Podemos fazer Educação Popular na universidade trazendo esse tema para dentro de suas preocupações. Um testemunho vivo disso é a sua própria tese, prezada Fernanda. Eu orientei muitas teses que tinham o paradigma da Educação Popular como quadro teórico, além de muitos temas relacionados diretamente com a vida dos mais oprimidos. Lembro-me de uma tese sobre meninos e meninas de rua que resultou num livro clássico: <i>Pedagogia social de rua</i>, de Stela Graciani. Esta é uma das formas de fazemos Educação Popular na universidade.</p>
<p>Celso de Rui Beisiegel</p>	<p>sou um pesquisador da educação [...] nunca fui um militante da educação popular, eu cheguei a estudar a educação popular porque as minhas atividades na militância universitária me levaram a isso. Trabalhei no Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE). A educação popular é um instrumental com dimensão política. As propostas pedagógicas de Paulo Freire, especialmente o seu método de alfabetização explicitavam a dimensão política da educação popular. No Brasil suas propostas de educação popular foram julgadas sobretudo a partir da dimensão política. Acompanhei as experiências de alfabetização de</p>	<p>Eu acabei defendendo um doutorado em 1972 que saiu publicado como livro como o estado e educação popular, o meu orientador era o Florestam Fernandes que já tinha me orientado no mestrado. Só que o Florestam tinha saído do país e o meu doutorado foi assumido pelo Luiz Pereira, era meu amigo meu compadre um pouco mais velho que eu mas um tipo notável me ajudou muito na minha formação. Infelizmente falecido também, e não era um trabalho sobre o Paulo Freire era um trabalho sobre educação popular com o último capítulo dedicado ao Paulo Freire. Eu fiquei com essa</p>

	<p>adultos realizadas com o emprego do método de Paulo Freire.</p> <p>Muitos me procuram para discutir esse campo de pesquisa em educação na escola. Acredito que as experiências nos movimentos de alfabetização de adultos podem contribuir com a escola pública. (Me deu o livro A qualidade do ensino na escola pública), Ministrei disciplinas de Educação Popular no Brasil; E, Estado e Educação Popular na Sociologia da Educação.</p>	<p>divida comigo mesmo de fazer um trabalho sobre o Paulo Freire isso tudo eu conto na apresentação do estado e educação popular e depois no política e educação popular. Para fazer o política e educação popular, ai sim, eu fui investigar um pouco o movimento estudantil, li bem atentamente o trabalho da Vanilda Paiva que foi sobre educação popular e educação de adultos. Depois o livro da Vanilda sobre o Paulo Freire saiu um ano dois anos antes de eu aprontar o meu trabalho sobre política e educação popular. Nós temos enfoques e apreciações bem discrepantes mas eu dediquei o meu trabalho a Vanilda também, ela é notável uma grande pessoa . É uma mulher de garra, nós fomos muito amigos depois eu perdi contato com a Vanilda, os últimos contatos que eu tive com ela foi na época que ela passou por Brasília pelo Inep, depois eu entrei numa linha de administração na direção da faculdade de educação na pró reitoria e passei um tempo meio fora da atividade acadêmica propriamente dito, e não encontrei mais a Vanilda, mas ela vale a pena , inclusive como contra ponto, como crítica.</p> <p>Então parte daquilo que você queria na sua carta pedagógica está escrito tanto na política , e no estado e educação popular como na política e educação popular.</p> <p>Carta recebida: Em novembro de 2013, apresentei num seminário internacional dedicado ao estudo de questões suscitadas pelo tema da educação superior em Paulo Freire, uma comunicação intitulada "A educação superior em Paulo Freire: uma proposta de orientação para a pesquisa". O tempo disponível para a exposição, cerca de 30 minutos, era insuficiente para uma exploração mais circunstanciada das posições de Freire nas questões referentes à educação</p>
--	--	---

		<p>superior. [...]As discussões sobre o tema envolviam dificuldades. A primeira delas estava na escassez de publicações ou outras manifestações de Paulo Freire sobre questões específicas do ensino superior. Mais ainda, como minhas pesquisas em seus trabalhos orientavam-se sob a perspectiva da atuação junto às classes subalternas, especialmente na conscientização e alfabetização de jovens e adultos analfabetos ou pouco escolarizados, suas eventuais análises sobre aspectos específicos do ensino superior ou potencialmente sugestivas para os estudos sobre esse nível da escolaridade poderiam até passar despercebidas nas minhas leituras.</p>
<p>Vanilda Paiva</p>	<p>Iniciei meus estudos superiores em 1962 na Universidade do Brasil. Transferi-me para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1963 no RN, estadual, em razão de meu casamento. Fui, de fato, professora de inglês do ginásio da escola Pe. Miguelinho, numa região então pobre de Natal, por ter cursado a Cultura Inglesa e me diplomado em 1961. Tenho desta experiência uma lembrança inesquecível: eram alunos pobres que, ao final das aulas, batiam palmas! Depois de formada fiquei como professora do curso de pedagogia e fundei, com outros, um Serviço de Psicologia Aplicada (CEPA), considerando que eu havia estagiado com Nise da Silveira em 1962 e feito cursos privados sobre testes projetivos com José Otávio de Freitas, então o melhor especialista em testes projetivos. Anos depois fui bastante perseguida por ter liderado a greve pela federalização da Faculdade, já que o Estado não nos pagava. Daí me interessei pela extensão</p>	<p>Mas olha, veja porque a universidade como projeto, desde sempre é um projeto para formar intelectuais, é um projeto para formar eruditos, ora isso é tudo que a Educação Popular não quer. Tem que vir do povo, aquela perspectiva do Herder de pegar as canções populares, claro que tem muita sabedoria nisso! Só que não é só isso. Acredito no humanismo na perspectiva revolucionária. Por isso que eu te disse, olha o artigo que eu te mandei do Heydorn porque o artigo do Heydorn indica aquilo que é o meu ideal. Ele foi meu professor. Lá tem o meu ideal como produção acadêmica. Meu professor Heydorn escreveu e eu transpus ao português a introdução à tradução alemã do livro de Ettiënne de la Boetie. O discurso sobre a servidão voluntária. É de uma erudição e de uma perfeição. Olha é muito impressionante.</p>

	<p>universitária que, na área da educação, era fundamentalmente formada de cursos da alfabetização. Nestes, a equipe se montou com membros do MEB desmantelado pela ditadura, à exceção de Nazira Vargas, denunciada à Reitoria como comunista, o que não era verdade – ela havia trabalhado com D. Eugênio Sales e queríamos contratá-la num programa financiado pela SUDENE.</p> <p>Trabalhei na universidade no Rio Grande do Norte na extensão universitária. Representei o CLACSO aqui no Brasil, a comissão. Eu estou aposentada desde os 48 anos. Eu resolvi pular fora da universidade porque acho que aquele clima não é bom, não faz bem à cabeça. Eu fui anistiada porque eu fui caçada. Aí vim fazer mestrado, entrei pro IBRADES, fui fazer doutorado, voltei pro IBRADES, até que houve a reorganização, naquela lista do PMDB, me escolheu pro INEP. Eu fiquei um ano e meio e não aguentei mais porque quem passa por Brasília, nem sempre quer voltar. Então fiquei pouco tempo, voltei pro Rio. Passei UFF, pela UNICAMP e UFRJ. Fui muito perseguida. Entrei na UFRJ e aí eis a surpresa, fui obrigada a assumir o cargo de pró-reitora, horrível. A faculdade de Educação da UFRJ nunca me aceitou, eu sempre trabalhei no Instituto de Economia Industrial. Única pessoa que me convidava para dar aulas lá era o Newton Sucupira. Ele criou a pós-graduação no Brasil e me convidou para dar uns 2 cursos no doutorado em Educação na UFR. Ele me convidava para dar seminários. [...]. Tenho experiência na área de Educação e com o tema educação popular. Eu acabei saindo da universidade muito cedo e daí criei uma ONG onde se faziam pesquisas.</p>	
<p>Fonte: Entrevistas, conversas e depoimentos para a autora.</p>		

Primeiramente, as falas acima caracterizam os pioneiros e pioneiras como intelectuais engajados(as), intelectuais da práxis e pesquisadores(as) militantes. Ao examinarmos os depoimentos, constatamos a compreensão de universidade na práxis educativa dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular. Para tanto, é importante levarmos em consideração a trajetória, as vivências e as perspectivas de cada um desses educadores e educadoras. A análise que faço aqui decorre desse tempo histórico que dialoga e revela uma história que se forjou desde a década de 1960, período em que a grande luta educacional era pela alfabetização de adultos, como direito de todos os homens e todas as mulheres.

Trata-se de recuperar as vivências desde lá, fazendo a relação entre a Educação Popular e a universidade; portanto, estamos discorrendo sobre as tramas conectivas históricas, vividas e constituídas das experiências na/pela prática educativa. São educadores e educadoras que vem se dedicando há mais de quatro décadas a pensar, escrever e discutir a Educação Popular no Brasil a partir de várias concepções teórico-práticas no viés da pedagogia crítica. Dito isso, reconstruir o vivido é mexer com os sentimentos, com as dores, com os anseios, com as esperanças e com as alegrias vividas desde então. Foram momentos de efervescência política e pedagógica em um movimento de criação/descobertas e recriação.

Ao apresentar as positivities e emergências que podem apontar na direção de uma universidade popular, estaremos revelando um pouco das experiências coletivas e particulares/singulares desses educadores e educadoras. As interações entre o singular/particular e o universal/totalidade (Lukács,1978; Freire, 1994) existem nas relações históricas que se dão em movimento a partir das **experiências-mundo** que compõem a práxis educativa dos sujeitos. Mas para essa discussão, é preciso retomar o significado de práxis.

A perspectiva de Sanchez Vazquez (2003) sobre a práxis contribui para que façamos uma relação entre o marxismo e a transformação social a partir da **luta** concreta contra o capitalismo que exclui e mascara a realidade. A **práxis educativa** nesse viés é uma **práxis revolucionária**. Nesse entendimento, tanto para Sánchez Vázquez como para os pioneiros e pioneiras da Educação Popular, essa luta está consubstanciada pela esperança e sonhos que tenham como horizonte a educação humanizadora. Apesar das teorias e dos discursos que mascaram a “malvadez” do capitalismo (FREIRE,1996), as entrevistas nos mostram as inúmeras possibilidades de recusarmos o projeto de educação bancária, que serve a obediência servil. O desafio foi e tem sido descobrir as brechas por dentro do sistema, que embora não tenha rompido com o capitalismo apresenta alternativas contra-hegemônicas.

A filosofia e a educação da práxis se concebem na união dialética entre teoria e prática, de modo a ser criadora, esperançosa, diretiva, política, ética, estética, antropológica e

epistemológica. O marxista Adolfo Sanchez Vasquez (2003) é referência de Paulo Freire¹⁵⁵ e nos ajuda no embasamento teórico-metodológico do *quefazer* (práxis educativa) dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular. Ao conceber a construção do conhecimento científico enquanto prática a serviço da transformação social, identificamos a **luta** por uma ciência construída na relação dialética entre prática e teoria, visando uma práxis libertadora, que pode contribuir na discussão do ideário da Educação Popular no contexto da universidade, articulado com um projeto emancipatório de sociedade.

Para Wolfdietrich Schmied-Kowarzik (1988), existe uma relação dialética da pedagogia com a práxis educacional, substanciada pela teoria crítica da práxis. Para ele, a ciência da educação deve ter a “tarefa consciente de ser ciência prática da e para a ‘práxis’ educacional. Por isto, se trata inicialmente de tornar clara a relação dialética fundamental entre teoria pedagógica e prática educativa [...]” (p.10). Ainda, aborda a relação entre teoria e prática, cuja responsabilidade da atividade educativa necessita da vinculação dialética da práxis educacional, pois:

Também na pedagogia o pensamento dialético precisa se fundamentar dialeticamente, isto é, precisa se explicar numa reflexão filosófica fundamental em sua relação com a prática em que se enraíza e a partir da qual e para a qual estabelece proposições. Por isso, a pedagogia dialética não é apenas uma diretriz no plano teórico da ciência da educação, mas a preocupação teórico-científica (filosófico-fundamental) da fundamentação da pedagogia como ciência que, enquanto prática, não possui seu sentido em si mesma, mas na humanização da práxis. (1988, p.15).

Em outras palavras, ambos os autores consideram a Pedagogia crítica inseparada do engajamento, da organização e da luta pela libertação, pela rota socialista que visa a construção de uma sociedade humanizada. Nos livros de Paulo Freire¹⁵⁶, o capitalismo, gerador do processo de opressão, nos impede de ser mais. Esse *ser mais* é a vocação ontológica. Ele quer dizer que somos vocacionados à humanização e não a ser menos (desumanização). A Educação bancária, seja através da educação tradicional, tecnicista ou pela educação flexibilizada, tem se apresentado como modelo alternativo e de inclusão das pessoas ao mercado de trabalho, sob o disfarce de uma educação democrática. Ser proibida de estudar em uma escola crítica e problematizadora é uma das formas de desumanização. Para tanto, a Educação Popular, enquanto concepção teórico-metodológica contribui para alcançarmos a nossa humanidade por meio de nos reconhecermos e conhecermos a nós e o mundo que nos rodeia. Por isso, a libertação é um projeto de sociedade.

¹⁵⁵ Ver em: FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia Não: cartas a quem ousa ensinar*. Editora Olho d’Água, SP, 1993.

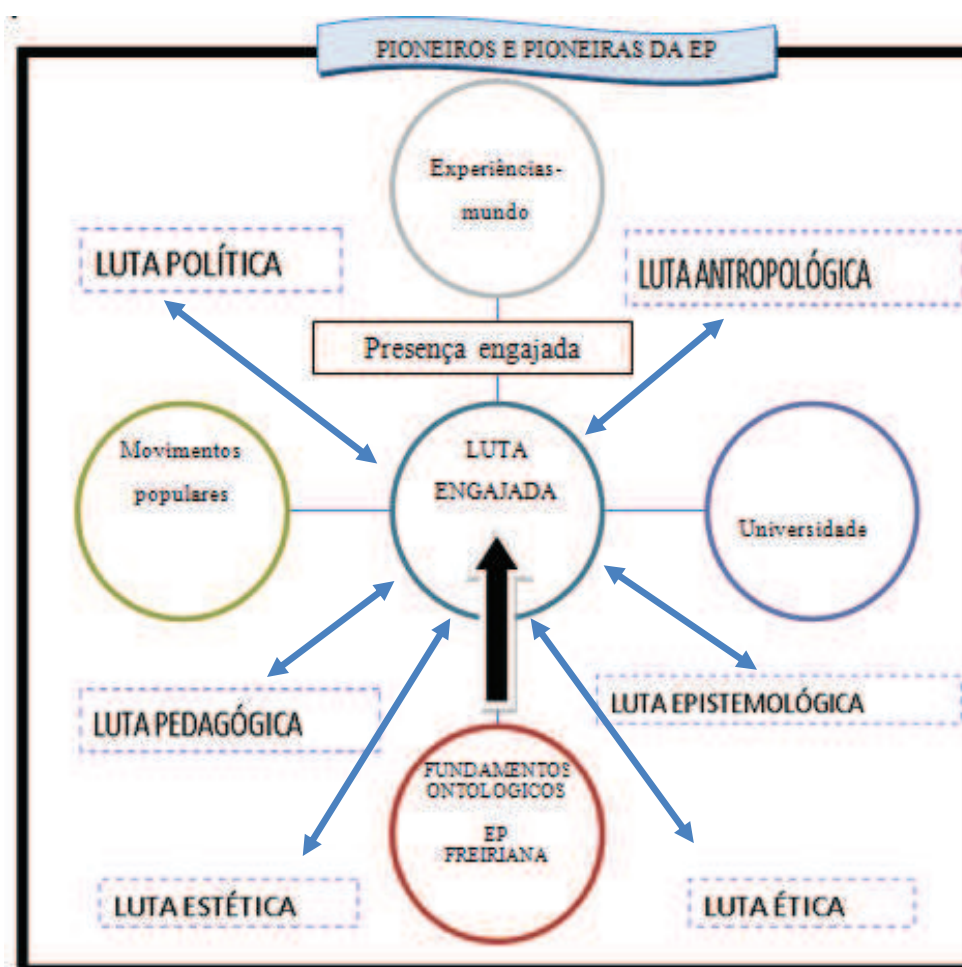
¹⁵⁶ Conferir em *Pedagogia do oprimido e Pedagogia da Esperança*.

Estão aí alguns dos achados mais interessantes desse estudo. A presença engajada dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular possui a luta emancipatória como fundamento ontológico, mas, devido ao projeto de educação e sociedade capitalista no qual vivemos, existem problemas que são enfrentados no cotidiano de suas trajetórias: 1) A universidade continua fechada para projetos de Educação Popular enquanto concepção teórico-prática; 2) A unidade entre a teoria e a prática ainda é um exercício a estar sendo aprendido e concretizado, sobretudo porque a universidade (a maioria) ainda possui um currículo disciplinar ou flexibilizado, ambos na perspectiva do mercado; 3) A práxis educativa criadora e política tem sido experienciada e vivida a partir de grupos de docentes-militantes que trabalham nos pressupostos da Educação Popular freiriana. Ou seja, Paulo Freire e a Educação Popular estão pouco presentes na universidade, e, quando estão, fazem parte da presença engajada de determinados professores e professoras; 4) ainda há uma mescla de compreensões acerca da Educação popular na universidade, e, quando se trata do tema, normalmente está associado à Educação de Jovens e Adultos ou à educação não escolar. 5) Não há uma única concepção filosófica da Educação Popular, e, assim sendo, optamos por afirmar, a partir das entrevistas com os pioneiros e pioneiras, que todas se filiam pela pedagogia crítica. Nesse coletivo, não existem privilegiados, seguidores ou subordinados, apenas aos estudos da obra de Freire. O Paulo Freire é um dos autores que compõem a construção teórico-prática dos sujeitos, no que se refere à Educação Popular, mas não é a única referência teórico-metodológica. Todos e todas, imbuídos pela práxis educativa crítica, leem, escrevem e interagem na realidade a partir de suas *experiências-mundo*, fazendo autocríticas e buscando trabalhar, sempre que podem, com grupos e através de pesquisas participantes.

Um ponto de convergências entre a Pedagogia crítica e a luta pela transformação social consiste na luta engajada dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular a partir de suas tramas conectivas históricas: Organização, trabalho coletivo, engajamento e lutas em prol da Educação Popular. Portanto, se faz urgente uma revisão das correntes filosóficas que constituem os *quefazeres* de quem escolhe a Educação Popular como concepção de educação e de vida. Observou-se que, seja pelo marxismo, pela fenomenologia ou pelo personalismo cristão, todos e todas têm como desafio romper com a malvadez do mercado. Fazer uma releitura das compreensões sobre Educação Popular é de suma importância na atualidade, onde o *popular*, muitas vezes, é descaracterizado da concepção de classe. A *solidariedade teórica* é percebida nos quefazeres dos pioneiros e das pioneiras. Não são teorias divergentes ou antagônicas. São fundamentos teóricos de diferentes correntes pedagógicas, que vêm sendo utilizados nas concepções de Educação Popular.

Mesmo eu possuindo uma caminhada na Educação Popular marxista, considero de grande relevância o diálogo entre as correntes filosóficas, pois nenhum dos pioneiros e das pioneiras foi incoerente com os princípios da Educação popular: pedagogia do e com o oprimido, a *Educação como prática da liberdade*, a *Pedagogia da esperança* imbricada pela *pedagogia da conscientização*, e a *Pedagogia da autonomia* comprometida com a libertação. Essas pedagogias são efetivadas mediante um trabalho coletivo, participativo e dialógico. Portanto, o diálogo crítico fundado na práxis revolucionária é a raiz que dará origem à emancipação social, política, popular e humana – a libertação em Freire.

A luta engajada enquanto fundamento ontológico cujas dimensões dão o significado para afirmarmos que a pedagogia crítica é o paradigma que construiu a Educação Popular a partir desses educadores e educadoras. O desafio é continuarmos a produzir pesquisas sobre teorias e práticas, para que, ao reinventarmos o projeto de Educação Popular, não venhamos a perder de vista a intenção e o objetivo principal das presenças e lutas engajadas dos pioneiros e pioneiras, que é a transformação social.



Por isso, o fundamento e as dimensões ontológicas, constituídos na práxis educativa crítica, são atuais e necessários para a continuidade de pesquisas que provocam enfrentamentos epistemológicos, políticos, sociológicos, filosóficos, éticos, estéticos e antropológicos, tencionando projetos e propostas antagônicas em si.

ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO POPULAR

PROF. CONVIDADO - CARLOS RODRIGUES BRANDÃO
(UNICAMP - SÃO PAULO)



PARTICIPANTES - Alunos e Professores da Unisinos
DATA - 23 de agosto de 82
LOCAL - Auditório Central da Unisinos
HORÁRIO - das 8h20 às 12h / das 14h às 17h40 e
das 19h30 às 22h30
INSCRIÇÕES - LOCAL - Posto da SUPAC - Centro 1
PERÍODO - de 13 a 20 de agosto/82
TAXA - Cr\$ 1.000,00
PROMOÇÃO - GPE - Centro 1 - UNISINOS

FONTE: Acervo pessoal do Carlos R. Brandão.





Três projetos antagônicos

A **educação popular no Brasil** aparece hoje sob **três projetos políticos diferentes e antagônicos**.

No primeiro caso, o do Estado (Mobral, Minerva, etc.), o projeto político é o do sistema que atua em defesa do Estado autoritário. Isso se vê, segundo **Carlos Brandão**, através das mensagens que são dirigidas ao indivíduo, para que esse passe pelos programas que irão aperfeiçoá-lo, “que vão aperfeiçoar a pessoa”.

“A sociedade o Estado protege, o Estado é bom, o indivíduo é que precisa de melhoria, o indivíduo é que precisa ser modificado, não a sociedade. Esta, a concepção deste projeto”. “São projetos a que chamo educação do ‘sistema’, o cidadão manso e o operário produtivo”, diz o **antropólogo**.

No segundo caso, nota-se uma linha histórica, em que a educação é dirigida aos valores da comunidade, ao desenvolvimento da comunidade. São os projetos da Unesco, também do Governo, etc. Na opinião de Carlos Brandão, esse projeto resulta numa educação que reproduz disfarçadamente a ideologia dominante.

O terceiro tipo de projeto político para a educação popular é aquele desenvolvido por grupos mais avançados da Igreja e de setores da sociedade civil. Neste, não entra o Estado. Neste, os programas se destinam a formar o **militante de classe**, pensando-se o indivíduo como classe. (Jornal da Educação, Publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedades –CEDES– Campinas - abril de 1980- Ano 1- p.16- Grifos nossos).

TEXTOS E CONTEXTOS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular vêm construindo o seu **quefazer engajado** na perspectiva da **pedagogia crítica**, não existindo uma única corrente sócio-filosófica orientadora de suas **experiências-mundo**. Em outras palavras, a **pedagogia crítica** compõe alguns pressupostos comuns que perpassam pelas diferentes correntes filosóficas, entre eles estão: 1) A educação libertadora a partir da práxis político-educativa; 2) A transformação social que parta da luta dos e com oprimidos, indissociada de uma educação conscientizadora; 3) O diálogo problematizador entre os diferentes saberes: os construídos na academia (saberes científicos) e os adquiridos no cotidiano da vida (saberes populares) na luta por epistemologias populares; e, 4) A aposta de que existem possibilidades de mudanças, por isso a esperança e o sonho por um mundo justo e humanizador para todos, enquanto luta possível e concreta.

A constatação da ausência de um pensamento binário contribui para alguns apontamentos: A pedagogia crítica orienta a prática social dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, cujo caminho é construído pela unidade na diversidade, embasada pela crítica da realidade concreta e pelas lutas e projetos de cunho transformador. Um exemplo disso está no próprio conceito de Educação Popular, que não tem um único significado para esses educadores e educadoras, mas tem um núcleo comum: a luta pelo acesso dos oprimidos à educação, através de uma educação crítica.

Outro apontamento importante é que mesmo tendo sido identificadas algumas divergências, o que se apresenta não é a divergência quanto ao conteúdo da luta, mas em relação à sua forma. Alguns acreditam que a Educação Popular pode estar na universidade não só como meio de popularização, mas como meio de romper com o projeto de educação e sociedade dominante (alienador, elitista e opressor). Outros julgam que a Educação Popular está ou pode estar na educação superior através de projetos de inclusão social que partam da extensão universitária e da interface com os movimentos sociais. Todavia, todos os entrevistados e todas as entrevistadas concordam que o acesso da classe popular na universidade não significa que tenhamos construído uma universidade popular. Mas vale destacar que não chegamos a uma definição consensual sobre o que seria uma universidade popular, assim como acontece na concepção de Educação Popular, onde não há um tipo único de compreensão.

Evidenciamos que a universidade popular pode ser instituinte ou institucionalizada/instituída. O próprio Carlos Rodrigues Brandão nos falou da possibilidade do Sítio Rosa dos Ventos se transformar numa universidade popular.

[...] de fato houve uma longa tentativa de criarmos na rosa dos ventos uma “universidade popular da pedra branca”. Chegamos a fazer várias reuniões inclusive com gente do Rio Grande do Sul. Mas como quase todas as pessoas já estavam envolvidas com seus que-fazeres universitários, a ideia não saiu do papel. Anos mais tarde estivemos planejando um “curso de formação de educadores populares”, com uma previsão de graduação e de especialização. Tentamos vincular este curso para os movimentos sociais à Universidade Estadual de Minas Gerais, mas sem conseguirmos. Posso enviar pra você a proposta do curso. É bem original. (Brandão: Entrevista, 2017).

Se a considerarmos como uma das modalidades de universidade, podemos nos referenciar às experiências latino-americanas. Essas também não tiveram uma única orientação político-filosófica, e, nessa qualidade, o que desponta como provocador e problematizador são os sentidos e significados do *popular*.

Referente ao segundo apontamento: as contribuições dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular na aproximação efetiva entre a universidade e a Educação Popular estão, exatamente, na identificação das suas lutas engajadas, que perpassam por uma presença também engajada. Isso quer dizer que as dimensões ontológicas da Educação Popular freiriana foram definidas no campo de interações entre as teorias produzidas por eles e elas e as práticas relatadas e registradas. Essa junção conectiva histórica - não linear e dualista, mas é contraditória, dialógica e concreta - colabora para a apresentação do que se caracterizam as compreensões de universidade na práxis educativa desses pioneiros e dessas pioneiras. A caracterização principal é oriunda do fundamento ontológico (luta engajada) e as demais caracterizações são advindas das suas dimensões: política, epistemológica, pedagógica, social, estética, ética e antropológica. Essas dimensões possuem uma base material comprometida que é a ação-reflexão-ação.

Esse comprometimento é visível nas suas presenças engajadas, seja na universidade ou externa a ela. Todas são atravessadas por experiências político-pedagógicas de mais de quatro décadas. Isso quer dizer que a Educação Popular freiriana está na universidade a partir do trabalho deles e delas. O “freiriana” significa uma educação libertadora elaborada por um projeto idealizado por muitos intelectuais, críticos ao modelo conservador de educação e das injustiças sociais advindas do modelo sócio-histórico do capitalismo em voga. Paulo Freire, principal autor que embasa essa tese, representa a educação libertadora, e por isso, o *freiriana* não se caracteriza como adjetivo que se refere à Educação Popular, mas um complemento

essencial e importante, que define, politicamente, as bases teóricas comprometidas com a transformação social, o que requer a superação de uma educação e sociedade desumanizante.

Das suspeitas que eu trazia desde o ingresso no doutorado, algumas se confirmaram, tais como: 1) Existe a necessidade de estudos e pesquisas que tratem da relação entre universidade e Paulo Freire, sobretudo no que se refere à Educação Popular, pois essa temática foi muito pouco explorada em pesquisas universitárias; 2) Não identificamos, com exceção de educadores com experiência em educação de adultos desde Paulo Freire, pesquisas que tratem das experiências dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular desde os tempos de Paulo Freire, principalmente associando à universidade; 3) A universidade atual, sobretudo no contexto das crises estruturais do capitalismo, exige uma “nova” concepção, que colabore com o *Quefazer* de educadores e educadoras universitárias.

A análise das experiências (teórico-prática) de pioneiros (as) da Educação Popular e sua visão de universidade na ótica da Educação Popular contribuíram para sustentarmos a perspectiva da Pedagogia crítica e revisitarmos as compreensões de Educação Popular para, então, definirmos a concepção de *Educação Popular freiriana* como inspiração de um projeto de universidade popular. São as experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular que apontam possibilidades de projetos na direção de uma universidade popular que necessariamente discuta e vislumbre um projeto emancipatório de sociedade.

A universidade popular não se define somente pelas políticas públicas de acesso e permanência da classe popular na universidade ou da sua reestruturação curricular. Também não se concretiza sem *o popular* na universidade e na ausência de um debate crítico-reflexivo e participativo acerca do currículo universitário. Em nosso entendimento, *o popular* é mais que sujeitos demandantes de políticas públicas inclusivas. Se for assim compreendido, nesse caso, *o popular* na universidade não significa que tenhamos conquistado a Educação Popular (concepção ampliada) na universidade. Talvez tenhamos conquistado um espaço importante e necessário na universidade, através das políticas de inclusão social. Nessa interpretação, a presença do *popular na universidade* não significa que tenhamos construído uma universidade popular. O que se acredita é numa universidade encharcada pelo *popular*, cujas dimensões políticas, pedagógicas, éticas, estéticas, antropológicas, metodológicas e epistemológicas sejam coerentes com os princípios da Educação Popular.

Cabe acentuar o mérito das experiências de inclusão de temas da Educação Popular nas propostas pedagógicas de universidades, porque, ao abordar essa concepção dentro de um espaço que, historicamente, não a vem pautando, já é uma brecha para irmos reinventando a universidade através dessas múltiplas experiências, que se constituem atravessadas pelos

condicionamentos políticos, econômicos e históricos presentes na trajetória da universidade brasileira. Dessa maneira, as temáticas da Educação Popular na universidade são a possibilidade materializada para a construção coletiva do nosso *inédito-viável* (universidade popular consubstanciada pela Educação Popular freiriana).

A universidade popular, que discutimos como projeto, parte das experiências teórico-práticas dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, cujo fundamento ontológico é a luta engajada. Assim sendo, não estamos aqui querendo repetir as experiências de universidades populares já existentes. Nossa perspectiva é a da reinvenção, que não recusa as experiências e história da educação, mas busca inspiração em um tipo de Pedagogia e numa concepção de Educação Popular no diálogo com sujeitos históricos, políticos e engajados, que vêm construindo a Educação Popular, especialmente no Brasil.

Desde os primeiros contatos e das primeiras conversas realizadas, já havia constatado que as trajetórias dos pioneiros e pioneiras da Educação Popular estão marcadas por algumas categorias presentes nas obras de Paulo Freire, tais como: historicidade, rebeldia, participação e práxis. Contudo, no decorrer das pesquisas identifiquei que a luta e o engajamento são os fundamentos das experiências-mundo destes educadores e educadoras. Em um encontro, nos anos de 2000, em uma Roda de Conversas realizada na USP e registrada em um documento, ainda não publicado, mas disponibilizado por Brandão temos a seguinte fala:

[...] nós preservarmos a memória de experiências realizadas com sucesso, com emoção, com garra, ela também possibilita, acima de tudo, um encontro entre amigos e entre militantes da educação e da vida. Portanto, a mesa de hoje é composta com nome de arte, educação e engajamento, ela trás essa combinação que é bastante interessante que a gente pense. Nós estamos às vésperas de termos um fato histórico no Brasil. O primeiro torneiro mecânico, sem curso universitário, deverá ser eleito para a presidência da república. E esse fato histórico acontece num processo complicado, o da despolitização das universidades brasileiras. **Um processo de desengajamento.** Engajamento era um termo da nossa época, da geração 60. Depois do golpe militar, não é somente a academia que é tolhida, a arte também. Se hoje nós tivéssemos um novo golpe, quem seria perseguido? Nós estamos numa universidade que não promoveu nenhum debate com os presidencialistas, isto é inédito. As universidades estaduais de São Paulo não promoveram nenhum debate, pois não consideraram importante que ali eles estivessem. É quase que como se a universidade não tivesse nada a ver com isso. A geração de 60 foram os estudantes que achavam que tinham a ver com isso... (Voz feminina? – Seria Beatriz Bebiano Costa? Seria Aída Bezerra?)

Engajamento enquanto luta histórica cuja tarefa era construir projetos e experiências educativas, produzindo conhecimento que contribua para mudar a realidade educacional e o mundo. A Educação Popular, em nossa compreensão, pode ser um caminho possível, com desafios e limites a serem desvendados no movimento da história. Aqui, nossa visão não é dualista, que separa o projeto de universidade do projeto de Educação Popular, pois partindo

de uma leitura crítica dialógica, é possível reinventar a universidade. Não possuímos receitas prontas (das formas), mas temos o que funda o conteúdo desse “sonho possível” (o *inédito viável*) que é a pedagogia crítica inspiradora da Educação Popular freiriana. Portanto, Paulo Freire com suas pedagogias (do Oprimido, da Esperança, da Autonomia, da Pergunta e da Indignação) e Sanchez Vazquez com sua filosofia da práxis (2003) são autores que contribuem para renovarmos nossas esperanças. Mesmo em tempos difíceis, que parecem ser quase infindáveis, a inspiração e o exemplo que nos deixam os pioneiros e pioneiras, com suas presenças e lutas engajadas, nos convocam para continuarmos a enfrentar as situações limites, resistirmos e seguirmos com ações político-pedagógicas de cunho revolucionário. Essa práxis, que se quer revolucionária, é, portanto, um convite para reinventarmos as lutas, contemplando a unidade na diversidade, sem perder o foco no antagônico (os opressores e a dominação). A práxis revolucionária reivindica teoria e prática revolucionárias, luta organizada e um projeto que aspire a derrota dessa sociedade opressora. Vislumbra a continuidade da produção de teorias engajadas através de uma autêntica ciência das e com as classes populares, portanto a construção de epistemologias populares decoloniais.

Os pioneiros e pioneiras da Educação Popular não criaram a concepção de Educação Popular, mas construíram, através de suas presenças e lutas engajadas na universidade e fora dela, uma definição teórico-prática de Educação Popular crítica de cunho libertador. Ou seja, a Educação Popular a partir das experiências-mundo desses educadores e dessas educadoras se realiza na práxis pedagógica em diferentes espaços educativos, cujos movimentos de resistência a todas as formas de opressão e dominação são a razão primeira da presença e luta engajadas desses educadores e educadoras, rebeldes e transgressoras.

As lutas engajadas dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, intelectuais rebeldes, subversivos e transgressores/as das normas burocratizantes, muito presentes na universidade, buscam construir alternativas aos modelos de “educação bancária” e à sociedade capitalista opressora. Essa resistência via mobilização político-pedagógica se traduz numa alternativa popular de rebeldia contra todo tipo de educação que vise à manutenção da opressão. Os pioneiros e pioneiras da Educação Popular, com sua ousadia, coragem e desejo de lutar politicamente pela transformação social, nos convidam a continuar a luta enquanto sujeitos de subversão e transgressão. O movimento da luta engajada que eles e elas nos deixam como marca histórica da Educação Popular é um ato de rebeldia contra a sociedade e o conhecimento colonial, opressor e elitista.

As experiências de Educação Popular na universidade que eles e elas nos brindam podem ser consideradas como uma convocação para a construção de uma educação da

insurgência através da Educação Popular. Mas a Educação Popular, enquanto processo de libertação, chamamos de Educação Popular freiriana.

A pedagogia da libertação, segundo a pesquisa realizada, inspira as diferentes experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular, cujos trabalhos se inscrevem nas lutas por emancipação/libertação. A luta engajada é atravessada por uma **pedagogia engajada**, construída coletivamente através de múltiplas experiências. A proposta político-pedagógica da educação insurgente, na perspectiva freiriana, revela o político e o ético que estão imbricados nas/pelas experiências educativas de educadores e educadoras comprometidas com a humanização. A marca das trajetórias teórico-práticas está na relação entre o instituído e o instituinte, permeados pela pedagogia da libertação. O fundamento e as dimensões ontológicas da Educação Popular mostraram-se coerentes com os princípios da pedagogia crítico-problematizadora, explicitando o projeto almejado pelos pioneiros e pioneiras, que reafirmaram a necessária luta em prol de uma educação e sociedade sem opressão, violência e desumanização.

A análise dos materiais utilizados nessa pesquisa, a partir do método e metodologias de pesquisa adotados, contribuiu para compreender que, para além de não possuímos uma única concepção de universidade popular, temos que usar as brechas e pistas que nos convocam e convidam a tensionar os modelos de universidades mercadológicas e flexibilizadas. O trabalho é processual, mas é a partir dele que contamos com experiências de Educação Popular que tensionaram as concepções de Educação Opressora versus a Educação Libertadora, a separação entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. A partir dessas tensões, a compreensão de universidade na práxis educativa de pioneiros e pioneiras da Educação Popular é advinda das experiências de lutas, resistências, transgressões e rebeldias. É a partir da práxis pedagógica, orientada pelas **experiências-mundo**, e dos seus **quefazeres engajados** que as experiências na universidade vêm sendo mediadas por um projeto de libertação.

Enfim, são as experiências singulares e particulares dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular que contribuem para projetar, a partir de suas **experiências-mundo**, um projeto **político-pedagógico** que se materialize no movimento da práxis educativa de criação e reinvenção dos projetos de educação. As dimensões ontológicas, muitas vezes esquecidas, silenciadas e invisibilizadas, são as nossas apostas para continuarmos na luta engajada consubstanciada pelas histórias teórico-práticas da Educação Popular. Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular freiriana, enquanto transgressores das regras autoritárias e burocratizantes, nos convocam a reinventar a universidade a partir do trabalho e da luta

engajada. Aí, a universidade que se deseja popular tem como tarefa primeira formar intelectuais engajados e engajadas com um projeto de sociedade emancipatória, no sentido e significado radicais.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; MORAES, Salete Campos de; LOCH, Jussara Margarete de Paula. **Curso de Pedagogia com ênfase em Educação Popular: A construção da utopia**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 181-189, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br>, acesso: 07/06/2013.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: Pós Neoliberalismo - As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDREOLA, Balduino A. **O Processo do Conhecimento em Paulo Freire**. Educação e Realidade, Vol.18, nº1, p. 32-45, jan-jul-1993.

ANDREOLA, Balduino A. **A Universidade e o colonialismo denunciado por Fanon, Freire e Sartre**. Cadernos de Educação | FAE/PPGE/UFPel: Pelotas [29]: 45-72, julho/dezembro 2007.

ANDREOLA, Balduino Antonio; RIBEIRO, Mario Bueno. **Andarilho da Esperança: Paulo Freire no CMI**. São Paulo: ASTE, 2005.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto; PAULO, Fernanda dos Santos. **Universidade e Educação Popular: A conexão possível e necessária**. In: Experiências Emancipatórias e Educação: A docência e a Pesquisa. Zítkoski, Jaime Jose; Morige, Valter. (Org.). Porto Alegre: Companhia Rio-gradense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

ALVES, Aluizio Filho. **Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

ALVES, Rubem e BRANDÃO, Carlos R. **Encantar o mundo pela palavra**. São Paulo: Papyrus, 2006, p. 98-99.

AQUINO, R. S. L.. VIEIRA, C. A. F., AGOSTINHO, W. G. C.; ROEDEL, H. **Sociedade Brasileira: Uma história através dos Movimentos Sociais**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 1ª Ed. São Paulo: Editora da Unicamp/Cortez, 1995.

AZEVEDO, José Clóvis de. **Reconversão cultural da Escola: mercoescola e escola cidadã**. Porto Alegre: Sulina, Editora Universitária Metodista, 2007.

BANDEIRA, Filomena. **A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20 - Os intelectuais e a educação do povo: entre a salvação da República e a revolução social**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1994.

BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Tradução de Carlos Rodrigues Brandão. Petrópolis: Vozes, 1980.

BELLO, A. **Obras completas de Andrés Bello: temas educacionais 2**. Caracas: La Casa de Bello, 1982, pp. 671-685, v. 22. In: Weinberg, Gregório (org). Andrés Bello. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010. 116 p (Coleção Educadores).

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

BEISIEGEL, Celso de R. **Estado e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo, Pioneira, 1974.

BENZAQUEN, Júlia Figueiredo. **UNIVERSIDADE S DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: apostas em saberes, práticas e sujeitos descoloniais**. Tese de Doutorado na área científica de Sociologia (Programa de Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania Global), apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2012, 344p.

BEZERRA, Aída. **Atividades em Educação Popular**. In: Educação popular II – Suplemento 22 – CEI: Centro Ecumênico de Informação – Out. 1978.

BEZERRA, Aída; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular**. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORÓN, Atílio. **Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina**. In: Pós – neoliberalismo II: que Estado para que democracia? Sader, Emir e Gentili, Pablo(orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRAYNER, Flávio. **“Paulofreireanismo”: instituindo uma pedagogia laica?** Trabalho encomendado GT 06 – Educação Popular. Florianópolis: 37ª Reunião Anual da ANPED, 2015, 26f.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos R. **A educação como cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Pesquisa Participante e a partilha do saber: uma introdução**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). Pesquisa Participante: o saber da partilha. Aparecida: Idéias & Letras, 2006 a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. 1ª ed. SP, Brasiliense, 2006b.

BRANDÃO, Carlos R. **Entre Paulo e Boaventura: Algumas aproximações entre o saber e a pesquisa**. Proposta, Rio de Janeiro, v.31, n.113, p.38-39, jul./set. 2007.
Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/1211>>. Acesso: 08/02/2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **CULTURA (Movimentos de cultura popular)**. In: Dicionário Paulo Freire/ Danilo R. Streck, Euclides Redin e Jaime J. Zitkoski (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRANDÃO, Carlos R. **Paulo Freire: A educação, a cultura e a Universidade - memória de uma história há cinquenta anos atrás**. EJA EM DEBATE, Florianópolis, ano 3, n. 4. jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA>. Acesso: 12/05/2015.

BRASIL - Secretária-geral da Presidência da República. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: Governo Federal, 2014.

BRITTO, Jomard Muniz de. **O problema da Universidade**. Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade do Recife, Recife, 1, jul./set. 1962, n.p.

BOMFIM, Manoel. **Instrução popular**. In: Cultura e educação do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932.

CALDART, Roseli Salette (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMINI, Isabela. **Cartas Pedagógicas - aprendizados que se entrecruzam e se comunicam**. 1ª. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CARDOSO, Aurenice. **Conscientização e alfabetização: uma visão prática do sistema Paulo Freire de educação de adultos**. Estudos Universitários. Recife, Nº 4: 71-80, abr./jun. 1963.

CARNEIRO LEÃO, Antônio. **Problemas de Educação**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho. 1919.

CHAUÍ, Marilene de Souza. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo. Editora UNESP. 2001.

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade Operacional**, 2011. Disponível em: <www2.unifap.br/borges/files/2011/.../A-Universidade-Operacional-Marilena-Chauí.pdf>. Acesso: agosto, 2017.

CHONCHOL, Jacques. **Prefácio**. In: FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 10 ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CONDINI, Martinho. **Fundamentos para uma educação libertadora - Dom Helder Camara e Paulo Freire**. 1. ed. — São Paulo: Paulus, 2014. — (Coleção Educação Superior)

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In. LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, Lenilda Soares. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA: as tensões das propostas acadêmicas**. In: Melo Neto, José Francisco de. Extensão universitária: diálogos populares. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **A DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO NO ENSINO SUPERIOR – ESTADO E MERCADO**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 795-817, Especial - Out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso: 20/01/2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DÍAZ, Andrés Soriano. **Uma Aproximação à Pedagogia-Educação Social**. Rev. Lusófona de Educação, 2006, n.º.7, p.91-104.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: 21.01.2016.

DUSSEL, Enrique. **Para uma Ética da Libertação Latino Americana**. Vol. II. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação: Crítica à ideologia da exclusão**. Trad. Georges I. Maissiat, São Paulo: Paulus, 1995.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60. O pacto do silêncio**. São Paulo. Loyola: 1988.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n.º 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FÁVERO, Osmar. **Memória e História: O DVD Educação Popular 1947-1966**.S/d. Disponível em:<http://www.dhnet.org.br/educar/40horas/osmar_favero_dvd_educacao_popular_47_67.pdf>. Acesso: 09/06/2013.

FÁVERO, Osmar. **Paulo Freire: primeiros tempos**. In. GUERRA, Marcos; CUNHA, Célio da (Org.) Sobre as 40 horas de Angicos, 50 anos depois. Em Aberto, Brasília, v. 26, n. 90, p. 5-7, jul./dez.2013.

Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/175/showToc>> Acesso: 12/11/2015.

FÁVERO, Osmar. **A história da alfabetização de adultos em questão**. 2003. [entrevista para o Programa Salto para o Futuro]. Disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/salto/>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

FÁVERO, Osmar. **Cultura popular, educação popular: memória dos anos sessenta**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FÁVERO, Osmar. **As fichas de cultura do Sistema de Alfabetização Paulo Freire: um “Ovo de Colombo”**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 18, n.37, p. 465-483, set./dez. 2012.

FERNANDES, Florestan. **Universidade e desenvolvimento**. In: IANNI, O. (org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo, Difel, 1974.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

FERRARO, ALCEU RAVANELLO. **Liberalismos e educação. Ou por que o Brasil não podia ir além de Mandeville**. Revista Brasileira de Educação, v. 14. nº 41 maio/ago. 2009.

FREIRE ARAUJO, Ana Maria. In: GADOTTI, Moacir (org). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

FREIRE, Paulo. **A propósito de uma administração**. Editora: Imprensa Universitária, 1961. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1362>>. Acesso: 02/2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 10ª ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda**. O Pasquim, Rio de Janeiro, n.462, p.7- 11, dez. 1978. Entrevista concedida a Claudius Ceccon e Miguel Paiva.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**, 1979b.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985a.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática, 1985b.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'Água, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. [Recurso Eletrônico].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos / Paulo Freire**. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Compromisso: América Latina e educação popular**. Indaiatuba: Villa das Letras, 2008.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE ARAUJO, Ana Maria. **Paulo Freire: uma história de Vida**. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **Pedagogia da conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de professores / 3. ed.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **Registro**. In Dicionário Paulo Freire/ Danilo R. Streck, Euclides Redin e Jaime J. Zitkoski (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação Popular e Universidade: Contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da Universidade Metodista de Piracicaba**. Universidade de Campinas: Doutorado em Filosofia da Educação. Campinas, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Por uma pedagogia de comunicação**. In: Comunicação docente. São Paulo, Loyola, 1981 .

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas, Papyrus, 1992.

GADOTTI, Moacir. (org.) **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

GADOTTI, Moacir. O MOVA-SP: **Parceria entre Estado e Movimentos Populares**. Instituto Paulo Freire, Universidade de São Paulo. (Artigo) s/d.

GADOTTI, Moacir. **ESTADO E EDUCAÇÃO POPULAR: Desafios de uma Política Nacional**, 2013. Disponível em: <http://www.participa.br/articles/public/0006/3700/Estado_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_Popular_-_Gadotti.pdf>. Acesso: 12/05/2015.

GADOTTI, Moacir. **EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum.** Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. P.10-32.

GADOTTI, Moacir. **Universidade Popular dos Movimentos Sociais: breve história de um sonho possível,** 2003. Disponível em: <<http://www.UniversidadePopular.org/media/relatos%20oficinas/Gadotti.pdf>>. Acesso em: 12/03/2016.

GENRO, Maria Elly Herz. **Relação Universidade e sociedade: Referências introdutórias na construção da qualidade,** 2012. (recebido por e-mail).

GENTILI, Pablo & LANDER, Edgardo (orgs.). **Universidades na Penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária.** São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2011.

GHIRALDELI JR, Paulo. **Educação e Movimento operário no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1987.

GIROUX, Henry. **A escola crítica e a política cultural.** São Paulo: Cortez: 1992.

GONÇALVES, Micheli Suellen Neves. **Educação popular na América Latina: Um estudo comparado do pensamento social de Simón Rodríguez (Venezuela, 1771-1854) e Antônio Carneiro Leão (Brasil, 1887-1966).** Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará, 2014. (Dissertação Mestrado) 180.p.

GOERGEN, Pedro. Laudinor. **A Universidade, sua estrutura e função.** Educação e Sociedade. Ano I, n.2. São Paulo: Cortez e Moraes. 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos.** Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** [tradução de Marcelo Brandão Cipolla] - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IRELAND, Thimoty Denis. **Educação de jovens e adultos e extensão universitária: primos pobres? Aproximações para um estudo sobre a educação de jovens e adultos na Universidade.** In: Melo Neto, José Francisco de. Extensão universitária: diálogos populares. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002.

HEGEL, G.W.F. **A Razão na História: Uma Introdução Geral à Filosofia da História.** Introdução de HARTMAN, Robert S.; Centauro Ed. SP, 2001.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Sistematização das experiências: algumas apreciações.** Tradução de Sérgio Herbert. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (Orgs.). Pesquisa participante: o saber da partilha. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006a. p. 227-243.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis**; tradução de Luciana Gafree e Sílvia Pinevro; colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. -1. Ed. -Brasília, DF : CONTAG, 2012.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. [tradução de: Maria Viviana V. Resende.]. 2. Ed., revista. – Brasília: MMA, 2006b.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Sistematização de Experiências: aprender a dialogar com os processos**. CIDAC: Rio de Janeiro, Janeiro de 2007.

LEÃO, Antonio Carneiro. **Brasil e a Educação Popular**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1917.

LEÃO, Antonio Carneiro. **Problemas de Educação**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho. 1919.

LEITE, Denise. Morosini, Marília. **Universidade no Brasil: a Idéia e a Prática**. R. bras. Est. pedag. Brasília, v.73, n.174, p.242-254, maio/ago. 1992.

LEITE, Denise; CAREGNATO, Célia Elizabete; SCOTT, Clarice; LIMA, Elizeth Santos; GENRO, M. E. H. **Brasil: tendencias emergentes y de cambio en la educación superior, 2000-2015**. In: Takayanagui, Axel Didriksson; Arellano, Carlos Ivan Moreno. (Org.). Brasil: tendencias emergentes y de cambio en la educación superior, 2000-2015. 1ª ed. Guadalajara - México, 2016, v. 1, p. 43-74.

LEHER, Roberto. **Reforma Universitária do governo Lula: retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais**. 6 fev., 2004a. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop_up/Reforma_universit_governo_LULA.htm>. Acesso em: 10/01/2016.

LEHER, Roberto. **Para silenciar os campi**. Educação & Sociedade. Vol. 25. Número 88, p. 867-981, outubro de 2004b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a11v2588.pdf>. Acesso em: 10/01/2016.

LEMES, Marilene Alves. **Estratégias de participação na política de assistência social na perspectiva de Paulo Freire**. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

LOPES, Milton. **A Universidade Popular: Experiência Educacional Anarquista no Rio de Janeiro**. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). História do Anarquismo no Brasil. Niterói: EdUFF, Rio de Janeiro, Mauad, 2006.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. **O Movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna nº 01 (1912 - 1919)**, In: Educação e Sociedade, São Paulo/Campinas: Cortez/CEDES, nº 24, ago 1986.

LUCKEZI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. Disponível em: http://www.biblioteca.sumare.edu.br/vinculos/PDF_OBRAS/3307_miolo.pdf. Acesso em: 19/02/2016.

MACHADO, Adriano. **A construção da extensão universitária brasileira, as políticas institucionais e o compromisso social das Universidades: um estudo sobre a**

Universidade estadual do centro-oeste do Paraná. Universidade Estadual de Maringá, 2009 (dissertação de mestrado).

MACHADO, Maria Elisabete. **Diálogos em roda: uma práxis pedagógica possível com a educação formal e não formal.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

MAFRA, Jason Ferreira. **A conectividade radical como princípio e prática da educação em Paulo Freire.** Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MANDEVILLE, Bernard. **La fábula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública.** Comentário crítico, histórico y explicativo de F. B. Kaye. Publicação original em inglês de 1705 a 1729. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. (Tradução de Alceu Ravanello Ferraro).

MARTI, José. Obras Completas. **La Habana: Obras Completas.** La Habana: Centro de Estudios Martianos; Karisma Digital, 2001. (Edição Eletrônica)

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** São Paulo: Expressão Popular-Clacso, 2008.

MARIÁTEGUI, J.C. **Mariátegui - Sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2007. (Seleção e tradução de Luiz Bernardo Pericás).

MARTIN, Jean-Paul. **Histoire de L'Éducation Populaire et de ses Représentations.** In: Document De L'INEP: L' Éducation populaire:un pari pour ia démocratie. Marly-Le-Roi, INEP, n. 6, nouvelle série, 1986, pp 13-27. (tradução livre).

MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral: uma visão nova da ordem cristã.** Trad. Afrânio Coutinho, Impresso nos Estados Unidos do Brasil: Companhia Editora Nacional, 1945.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, **A ideologia Alemã.** São Paulo: Martins fontes, 1998.

MEJÍA JIMENEZ, Marco Raúl. **As educações populares rumo ao próximo milênio: uma casa ficou grande e ampliou as fronteiras.** Estudos Leopoldenses: Série Educação, São Leopoldo, v. 2, nº 3, p. 7-25, 1998.

MEJÍA JIMENEZ, Marco Raúl. **La educación popular: una expresión de construcción de lo propio.** Documento apresentado na XXV reunião anual da ANPED. Porto de Galinhas. Brasil, 21 a 24 de Outubro, 2012.

MENDES, Maíra Tavares. **Inclusão ou emancipação: um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes,** 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MENDONÇA, Tania Regina Broeitti. **Brasil: o ensino superior as primeiras Universidade s Colônia – Império – Primeira Republica**. In: SEMINARIO NACIONAL ESTADO E POLITICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2., 2005, Cascavel, PR. [Anais]. Paraná: UNIOEST, 2005. Disponível em:

<<http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu07.pdf>>

Acesso em fev,2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Porto Alegre: Fapergs/Ries, 2003.

MOROSINI, Marília (org.). **Universidade no Brasil: Concepções e Modelos**. 1ª Ed. Brasília: INEP. V. 1. 465 p, 2006.

MOUNIER, Emmanuel. **O personalismo**. 2. ed. Lisboa: Moraes, 1964.

MÓNICA, Maria Filomena. **A sociedade, o Estado e a educação popular**: Inglaterra, Portugal e Japão. *Análise Social*, vol. XII (48), 1976-4.º, 853-87.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MELO NETO, José Francisco de. **Educação Popular – Sistema de Teorias Intercomunicantes**. Trabalho GT 06– Educação Popular. CAXAMBU / MG: 28ª Reunião Anual da ANPEd, 2005.

OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. (Coord.). *Educação Superior no Brasil*. Brasília: Capes, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>> Acesso: fev.2015.

OLIVEIRA, José Feliciano . **A vulgarização do ensino - questões a resolver e papel das Universidade s Populares**. FOLHETO de Propaganda. Inauguração da Universidade Popular de Piracicaba no dia 3 de setembro de 1910. São Paulo: Tipografia Brazil de Rothschild & Cia., 1910, (Outubro de 1910, n. 1), p. 10-24.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1ª ed. 1973.

PAIVA, Vanilda. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático Popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Formação das/os Educadores (as) populares de Porto Alegre formadas/os em Pedagogia: identidade, trajetória e desafios**. Porto Alegre: Brava Gente/ISEI: IVOTI, 2010. (monografia/especialização).

PAULO, Fernanda dos Santos. **A formação dos (as) educadores (as) populares a partir da práxis: um estudo de caso da AEPPA**. UFRGS-FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013. (Dissertação/mestrado). 278p.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Pré-Vestibulares Populares em Porto Alegre: na fronteira entre o público e o privado**. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Classes populares na Universidade pública brasileira e suas contradições: A experiência do Alto Uruguai Gaúcho**. 2014. 281f. Tese (doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

PERICÁS, L. B. **José Carlos Mariátegui: educação e cultura na construção do socialismo**. In: STRECK, D. R. (Org.). Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 247-254.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência: Problemas filosóficos da pesquisa científica**. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

POLIDORI, Marlis Morosini; ARAÚJO, Claisy Maria Marinho. **Democratização e Expansão da Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS: Ed.Universitária Metodista IPA, 2012.

PUIGGRÓS, Adriana. **La disputa por la educación en América Latina. Hegemonía y alternativas**. In: SOLLANO, Marcela Gómez; ZASLAV, Martha Corenstein. Reconfiguración de lo educativo en América Latina: experiencias pedagógicas alternativas. México: Unam, 2014.

PUIGGRÓS, Adriana. **Domingo F. Sarmiento ou os antagonismos da cultura e da educação argentinas**. In: STRECK, Danilo R. Fontes da Pedagogia Latino-americana: Uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 105-109.

QUEIROZ, Maria. I. P. de. **Relatos orais: do indizível ao dizível**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 39, n.3, p. 272-286, mar. , 1987.

RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base - MEB: discurso e prática - 1961-1967**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

REDIN, Euclides. Alegria (verbete). In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RIBAS Machado, Érico. **O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e Espanha**. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

RODRIGUES, Edgar. **História do movimento anarquista no Brasil**. Ed. Ateneu Diego

Giménez, Piracicaba, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ROMÃO, José Eustáquio. **Educação**. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ROSSATO, Ricardo. **História da educação superior**. MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária: Glossário**. V. 2. Brasília: Inep/Mec, 2006.

SADER, Emir. **A hegemonia neoliberal na América Latina**. In: **Pós Neoliberalismo - As políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3ª ed. Porto: Afrontamento, 1994.

SANTOS, Boaventura Souza. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de S. FILHO, Naomar de Almeida. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008.

SARMIENTO, Domingo F. **Educación Comum**. Buenos Aires: Editorial Luz del Dia, 1950.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo - A imaginação - Questão de Método**. Trad. Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.1-32.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A História das Idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1999.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. São Paulo: Cortez/IPF- SP/UFPB, 2001.

SÍLVIA, Maria Manfredi. **A QUEM INTERESSAVA O SISTEMA PAULO FREIRE**. In: Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

SÍLVIA, Maria Manfredi. **Política: educação popular**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

SILVA, Richéle Timm dos Passos da. **Universidade e atividade da pesquisa: limites e possibilidades na potencialização da responsabilidade social e política**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

SOBRINHO, José Dias. **Educação Superior: bem público, equidade e democratização**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso: 10/06/2013.

SOËTARD, Michel. **Johann Pestalozzi**. Tradução: Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes, Ciriello Mazzetto; organização: João Luis Gasparin, Martha Aparecida Santana Marcondes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores)

STRECK, Danilo R. **José Martí e a formação de nossa América**. In: STRECK, Danilo R. (org.). Fontes da Pedagogia Latino- Americana. Uma Antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. pp: 135-147.

STRECK, Danilo R. **Martí e a educação popular: um retorno às fontes**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 34, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: www.revistas.usp.br/ep/article/view/28072 Acesso: 10.05.2016.

STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

STRECK, Danilo R. et al. **Educação popular e docência** – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo; MORETTI, Cheron Zanini. **Simón Rodríguez, o crítico da imitação**. In: STRECK, Danilo Romeu (Org.). Fontes da Pedagogia Latino-americana. Uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.55-69.

STRECK, Danilo R. **Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 15, p. 300-310, 2010.

STRECK, Danilo R. (Org.); ESTEBAN, M. T. (Org.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. 1ª ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013.

STRECK, Danilo R. **José Martí e a Educação**. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008.

STRECK, D.; SOBOTTKA E. A.; EGGERT E. **Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo**.

STRECK, Danilo Romeu, **“O INTELLECTUAL COMO TRANSGRESSOR”: RICHARD SHAULL E O PENSAMENTO EDUCACIONAL LATINO-AMERICANO**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 27-45, Maio./Ago. 2017. [Recurso Eletrônico].

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Uma perspectiva da educação superior no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.50, n. 111, jun./ set. 1968. p. 21-82.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TORRES CARRILLO, Alfonso. **Por una investigación desde el margen.** In: TORRES CARRILLO, Alfonso; JIMÉNEZ BECERRA, Absálon (Orgs.). *La práctica investigativa en ciencias sociales.* Bogotá: Fondo Editorial Universidad Pedagógica Nacional, 2006. p. 61-79.

TORRES CARRILLO, Alfonso. **La Educación Popular: trayectoria y actualidad.** Bogotá: El Búho, 2007.

TORRES, Carlos Alberto. **A dialética hegeliana e o pensamento lógico-estrutural de Paulo Freire.** Revista Síntese, Rio de Janeiro, 3(7):61-78, abr./jun. 1976. Publicação: Edições Loyola.

TORRES, Carlos Alberto. **De Pedagogia do oprimido à Luta continua: a pedagogia política de Paulo Freire.** In: MACLAREN, P.; LEONARD, P.; GADOTTI, M. *Paulo Freire: poder, desejo e memórias da libertação.* Porto Alegre: Artmed, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Bases Teórico Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais: Idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa.** Vol. 4 Nov. 2001. Porto Alegre: Faculdades Integradas Reter dos Reis. 2001.

VELHO, Gilberto. **Memória, identidade e projeto.** Uma visão antropológica, Revista TB. Rio de Janeiro, 95(119/126), out./dez.1988.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife: A Revista Estudos Universitários (1962-1964).** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2010.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Memória, história e experiência: trajetórias de educadores de jovens e adultos no Brasil.** Tese de Doutorado em Educação, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O que é Universidade.** 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WARSCHAUER, Cecília. **Rodas em rede: oportunidades formativas na escola e fora dela.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

WEISS, Jussemar. **Educação popular e cultura republicana na França: o limite do campo e a elasticidade do conceito.** História da Educação, ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas, nº 16, p.79-90, set. 2004. (texto impresso)

ZIMMER, Rosane de Oliveira. **Registro reflexivo do agir e do pensar de um grupo encantadamente comprometido com a proposta curricular transformadora.** Porto Alegre. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, PUCRS.

ZITKOSKI, Jaime J. **Horizontes da Refundamentação em Educação Popular: um diálogo entre Freire e Habermas.** Frederico Westphalen: Editora da URI, 2000.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação** – 1ª ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2006.

ZITKOSKI, Jaime; MORIGI, Valter. (Orgs). **Educação Popular e Práticas Emancipatórias: Desafios Contemporâneos**. 1ª ed. Porto Alegre: Corag, 2011.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa de Doutorado: **PIONEIROS E PIONEIRAS DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA E A UNIVERSIDADE**

Nome da Pesquisadora: Fernanda dos Santos Paulo.

Orientador: Dr. Danilo Romeu Streck

Você está sendo convidado a participar deste estudo através da realização de entrevistas (semiestruturadas) com uso de filmagens, fotografias e gravação de áudio, tendo a liberdade de se recusar a participar e ou de continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. O objetivo do estudo é realizar uma pesquisa crítica e analítica a partir das **experiências dos pioneiros e das pioneiras da Educação Popular**, com vistas a obter um conjunto de síntese que possa servir como base para repensar, hoje, a Universidade numa perspectiva da Educação Popular freiriana.

A participação nesta pesquisa não traz prejuízos algum, e, nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Todas as informações/dados coletados neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados identificados. A pesquisadora se compromete em divulgar os resultados obtidos na Universidade e na comunidade, mantendo a confidencialidade da identidade dos(as) entrevistados(as).

Ao participar desta pesquisa você não terá benefício direto. Todavia, almejamos que esta pesquisa proporcione informações importantes para a área de conhecimento pesquisada.

Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas junto a Secretaria do PPG Educação da Unisinos, pelo telefone: (51) 3591-1122 - Ramal 3702. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, através do telefone da pesquisadora: (51)96082148 e contato por e-mail: fernandaeja@yahoo.com.br. Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha, por favor, os itens que se seguem.

Tendo em vista os itens acima apresentados,

Eu _____, RG _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

ASSINATURA _____

_____, ____ de _____ de 201__.

Fernanda dos Santos Paulo

APÊNDICE B - CONVITE LEITOR CRÍTICO E LEITORA CRÍTICA

Convite: Participação da minha pesquisa na categoria de Leitor Crítico e Leitora Crítica da minha tese.

Querida amiga Patricia Rutz Bierhals e Querido amigo Paulo Albuquerque:

Em 2017, uma amiga do doutorado (MARILENE ALVES LEMES) da Unisinos utilizou como metodologia de sua tese o “AMIGO CRÍTICO”: Ela fez algumas opções criteriosas, sendo que uma delas foi: “A autora aconselha que o amigo crítico seja um pesquisador qualificado, isto é, que tenha conhecimentos do assunto, sendo desejável também ser capaz de se relacionar com o contexto, no caso desta tese, que lhe seja familiar o tema da participação.” (2017, LEMES, p.44). Inspirada nela, fiz a opção pelo **leitor e leitora crítica**. Utilizei alguns dos critérios semelhantes ao da Lemes (2017), sendo eles: 1) Ser pesquisadora com conhecimento no tema da Educação Popular; 2) Estar ou ter concluído o doutorado; 3) Aceitar ler a tese colocando-se como amigo/a e leitor/a crítico/a do meu trabalho; 4) Estará participando da metodologia da tese, sendo citado/a no corpo do trabalho. Portanto, aceitará a participação direta na tese; 4) Receberá a tese por e-mail e ao final enviará por e-mail um parecer (no máximo uma lauda) para compor o anexo da tese.

Algumas observações:

1. A tese será enviada no mês de novembro sem a revisão textual. Apenas após a leitura crítica dos Leitores/as enviarei para a revisão;
2. Após o retorno da revisão textual (profissional da área) encaminharei ao meu orientador: Danilo R. Streck e Carlos R. Brandão;
3. Posteriormente, a tese será encaminhada aos sujeitos da Pesquisa: Os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular.
4. Em seguida, será realizada uma nova leitura por mim e estarei encaminhando a tese para a banca, a ser realizada no início do mês de fevereiro de 2018.
5. Quanto ao prazo da leitura da tese: se fosse possível após o aceite de vocês pediria uns 4 dias para o retorno. A tese não é grande. Possui fotos, tabelas e etc., mas tudo contextualizado ao conteúdo.
6. Encaminharei antes da apresentação final a tese para vocês, pois todos participantes diretos terão acesso à versão final antes da defesa.




Um abraço fraterno

Fernanda dos Santos Paulo

LEMES, Marilene Alves. **Estratégias de participação na política de assistência social na perspectiva de Paulo Freire: PPG- Educação: Unisinos, 2017.**

APÊNDICE C - BREVE TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

FASE	PERÍODOS	COMPREENSÃO DE EDUCAÇÃO POPULAR (EP)
PRIMEIRA	Antes de 1949	Associando a alfabetização de adultos como uma forma de promover o progresso, mas o ensino ainda era descontextualizado. EP: acesso à educação escolar.
SEGUNDA	Entre 1959 e 1964	Grupos da classe média: havia dois projetos em voga. Um que começou a levar em conta alguns saberes do povo nos projetos com o objetivo de resolver os seus problemas imediatos, fomentando a organização comunitária. Com isso, o Estado burguês buscava cooptar o apoio popular. O outro procurava conquistar o povo para a revolução. 1) Movimentos de reformas de base; 2) Educação Popular: Alfabetização de Adultos. 3) Educação e Cultura Popular: Teatro, música, mística, etc. 4) Projeto Nacional de Educação Popular de alfabetização.
TERCEIRA	Após 1964 até 1979.	Após 1964, com o golpe de Estado e repressão de 1968, os movimentos de base se fragmentam. 1) Comunidades Eclesiais; 2) Teologia da Libertação; 3) O jornal Pasquim se destaca como alternativo ao modelo autoritário. (Ver ANEXO) 4) Ditadura militar: prisões, exílio, censura, perseguição, repressão, etc. 5) Ação Popular, MEB e movimentos contrários a ditadura.
QUARTA	DÉCADA DE 1980	1) EP: Redemocratização e a militância nos Movimentos Sociais. Exemplos: Campanha Diretas Já, mobilização pela Constituição Cidadã de 1988, etc. 2) Educação Popular na escola pública e na discussão de projeto de Partido. 3) Estado e Educação popular (gestões do PT). 4) EP e MST: Ocupações e resistência no campo e na cidade. 5) EP: A Luta por direitos sociais básicos através de movimentos populares. 6) EP: Criação da CUT - Central única dos Trabalhadores e a retomada da formação política e reconhecimento do trabalhador enquanto classe trabalhadora. 7) EP e a igreja Católica: Comissão Pastoral da Terra. 8) EP na universidade; 9) Retorno do Freire e outros companheiros/as do exílio.

QUINTA	<p>Década de 1990</p>  <p>Período que discute a refundamentação da EP</p>	<p>11) EP enquanto acesso a educação (direito de aprender). 12) EP enquanto procedimento metodológico (pesquisa ação participativa, Investigação participativa, pesquisa participante). 13) EP e sua dimensão pedagógica (Diferença entre ação popular e Educação popular). 14) EP enquanto classe. 15) Educação para todos (educação básica). 16) EP freiriana enquanto paradigma moderno. 17) Educação política para a Cidadania. 18) EP enquanto alternativa. 19) EP enquanto pedagogia crítica. 20) EP enquanto instrumento de luta nos processos democratizantes dos países Latino Americano.</p>
SEXTA	<p>2000 a 2010</p>  <p>Desafios EP para século XXI</p>	<p>11) EP na construção da humanidade e do ser humano (humanização). 12) EP para todos (incluindo a Universidade). 13) EP enquanto paradigma filosófico; 14) EP enquanto Novos Horizontes e Renovação de Compromissos; 15) EP para cidadania (políticas públicas, reforma educacional, direitos humanos, movimento feminista, ecologia, multiculturalismo, Interculturalidade, etc.) 16) EP enquanto projeto (pedagogia do oprimido). 17) EP e sua dimensão pedagógica e metodológica. (ex. sistematização de experiências, Pesquisa Ação Participativa, formação de educadores e educadoras). 18) EP no processo da construção da Democracia Participativa e da cidadania ativa 19) EP e os novos paradigmas voltados para os novos movimentos sociais e Ongs (negros, gênero, indígena, camponês, quilombola, sem terra, etc.). 20) EP e os paradigmas emancipatórios.</p>
SÉTIMA	<p>2010 a (?)</p>  <p>Educação Popular enquanto Movimento plural e de aprofundamento de estudos</p>	<p>1) EP enquanto prática (economia solidária, gênero, dos movimentos sociais, de universidades, tecnologia, educação ambiental, educação para a paz, políticas públicas [saúde, educação, serviço social], etc.); 2) EP é intencionalidade e necessita de diálogo e pesquisa. 3) EP: política, direitos e cidadania (do conceito a luta). 4) EP e prática emancipadora para responder aos problemas sociais; EP enquanto inclusão social; 5) EP e refundamentação com e a partir de Paulo Freire (aprofundar o estudo recriando suas idéias); 6) EP e metodologias participativas. 7) EP e práxis: reflexão sistemática sobre práticas e necessidade da sistematização de experiência enquanto processo formativo. 8) O Início de um debate acerca da Internacionalização da temática da EP na Educação Superior (Danilo Streck faz uma apresentação na Anped-Nacional em 2017). EP em construção...</p>
FONTE: da autora		

APÊNDICE D - CARTAS PEDAGÓGICAS

Cartas pedagógicas



Carta Pedagógica a Fernanda dos Santos Paulo

Cara Fernanda,

Antes de mais nada, quero felicitá-la pela escolha do tema de sua tese de Doutorado, repensando a Universidade a partir do paradigma da Educação Popular. No que puder, conte comigo.

Você pede uma "Carta Pedagógica", contando um pouco de minha trajetória de atuação no campo da Educação Popular. As Cartas Pedagógicas são uma tradição na Educação Popular. Em 2008, tive a alegria de prefaciá-lo um livro de um conjunto dessas Cartas, da Rede de Educação Cidadã (RECID), uma articulação de atores sociais, entidades e movimentos populares voltada para o trabalho social e a Educação Popular junto às famílias brasileiras mais empobrecidas, atendidas pelo Programa Fome Zero. Em 2012, Isabela Camini, membro atuante da RECID, escreveu um livro sobre as aprendizagens deste projeto com prefácio de seu ex-orientador, professor Jaime José Zitzkoski, também chamado de "Cartas Pedagógicas".

O gênero "carta" foi muito utilizado por Paulo Freire por estabelecer um vínculo imediato entre quem escreve e quem lê. Uma carta, ao mesmo tempo em que pode dirigir-se a um público maior, ela se dirige a cada um em particular. Ela, em geral, convida à aproximação, à cumplicidade, chama para o diálogo. Ela não se presta ao discurso autoritário. A carta espera uma resposta, um gesto, a tomada de posição, o engajamento. Por isso, o gênero carta é tão pedagogicamente apropriado à Educação Popular.

Confesso que é mais fácil escrever um prefácio do que esta Carta Pedagógica sobre minha

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR EM PAULO FREIRE

Celso de Rui Beisiegel

Em novembro de 2013, apresentei num seminário internacional dedicado ao estudo de questões suscitadas pelo tema da **educação superior em Paulo Freire** (1), uma comunicação intitulada "A educação superior em Paulo Freire: uma proposta de orientação para a pesquisa". O tempo disponível para a exposição, cerca de 30 minutos, era insuficiente para uma exploração mais circunstanciada das posições de Freire nas questões referentes à educação superior. Entre outros objetivos, este artigo tem a intenção de aprofundar o exame de problemas então levantados.

As discussões sobre o tema envolveram dificuldades. A primeira delas estava na escassez de publicações ou outras manifestações de Paulo Freire sobre questões específicas do ensino superior. Mais ainda, como minhas pesquisas em seus trabalhos orientavam-se sob a perspectiva da atuação junto às classes subalternas, especialmente na conscientização e alfabetização de jovens e adultos analfabetos ou pouco escolarizados, suas eventuais análises sobre aspectos específicos do ensino superior em estabelecimentos superiores eram as vezes sobre um nível de



APÊNDICE E - NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE ALGUNS DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a proposta metodológica e as orientações encaminhadas para os sujeitos da pesquisa, informo que:

- 1) Dos pareceres dos (as) participantes da pesquisa: não recebi os pareceres individuais solicitados aos entrevistados e às entrevistadas. Alguns retornaram o e-mail, enviado no dia 24.12.2017, acusando o recebimento do arquivo da tese. Caso eu venha a receber algum parecer após o dia 10.01.2017, data que combinamos de enviarem por e-mail, estarei imprimindo as mesmas e farei a leitura do texto no dia 27.02.2018, dia da defesa da tese.
- 2) Acerca do convite aos amigos Paulo Albuquerque e Patricia Rutz para participarem da minha pesquisa, na categoria de Leitor Crítico e Leitora Crítica da minha tese: Paulo entrou em contato comigo, e, por motivos pessoais, não conseguiu ler a tese por completo. Ficou de encaminhar um parecer até o final do mês de janeiro. Caso ele envie, estarei mencionando a presença desse amigo, na contribuição da tese, no dia da banca de defesa do doutorado.
- 3) Envio da tese: após os ajustes e revisão, reencaminharei aos pioneiros e às pioneiras da Educação Popular a última versão.
- 4) Defesa: encaminharei um e-mail convidando os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular para acompanharem a defesa da minha pesquisa.

11/01/2018.

APÊNDICE F - NOTA: EDUCADORES E EDUCADORAS POPULARES: HISTÓRIA, TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Brandão, em seu parecer, na qualidade de participante dessa pesquisa, sublinhou a necessidade de esclarecer e recordar o que e quem são os educadores e educadoras populares. Essa nossa conversa é de longa data. Na minha dissertação, devido as nossas inquietudes e diálogos, fiz uma definição do que compreendo ser o educador e a educadora popular. Entendo ser todo sujeito que faz a opção pelo oprimido, que luta e que se reconhece como tal. A Educação Popular é o horizonte de luta. Ser educador (a) popular é uma opção. Não é ser um voluntário, tampouco é profissão. É militância. Posso ser professora, médica, advogada, monitora, liderança comunitária, doméstica, camponesa e ser uma educadora popular por opção. Dizendo de outro modo, nem toda professora da EJA, por exemplo, é uma educadora popular. Ser militante popular e engajado nas causas do povo oprimido é uma característica do educador e da educadora popular. Eu me reconheço originalmente uma educadora popular porque me constituí nos movimentos populares, nas lutas travadas no bairro e na formação política construída nesses espaços. Mas conheço pessoas que se reconheceram educadoras populares sem a experiência da participação nos movimentos populares. Estas dizem que lutam na universidade e na escola pública. Ao se reconhecerem como educadoras populares e professoras, o que marca a trajetória profissional delas é a participação em movimentos que se realizam por dentro da instituição escolar, que demandam participação e engajamento. Essa opção é por adesão e não é voluntária, todavia é uma escolha política.

Brandão escreve (ver anexo G) sobre a importância da coerência com o princípio da Educação Popular na definição do que é ser educador popular, e cita que “No MEB nós tínhamos uma clara consciência de que ‘lá na linha de frente’ estavam os/as educadores/as populares que nós formávamos, treinávamos, assessorávamos, acompanhávamos. E com quem sempre aprendemos muito.” Anos mais tarde, escutamos Brandão se definir como educador popular. Isso é resultado da sua escolha política e pedagógica, de sua trajetória e história marcada de lutas.

Também rememora a história de três irmãos de Goiás (Moreira Coelho), lavradores, monitores do MEB-Goiás e militantes sindicalistas. Estes deixaram suas histórias registradas em livros “entre a poesia e a feroz crítica social”. Ao reportar-se a esses educadores, me fez um pedido: “Não esqueça dessas e desses “pioneiros da Educação Popular” em um momento de abertura de sua tese. E faça menção oral a eles na defesa.”

Com esse pedido, estendo aos muitos educadores e muitas educadoras populares espalhadas/os pelo Brasil, em especial. Principalmente àqueles que, assim como eu e os Moreira Coelho, por muito tempo estiveram na clandestinidade, ou seja, realizando e fazendo um trabalho de Educação Popular invisibilizado e não reconhecido.

Janeiro, 2017.

ANEXO A - TERCEIRA FASE DA EDUCAÇÃO POPULAR



PAULO FREIRE, no exílio, ficou mais brasileiro ainda.

Claudius — Pra começar com o papo eu acho que seria bom apresentar você aos leitores que não te conheceram, que tinham 10 anos, 8, 7, 5 anos em 64, quando você deixou o Brasil queouve m falar de você. Então Paulo, onde, quando e de quem você nasceu?

PAULO FREIRE — Em primeiro lugar eu gostaria realmente de agradecer a vocês essa oportunidade que me dão de estabelecer, possivelmente, um primeiro diálogo mais informal com um grupo de jovens brasileiros entre os quais eu incluo sobrinhos meus, que só entraram em contato comigo através de livros. Eu não tenho nenhuma pretensão que seja muito séria mas de qualquer maneira é um contato formal.

Claudius — O microfone é todo seu.

FREIRE — Eu nasci no Recife em

porque minha mãe morreu, há dias. Morreu sem que eu a pudesse ver. Foi uma mulher excepcional também.

Claudius — Você se correspondia com ela?

FREIRE — Muito, muito. Eu passei treze anos de exílio, escrevendo com grande assiduidade. E escrevia de todas as partes do mundo, de Fiji, de Guiné, Papua, da Austrália, da Índia, da África, dos Estados Unidos, de todo lugar. As vezes, pelo excesso de trabalho eu limitava a correspondência, mas aí ela me escrevia e protestava. Reclamava, e dizia o que que há? Você parece até que está ficando rico. (risos)

Miguel — E com que idade ela morreu, Paulo?

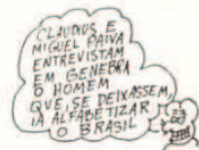
FREIRE — Morreu agora, com 85 anos. Eu estou perdendo assim toda a

Claudius — Era isso que eu queria: situar a sua fome.

FREIRE — Fome de uma família pequeno-burguesa, que lutava fantásticamente para não perder a sua posição de classe.

Miguel — É a fome desesperada.

FREIRE — Isso. Então o que acontece? A gravata no pescoço do meu pai e o piano também na sala de visitas não eram apenas expressões, a primeira da moda masculina e a segunda do gosto artístico de minha tia. Eram expressões de classe. E não era possível perder a expressão de classe, porque aí significava marchar diretamente para os mocambos dos alagados, de onde jamais voltaríamos. Era, eu acredito, uma reação inconsciente. Minha família nunca fez um seminário interno para discutir porque o piano



palavra lê o mundo, o seu contexto. Ela vem para a escola com uma leitura global. A grande tarefa do educador é aprofundar esta leitura, possibilitar inclusive que os campos desta leitura se ampliem. O que eu defendo é uma presença. A presença do educador.

Claudius — O educador está lá como um recurso.

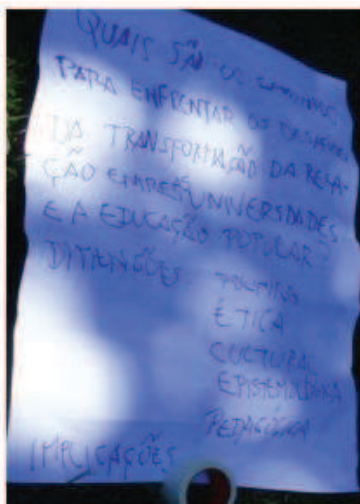
FREIRE — Mas não só como recurso.

ANEXO B - MILITÂNCIA E O TEMA DE PESQUISA



Roda de Conversa vai tratar nesta terça sobre saber popular e conhecimento | Foto: Samuel Maciel- 18/01/2016, Correio do Povo

Uma das organizadoras do evento, Salete Valesan Camba, explica que a ideia é que sejam criadas propostas no fórum. “Ou a universidade se abre para as propostas da sociedade ou a instituição acabará se afastando dela”, considera a professora.



Militância e o Tema de Pesquisa

Alternativas para a Educação formal foram debatidas no segundo dia do Fórum Social da Educação Popular, realizado na Redenção, em Porto Alegre. Nas tendas montadas no parque, educadores populares, professores e estudantes da América Latina discutiram temas como pesquisa, extensão, cultura e direitos humanos nas universidades. Entre os participantes, oriundos de 16 países, estavam representantes de reitorias, como da Unisinos e Ufrgs, entre outros.

CORREIO DO POVO

18/01/2016 23:49 - Atualizado em 18/01/2016 22:50

Notícias - Ensino

Fórum Social da Educação Popular debate alternativas para o Ensino formal

Tendas montadas no Parque da Redenção sediam discussões sobre novas propostas para a educação regular



Roda de Conversa vai tratar nesta terça sobre saber popular e conhecimento

Alternativas para a Educação formal foram debatidas no segundo dia do Fórum Social da Educação Popular, realizado na Redenção, em Porto Alegre. Nas tendas montadas no parque, educadores populares, professores e estudantes de América Latina discutiram temas como pesquisa, extensão, cultura e direitos humanos nas universidades. Entre os participantes, oriundos de 16 países, estavam representantes de reitorias, como da Unisinos e Ufrgs, entre outros. Pela manhã desta terça-feira, o debate teve como tema “Visando as relações entre a universidade e Educação popular – uma metáfora”. A professora de sociologia Raiane Assunção, da Universidade Federal de São Paulo, que abordou o assunto, acredita que a programação do Fórum de Educação Popular inclui a convergência de pensamentos e temas vindos da América Latina, África e Europa. Durante a tarde, os participantes assinaram grupos de trabalho. Uma das organizadoras do evento, Salete Valesan Camba, explica que a ideia é que sejam criadas propostas no fórum. “Ou a universidade se abre para as propostas da sociedade ou a instituição acabará se afastando dela”, considera a professora. No terceiro dia do Fórum Social da Educação Popular, a Tenda Povo Fraterno terá hoje uma Roda de Conversa sobre o saber popular na produção do conhecimento. O debate contará com a presença de Oscar Jara (Brasil), Góti Siqueira Ribeiro (MT) e Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra/Portugal).

ANEXO C - NOTA DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR CELSO DE RUI BEISIEGEL

Jornal da USP

CIÊNCIAS

CULTURA

ATUALIDADES

UNIVERSIDADE

INSTITUCIONAL

Institucional

- 27/11/2017

Nota de pesar pelo falecimento do professor Celso de Rui Beisiegel

Beisiegel foi pró-reitor de Graduação, entre os anos de 1990 e 1993, e diretor da Faculdade de Educação no período de 1988 a 1990

Por Adriana Cruz - Editorias: Institucional, Press release



A Reitoria lamenta, com profundo pesar, o falecimento do ex-pró-reitor de Graduação da USP e Professor Emérito da Faculdade de Educação (FE), Celso de Rui Beisiegel (foto), ocorrido no dia 26 de novembro, em São Paulo.

Beisiegel foi pró-reitor entre os anos de 1990 e 1993. No período de 1988 a 1990, foi diretor da FE, onde também exerceu os cargos de vice-diretor e chefe do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação. Também atuou na Secretaria Estadual de Educação e no Ministério da Educação.

Formado em Ciências Sociais e com mestrado e doutorado na área de Sociologia, Beisiegel dedicou suas pesquisas aos temas da educação popular, política educacional, sociologia da educação e educação de jovens e adultos. Em 2009, em homenagem ao professor, a Editora da USP (Edusp) lançou o livro *Celso de Rui Beisiegel: Professor, Administrador e Pesquisador*, de autoria da professora da FE Gilda Naécia Maciel de Barros.



Foto: Cecília Bastos / USP Imagens

Nima I. Spigolon 23:01 (Há 14 minutos)
para Marli, mim


Olá, Fernanda,

Inicialmente, parabéns pela tese!
Fiquei curiosa para ter acesso à sua pesquisa. Conte comigo no que considerar oportuno.

Respondo, incluindo a Profa. Marli Ancassuerd que foi orientada pelo Prof. Celso. Com certeza, ela também poderá contribuir.

Aproveito a oportunidade para compartilhar a "nota de pesar pelo seu falecimento" na página da Faculdade de Educação da Unicamp <https://www.fe.unicamp.br/institucional/noticias/nota-de-pesar-pelo-falecimento-de-celso-beisiegel>

Grande abraço e seguimos proseando,
nima



Nima Imaculada Spigolon
Professor Doutor MS 3.1
Departamento de Políticas, Administração e
Sistemas Educacionais - DEPASE
✉ nima@unicamp.br
🌐 fe.unicamp.br

[p.br/institucional/noticias/nota-de-pesar-pelo-falecimento-de-celso-beisiegel](https://www.fe.unicamp.br/institucional/noticias/nota-de-pesar-pelo-falecimento-de-celso-beisiegel)

Nota de pesar pelo falecimento de Celso Beisiegel

Obra de pesquisador é referência nos estudos sobre sistemas de ensino, EJA e Paulo Freire

27/11/2017 | Atualizada 28/11/2017 - 09:05

A Faculdade de Educação da Unicamp (FE-Unicamp) lamenta o falecimento de Celso de Rui Beisiegel, Professor Emérito da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), no último dia 26.

Celso Beisiegel atuava com os temas da educação popular, política educacional, educação de jovens e adultos e sociologia da educação. "Suas obras são referências fundamentais para discutir-se a expansão dos sistemas de ensino no Brasil, a educação de jovens e adultos e a obra de Paulo Freire", lembra Romualdo Portela, professor da FE-USP. Beisiegel também foi pró-reitor de graduação da USP, diretor da FE-USP e autou na Secretaria Estadual de Educação e no Ministério da Educação.

[Clique aqui](#) para assistir entrevista de Beisiegel ao Programa Vida de Cientista, da Univesp TV.

Leia abaixo as homenagens de seus colegas de trabalho.



Foto: Cecília Bastos / USP Imagens

"Ainda consternado pelo falecimento do Prof. Celso de Rui Beisiegel, deixo aqui uma mensagem de carinho à Sylvia e suas filhas. Fui aluno do prof. Celso em 1983, quando entrei no mestrado. Desde então nos tornamos amigos, alimentado pelo gosto comum de jogar xadrez e pelas longas conversas sobre educação. Orientando de Florestan Fernandes, trouxe para a FEUSP a melhor tradição dos estudos sociológicos da educação. Suas obras são referências fundamentais para discutir-se a expansão dos sistemas de ensino no Brasil, a educação de jovens e adultos e a obra de Paulo Freire. Na educação, Celso foi o pesquisador que mais influenciou meu trabalho e isso o reconheço em vários dos meus escritos, particularmente no capítulo que escrevi para o livro em sua homenagem organizado por Gilda Maciel de Barros. Tive o privilégio de assistir às aulas de seu concurso para professor Titular na FEUSP, onde sintetizou de maneira magistral seu entendimento sobre as lutas populares por educação e, depois, à cerimônia de outorga do título de professor emérito a ele conferido pela FE, por iniciativa de uma de suas alunas, Marli Spósito. Formou uma geração de grandes pesquisadores entre os quais destaco Marli Spósito e Sérgio Haddad. Era uma pessoa extremamente gentil e sempre disposto a auxiliar aos jovens estudantes. Meus alunos obrigatoriamente tinham de fazer sua disciplina. É uma perda irreparável para a educação brasileira. Deixa-nos uma obra que se engrandece com o passar dos anos e que nos permite compreender as sutilezas da análise das políticas educacionais. Perdemos um grande estudioso da educação brasileira" - Prof. Romualdo Portela de Oliveira, da FE-USP, no Facebook da FE-USP

"O Prof. Celso Rui Beisiegel nos deixou. Não fui sua aluna, mas li seus textos desde a graduação lá na Unesp, no início dos anos 90. Tê-lo na minha banca de concurso na FEUSP foi uma honra e um terror, ao mesmo tempo. Depois de divulgado o resultado, estava ligando pra contar pra família e amigos que eu havia sido indicada quando ele veio pegar seu carro no estacionamento. Me abraçou e eu prometi que faria tudo para honrar a confiança depositada em mim pela banca. Ele disse que tinha certeza que sim. De todas as lembranças de nosso convívio posterior, essa foi a primeira que me veio à mente hoje. Vou continuar tentando, sempre, cumprir minha promessa" - Profa. Kimi Tomizaki, da FE-USP, no Facebook da FE-USP

ANEXO D - HOMENAGENS AO PROFESSOR CELSO DE RUI BEISIEGEL



14/12/2017- *“Há professores que determinam uma fronteira em sua formação. Suas ideias são formuladas antes e depois de você ter tido contato com ele, com o pensamento dele. Sempre trabalhei em prol da universalização do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todas e todos. Porém, só fui me conectar profundamente com a questão da qualidade após ter sido aluno do Celso Beisiegel, em 2014. Um homem erudito, sagaz, preciso, rigoroso cientificamente, gentil e generoso. Após ter cursado a disciplina do Celso, no programa de pós-graduação em Educação da USP, me tornei um estudante melhor, um militante melhor, uma pessoa mais convicta, mais plena. Celso era um entusiasta da sociologia da educação, um homem simples, humilde, sorridente. Infelizmente, fiz parte de sua última turma, de sua última disciplina ministrada. Todo educador brasileiro deveria ter tido o direito de ser aluno dele.”*
(Daniel Cara, Doutorando em Educação pela USP, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.)

27/11/2017: “ *A todas as pessoas amigas,*

Recebi de Fernanda Paulo e de Jade Percassi a notícia da passagem de Celso Biesiegel. Celso não foi dos primeiros "povoadores do mundo da educação popular nos anos sessenta".

Mas veio logo depois e cedo descobriu a relevância do que então começávamos a criar. Sua tese, depois transformada em um livro, foi desde então e segue sendo uma leitura fecunda e indispensável.

Aos poucos vão-se indo as "pessoas dos primeiros tempos". Ficamos por aqui um tantinho de gente.

Mas como negar que "os que se foram" não estão, entre idéias, imagens e afetos, tão presentes quanto nós?

Criamos juntos experiências de ação insurgente e humanizadora que permanecem ativas e presentes.

E se há pessoas que nos últimos (tristes) tempos se voltam contra a Educação Popular e até mesmo contra Paulo Freire, é justamente porque ela e ele seguem vivos, insurgentes, presentes e fecundantes.” Carlos Brandão, educador popular)

[Sobre Celso Rui Beisiegel]

Uma fina chuva em tarde ensolarada de domingo envolveu colegas e amigos de Celso Beisiegel surpreendidos por sua morte na madrugada do dia 26 de novembro de 2017. Chuva atravessando o sol brilhante, durante o velório, parecia misturar sentimentos de tristeza e alegria. Tristeza pela perda e alegria pela certeza do legado precioso que nos deixava, depois da tão dedicada carreira. As preocupações com a temática da educação popular em sua relação com os processos socio-históricos do desenvolvimento da sociedade brasileira atravessaram integralmente sua análise e reflexão críticas, todo ao longo de sua extensa produção científica. Não sem razão, ele tornou-se uma referência clássica para os estudantes e novos pesquisadores na aproximação da questão das políticas públicas e da educação popular no Brasil. Além da convivência acadêmica no contexto da Faculdade de Educação da USP, pude conviver com Celso Beisiegel, durante um curto, mas representativo período, no Conselho Estadual de Educação, de São Paulo, onde também pude testemunhar esse seu compromisso com a educação pública e com a universalização da educação, em suas consistentes intervenções nos debates que ocorriam naquele colegiado e em seus pareceres técnicos. O Brasil precisa prestar-lhe não apenas um justo tributo, mas também, com toda legitimidade, o reconhecimento pelos valiosos frutos de sua dedicada missão de educador. A ela, ele foi fiel, tendo correspondido integralmente a seus apelos, solidário que sempre foi com o destino dos desfavorecidos desta nossa tão desigual sociedade. Sua meta sempre foi contribuir, com os subsídios do conhecimento, para a construção de um povo que tivesse uma vida mais digna.

Prof. Antônio Joaquim Severino

18/12/2017.

ANEXO E – HOMENAGEM À PRODUÇÃO DE CELSO DE RUI BEISIEGEL

Celso Beisiegel não tem muitos livros publicados, mas os disponíveis são excelentes. Destaco inicialmente os dois mais conhecidos: *Estado e educação popular*, sua tese de doutorado defendida na USP, ainda no sistema antigo – trabalho individual submetido a uma banca --, e publicado em 1974 pela Editora Ática e reeditado por Liber Livro, em 2004. Anotei na quarta capa dessa reedição: “Existem livros que se tornam leitura obrigatória para os estudiosos da temática por eles abordada. E que são referência imprescindível para os trabalhos posteriormente elaborados sobre a mesma. Mais que isso: existem livros, ou capítulos deles, que se tornam antológicos, ou seja, dignos de figurarem em antologias que consagram autores e métodos.” É o caso deste livro, especialmente de seus dois capítulos iniciais.

O segundo é *Política e educação popular*: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil, sua tese de livre docência na USP, também editado pela Ática em três edições, a partir de 1982, e com uma quarta edição revista, pela Liber Livro, em 2008. Novamente como anotei na quarta capa: “Há muitos livros sobre Paulo Freire e sempre aparecem outros, reiterando perspectivas já exploradas ou reavivando-as para os dias atuais. Mas, sem dúvida, este texto de Celso de Rui Beisiegel é o melhor livro sobre a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil, nos seus primeiros tempos – final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960.”

Este segundo livro é complementado pela monografia *Paulo Freire*, publicada em 2010, na Coleção Educadores do MEC, que retoma colocações anteriores e as atualiza, em especial contextualizando a produção de *Pedagogia do oprimido*, no início dos anos de 1970, no Chile, quanto Paulo Freire passa a valer-se do referencial teórico marxista. Na mesma linha, situa-se o prefácio à edição comemorativa dos 40 anos da primeira edição brasileira de *Pedagogia do oprimido*, feita pela Paz e Terra em 2017.

Ainda no formato de livro, a Editora Liber Livro republicou, em 2006, sob o título *A qualidade do ensino na escola pública*, o excelente relatório publicado em Pesquisa e Planejamento, em 1964: “Ação política e expansão da rede escolar: os interesses eleitorais do deputado estadual e a democratização do ensino secundário no Estado de São Paulo”, ao qual foram acrescentados outros textos sobre política e avaliação da educação, produzidos ao longo de quarenta anos, devidamente contextualizados em esclarecedora apresentação.

Ler, ou reler, esses livros de Celso Beisiegel, assim como seus artigos publicados em periódicos da área, autor destacado na sociologia da educação brasileira, é fundamental para a formação dos educadores, especialmente os que trabalham com política de educação e com educação de jovens e adultos.

Osmar Favero

ANEXO F- REGISTRO DA LEITURA DOS AMIGOS LEITOR E LEITORA CRÍTICA

Canguçu, 25 de novembro de 2017.

Querida Fernanda,

Quando nos conhecemos te apresentavas nas disciplinas que fizemos durante o mestrado dizendo que era Fernanda Paulo e que estavas a procura do Freire para completar teu nome. Eu confesso que ficava intrigada, pensativa,... No entanto, com o passar do tempo – nada longo – nos aproximamos muito e assim uma amizade sincera, verdadeira, para a vida toda, acontece em diálogos fraternos e pude compreender que Freire não poderia ser um complemento ao teu nome, que Freire já era há muito, presença constante em tua caminhada. Freire te constitui, está em ti, contigo em casa, no trabalho, na rua,...

O diálogo que estabelece com os Pioneiros e Pioneiras da Educação Popular freiriana, promove um grande encontro deles e delas provocados(as) por ti. Memórias revisitam movimentos teórico-práticos destas vidas entrelaçadas nos quefazerem engajados, que perpassam a luta engajada pela Educação Popular estabelecendo aproximações entre a Educação Popular e a Universidade.

Durante a leitura da tua tese é como se pudéssemos estar numa grande roda de diálogo, tomando um café ou uma cachacinha (apreciada também por Freire), uma sensação de À Sombra desta mangueira, numa prosa de leveza ímpar discutir preceitos fundantes da Educação Popular com rigorosidade e amorosidade freireanos. Dialeticamente retomando a história, imersa nela, embebidos(as) da realidade, apontando – construindo pontes no movimento da ação-reflexão-ação que conectam sujeitos num Ser Mais na luta cotidiana do desvelamento da realidade opressora e superação da educação e sociedade desumanizantes, em meio a denúncias indignadas e anúncios esperançosos, pautados num projeto emancipatório de sociedade.

Nas tuas palavras Fernanda, *a Educação Popular freiriana está na Universidade a partir do trabalho deles e delas (pioneiros e pioneiras). O freiriana significa uma educação libertadora elaborada por um projeto idealizado por muitos intelectuais críticos ao modelo conservador de educação e das injustiças sociais advindas do modelo sócio-histórico do capitalismo em voga.* E, a partir da tua tese, nesse presente tão conturbado politicamente no Brasil, trazes bases, estruturas de afirmação e reafirmação da perspectiva da universidade Popular Freiriana para a América Latina – mundo. Promoves esse encontro-reencontro coletivo e imersa nas obras de Freire, nos encontros dele com os pioneiros e pioneiras chegas a concepção clara de Universidade Popular e assim, a construção-reconstrução do legado de Freire tem continuidade contigo. Consigo te ver nos pioneiros e pioneiras de hoje em alguns anos, rrsrrsrs... Linda, alegre e repleta de trabalhos sérios com o povo.

Despeço-me deixando o registro do compromisso imenso em ser leitora desta tese e também um prazer enorme em compartilhar esse momento importante da tua vida.

Abraço Fraternal: Patricia Rutz Bierhals

Profa. Fernanda, saudações!
 Desculpe o atraso em responder a tua demanda.
 Espero que ainda dê tempo

Considerações sobre Pioneiros e pioneiras da educação popular freiriana e a universidade.
 Abro minhas considerações com duas frases:

Tucidides in História da Guerra do Peloponeso quando citando a Lisandro funcionário de Péricles disse “não acreditamos que o discursos (lexis) seja um empecilho para a ação (práxis), ao contrário, é a falta de esclarecimento pelo discurso que nos impede de agir”

e...Nelson Mandela - “Não há nada como regressar a um lugar que está igual para descobrir o quanto a gente mudou.”

E... regressar a um lugar que parece estar igual foi a proposta de tese da acadêmica Fernanda Paulo que ao repensar/analisar a PRÁTICA SOCIAL DE LUTA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO (pioneiros e pioneiras da educação freiriana) demonstrou objetivamente como através da análise da “situação de trabalho” ou do que se poderia chamar “fenômeno material social particular” (estudo de caso ou relatos de experiência de vida) pode ser o elemento chave da análise para compreender, as mutações da anunciada "crise do trabalho docente”, especialmente nas Universidades lugar e território privilegiado da reprodução e produção de conhecimentos e de um fazer intelectual e intangível: produzir modos de ser e sociabilidades.

A pertinência do trabalho esta diretamente relacionada ao fato da Universidade ser a sociedade em conceitos, isto é, está serve de pano de fundo ou contexto para que a pesquisadora construa o seu texto a partir de um pretexto: a experiência e a história de professores publicamente comprometidos com um projeto de transformação/mudança da educação e sociedade.

Este lugar e esta “práxis” foram escolhidos como “entrada” analítica para identificar na “percepção” de diferentes informações (cartas, fotos, escritos, narrativas) os elementos constitutivos de uma realidade e de um processo de trabalho que, nas universidades, parece estar cada vez mais profundamente modificada (Aqui cabe um Fora Temer!!)

A moldura analítica da acadêmica resgata uma das mais importantes categorias analíticas freirianas: a mediação pelo diálogo, naquilo que este elemento tem de mais significativo: que nas estruturas analógicas e metonímicas do pensamento humano há um processo de deslocamento que fazem transladar a outro lugar: normas, crenças, a significação da vida.

Nesse sentido a análise do trabalho a partir da compreensão da “prática social ” e/ou experiência permite que o leitor, na reconstrução, identifique aqueles elementos do cotidiano de uma práxis e nele o sentido e o significado de um fazer intelectual.

Sua hipótese de trabalho partiu de um arranque intuitivo (um lugar particular fundado na sua experiência de trabalhadora) e de uma percepção inquieta que é capaz de apontar para uma problemática do mundo do trabalho docente: os mecanismos de exploração e de descompasso quando a prática não é coerente com o discurso.

Interessante do trabalho é que o texto (volumoso e as vezes redundante)ao buscar articular o conceitual e o material do trabalho docente na Universidade desmistificando a fronteira entre o trabalho intelectual e o operacional e, ao fazê-lo, aponta para algumas questões de fundo que deixa (ainda) a(s) Universidade(s), enquanto espaço educativo, enredadas.

- A redução do sentido do trabalho docente à utilidade, utilitarismo

- A redução à de um fazer profissional a sua instrumentalidade, “desejada por uma cultura hegemônica” -

Um fazer que se reduz à técnica tecnicismo

Nesse sentido sua reflexão buscou evitar no processo analítico a simplificação e disjunção que modulam tipicamente o paradigma clássico da causalidade cartesiana que tende provocar estragos consideráveis quando desconsidera a complexidade das relações sociais de produção. Por isso talvez a autora insista na redundância (como estratégia pedagógica)

ESPAÇO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR e a REVISÃO DE LITERATURA ÀS SÍNTESES DOS CONHECIMENTOS:

Seu mérito está no fato de ter:

- 1) Desenvolvido um itinerário conceitual e metodológico que propõe interfaces entre áreas de conhecimento como Ciências Humanas (Sociologia, antropologia e Educação);
- 2) Organizado eficazmente diferentes técnicas de pesquisa, de tal modo que a sinalização da sua intencionalidade se dá de forma que o leitor não perca o tema e eixo no qual todo o trabalho de pesquisa esta montado;
- 3) A pesquisa buscou identificar os elementos e os problemas/limitações de uma práxis docente quando emolduradas pela instituição (Universidade) permitindo a materialização de um paradoxo: a Educação Popular quando assumida na Universidade possibilita a materialização daquilo que é a razão de ser da universidade: um espaço plural de convergência analítica onde os saberes construídos transformam as condições de nossa experiência no aqui e agora.

O texto mostrou que a reflexão desenvolvida pela acadêmica vai ao encontro das principais questões que norteiam todos aqueles que têm na educação o seu “que fazer”.

Evidencia que a Universidade ainda tem muito a contribuir para o entendimento do “desastre do senso comum” quando não se pensa as questões de fundo que derivam do cotidiano de trabalho ou das representações sociais que existem para além do cotidiano, como símbolos e expressão de uma materialidade do processo de trabalho.

Mas, o exercício de construção do conhecimento e o ritual do qual participamos exigem um tensionamento – metaforicamente estamos colocando a vírgula no ponto final do que é o teu texto.

Em função disso, tenho faço algumas observações que devem ser vistas muito mais como “um outro olhar” que pode complementar. “como diz o poeta “...desesperar jamais...e nunca entregar o jogo no primeiro tempo..”

1. Questões de fundo

Tua moldura teórica –freiriana – ou teu filtro analítico construído a partir das experiências e da/ na prática social dos pioneiros/pioneiras da educação popular (condições sociais) parte do “fenômeno material social particular”; relaciona educação a e vincula ao cotidiano do trabalho docente a um processo de luta/reluta”/insiste” – que se funda na experiência vivência dos professores.

Este aspecto/elemento de análise é importante, porque é somente um movimento reflexivo e disruptivo que introduz a noção de sujeito que desempenha um papel proeminente na fenomenologia.

A experiência interpretada do sujeito social tem na descrição o modo de tornar manifestas as estruturas da inteligibilidade implícitas na ação social.

E...toda experiência consciente, à medida que exhibe intencionalidade, tem uma estrutura essencial que é independente dos particulares empíricos de qualquer ente ao qual pertença a experiência (Edmund Husserl- Investigações lógicas)

Isso significa, dentre outras coisas, que nenhuma experiência apresenta ou apreende uma dada realidade em sua totalidade: há sempre alguma coisa a mais para ver, algum outro modo de vê-la.

Sendo assim, partir dos fenômenos materiais – experiência docente – insinua que sempre haverá “lados” que podem ser sugeridos pela experiência, mas que não são partes da experiência.

Cada entrevistado traz uma história não apenas como acumulação de fatos e experiências passadas, mas como algo que permeia e condiciona nossa auto-compreensão, que por sua vez, condiciona essa história contada.

Pergunta:

Por que não fizeste o debate da questão fenomenológica (diferentes perspectivas) e apresentastes o fenômeno material social como uma tautologia?

Isto tem implicações epistêmicas, pois a estrutura essencial da experiência (dos professores pioneiros/pioneiras) da maneira como foi descrita ou apresentada – de forma fragmentada não te parece que propõe ao leitor um “entendimento naturalístico”?

Dito de outra forma a experiência dos professores traduz os estados e processos psicológicos empíricos que podem ser causalmente responsáveis para que o leitor veja aquilo que queres que ele veja sobre a da Educação Popular?

Até porque teu leitor não tem uma visão ampla de como se expressam os diferentes entrevistados (E1/E2/E3...En)

A tensão que os entrevistados apresentam pode não ser contradição se considerarmos que cada coletivo tem um modo particular de falar.

A sensação é de que levas o leitor a um nivelamento que tem na compreensão média uma cotidianidade do fazer docente na Educação Popular.

E aí se manifesta outro limite epistemológico: O outro é precisamente aquele que não pode ser o objeto de minha experiência como algo que não se manifesta na minha experiência, por isso todas as diferenças são arrastadas para o olhar dominador da pesquisadora.

2. Questões de método ou forma

Tua opção técnica é interessante, teu approach metodológico pode ser caracterizado como sendo múltiplo: várias técnicas para construir um conhecimento que vai do particular ao geral. Todavia, a modelagem das informações (variáveis e indicadores) utilizadas no teu marco interpretativo (a hermenêutica que pretendida após as entrevistas e com os dados secundários)

Não estão apresentados, assim sendo teu leitor é presa fácil de uma leitura solipsista.

Entendo que o fenômeno material social trata tudo como um fenômeno a ser descrito, como algo manifesto, mas as descrições do discurso dos entrevistados não permitem compreender o fluxo da experiência e a ausência dos elementos que constituem a cotidianidade subverte a inteligibilidade do problema de pesquisa proposto.

Por quê a cotidianidade do fazer docente e o insiste/luta/reluta não aparece construído a partir das tuas perguntas do teu roteiro de entrevistas? (qual a função das fotos se não as análises?).

Minha pergunta tem um sentido: saber qual foi o artifício técnico utilizado para dar conta das histórias profissionais que estavam imersas complexamente em cotidianos que aparentemente podem ser semelhantes, mas precisam ser traduzidos polissemicamente porque carregados de múltiplos sentidos. (um ponto de vista é a vista de um ponto).

Diante do exposto, considero que o teu trabalho é de extrema importância, fizestes um mapeamento de largo folego e estás prá lá de qualificada para receber a certificação de doutora em Educação. Ah! Parabéns ao teu orientador também que soube com sensibilidade deixar tu voar na construção da tua tese.

Prof. Paulo Peixoto de Albuquerque

Porto Alegre, 12 de Janeiro de 2018.

ANEXO G- PARECER DOS PIONEIROS E PIONEIRAS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Fernanda Paulo,

Em antropologia, quando alguém faz um trabalho como o seu, a gente diz que ele não é de "história". É de "arqueologia".

Gostei muito de o haver lido "de capa a capa" e de haver uma lenta e rigorosa leitura crítica e complementar. Espero que alguma coisa tenha sido de proveito.

Estava pensando ir até aí no dia, mas creio que não será fácil. Veremos, no entanto.

Quero lembrar ainda a tempo algo que ficou meio pelo caminho em sua tese e eu mesmo não me lembrei de dizer, nos vários envios a vocês.

Quando pensamos "educadores populares" e escrevemos sobre eles, uma vez mais caímos na armadilha iluminista de imaginar que "educadores populares somos nós".

Educadores populares somos "também nós". Mas se formos coerentes com o princípio de que substantivamente os educadores populares são os movimentos populares e seus agentes, homens e mulheres do povo, de algum modo nós somos companheiros, assessores, participantes de um trabalho de educação popular que é essencialmente deles e que conta com a nossa participação assessora.

Creio que se houver ainda tempo, uma folha logo no início de sua tese deveria lembrar os e as militantes populares: lavradores sindicalistas, operários militantes, alfabetizadores populares, monitores, animadores de comunidades, etc.

No MEB nós tínhamos uma clara consciência de que "lá na linha de frente" estavam os/as educadores populares que nós formávamos, treinávamos, assessorávamos, acompanhávamos. E com que sempre aprendemos muito.

Um dos casos amais incríveis é o dos "irmãos Moreira Coelho, de Goiás". Três irmãos lavradores de vida inteira, monitores do MEB-Goiás e militantes sindicalistas. Os três escreveram livros depois de velhos. Acho que é um único caso em que 3 irmãos lavradores, alfabetizados tardiamente se tornam autores de livros. E livros entre a poesia e a feroz crítica social. Tive a alegria de participar da edição de dois deles e de escrever um longo prefácio no do José Moreira Coelho.

Não esqueça dessas e desses "pioneiros da Educação Popular" em um momento de abertura de sua tese. E faça menção oral a eles na defesa.

Aquela sua ideia de recuperar momentos de uma história tão intensa e vivida através de carta é muito boa. Eu mesmo me lembro de haver recebido e escrito bem mais de 1000 cartas. Pena que numa certa feita, aqui na Rosa dos Ventos, coloquei no fogo um mundo delas. Mas ainda tenha muitas delas. Só as de Osmar e as minhas para ele dariam um livro. Osmar deve terem arquivo uma coleção interminável.

Uma experiência rica seria distribuí-las em uma linha do tempo. Pois mais do que apenas EP, elas são um retrato fiel do que vivemos aos longos destes anos todos.

OS TEMPOS PIONEIROS - 1959-1964

OS TEMPOS DE FOGO - 1964 (APÓS ABRIL)-1968

OS TEMPOS DE RESISTIR - 1968-1979

OS TEMPOS DE "ABERTURA" - 1979-?
e assim por diante

Pena que quando chega a era da internet tudo fica mais fácil e mais vazio. Tenho cartas de Osmar Fávero de 4, 5 densas páginas em espaço um; De algum tempo para cá quando escrevo mais do que 3 parágrafos alguém reclama que "estou roubando o seu tempo". Os militares não nos calaram. Espero que a eletrônica não consiga o que eles não lograram fazer com a gente.

Fico esperando você aqui pela Rosa dos Ventos para um longo tempo de pesquisa de cartas e de outros documentos.

Estaremos junt@s no seu dia da tese. Aí ou ainda for!

Valeu, Um grande e carinhoso abraço,

Carlos,
Janeiro/2018
